



Percursos 75

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXXVIII: DEZEMBRO DE 2025

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE: 40 ANOS – PARTE 2

TEXTOS Sexualidade, poder, psicanálise [Sílvia Leonor Alonso] Os inegociáveis [Ana Maria Sigal] Violência: a expressão afetiva de nossa época [Maria Laurinda R. Sousa] A beleza negra e a subjetividade das meninas: Um caminho para as “Mariazinhas” – considerações psicanalíticas [Maria Aparecida Miranda] O amor, o corpo e o tempo: à escuta de uma mulher de meia idade [Maria Helena Fernandes] Apontamentos sobre o impacto do racismo na vida psíquica e na análise de um sujeito [Solange Maria Santos Oliveira] Totem e tabu e a origem da linguagem infantil [Renata Udler Cromberg] A transferência sobre o enquadre, o meio maleável e o uso de objetos mediadores na clínica psicanalítica [Camila Junqueira] A branquitude atravessada por Ossanha: enfrentamento de assombros do racismo na transferência [Adriana Elisabeth Dias + Ana Raquel Ribeiro] **DEPOIMENTO** Os atuais desafios da psicanálise no Brasil [Ana Claudia Patitucci + Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho] **ENTREVISTA** À fertilidade do coletivo [Sílvia Alonso] **DEBATE** Para Fanon, em tempo [Isildinha Baptista Nogueira + Marcio Farias + Noemi Moritz Kon + Priscilla Santos de Souza] **DEBATE CLÍNICO** “Pedacinhos de comida” na obesidade [Fani Higgall + Lisette Weissman + Maria Elisa Pessoa Labaki] **LEITURAS** Quando o silêncio reverbera: literatura, escuta e elaboração psíquica em *Por escrito* [Adriane Moura Centeno] A ciência e suas histórias [Lucas Valiari] Uma viagem pelas trilhas do objeto específico da psicanálise [Maria Laurinda Ribeiro de Sousa] Pontalis e esse tempo que não passa [Luís Carlos Menezes]

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2024/2025

Ana Carolina Vasarhelyi de Paula Santos (Eventos), Cristina Ribeiro Barczinski (Formação Contínua), Daniela de Andrade Athuil Galvão de Sousa (Publicações e Comunicação), Denise Maria Cardoso Cardellini (Relações Internas), Evelyse Stefoni de Freitas Clausse (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Helena Maria Freire M. Albuquerque (Relações Externas), Naira Cesaro Penha Ganhito (Cursos), Pedro Henrique D'Avilla Mascarenhas (Clínica e Instituições), Roberto da Costa Moraes Villaboim (Administração e Finanças), Vilma Florêncio da Silva (Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXXVIII: DEZEMBRO DE 2025

Conselho Editorial

Carolina Kimie Moriyama, Claudia Monti Schonberger, Cleusa Pavan, Eugênio Canesin Dal Molin, Marcia Regina Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila), Marina Bialer.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Antonio de Almeida Neves Neto, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso e Silvio Hotimsky.

Grupo de Debates

Bruno Esposito, Gisela Haddad, Ivy Semiguel, Lucas Simões Sessa e Tania Corghi Veríssimo.

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa, Paula Peron e Sérgio Telles (coordenador).

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Elisabeth Antonelli, Janaina Namba (coordenadora), Lia Novaes Serra, Sérgio Telles e Susan Markuszwover.

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Ganaltes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia).

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Simone Zaccarias (11) 998.971.362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 991.133.243 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Alcimar Alves de Souza Lima. *Dobras, desdobras e desdobramentos*, aquarela sobre papel, 32 x 20 cm, 2024.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010

São Paulo • Tel.: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • deptodepsicanalise@sedes.com.br

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://percurso.openjournalsolutions.com.br/index/php/ojs> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicologia (BiViPsi) e nível B2 no Qualis da CAPES.

DOI da publicação: 10.70048/percurso.75



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretária do Departamento:

Claudia Dametta

deptodepsicanalise@sedes.org.br

Departamento de Psicanálise,
40 anos – Parte 2

Percorso 75

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXVIII : DEZEMBRO DE 2025

Sumário

Table of contents

DOI da edição: 10.70048/percurso.75

3 Sumário
Table of contents

3

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 Sexualidade, poder, psicanálise
Sexuality, power, psychoanalysis
Sílvia Leonor Alonso

21 Os inegociáveis
The non-negotiables
Ana Maria Sigal

31 Violência: a expressão afetiva de nossa época
Violence: the affective expression of our times
Maria Laurinda R. Sousa

41 A beleza negra e a subjetividade das meninas:
Um caminho para as "Mariaszinhas" – considerações
psicanalíticas
*Black beauty and the subjectivity of girls: A path for
the "Mariaszinhas" – Psychoanalytical considerations*
Maria Aparecida Miranda

- 51 O amor, o corpo e o tempo: à escuta de uma mulher de meia idade
Love, body and time: listening to a middle-aged woman
Maria Helena Fernandes
- 63 Apontamentos sobre o impacto do racismo na vida psíquica e na análise de um sujeito
Notes on the impact of racism on psychic life and on the analysis of a subject
Solange Maria Santos Oliveira
- 75 *Totem e tabu* e a origem da linguagem infantil
Totem and taboo and the origin of children's language
Renata Udler Cromberg
- 87 A transferência sobre o enquadre, o meio maleável e o uso de objetos mediadores na clínica psicanalítica
Transference onto the setting, the malleable environment and the use of mediating objects in the psychoanalytic work
Camila Junqueira
- 97 A branquitude atravessada por Ossanha: enfrentamento de assombros do racismo na transferência
The whiteness experienced by Ossanha: confronting the horrors of racism in the process of transference.
Adriana Elisabeth Dias + Ana Raquel Ribeiro

DEPOIMENTOS

TESTEMONIALS

- 105 Os atuais desafios da psicanálise no Brasil
The current challenges of psychoanalysis in Brazil
Ana Claudia Patitucci + Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 113 À fertilidade do coletivo
To the fertility of the collective
Silvia Alonso

DEBATE

DEBATE

131

Para Fanon, em tempo

For Fanon, in time

Isildinha Baptista Nogueira + Marcio Farias +

Noemi Moritz Kon + Priscilla Santos de Souza

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

143

“Pedacinhos de comida” na obesidade

“Bit bits of food” in obesity

Fani Hisgail + Lisette Weissman + Maria Elisa Pessoa Labaki

LEITURAS

BOOK REVIEWS

155

Quando o silêncio reverbera: literatura, escuta e elaboração psíquica em *Por escrito* [*Por escrito*]

When silence reverberates: literature, listening, and psychic processing in

Adriane Moura Centeno

159

A ciência e suas histórias [*A descoberta do inconsciente: história e evolução da psiquiatria dinâmica*]

Science and its stories

Lucas Valiati

165

Uma viagem pelas trilhas do objeto específico da psicanálise [*Desafios epistemológicos para a psicanálise. Ensaios psicanalíticos III*]

A journey through the paths of the specific object of psychoanalysis.

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa

169

Pontalis e esse tempo que não passa [*Esse tempo que não passa*]

Pontalis and this time that doesn't pass.

Luís Carlos Menezes

- 173 Autores deste número
Contributors to this issue
- 175 Equipe da revista
Team of this journal
- 177 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 183 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

DOI: 10.70048/percurso.75.7-8

Departamento de Psicanálise: 40 anos – parte 2

7

O Departamento de Psicanálise completa 40 anos em um momento particularmente denso e exigente, em que forças se agitam e interrogantes se colocam, configurando um campo bastante singular. É tempo de expectativas, de produção, de olhar novamente para nossos fundamentos, sustentar o que existe e buscar novos caminhos. Trata-se também de poder descartar o que não nos serve hoje e recuperar o que em determinado momento foi desvalorizado e cujo brilho pode ressurgir por uma outra visada. Não é um tempo de facilidades. Placas tectônicas se deslocam, o chão parece estar em movimento.

Entre o que foi e o que será, o já construído e sua validação, mas também a crítica de seus limites e impossibilidades, estica-se a corda do presente. No contexto sociopolítico. Na cultura e nas subjetividades. Em nossas instituições, em nossos grupos, em nosso trabalho como analistas. Os campos se sobrepõem, se implicam mutuamente e intrincam. A instituição na qual pensamos, produzimos, partilhamos e transmitimos psicanálise tem efeitos sobre a psicanálise que praticamos.

Nada é para sempre? E, também, do que não podemos abrir mão?

Há 40 anos, reuniram-se pessoas em uma sala para a Assembleia de fundação do Departamento de Psicanálise. Eram alunos, eram professores e muitos daqueles que já tinham feito o curso em anos anteriores. O burburinho era grande. A animação também. Ali, naquele momento, fruto de laborioso processo de reflexão, o Departamento de Psicanálise se estabelecia, passando a implementar – desde

sua perspectiva de formação continuada e de ampliação de atuação para fora do Sedes – diversos grupos para além do Curso, dentre eles: Clínica e Instituições, Publicações, Grupos de estudos, Eventos. Assinaram a ata de sua fundação todos aqueles que, estando presentes, assim o desejaram.

O Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae surgiu como alternativa a um determinado modo de pensar, transmitir e praticar psicanálise: centralizador, autoritário e empobrecedor, e se constituiu ao longo destes anos como uma instituição psicanalítica pautada na abertura e no rigor. Valorizando o debate sem se furtar às polêmicas, por muitas vezes suportando o não saber e o tempo necessário para que conflitos ou impasses sejam explicitados e possam ser encaminhados. Em uma sociedade tão polarizada, em que a diferença se torna antagonismo e eliminação da alteridade, não é pouco! Sustentar o debate torna-se imprescindível.

Percurso completa 75 números mantendo o compromisso de fazer circular entre nós as diferentes vozes, apoiar o debate de ideias e favorecer o questionamento e o apuramento dos argumentos em busca de rigor.

As vozes aqui reunidas nos convocam a pensar os fundamentos da psicanálise e, ao mesmo tempo, a interrogar seus atravessamentos contemporâneos – sejam eles sociais, políticos ou clínicos. Esta tensão entre permanência e mudança, entre rigor e criação, é o que mantém viva a psicanálise e o desejo de transmiti-la.

Um campo de tensões, mas que também pode nos apoiar e dar direção para que coletivamente sigamos em nosso caminhar.

Os artigos e depoimentos, mais uma vez, escritos por membros do Departamento; a instigante entrevista com Silvia Alonso, que participa de sua construção desde sua fundação; e os demais textos das seções deste número da *Percurso* podem também ser lidos como uma amostra da própria função deste coletivo: colocar em jogo os trabalhos de um grupo composto por muitos integrantes dos diversos espaços de pertinência. São muitos os participantes dos grupos de trabalho, de transmissão, de publicações que contribuíram e contribuem para a tessitura plural do nosso Departamento.

Celebramos com alegria essa data.
Boa leitura!

Sexualidade, poder, psicanálise

Silvia Leonor Alonso

Silvia Leonor Alonso é psicanalista, professora e supervisora no curso de Psicanálise e uma das fundadoras do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e da revista *Percurso*. Também coordena o grupo de pesquisa “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo” desde 1997. É autora dos livros *Histeria* (Casa do Psicólogo, 2004; 3ª edição ampliada, Artesã, 2023), em parceria com Mario Pablo Fuks, *O tempo, a escuta, o feminino* (Casa do Psicólogo, 2011) e *Ressonâncias da clínica e da cultura* (Blucher, 2022), entre outros.

Texto apresentado em conferência proferida no ciclo “Narcisismo, alteridade, identidade”, organizado pelo curso de Psicopatologia do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em 20 de maio de 2025.

Resumo O artigo aborda a força do poder político-social na construção de “normatividades” sobre as sexualidades assim como a de excluir, desumanizar “certos corpos”, “certos outros”. Partindo do diálogo entre feminismo e Psicanálise, analisa a “episteme” psicanalítica nos seus fechamentos e adequação à norma hegemônica e nas suas aberturas e retrabalhos, para construir junto a outros saberes uma episteme na qual caibam as diversidades de sexo e de raça.

Palavras-chave sexualidade; feminismo; gênero; normatividade social; lógicas de poder.

DOI: 10.70048/percurso.75.9-20

Em 1920, Berlim tinha uma importante comunidade *queer*. Se espalhavam pela cidade lugares de encontro e diversão, e havia um preferido: o cabaré Eldorado, onde lésbicas, homossexuais e travestis se encontravam e se divertiam num ambiente de aparente liberdade.

Essa história é narrada num documentário de Benjamin Cantu, *Cabaré Eldorado: o alvo dos nazistas*¹, que combina imagens de arquivo, depoimentos de especialistas e testemunhas e imagens reais.

Esse lugar onde se reunia a comunidade *queer* era frequentado, entre outros, por Ernst Röhm, importante estrategista que teve papel fundamental para Adolf Hitler alcançar o poder. Foi muito próximo a Hitler, que durante muito tempo pareceu não se incomodar com sua condição homossexual.

Nessa mesma época, o sexólogo Magnus Hirschfeld, que fundara a primeira organização de direitos *gays*, mantinha na cidade o Institut für Sexualwissenschaft, dedicado a estudos da sexualidade, onde a comunidade LGBT recebia grande apoio e onde se realizaram as primeiras cirurgias de mudança de sexo.

Ao mesmo tempo, mulheres se manifestavam ocupando as ruas, e sua luta ganhava força.

No campo legal, o artigo 175 penalizava a homossexualidade mas não era aplicado. No entanto, esse clima de liberdade não demorou a se dissipar. O aparente equilíbrio se manteve enquanto serviu ao poder, e, em 1931, começaram a se divulgar valores conservadores.

Em 1933, Hitler se tornou Chanceler, e se impôs o princípio da “raça pura”, imperando o ideal de “saúde racial e sexual”. Pouco antes de tomar o poder, Hitler fechou o Eldorado. O sexólogo Hirschfeld virou um inimigo central dos nazistas, que invadiram e destruíram

1 B. Cantu, *Cabaré Eldorado*.



o movimento feminista deve ser pensado na longa história de luta das mulheres, que dura até hoje e para a qual os feminismos ofereceram estratégias políticas importantes

o Instituto. Queimaram os livros que encontram ali e também os de Freud.

A normatividade social mudou. Fechou-se todo espaço para o *queer* e se impuseram categorias de gênero muito rígidas. As mulheres deveriam ficar em casa e cuidar dos filhos, e os homens, se prepararem para a guerra.

Em 1934, Röhm foi morto na “noite das facas longas”, junto a muitos outros líderes. O discurso do poder centrava-se na normatividade sexual. Hitler dizia que a libertinagem sexual se havia estendido muito e que isso não era bom; recomendava às mães dos jovens que entregassem sem medo seus filhos às SA, onde eles “não se perverteriam”. Heinrich Himmler liderava a perseguição aos homossexuais.

Nos tempos de aparente liberdade, no Cabaré, espões haviam feito as “listas rosas”, com o nome de todos os que tinham alguma expressão diferente no campo da sexualidade. Elas foram entregues à Gestapo, e “os diferentes”, condenados pelo artigo 175. Hoje sabemos que os homossexuais sofreram imensa crueldade nos campos de concentração.

Comecei com essa história retratada no documentário porque ela mostra claramente a força do poder político na construção de normatividades sobre as sexualidades e de discursos que organizam as “lógicas sociais desigualadas”² e relegam indivíduos e grupos a lugares de invisibilidade e vulnerabilidade sobre os quais se perpetram as piores violências, sejam sociais ou cotidianas. Permite ainda ver a força das “pautas de costumes” como instrumentos de dominação.

São muito impactantes as imagens da cena social de um momento histórico e o lugar ocupado

por cada elemento que o compõe: o discurso e a ação política, incluindo ou segregando sexualidades; a psicanálise, com a queima dos livros na tentativa de eliminar seu pensamento disruptivo sobre a sexualidade; a diversidade sexual e sua eliminação; e o movimento feminista tomando as ruas.

É com este último que começo minha reflexão: as passeatas que aparecem nas ruas no documentário são do movimento sufragista, que surgiu na Inglaterra no final do século XIX e se ampliou pelo mundo no século XX. Mas há um antes e um depois.

O movimento feminista deve ser pensado na longa história de luta das mulheres, que dura até hoje e para a qual os feminismos ofereceram estratégias políticas importantes. Ele surge sob a influência dos princípios da Revolução Francesa, no marco da luta pela igualdade de direitos defendida por esta, mas que não incluía as mulheres. Muitas delas participaram ativamente da revolução, mas, no fim, foram para a guilhotina ou para o exílio sob a acusação de “transgredir as leis da natureza”. No entanto, algumas vezes se levantaram com força e deixaram marcas.

Depois, nas décadas de 1960-70, ele ressurgiu com o “feminismo das diferenças”. Se até aí as mulheres lutavam por igualdade – um termo que vem do campo jurídico –, a diferença provém do campo existencial e inclui subjetividades, sujeitos, identidades e reconhecimento do outro. É na esteira de maio de 1968 e da psicanálise que o tema da diferença dos sexos ganha mais importância.

Entre a época retratada pelo documentário e a década de 1960, destaco a obra de Simone de Beauvoir. A filósofa, psicanalista, escritora e feminista Julia Kristeva, que estudou profundamente essa obra, publicou uma compilação de seus escritos a partir de seu engajamento no prêmio que leva o nome da escritora. Aí, Kristeva afirma que Beauvoir realizou uma verdadeira “revolução antropológica”, já que não só explora o sofrimento, a vitalidade, os impasses e os caminhos do feminino, como converte a “elucidação íntima da condição feminina em urgência política [...] seu verdadeiro aporte é que convida a singularizar a

política e a politizar o singular”³. Seus escritos mobilizaram um amplo movimento internacional em prol dos direitos das mulheres e, no espaço de uma geração, essa ruptura subverteu o laço existencial entre homens e mulheres.

Essa revolução antropológica auxiliada por mudanças tecnológicas – pílula, gravidez assistida e seus desdobramentos, cirurgias de transição de sexo – reconfigurou o destino da espécie humana. Apesar de saber que a história não anda toda na mesma direção, sabemos quanto o pensamento calculante que substitui a subjetividade pela razão do valor de troca também avança no século XXI.

Simone de Beauvoir luta contra o biologismo, de onde sua famosa frase “A mulher não nasce, torna-se mulher”⁴. E desbiologiza a mulher ao colocá-la na história das sociedades patriarcais e elevá-la ao estatuto de sujeito.

No entanto, em muitos momentos, ela própria foi tomada pelo universalismo totalizante, pensando a condição da mulher em coincidência com os feminismos de sua época, mas nos seus romances conseguiu singularizar o político e politizar o singular.

As “lógicas sociais desiguais”

Como afirma a psicanalista argentina Ana Maria Fernández, as violências privadas são políticas, uma vez que falam do poder social incorporado subjetivamente de excluir ou desumanizar “certos corpos” e “certos outros”. Em suas palavras:

[...] os dispositivos de desigualdade, legitimados a partir de diferentes universos de significações imaginárias, têm instituído diversos mitos sociais sobre o que seja ser mulher e o que é ser homem, consolidando em cada período histórico tanto os padrões sociais e subjetivos quanto os modos de circulação pública e privada aos quais as pessoas de ambos gêneros deveriam se adequar⁵.

2 A.M. Fernández, *Las lógicas sexuales*.

3 J. Kristeva, *Beauvoir presente*, p. 11, 16.

4 S. Beauvoir, *O segundo sexo*.

5 A.M. Fernández, *Las lógicas sexuales*, p. 41.

6 A.M. Fernández, *op. cit.*, p. 43.



*foi se construindo uma
“epistemologia das diferenças”
na qual o outro é sempre um “negativo
do um hegemônico” e, portanto,
incompleto e inferior*

Por essas lógicas, “Se essencializa a diferença e legitima a desigualdade social”⁶.

Assim, assinala a autora, na sociedade moderna, para as mulheres imperaram o “mito da mulher mãe”, da “passividade erótica” e do “amor romântico”, enquanto para os homens, os mitos do “êxito profissional e financeiro”, o “erotismo em chave fálica” e o “lugar de provedor das mulheres”. Os mitos sociais organizam o imaginário de cada momento histórico. Até o século XVII, o modelo vigente era o monismo. Na modernidade, a lógica social de fundo dispôs as diferenças pela condição sexuada, que as atribui a essências imutáveis, organizando-as por uma lógica binária e hierárquica e legitimando a desigualdade. E isso vai sendo reproduzido entre homens e mulheres, entre heterossexuais e homossexuais, entre cis e trans e assim por diante.

No dizer da autora, a modernidade criou amálgamas entre sexo/desejo/gênero/práticas eróticas/prazeres/imaginários amorosos, que resultariam, quando se respeita essa corrente, na *identidade feminino/masculino*.

Nesse caminho, foi se construindo uma “epistemologia das diferenças” na qual o outro é sempre um “negativo do um hegemônico” e, portanto, incompleto e inferior, ou seja, essa episteme não inclui alteridade. A mulher não é um outro, e sim “a sombra do homem”.

Nas últimas décadas, tem havido grandes mudanças: nas práticas sexuais, nas subjetividades, no campo ético e no jurídico e nos discursos. É preciso reconhecer que as fronteiras da sexualidade se alargaram, os imaginários sobre o corpo se modificaram, corpos diferentes passaram a ser vistos,



*a psicanálise não é uma prescrição
de uma sociedade patriarcal,
mas em todo caso, a análise dos efeitos
subjetivos de uma sociedade patriarcal*
[Juliet Mitchell]

e escutados desejos até então silenciados. Formas diversas da sexualidade se apresentam na clínica e no social e nos interrogam, aproveitando as fissuras abertas no patriarcado. Vêm-se desenhando novas cartografias das relações entre os gêneros.

Aos feminismos se somaram os movimentos homossexuais LGBTQIA+, e os próprios movimentos feministas também foram se modificando: se, num tempo, foram muito tomados pelo universalismo, quando se falava “da mulher”, tratava-se na verdade da mulher branca, cis, heterossexual e de uma determinada classe. Isso foi se particularizando, levando em conta e cruzando gênero com raça e classe, e foi se abrindo para caber a mulher negra, trans, indígena, deixando de ser uma massa uniforme para ser uma rede que conecta diversidades. Mas, apesar de tantas mudanças, o regime patriarcal não parou de operar, e a misoginia continua forte. Aí estão as violências na rua e em casa, e estendeu-se pelo mundo o conflito crescente entre correntes conservadoras e inovadoras no pensamento; o campo dos costumes e das pautas morais sobre a sexualidade é zona de confronto.

Ao mesmo tempo, a “episteme do mesmo” entrou em crise na segunda metade do século xx, abalada por acontecimentos de diversas ordens: movimentos feministas, trans feministas, *queer*, mudanças nas práticas de reprodução, no conceito de gênero e nas diferentes relações amorosas, sexuais e desejantes.

Introduzir o conceito de gênero no estudo das sexualidades foi permitindo ver como são os dispositivos de poder e suas lógicas que leem as diferenças biológicas de modo a justificar as desigualdades sociais, o que abriu um caminho para separá-las das supostas “essências” e colocá-las no

lugar das subordinações políticas e culturais, que se tornam subjetivas e eróticas.

A Psicanálise

Voltando ao documentário, onde aparece a psicanálise? Na cena, os livros de Freud são jogados na fogueira junto com o resto da biblioteca do Instituto, reconhecendo-se a ameaça que representava o disruptivo contido em seu pensamento. A psicanálise aparece atacada pelos conservadores e do lado dos que acolhem a comunidade *queer* e postulam aberturas no campo da sexualidade, do lado dos feminismos que se fazem visíveis nas ruas.

Desde então, no diálogo entre feminismos e Psicanálise – tenso mas fundamental –, eles a interrogaram questionando o essencialismo dos lugares do feminino/masculino na teoria, as desigualdades e hierarquias que permanecem na forma como se pensa a diferença sexual, o negativo em que o feminino fica nas teorias. O que os psicanalistas respondemos? No meio do fértil diálogo que mantém com os feminismos, Juliet Mitchell afirma: “a psicanálise não é uma prescrição de uma sociedade patriarcal, mas em todo caso, a análise dos efeitos subjetivos de uma sociedade patriarcal”⁷. Concordo em parte; o que chega na clínica são subjetividades produzidas pela sociedade de uma época, mas, quando isso vira teoria, se converte num “discurso-norma” que produz ou reafirma subjetividades. Então, de alguma forma, “prescreve”.

Temos sido interrogados insistentemente: será que a psicanálise é mais um dispositivo destinado a fortalecer a repetição do modelo de pensar a diferença e as sexualidades presentes no social? Ou será que, no seu dispositivo clínico de escuta e na sua teoria, há criatividade suficiente para abordar as novas formas de sexualidade e os novos sofrimentos?

A psicanálise ameaçando o poder ou se submetendo a ele

Num bonito texto⁸, Juan Carlos Volnovich mostra que, recém-chegado de Paris, Freud profere



*esse movimento oscilante
de Freud entre denunciar
e defender o poder masculino
também aparece desde o começo
em pequenos detalhes*

uma conferência em Viena em 1886 na qual apresenta duas aberturas: a origem traumática da histeria e a existência da histeria masculina. E coloca no banco dos réus os homens abusadores e toda a comunidade científica de Viena. Volnovich afirma que, equiparando homens e mulheres e apagando as fronteiras entre normal e patológico, Freud põe em questão os princípios centrais do patriarcado, provocando muita irritação, mas ele próprio fica ameaçado com a exclusão do grupo dos médicos e dos homens defensores do patriarcado, que se sentiam ameaçados não pelo sexo, mas pelo questionamento da “normatividade existente”, e isso teria levado Freud a fazer uma negociação interna, e por motivos antes pessoais e de poder do que teóricos: acaba renegando aquilo que havia defendido. Na carta de 1897, Freud formula sua conhecida frase “não acredito mais na minha neurótica”⁹, a partir da qual não aparecem mais homens abusadores, e sim mulheres enganadoras, restaurando o *establishment* médico e as normas do patriarcado.

Mas esse movimento oscilante de Freud entre denunciar e defender o poder masculino também aparece desde o começo em pequenos detalhes. Por exemplo, quando escreveu o historial de Catarina em *Estudios sobre a histeria*, reconheceu o abuso sexual como situação traumática que conduz à neurose, no entanto, a imputou aos tios, ocultando e protegendo a figura dos pais¹⁰. Em 1924, Freud colocou numa nota de rodapé no historial.

Depois de tantos anos, me atrevo a quebrar a discrição antes observada e indicar que Catarina não era sobrinha da hospedeira. Ou seja, a moça tinha adoecido em consequência de tentações sexuais que partiam do próprio

pai. Uma desfiguração como a praticada por mim nesse caso deveria evitar-se num historial clínico.¹¹

Mais uma vez, numa nota de pé de página do historial de Rosália, Freud admitiu: “também aqui era na verdade o pai, não o tio”¹². Ou seja, há nos fundamentos um ponto de desmentido. Por outro lado, se não se pode negar sua cumplicidade com os lugares de poder, tampouco se pode generalizá-la.

Aberturas e fechamentos da teoria

Não podemos negar certa cumplicidade de Freud e Lacan com a epistemologia binária e hierárquica das diferenças, nem as frases misóginas no discurso de Freud ou as transfóbicas no de Lacan, mas isso não equivale a afirmar que todo o pensamento freudiano está amarrado à normatividade social, nem que a psicanálise seja mais um dispositivo para reafirmar a normatividade social.

O pensamento freudiano tem momentos conceituais de abertura e outros de fechamento, alguns em que fala o pesquisador que consegue fazer teoria, ou seja, ampliar as possibilidades de entender a realidade, e outros em que fala o homem burguês fruto do século XIX. Mas poderia ser de outro jeito? Não somos todos frutos de um tempo? Pensemos na afirmação de Kristeva sobre Beauvoir: fez uma revolução antropológica, mas em partes ficou presa ao universalismo de sua época.

A teoria da sexualidade vai tendo desdobramentos ao longo do tempo em todo o pensamento freudiano. No início, as histéricas – subjetividades constituídas no seio da modernidade, no centro de

7 J. Mitchell, *Psicanálise e feminismo*, p. 17.

8 J.C. Volnovich, “Aquellos vientos trajeron estos lodos”, in *Psicoanálisis y género*.

9 S. Freud, Carta 69, in *Obras completas*.

10 I. Monzón, “Abuso sexual: violencia de la desmentida”, *Revista Ateneo Psicoanalítico*, n. 12, apud A. Fernández, *op. cit.*

11 I. Monzón, *op. cit.*, p. 154.

12 S. Freud, “*Estudios sobre la histeria*”, in *Obras completas*.



corajosas, reverterem o império da razão com aquilo que mostram em seu corpo, denunciando a existência do desejo e da sexualidade que era negada às mulheres

um imaginário feminino esvaziado de erotismo – fazem sintomas no corpo; são um grito de sofrimento e, ao mesmo tempo, da presença de Eros. Corajosas, reverterem o império da razão com aquilo que mostram em seu corpo, denunciando a existência do desejo e da sexualidade que era negada às mulheres. De outro lado, Freud se dispõe a escutar aquilo que até então não era escutado na cultura: o erotismo e o desejo no corpo das mulheres. Nessa escuta, se criam várias aberturas, uma para dentro – o sujeito dividido, a existência do inconsciente e, com isso, uma teoria da sexualidade que reconhece que esta será sempre conflitiva e enigmática – e uma abertura para fora – porque a escuta clínica leva Freud a pensar a sexualidade no marco da época e a mostrar a respectiva moral sexual, que produz efeitos nos sujeitos e causa sofrimento sobretudo nas mulheres.

Mas a abertura avança mais: a partir dessa clínica que inclui o feminino, surgem o conceito de pulsão diferenciado do de instinto, o de corpo erógeno que não coincide com a anatomia, afastando-se de um paradigma de “endogenismo biologizante” e postulando a concepção da sexualidade infantil com sua lógica perversa polimorfa contradizendo a concepção popular. Além disso, não restringe a heterossexualidade à procriação e separa a homossexualidade da degeneração. Nesse conjunto de conceitos, vejo uma verdadeira implosão das fronteiras da sexualidade e da normatividade moralizante sobre a sexualidade, sobretudo no que tange às mulheres.

Para dizer mais claramente, por que seriam aberturas? Porque algumas coisas se desamarram, e isso abre espaço para o pensamento: (1) na separação entre os conceitos de pulsão e de instinto,

o conceito de sexualidade se “desnaturaliza” e separa do biológico – não do corpo, mas do inato. (2) A pulsão tem objeto e meta individual e contingente e, ao menos perto das origens, é perversa e polimorfa. Em sua parcialidade, a pulsão é plural e, em seus destinos, múltipla. (3) Separando a pulsão da genitalidade, se a separa igualmente da procriação, e, não sendo essa sua única meta e sendo ela norteadada pelo prazer e pelo gozo, tem a ver com a fantasia e com o inconsciente. A sexualidade infantil é uma grande descoberta freudiana não pela concretude de sua existência, mas pela lógica que ordena seu funcionamento.

No entanto, na singularidade predominante nesse período, no qual o recalque se liga diretamente à experiência traumática, o corpo erógeno marca presença, e a percepção e a experiência sensível têm importância. Segue-se outro longo período, no qual a fantasia substitui a experiência na base do sintoma, impõe-se a universalidade estruturante e prospera uma nova amarração à genitalidade, agora como meta do desenvolvimento “normal”, com o império da normatividade da época. E se na fundação a psicanálise é a primeira disciplina que toma o feminino como seu objeto, aos poucos as mulheres vão ficando em lugares negativados, inferiorizados e um pouco fora da civilização, com postulados como o de superego frágil e uma suposta limitação das possibilidades sublimatórias.

Num terceiro momento, Freud reformula a teoria do trauma e da sedução universalizando esta última, já que agora se trata da sedução materna, que a mãe introduz no cuidado do bebê¹³. Novos pontos de abertura: (1) a sexualidade vem do outro, de fora. (2) Aparece o advir mulher: “a psicanálise não pretende descrever o que é uma mulher [...], mas indagar como advém, como se desenvolve a partir da criança polimorfa”¹⁴. Ou seja, retoma o poliformismo de base, mas também a sexualidade volta a aparecer como processo de construção no seio da singularidade. Temos de acrescentar a isso o conceito de feminilidade, que agora aparece como o que há de mais pulsional e está na base da sexualidade, seja dos homens ou das mulheres.



Tanto no primeiro quanto no terceiro momento, a teoria da sexualidade na psicanálise se complexifica, amplia e singulariza, aparecendo como um problema, um enigma e um processo.

Agora, entendo que a inclusão do conceito de gênero nas décadas de 1960-70 no pensamento psicanalítico foi uma abertura fundamental.

O pensamento de Freud e de Lacan foram produzindo uma separação da sexualidade e do biológico, mas certamente foi a inclusão do conceito de gênero que radicalizou essa separação e questionou fortemente as teorias essencialistas sobre os sexos e a naturalização dos corpos. Esse conceito permitiu incluir na reflexão duas dimensões até então invisibilizadas: (1) a dimensão histórica, quando se começou a falar no plural – feminilidades/masculinidades entendidas como construções histórico-sociais –, reconhecendo-se a importância dos discursos instituídos – religiosos, médicos, científicos e jurídicos – na construção das significações de gênero; e (2) a questão do poder; essa incorporação permitiu reconhecer como as ideologias entraram nas próprias teorias psicanalíticas e retrabalhar conceitos como inveja do pênis, instinto materno, zonas erógenas femininas, relação clítoris/vagina...

A questão do poder

Fundamentalmente, o conceito de gênero permitiu pensar as relações entre sexo, identidade e poder.

No entanto, foi preciso rever o próprio conceito de gênero, já que ele foi construído no campo da lógica binária homem/mulher, hierárquica e desigual. Ou seja, o conceito de gênero desnaturalizou o masculino/feminino, mas não a binariedade ou a heterossexualidade compulsória, mantendo-se uma forte relação hierárquica entre heterossexualidade e outras formas de

*foi preciso rever o próprio
conceito de gênero, já que
ele foi construído no campo
da lógica binária homem/mulher,
hierárquica e desigual*

sexualidade. Assim, alguns autores vêm fazendo importantes reelaborações. Apresento aqui sinteticamente o retrabalho de alguns psicanalistas sobre o conceito de gênero e da identidade sexual.

(1) Um deles é o de J. Laplanche, e retomo um texto que publiquei em 2016¹⁵. Sabemos que Laplanche foi ao longo de sua história um grande defensor do lugar central da sexualidade na psicanálise, chegando a dizer que a psicanálise é fundamentalmente uma teoria da sexualidade. Sabemos também que é reconhecido pelo cuidado e pela precisão quando recupera um conceito ou inclui um novo, que vem de outras áreas – no caso, gênero. Pinço alguns movimentos fundamentais do autor nesse sentido. (a) O ponto de vista de que ele pensa o conceito – originalmente sociológico – é o da criança, e aqui já marca uma diferença: enquanto os sociólogos falam em interiorização, ele fala em metabolização do trabalho psíquico de tradução. (b) Desloca totalmente a questão do universal, retirando-o do final do processo, da sexuação, para colocá-lo no início da constituição psíquica. (c) Entre a realidade psíquica e a material, inclui uma terceira, que é a da mensagem. (d) Ao pensar o conceito, inclui tanto o inconsciente quanto o conflito. (e) Questiona a dicotomia natureza/ cultura. (f) Não confunde a anatomia perceptiva com a fisiologia. Vejamos de que se trata tudo isso.

Laplanche nos fala da situação antropológica fundamental, que estaria nas origens do sujeito psíquico, cena da “sedução generalizada”, situação assimétrica entre criança e adulto, pensada pelo autor seguindo os princípios que norteiam a teoria da sedução freudiana: a temporalidade do *a posteriori*,

13 S. Freud, “La feminilidad”, in *Obras completas*.

14 S. Freud, *op. cit.*, p. 108.

15 S. Alonso, “O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da sedução generalizada”, *Percurso*, n. 56/57.



*para Laplanche não há um sexual
e um social separados, mas um sexual
que se infiltra nas mensagens
e um socius da história singular
que realiza a identificação primitiva*

a tópica psíquica e o funcionamento tradutivo. A sedução de que ele fala seria um terceiro domínio da realidade – a da mensagem. O que caracteriza o lugar do adulto nessa situação fundamental é que ele emite mensagens – linguísticas, prelinguísticas ou paralinguísticas, conscientes ou pre-conscientes – atravessadas pelo inconsciente do adulto que as envia, ou seja, o inconsciente do adulto faz ruído nas mensagens tornando-as opacas, seja para quem as recebe ou para quem as envia, já que tramita nelas o “fantasma sexual do adulto”. No processo da criança para inserir-se no mundo da linguagem, há algo traumatizante que a precede, algo fica em estado selvagem perante grandes enigmas como o coito dos pais, o nascimento de um irmão ou a diferença entre os sexos, e isso desencadeia um difícil trabalho de simbolização, que põe em jogo a reelaboração tradutiva, uma atividade teorizante na criança que produz as teorias sexuais infantis. Difícil trabalho de simbolização, que deixa sempre um resto não traduzido que produz o inconsciente na criança. Tudo isso no *a posteriori*; as mensagens ficam implantadas no corpo da criança sem que ela se aproprie delas e, num segundo momento, pelo trabalho de tradução, se instaura o recalque, e o resto, não traduzido, forma o inconsciente.

É por aí que Laplanche pensa o conceito de gênero; ligando-o à mensagem, postula que os adultos transmitem muitas mensagens que são veiculadas pelos cuidados corporais, seguindo o código do apego, a partir do qual surge a pulsão. Mas nem tudo circula pela linguagem do corpo; há ainda o código ou a língua social, as mensagens do *socius*, entre as quais se destacam as de designação de gênero, que também chegam carregando o enigma.

Cito uma afirmação muito esclarecedora de Dejours:

[...] quando os adultos atribuem um gênero à criança, eles próprios não sabem exatamente o que entendem por masculino ou feminino. É fácil significar a uma criança que ele é homem ou mulher, mas o que quer dizer ser homem para o adulto que pronuncia essa afirmação? Quando um adulto diz para o filho que é um menino, diz tudo o que pensa dos meninos e das meninas, mas também tudo o que esconde da noção de gênero e sexo. Seguramente por meio da atribuição de gênero, confronta a criança com tudo o que pode haver de ambíguo na diferença anatômica dos sexos e no sexual, e isso por causa de suas próprias ambivalências, incertezas e conflitos internos¹⁶.

Embora Laplanche concorde com Stoller que haja uma designação, não concorda que seja “um nome”, e sim “Um conjunto complexo de atos que se prolongam na linguagem e nos comportamentos significativos do entorno. [...] uma designação contínua ou uma verdadeira prescrição”¹⁷. Aqui se abre a possibilidade de pensar o plural e o conflitivo.

Para o autor, não há um sexual e um social separados, mas um sexual que se infiltra nas mensagens e um *socius* da história singular que realiza a identificação primitiva. E aqui há uma nova inversão: não é o bebê que se identifica, mas ele é identificado pelo outro que o designa.

Finalmente, ainda de acordo com Laplanche, a cultura entra na construção de gênero oferecendo códigos de tradução que permitirão à criança traduzir mensagens enigmáticas; entre esses códigos, estão os roteiros mito-simbólicos, sempre importantes nesse processo tradutivo permanente, mas novamente o autor faz dois deslocamentos. Alerta para a cegueira que a psicanálise pode produzir em nós ao tentar impor como único mito contemporâneo versões nascidas da concepção falocêntrica e afirma:

Apesar da irresistível conquista do mundo pelo binarismo, é bom lembrar que este auge é contingente se

comparado a tantas civilizações nas quais os mitos fundadores não são binários e sim plurais, aceitando a ambivalência, em lugar de apostar tudo na diferença¹⁸.

Laplanche questiona a universalidade do roteiro mítico da castração e nos lembra que a anatomia a partir da qual se traduz o gênero é perceptiva e ilusória e acontece em meio a uma rede fantástica, sem coincidirem a diferença perceptível e a fisiológica.

Propõe então uma tríade: sexo-gênero-sexual. O sexual é o resto inconsciente que resta da simbolização que o sexo faz do gênero. Considerando que o gênero é plural, o sexo o simboliza como dual, e o sexual é o pulsional perverso polimorfo¹⁹. Na lógica fálica, se passa da diversidade à dualidade ou a um atributo só – o fálico ou o não fálico; alguém marcado pela insígnia, e o outro como negativo. E Laplanche se pergunta: “A universalidade do complexo de castração é incontornável? [...] não podem existir modelos de simbolização mais flexíveis e múltiplos?”²⁰.

(2) Marcia Arán²¹ também segue esse caminho, reunindo ideias de Joel Birman, Monique D. Ménard e Monique Schnaider para pensar a diferença dos sexos mais além da lógica fálico-castrado e a construção das subjetividades como singularidades. Ela nos remete ao conceito freudiano de feminilidade, no qual encontra uma grande potencialidade e uma crítica a um modelo universalista; segundo a autora, haveria nele uma abertura para a alteridade e a experiência. Esse conceito, que aparece em Freud em 1937²², marca o limite do campo da representação, mas também o da diferença sexual pensada só sob a lógica fálica. Nesse período, haveria um deslocamento do mais (o

»»

*Marcia Arán nos remete
ao conceito freudiano de
feminilidade, no qual encontra uma
grande potencialidade e uma crítica
a um modelo universalista*

fálico) e do menos (o castrado) para o campo das intensidades, da pulsão no seu excesso, abrindo campo para pensar as subjetividades na singularidade e sem excluir o corpo.

Ainda de acordo com Arán, o pensamento desses três autores teria em comum (a) a crítica à centralidade do complexo de Édipo no primado do falo e a recusa do feminino, (b) a releitura do corpo erógeno para fundamentar o excesso e eliminar o dualismo mente/corpo e (c) a proposta de pensar as subjetividades a partir dos textos em que Freud trabalha o campo da estética, sendo isso importante porque neles opõe sublimação e recalque²³.

Partindo da ideia de que, em *O mal-estar na civilização*, Freud opõe civilização a pulsão, e que se trata de uma civilização que se erige sobre o recalque da pulsão e a recusa do feminino, dando centralidade ao conceito de pulsão, se presta contas a essa civilização e se reinclui a ordem da incerteza, a indeterminação e a contingência.

No século XXI, muitos se empenham em pensar e construir uma epistemologia da diversidade onde caiba a alteridade. Para isso a autora retoma a metapsicologia tentando aproximar-se de uma metapsicologia da alteridade mostrando como, na primeira teoria freudiana, o recalque aparece como defesa do traumático, o inconsciente como corpo estranho, e a sensorialidade tem um lugar fundamental. Quando Freud abandona a teoria traumática, o recalque passa a ser a operação constitutiva do sujeito, a experiência sensível perde espaço e vai se afastando do singular para deixar o primado ao universal. Assim, a pulsão só aparece quando ligada à representação. O Édipo, que já se universalizou em Freud, passa a ter caráter estrutural em Lacan e marca a

16 C. Dejours, “Por una teoría psicoanalítica de la diferencia de sexos”, *Alter*, n. 2.

17 J. Laplanche, *Sexual*, p. 166-167.

18 J. Laplanche, *Entre seducción e inspiración*, p. 221-222.

19 J. Laplanche, *Sexual*.

20 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 171.

21 M. Arán, *O avesso do avesso*.

22 S. Freud, “Análisis terminable e interminable”, in *Obras completas*.

23 M. Arán, *op. cit.*



nesse modelo que favorece a alteridade, se pensam as subjetividades marcadas antes pelas insuficiências da condição humana do que pelo jogo das trocas narcísicas

entrada na cultura. O inconsciente passa a ser um inconsciente sistêmico, organizador fundamental do sujeito. No final da obra, o conceito de força pulsional volta a partir da clínica da guerra e ligado ao conceito de desamparo e de angústia do real, reincluindo a incerteza e a indeterminação. Em *Inibição, sintoma e angústia*²⁴, o recálque volta a ser uma das possibilidades de defesa, mas não a única; ele constitui uma forma de subjetivação.

Nesse modelo que favorece a alteridade, se pensam as subjetividades marcadas antes pelas insuficiências da condição humana do que pelo jogo das trocas narcísicas. E considerando o encontro não como complementaridade nem busca da completude, mas como construção permanente da diferença, penso que a autora faz um aporte importante para avançar no sentido de pensar as diferenças²⁵.

(3) Em terceiro lugar, no momento atual, o trabalho dos autores é fundamentalmente no caminho da interseccionalidade, sendo o cruzamento gênero/raça um campo muito fértil para pensar uma nova episteme. Vejamos um relato ilustrativo de Grada Kilomba: “Você gostaria de limpar a nossa casa?” – Conectando “raça” e gênero.

Quando eu tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido uma ideia. Ele, sua esposa e dois filhos, de aproximadamente 18 e 21 anos, estavam indo viajar de férias. Haviam alugado uma casa no sul de Portugal [...] e ele estava pensando que eu poderia ir com eles. O médico então propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. “Não é muito”, disse

ele, “alguns *shorts*, talvez uma camiseta e, claro nossas roupas íntimas!” Entre essas tarefas, ele explicou, eu teria tempo suficiente para mim. Eu poderia ir à praia, “e fazer o que quiser”, insistiu. Ele tinha máscaras africanas decorando o outro lado do consultório, eu devo ter olhado para elas. “Elas são de Guiné Bissau!”, disse ele. “Eu trabalhei lá” [...] como médico. Olhei para ele, calada. Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Mas me lembro de sair do consultório em um estado de vertigem e de vomitar, após ter me distanciado de lá algumas ruas, antes de chegar em casa. Estava diante de algo irracional²⁶.

Nesse cenário, a jovem menina não é vista como uma criança, mas sim como uma servente. O homem transformou nossa relação médico/paciente em uma relação senhor/servente: de paciente eu me tornei a servente negra, assim como ele passou de médico a um senhor branco. Um simbólico, com uma construção dupla. Nessas construções binárias a dimensão de poder entre as oposições é duplamente invertida. Não se trata apenas de “paciente negra/médico branco, ou de paciente mulher/médico homem”. Trata-se de uma relação paciente, mulher, negra/médico, homem, branco – o duplo poder de um em relação à outra e “se refletindo nas estruturas da Outridade, complexificando suas políticas”²⁷.

Parece que estamos presos num dilema teórico: é racismo ou sexismo? Esse encontro revela como “raça e sexo são inseparáveis”.

E voltamos à questão do poder, agora duplicado com os cruzamentos de gênero e raça, a que devemos acrescentar também classe. Como alerta Grada Kilomba, não são processos paralelos e sim entrelaçados, o que compõe um campo de pensamento extremamente complexo, como podem testemunhar os colegas que vêm estudando essas questões.

Até aqui, nos referimos ao poder como o estabelecimento de relações hierárquicas em que se exerce dominação de gênero, raça e classe; formas cotidianas naturalizadas – às vezes invisíveis – de domínio. Mas há outra forma de entender o poder: como reconhecimento da “potência em si”.

É esse sentido que devemos considerar quando falamos, por exemplo, em “empoderamento das mulheres”; de nada serviria inverter os lugares mantendo a dinâmica do poder. O reconhecimento da potência em si dos que até agora foram invisibilizados, a ampliação do imaginário social, a diminuição dos preconceitos e a possibilidade de reconhecer a alteridade favorecem a construção da singularidade sexual.

A sexualidade na psicanálise tem que estar a serviço da criatividade, da inventividade do sujeito para encontrar uma solução singular na articulação sexo-gênero-desejo, mas, para tanto, deve se livrar de certos discursos hegemônicos a que pode estar amarrada. Como analistas, escutamos os processos, a construção de gêneros, a transição de gênero, o devir mulher. Será que podemos pensar a sexuação como um processo, como uma construção permanente, como uma construção na alteridade?

A visibilidade crescente de travestis, transexuais e transgênero e a transformação das modalidades eróticas e estéticas de relacionamentos e de amores heterossexuais, homossexuais ou bissexuais colocaram a diversidade na cena social. Não podemos mais pensar na diferença sexual, e sim numa multitude de diferentes, transversalidade de potências de vida, episteme que só pode ser construída no diálogo entre os saberes. Como diz Preciado, “na constelação de um saber dissidente das linguagens hegemônicas”²⁸, e muito antes o dissera Luce Irigaray, quando entendia que a opressão do feminino só teria curso pela alteração

»
não podemos mais pensar
na diferença sexual,
e sim numa multitude
de diferentes, transversalidade
de potências de vida

da própria linguagem e seu funcionamento, propondo a construção do “falar mulher”²⁹.

É fundamental manter o diálogo aberto a outros saberes, posto que uma epistemologia não só responde a algumas questões como recorta as questões que podem ser tratadas. Só o diálogo com outros saberes permite incluir questões novas.

Retomando a pergunta “a escuta psicanalítica é uma escuta criativa que lhe permite ir se abrindo para incluir outras formas de sexualidade excluídas da norma hegemônica?”, eu responderia repetindo que Freud escutou o desejo e o erotismo que gritava no corpo das histéricas num momento em que este não estava incluído no imaginário social, que supunha o imaginário feminino esvaziado de erotismo. Mas isso não pode nos fazer esquecer que é a partir da “episteme” que se constroem os conceitos que organizam a escuta. Por isso, é uma necessidade fundamental o trabalho de reformular, ampliar e retrabalhar a episteme imperante.

Reconheço e agradeço aos muitos que, a partir da psicanálise, dos feminismos, dos saberes *queer* e de grupos antirracistas, vêm trabalhando vigorosamente para isso.

24 S. Freud, “Inhibición, síntoma y angustia”, in *Obras completas*.

25 M. Arán, *op. cit.*

26 G. Kilomba, *Memórias da plantação*, cap. Racismo genderizado.

27 S. Hall (1990), “Cultural Identity and Diaspora”, in J. Rutherford (ed.), *Identity, Community, Culture, Difference*, London, Lawrence & Wishart Limited, p. 256, apud Kilomba, *op. cit.*, p. 81.

28 P. Preciado, *Eu sou o monstro que vos fala*, p. 80.

29 L. Irigaray, *Este sexo que não é só um sexo*.

Referências bibliográficas

- Alonso S. (2016). O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da sedução generalizada. *Percursos*, n. 56/57. São Paulo, v. 29, p. 81-90.
- Arán M. (2006). *O avesso do avesso*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2009). A psicanálise e o dispositivo *diferença sexual*. *Estudos Feministas*, n. 3. Florianópolis, v. 17, p. 653-673.
- Beauvoir S. (1949/1998). *El segundo sexo*. Madrid: Cátedra.
- Cabará Eldorado: o alvo dos nazistas* (2023). Direção: Benjamin Cantu. Roteiro: Benjamin Cantu; Felix Kriegsheim. Elenco: Eren M. Güvercin, Livia Matthes, Nicolo Pasetti e outros. Produção: Benjamin Cantu et al. Documentário, 92 min.
- Dejours C. (2006). Por una teoría psicoanalítica de la diferencia de sexos: introducción al artículo de Jean Laplanche. *Alter*, n. 2. Disponível em: <<http://revistaalter.com/revista/por-uma-teoria-psicoanalitica-dem-la-diferencia-de-sexos-introduccion-al-articulo-de-jean-laplanche/934/>>. Acesso em: ago. 2025.
- Fernández A.M. (2012). *Las lógicas sexuales: amor, política y violencias*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Freud S. (1895/1989). Estudios sobre la histeria. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1897/1989). Carta 69. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1908/1993). La moral sexual cultural y la nerviosidad moderna. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. v. IX.
- _____. (1926/1981). Inhibición, síntoma y angustia. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. v. 20.
- _____. (1932/1993). La feminilidad [Conferencia 33]. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. v. XXII.
- _____. (1937/1989). Análisis terminable e interminable. In *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. v. 23.
- Hall S. (1990). Cultural Identity and Diaspora. In Rutherford J. (ed.), *Identity, Community, Culture, Difference*, London, Lawrence& Wishart Limited.
- Irigaray L. (2017). *Este sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Editora Senac.
- Kilomba G. (2019). *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kristeva J. (2018). *Beauvoir presente*. São Paulo: Edições Sesc.
- Laplanche J. (1988). *Problemáticas 11: castração, simbolizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2001). *Entre sedução e inspiração: o homem*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (2015). *Sexual: sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: DUBLINENSE.
- Mitchell J. (1979). *Psicanálise e feminismo*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Preciado P. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stoller R. (1968). *Sex and gender*. Nova York: Jason Aronson.
- Volnovich J.C. (2017). Aquellos vientos trajeron estos lodos. In Meier L., *Psicoanálisis y género*. Buenos Aires: Paidós, p. 234-240.

Sexuality, power, psychoanalysis

Abstract This article examines the power of political and social forces in constructing “norms” around sexuality, as well as in excluding and dehumanizing “certain bodies” and “certain others”. Based on the dialogue between feminism and psychoanalysis, it analyzes the psychoanalytic “episteme” in its closures and adaptation to the hegemonic norm and in its openings and reworkings, in order to construct, together with other forms of knowledge, an episteme in which the diversities of sex and race can fit.

Keywords sexuality; feminisms; gender; social normativity; logics of power.

Texto recebido: 06/2025

Aprovado: 08/2025

Os inegociáveis

Ana Maria Sigal

Ana Maria Sigal é membro do Departamento de Psicanálise desde 1985. Professora e supervisora no curso de Psicanálise do Instituto Sedes desde sua fundação (1976). É fundadora e coordenadora do Curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma (1997) e representante do Departamento de Psicanálise no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas brasileiras desde 2000. É autora de *O lugar dos pais na psicanálise de crianças* (Escuta, 1997), *Escritos metapsicológicos e clínicos* (Casa do Psicólogo, 2009), *O originário e o recalque primário. Considerações sobre a formação do sujeito psíquico e novas patologias* (Blucher, 2025). Organizadora de *Ofício de psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise* (Escuta, 2019).

Agradeço à psicanalista Sílvia Nogueira de Carvalho pela primeira revisão deste trabalho.

Resumo Este artigo reflete sobre os princípios metapsicológicos e clínicos fundamentais que constituem a base mínima para definir o campo psicanalítico. O objetivo não é estabelecer um padrão “ouro puro”, mas examinar criticamente até que ponto certas mudanças de paradigma podem, de fato, constituir outro campo. A discussão centra-se em conceitos fundamentais como inconsciente, pulsão, sexualidade infantil, bem como no enquadramento clínico estabelecido pela transferência e pelo princípio da abstinência.

Palavras-chave inconsciente; pulsão; sexualidade infantil; transferência; abstinência; método psicanalítico.

DOI: 10.70048/percurso.75.21-30

Já há muito tempo, ocupada pelas questões que me apresentava o trabalho de transmissão, tanto da teoria como da clínica, no trabalho desenvolvido nas supervisões, e – por que não? – na minha própria clínica, me perguntava se o trabalho que estávamos realizando estava dentro do que poderíamos considerar um fazer psicanalítico.

Mudanças na técnica, necessárias, que se impõem em certos tratamentos pela condição da patologia, tais como a ampliação do trabalho no campo das psicoses, das perversões, com pacientes *border* e nas neuroses atuais, nos impulsionam a considerar novas modalidades de trabalho. Do mesmo modo, novas formas de trabalho tinham imposto mudanças de enquadre a partir da pandemia, dos trabalhos que nos requisitavam os coletivos de rua e de outras modalidades implementadas: estariam todas incluídas dentro do que considerávamos campo da psicanálise? Em que momento se produz o corte?

Sabemos que, no decorrer da história, foram sendo trabalhadas novas técnicas, questionadas no seu momento de implantação, tais como as relativas ao número de sessões, às formas de considerar o pagamento, a utilização do divã e o trabalho com os pais na psicanálise com crianças, as quais tinham apoiadores e detratores; alguns pensavam que descaracterizavam o trabalho psicanalítico, e outros defendiam que tais questões não afetavam os princípios básicos. No momento em que surgiu a análise de crianças, esta foi questionada por utilizar a técnica do jogo e dar outro estatuto à palavra, incluindo o jogo ou o desenho como formas de comunicação que permitiam abordar o inconsciente. Também quando surgiram as terapias de grupo, estas foram questionadas, mas os diversos autores foram desenvolvendo suas ideias e mostrando que, apesar de



*o que chamo de inegociáveis
para definir um campo
são coordenadas básicas
que minha formação freudiana
considera como princípios
fundamentais que definem
condições mínimas
para definir este campo
nos tempos atuais*

mudanças na técnica, continuavam dentro dos princípios básicos da metapsicologia freudiana; outras, sim, se afastaram da psicanálise.

Por mais de vinte anos, trabalhando no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, movimento este que luta para que a psicanálise como saber não seja regulamentada, me perguntava sobre os limites, o alcance e a extensão deste conhecimento.

Como formular certas ideias que nos permitam dar um contorno e um piso às questões que poderiam caracterizar este saber? Como definir condições do campo sem enquadrá-lo ou aprisioná-lo, mas que nos ofereçam alguma formulação que nos ajude a caracterizá-lo? Se procuramos em quaisquer dicionários, sejam gerais ou da especificidade de nosso campo, encontramos inúmeras definições de psicanálise, cada uma apontando para elementos diversos. Ao final, o que determinaria um campo específico da psicanálise? É possível dizer quem faz ou não psicanálise? Que escola se mantém dentro da especificidade?

Para encontrar Freud debatendo-se para reconhecer sua autoria do que ele chamou Psicanálise, basta ler o artigo “Contribuição à história do movimento psicanalítico”. O que levou Jung e Freud a se afastarem, na ruptura junguiana com a teoria freudiana? Para Freud, uma questão de princípio: a libido não é redutível, como queria

Jung, a uma energia mental inespecífica; ela pode ser dessexualizada por investimentos narcísicos, mas o será sempre de modo secundário, por uma renúncia à meta especificamente sexual. O monismo junguiano não foi aceito, e o caráter sexual da libido foi sempre sustentado por Freud¹. Eis aqui um exemplo transparente do que Freud não aceita como psicanalítico. Hoje não temos mais a voz de Freud para nos dizer o que ele pensava, mas temos linhas a serem seguidas que nos permitem avaliar suas concepções.

Freud nos diz:

Não é de se estranhar o caráter subjetivo desta contribuição que me proponho trazer à história do movimento psicanalítico, nem deve causar surpresa o papel que nela desempenho, pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabou sobre a minha cabeça em forma de críticas. Embora de muito tempo para cá eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer.²

Como costumamos dizer, façamos uma leitura circunstanciada: lembremos que Freud estava tentando instituir um saber, rodeado de ameaças. Disso decorre certa intransigência e autoritarismo. A história foi passando, encontramos muitas mudanças, mas mantemos certas interrogações.

O que chamo de *inegociáveis* para definir um campo são coordenadas básicas que minha formação freudiana considera como princípios fundamentais que definem condições mínimas para definir este campo nos tempos atuais. Tal caracterização está exposta e aberta aos debates que cada um queira travar, fundamentar e registrar sobre seus inegociáveis. Existe um rigor epistemológico a respeito do que é analítico, do que é o objeto da psicanálise. Flavio Ferraz³ escreve excelentes trabalhos nos quais desenvolve com rigor



esses conceitos, e que prefiro apenas referir em vez de reproduzi-los, porque o autor desenvolve largamente suas considerações. Outros trabalhos podem oferecer outros inegociáveis ou até podem se manifestar no sentido de que não haveria critérios possíveis de serem demarcados. Podemos pensar que a própria constituição da psicanálise impeça pensar em inegociáveis. Sou da ideia de que a psicanálise não é uma teoria que se formula e se coagula, acho imprescindível pensar na mobilidade que ela nos oferece. Entendo que voltar a Freud para fazê-lo trabalhar é imprescindível, mas é possível pensar em que momento uma mudança postula mudança de paradigma?

Há autores que pensam que ao invés de se preocupar com o que seria uma verdadeira psicanálise, ou uma psicanálise pura, temos que perder o medo e poder “sujá-la” – o que, no entender de alguns autores, fizeram muitos discípulos de Freud. Esse pensamento me parece louvável, mas me levanta algumas questões.

Não penso numa psicanálise pura, apoio a importância das mudanças e progressos, da flexibilidade na técnica que é responsabilidade de cada analista, mas quando chegamos às instituições de formação que portam nos seus currículos um seminário anual sobre mapa astral, ou instituições que se dizem formar analistas propondo que a voz do pastor coincide com o superego e é esta que deve ser ouvida – propagandas de cursos, formações de toda espécie que numerosas vezes vimos no Movimento Articulação – me pergunto: onde fica o limite?

Os conceitos a seguir apresentados são por mim identificados, portanto, para oferecer parâmetros que nos orientem; tal orientação não se apresenta como uma pretensa verdade e sim aberta a que cada um possa formular seus inegociáveis e até considerar que não deveríamos sustentá-los.

o que se faz necessário pensar é quando uma mudança rompe com o campo da psicanálise, para converter-se em uma nova formulação teórica. Entendemos que no significante psicanálise cabem mudanças e reconsiderações, mas se faz necessário considerar pilares básicos que a definem.

Sobre os inegociáveis

Estas breves considerações pretendem fazer referência aos elementos que nos permitem pensar que estamos trabalhando no campo da psicanálise, não porque este seja o ouro puro, mas porque se faz necessário diferenciá-lo de outras teorias e terapias que trabalham com o sujeito, como as terapias cognitivas, psicodramatistas morenianas, corporalistas, junguianas e muitas outras que têm referentes próprios. Como já dissemos, propomos pensar que diversos autores psicanalíticos definem de forma diferente alguns conceitos, ampliam, destacam ou aprofundam os que na obra freudiana não foram suficientemente considerados ou, às vezes, nem sequer trabalhados – como faz Laplanche em sua obra, ao retomar o conceito de sedução em Freud, que a seu ver foi submergido ou recalçado, formulando uma nova teoria da sedução generalizada. O que se faz necessário pensar é quando uma mudança rompe com o campo da psicanálise, para converter-se em uma nova formulação teórica. Entendemos que no significante *psicanálise* cabem mudanças e reconsiderações, mas se faz necessário considerar pilares básicos que a definem.

Na época em que foram formulados alguns conceitos, Freud estava imerso em uma realidade que era a de sua época; portanto, não considerou certos marcadores, que hoje em dia se consideram

1 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, “Libido”, in *Vocabulário da psicanálise*, p. 66.

2 S. Freud, *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico*, p. 7.

3 F. Ferraz, *Desafios epistemológicos para a psicanálise*; F. Ferraz, “O Departamento de psicanálise e a formação de analistas”, *Percurso* n. 74.



*mesmo pensando
em diversas concepções
metapsicológicas, segundo
as diferentes escolas, impõe-se
a radicalidade do inconsciente
no campo do desejo e o modo
em que se transita pelo caminho
da sexuação na inscrição
da alteridade*

fundamentais para determinar o campo social no qual o sujeito está inserido e seu reflexo na formação psíquica. O neoliberalismo⁴, as questões fundamentais do racismo estrutural denunciado hoje em dia como uma das grandes dívidas que a cultura da branquitude tem com a história⁵, os avanços da cybercultura, a inclusão da diversidade sexual no campo da formação do sujeito psíquico, a mudança do lugar de fala da mulher – insistente força com que lutamos homens e mulheres para desmontar o patriarcalismo – trazem novas problemáticas, não incluídas nas primeiras formulações. A psicanálise, como toda ciência, até as ciências duras, é datada do momento de sua produção e, na riqueza dos escritos freudianos, encontramos importantes brechas para que ela possa avançar. Também encontramos certas inconsistências epistemológicas⁶, que podem ser revisadas e corrigidas, mas nosso interesse neste artigo é o de recordar os pontos básicos que compõem o solo de um saber do qual Freud se diz fundador.

A seguir, apresentarei um recorte dos elementos que acho fundamentais. Sabemos que muitos psicanalistas terão elementos a agregar, frente ao reconhecimento de uma inquietação que nos ronda, permanentemente.

Considero interessante distinguir dois campos para abordar a questão: 1) os pilares metapsicológicos e 2) os pilares clínicos.

Na *metapsicologia* considera-se que estamos no campo da psicanálise quando trabalhamos com:

1. Conceito de inconsciente;
2. Conceito de pulsão;
3. Conceito de sexualidade infantil;

Na *clínica*:

1. Conceito de transferência;
2. Abstinência;
3. Método psicanalítico: atenção flutuante e associação livre. Sem dúvida aqui consideraremos a diversidade de opções que hoje em dia nos propõem outras formas de trabalhar que não nos afastam do saber psicanalítico.

Metapsicologia

1) *O inconsciente*

O que é inegociável para manter nossa especificidade teórica é considerar o deslocamento que faz a psicanálise, de uma concepção ptolomaica de um Eu possuidor da verdade ao re-centramento do *inconsciente* como espaço estrangeiro que deixa o sujeito à mercê de um desconhecido de si. Mesmo pensando em diversas concepções metapsicológicas, segundo as diferentes escolas, impõe-se a radicalidade do inconsciente no campo do desejo e o modo em que se transita pelo caminho da sexuação na inscrição da alteridade. Esta descoberta é radical e entendemos que define nosso trabalho. Tendo em conta as duas tópicas freudianas, consideramos que o aparelho psíquico está constituído por um certo número de sistemas dotados de características e funções diferentes, dispostos em uma certa ordem e relação; se, no desenvolver da sua teoria, observamos mudanças que se contemplam, se modificam e se reestruturam, isso se insere sempre na consideração do inconsciente.

Da primeira tópica, a diferença entre inconsciente, pré-consciente e consciente (desenvolvido no capítulo VII da *Interpretação dos sonhos*, 1900⁷); à segunda tópica, na distinção entre Id, Ego e Superego

(esta concepção do aparelho psíquico, formulada a partir de 1920, fundamentalmente se plasma no artigo “Ego e o Id” de 1923⁸) vemos mudanças que se fazem necessárias para incluir os estudos desenvolvidos durante mais de 20 anos, como as identificações na constituição do sujeito, o trabalho sobre o narcisismo e a segunda teoria pulsional, o que induz Freud a uma reformulação mais ampla. Ambas as tópicas consideram o desconhecido em si, venha do recalamento, do mundo pulsional, das identificações ou das defesas, como fundante do aparelho psíquico: a teoria avança e se enriquece, mas não deixa de considerar o papel central do inconsciente como elemento primordial, mesmo vindo de diferentes fontes. Na segunda tópica, há sobreposições do que pertence aos modelos inconscientes, encontrando no Ego e no Superego elementos inconscientes, como as defesas no Ego, por exemplo. O desconhecido em si provém do inconsciente descritivo ou do pulsional, que coexistem. Freud não renunciou a conciliar suas duas tópicas. Por diversas razões apresentou uma representação especialmente figurada do conjunto do aparelho psíquico em que coexistem as divisões Ego, Id e Superego e as divisões inconsciente, pré-consciente e consciente, tal como formulado no “Esboço da psicanálise” de 1938⁹, onde encontramos uma exposição precisa dessa tentativa. A teoria avançou, mas continua mantendo a radicalidade do inconsciente.

4 M.P. Fuks, *Psicopatologia psicanalítica e subjetividade contemporânea*; N. Silva Jr., “O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão na psicanálise”, in *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*; T. Ab’Saber, *O soldado antropofágico*.

5 I.B. Nogueira, *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*.

6 A.M. Sigal, “A organização genital infantil”, in *Freud: um ciclo de leituras*, p. 65.

7 S. Freud, *La interpretación de los sueños*.

8 S. Freud, *El yo y el ello*.

9 S. Freud, *Esquema del psicoanálisis*.

10 S. Freud, *Tres ensayos de teoría sexual*.

11 J. Laplanche, *El inconsciente y el ello*, p. 117.

12 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 394.

13 No texto “A formação do Eu: Um estudo para ler o estágio do espelho” me ocupo de desenvolver o papel do mimetismo nos processos identificatórios típicos do animal, no que estaria enraizado o conceito de instinto (A. Sigal, in *O originário e o recalamento primário*, cap. 4, p. 76). Também nesse livro se analisa de forma exaustiva a noção de objeto-fonte da pulsão, destacando-se o papel da alteridade como elemento que atua sobre o biológico e que lhe dá sentido, na antecedência do adquirido sobre o inato.

»»

*essa substituição
tira o sujeito do campo
da pura biologia e o constitui
na sua própria diferença,
fora do determinismo
biológico, a partir
da valorização da fantasia
e da linguagem*

2) Conceito de pulsão

Outro elemento inegociável é o deslocamento que Freud produz nos “Três ensaios” de 1905¹⁰ ao demolir o preconceito de uma sexualidade pré-orientada instintualmente no homem, em benefício de uma *pulsão* que só encontraria seu objeto de maneira totalmente aleatória na sua história individual, objeto esse essencialmente vicariante e contingente¹¹. Essa substituição tira o sujeito do campo da pura biologia e o constitui na sua própria diferença, fora do determinismo biológico, a partir da valorização da fantasia e da linguagem. Segundo Laplanche e Pontalis¹², o termo *pulsão* foi introduzido nas traduções francesas de Freud como equivalente a *Trieb* para evitar o termo traduzido como instinto (sabemos que nem todos os autores convalidam essa tradução). Instinto designa um comportamento hereditariamente fixado que aparece de forma quase idêntica em todos os indivíduos de uma mesma espécie animal, no qual existiria uma fixidez na meta e no objeto. Na sexualidade humana, o objeto é escolhido segundo as vicissitudes da história do sujeito, pode mudar de um indivíduo a outro, é reconhecido um lugar de singularidade, isto é, contingente e vicariante. O objeto-fonte da pulsão tem sua origem no encontro com a alteridade, priorizando o adquirido sobre o inato¹³.



encontrar
na transferência,
de forma nítida,
a repetição do sintoma,
nos ajuda a desanuviar
velhas histórias
de repetição

3) Sexualidade infantil

O terceiro inegociável é o que recoloca a *sexualidade infantil* como trilha pela qual transita a formação da subjetividade. Referimo-nos, aqui, a uma sexualidade que atua desde o princípio da vida, ampliando o conceito para a especificidade do que os psicanalistas chamamos de *sexual*. Esta sexualidade tem um aspecto perverso polimorfo e se transforma num pilar para entender não só a formação subjetiva mas também as diferentes escolhas amorosas e a estruturação das neuroses. Nesse sentido, para a psicanálise, o sexual não é redutível à genitalidade, não pode ser enquadrado na sexualidade genital reprodutiva nem tampouco nos ordenamentos de gênero, já que estes são ordenadores sociais. A sexualidade infantil está determinada por movimentos desejantes. É o outro adulto que ao debruçar-se sobre o *infans* o inunda com sua sexualidade. A criança transita por caminhos da sexuação, não necessariamente segundo trilhas ou fases biologicamente predeterminadas – oralidade, analidade, falicidade, como as ampliou e desdobrou Abraham a partir dos três ensaios –, pois se este é um primeiro caminho que Freud tomou nos “Três ensaios”¹⁴, onde o biológico atua como apoio e o prazer é um a mais da satisfação, com predomínio da ancoragem no biológico, este conceito vai se ampliando,

sempre de forma conflitante, e vai tomando caminhos mais complexos, ao introduzir-se o papel do adulto nos processos de implantação, de sedução e realização do desejo que se desliga da satisfação e do biológico, relacionando a sexualidade infantil aos caminhos do amor e das representações fantasmáticas. Silvia Alonso nos diz: “Pelo caminho da alteridade, que recebe, acolhe o corpo e o penetra, o corpo, na psicanálise, vai se distanciando da biologia”¹⁵.

Clínica

1) A transferência

A *transferência*, segundo especificam Laplanche e Pontalis,

designa o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no enquadre de um certo tipo de relação estabelecida com eles, eminentemente, no quadro da relação analítica. Trata-se aqui de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada¹⁶.

Esta é uma ferramenta fundamental para o estabelecimento da relação analítica. Não devemos esquecer o papel que Freud dá a este conceito também como resistência ao tratamento¹⁷. Encontrar na transferência, de forma nítida, a repetição do sintoma nos ajuda a desanuviar velhas histórias de repetição. É sem dúvida um conceito que se refere à relação: sentir com o paciente não implica sentir pelo paciente, nem obrigar o paciente a sentir, pressupõe um vínculo que deve ser abordado com grande disponibilidade e delicadeza e depende da forma e dos recursos que se dispõe para levar em frente a condução da cura. A sensibilidade e a abertura para estar com o outro dependem, a meu ver, de uma boa formação, que inclui em primeiro lugar a análise do analista, assim como os estudos teóricos e a discussão da sua clínica com outros analistas, como base dos

elementos que definem o tripé de uma formação. Aqui começamos a adentrar os aspectos mais conflitantes de nosso fazer. Esse conceito tem se flexibilizado e adquire alguns dos aspectos mais difíceis de se definir. Flexibiliza-se, se alarga mas, a meu ver, não desaparece a importância que a transferência tem no contexto de nosso trabalho.

Se pensamos na elasticidade da técnica, se fará necessário incluir modificações importantes em relação ao que Freud define como transferência nos tratamentos clássicos das neuroses e no enquadre do consultório particular. Roussillon¹⁸, num importante artigo em torno da simbolização primária, nos oferece argumentos interessantes que vale a pena tomar como referência. Ele se pergunta se é necessário opor a psicoterapia à psicanálise, e nos lembra que o próprio Freud¹⁹ define a psicoterapia psicanalítica como fundada na análise da transferência, diferenciando-a da psicoterapia fundada na sugestão, a que chama de psicoterapia médica. Os avanços que partiram da terapia catártica e da sugestão ao método psicanalítico marcam uma posição que desejo enfatizar.

Entendo que, no sentido clássico, o termo transferência, desenvolvido por Freud nas suas formulações a partir do estudo das histerias²⁰, refere-se a uma ferramenta para abordar as neuroses; entendo também que trabalhamos com pacientes que apresentam patologias narcísicas ou sofrimentos narcísicos, assim como patologias fundadas em mecanismos de clivagem que nos propõem dificuldades para trabalhar com o método clássico. A meu ver, faz-se necessário rever novas formas de utilização da transferência sem fugir da ideia de que há uma transferência instituída ou a se instituir, o que nos permite pensar que existem novos e diversos manejos da

»
a abstinência é um princípio
ou uma regra da prática
analítica segundo a qual
o tratamento analítico deve
ser conduzido de modo
tal que o paciente
encontre o menos possível
de satisfações substitutivas
para seus sintomas.

transferência. Roussillon²¹ propõe como necessário ser capaz de sentir, e de se sentir, ser capaz de ver e de se ver, ser capaz de ouvir e se ouvir. Em suma, se sentir é aceitar ser afetado. A contratransferência, também chamada transferência do analista, põe em jogo as simbolizações e os afetos do terapeuta como produto do interjogo de uma relação na qual terapeuta e analisando estão implicados. Entendo que é necessário seguir aprofundando a investigação sobre a contratransferência para trabalhar com esses pacientes de uma forma enriquecida pelo afeto e para que o alargamento da técnica possa ocorrer.

2) A abstinência

A *abstinência* é um princípio ou uma regra da prática analítica segundo a qual o tratamento analítico deve ser conduzido de modo tal que o paciente encontre o menos possível de satisfações substitutivas para seus sintomas. Do lado do analista, implica o preceito de se recusar a satisfazer os pedidos do paciente de ocupar efetivamente os papéis que este tende a lhe impor. Em certos casos e, em certos momentos do tratamento, a regra da abstinência pode exprimir-se através de atos dirigidos a comportamentos repetitivos que dificultam o trabalho de rememoração e elaboração, para possibilitar que o paciente saia da

14 S. Freud, *op. cit.*

15 S.L. Alonso, "Sexualidade: destino ou busca de uma solução?", in *Corpos, sexualidades, diversidades*, p. 16.

16 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulário da psicanálise*, p. 514.

17 S. Freud, *Trabajos sobre técnica psicoanalítica*, p. 102.

18 R. Roussillon, "Teoria da simbolização: a simbolização primária", in *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*.

19 S. Freud, *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico*.

20 S. Freud, *Esquema del psicoanálisis*.

21 R. Roussillon, *op. cit.*



*a ideia de colocar
o método entre os inegociáveis
tem a ver com a necessidade
de priorizar elementos de
que Freud se utiliza
para diferenciar a catarse,
a sugestão e o método
da associação livre*

estagnação ou de uma profunda dissociação, objetivo que só se consegue com o alargamento da técnica clássica.

Poderíamos acrescentar que é importante não só nos abstermos de satisfazer o paciente, mas também de desejar pelo outro: diferenciar o desejo próprio daquilo que o paciente põe em jogo na transferência como forma de encontrar os caminhos de sua subjetividade. A desejar por ele já estiveram seus pais ou aqueles que, a sua volta, foram objetos de seu desejo na infância, aqueles cuja moeda eram o amor e a aprovação, e que se reatualizam hoje na transferência. Referimo-nos àqueles que são o motor de sua sexualidade infantil. Hoje, na repetição, não podemos nos atribuir esse lugar.

Abstinência e neutralidade²² foram conceitos deturpados. Parece que muitos psicanalistas, apoiados nesses conceitos que nos oferece a psicanálise, os transmutaram e inventaram uma fórmula cômoda para se manter alheios à realidade e fazer do tratamento uma forma de se desresponsabilizar e não assumir seu lugar cidadão, evadir-se das lutas e esconder-se atrás de uma neutralidade que não faz bem nem aos pacientes, nem a si mesmos. Entenderam por abstinência a abstinência de viver, de participar, de ter opinião. Entretanto, abstinência de desejar pelo outro sim, nunca abstinência de assumir

as responsabilidades como sujeitos da história, acima de tudo uma posição ética da psicanálise.

3) O método psicanalítico

O método psicanalítico, composto pela associação livre e a atenção flutuante, é dos inegociáveis que também está em questão, dado que sua associação com o enquadre da situação analítica é a que mais varia em nossos tempos. A *associação livre*, que é o processo constitutivo da técnica analítica que Freud implementa quando abandona a sugestão, se apresenta como uma forma possível de abordar o inconsciente. Sua consigna é a de pedir ao paciente para falar todas as ideias e pensamentos que aparecem, mesmo aqueles que poderiam parecer sem sentido para o paciente. Em contrapartida, pede ao analista para se manter em *atenção flutuante*, que consiste em escutar o analisando sem privilegiar, a priori, quaisquer elementos do discurso dele, deixando funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente.

A ideia de colocar o método entre os inegociáveis tem a ver com a necessidade de priorizar elementos de que Freud se utiliza para diferenciar a catarse, a sugestão e o método da associação livre, método este que caracteriza um grande avanço no desenvolvimento da técnica. A fala nem sempre dá conta do que se inscreve no mundo psíquico do paciente, as comunicações pré-verbais e ainda as não verbais foram tomando mais importância com o desenvolver da teoria. O mundo pulsional e o recalque primário nos falam de inscrições que fazem marca desde os primórdios; essas inscrições às vezes vazam no decorrer de uma sessão, como elementos de não palavra, mas podem ser incluídas na narrativa da sessão expressando elementos do discurso inconsciente que não alcançaram o estatuto de representação palavra.

Como desenvolvemos no item sobre a transferência, com certos pacientes o método pode atender a variações em função da necessidade de modificar o *setting*. As condições do trabalho

frente a frente, na internet, assim como certos trabalhos desenvolvidos em coletivos que têm como cenário uma rua ou uma praça podem pôr em questão os inegociáveis clínicos. A atenção fluante, assim como a associação livre, podem ser revalorizadas seguindo outros parâmetros que nos facilitaríamos a escuta; deixar correr uma expressão solta de associações em vez de sugerir ou induzir permite a emergência de expressões inconscientes. Essa possibilidade obtém, no trabalho, efeitos realmente surpreendentes.

Termino este escrito me reencontrando com questões que se colocaram no começo do trabalho: até onde nossas mudanças nos permitem seguir situados no campo da psicanálise? Alargar e ampliar considerações teóricas e clínicas nos permite reconhecermo-nos dentro do campo da psicanálise sem mudar paradigmas que são constitutivos deste saber.

»
*alargar e ampliar
considerações teóricas
e clínicas nos permite
reconhecermo-nos
dentro do campo
da psicanálise sem
mudar paradigmas
que são constitutivos
deste saber*

Pretendo, assim, fazer uma pontuação que funcione como guia e oriente nosso trabalho ao tentar circunscrevê-lo.

Referências bibliográficas

- Ab'Saber T. (2022). *O soldado antropofágico*. São Paulo: n-1.
- Alonso S.L. (2016). Sexualidade: destino ou busca de uma solução? In *Corpos, sexualidades, diversidades*. São Paulo: Escuta. p. 13-31.
- Ferraz F. (2025a). *Desafios epistemológicos para a psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- _____. (2025b). O Departamento de Psicanálise e a formação de analistas, *Percurso*, n. 74.
- Freud S. (1900/1988). La interpretación de los sueños. In *Obras completas*, v. 4. Buenos Aires: Amorrortu. p. 17-707.
- _____. (1905/1988). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras completas*, v. 7. Buenos Aires: Amorrortu. p. 109-223.
- _____. (1912/1988). Sobre la dinámica de la transferencia. In *Obras completas*, v. 12. Buenos Aires: Amorrortu. p. 95-105.
- _____. (1912/1988). Trabajos sobre técnica psicoanalítica. In *Obras completas*, v. 12. Buenos Aires: Amorrortu. p. 80-104.
- _____. (1914/1988). Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico. In *Obras completas*, v. 14. Buenos Aires: Amorrortu. p. 1-64.
- _____. (1923/1988). El yo y el ello. In *Obras completas*, v. 19. Buenos Aires: Amorrortu. p. 3-64.
- _____. (1938/1988). Esquema del psicoanálisis. In *Obras completas*, v. 23. Buenos Aires: Amorrortu. p. 173-182.
- Fuks M.P. (2023). *Psicopatologia psicanalítica e subjetividade contemporânea*. São Paulo: Blucher.
- Laplanche J. (1987). *El inconciente y el ello. Problemáticas IV*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche J.; Pontalis J.-B. (2016). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nogueira I.B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
- Roussillon R. (2013). Teoria da simbolização: a simbolização primária. In Figueiredo L.C.; Savietto B.B.; Souza O. (orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Sigal A.M. (1997). A organização genital infantil. In Alonso S.L.; Leal A.M. (orgs.). *Freud: um ciclo de leituras*. São Paulo: Escuta.
- Sigal A. (2025a). Abstinência. *Boletim online do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, n. 74, abril.
- _____. (2025b). *O originário e o recalçamento primário*. São Paulo: Blucher.
- Silva Jr. N. (2018). O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão na psicanálise. In *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 35-58.

The non-negotiables

Abstract This article reflects on the fundamental metapsychological and clinical principles that constitute the minimal ground for defining the psychoanalytic field. The aim is not to establish a “pure gold” standard, but to critically examine the extent to which certain paradigm shifts may, in fact, constitute another field altogether. The discussion focuses on fundamental concepts such as the unconscious, drive, and infantile sexuality, as well as on the clinical framework established by transference and the principle of abstinence.

Keywords unconscious; drive; infantile sexuality transference; abstinence; psychoanalytic method.

Texto recebido: 09/2025

Aprovado: 10/2025

Violência: a expressão afetiva de nossa época

Maria Laurinda R. Sousa

Maria Laurinda R. Sousa é psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora do curso Psicanálise do mesmo Departamento de 1983 a 2024. Membro do Núcleo Semente: Saúde Mental e Direitos Humanos Relacionados ao Trabalho, do mesmo Instituto. Professora do curso Saúde Mental Relacionada ao Trabalho. Escritora. Ensaísta. Autora dos livros: *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005), *Vertentes da Psicanálise* (Pearson, 2017), além de livros de crônicas e de contos infantis e artigos em várias coletâneas.

Resumo Somos invadidos diariamente por relatos e cenas de violência; vivemos numa sociedade de guerra. Este texto se propõe a fazer uma análise dessa realidade, considerando suas faces de exclusão, extermínio e transbordamentos. Que convocações essas dinâmicas político-econômico-culturais fazem à Psicanálise? Que respostas têm sido construídas? Ao final, imaginam-se horizontes possíveis.

Palavras-chave violência; guerra; neoliberalismo; racismo; decolonização; violência no trabalho.

DOI: 10.70048/percurso.75.31-40

Temos escrito com frequência a palavra democracia... É uma grande palavra cuja história, suponho, ainda está por cumprir-se [Walt Whitman]

Pensem nas crianças mudas telepáticas. Pensem nas meninas cegas inexatas. Pensem nas mulheres rotas alteradas... Não se esqueçam da rosa de Hiroshima [Vinícius de Moraes]

Como falar da violência quando toda a tonalidade afetiva de nossa época parece contaminada por suas manifestações? Somos invadidos diariamente pelos relatos de sua intensidade: violência na política, na degradação do meio ambiente, nas desigualdades, na fome, no assassinato e exclusão dos direitos aos povos originários, nos corpos privilegiados como alvos para a morte (pretos, pobres, população lgbtq+), nos feminicídios, na deriva dos refugiados. No uso abusivo e sem controle das Big Techs e das redes sociais. Nos desencontros violentos do cotidiano.

Em qualquer momento do dia, as notícias trágicas nos alcançam. “No dia 6 de agosto de 2025, mais uma cena de violência na escola: uma menina de 13 anos foi colocada contra a parede e agredida por 4 colegas porque não quis dar um ‘geladinho’ para outra menina. A cena, filmada pelos agressores, foi colocada na internet”. A violência na escola reproduzindo a violência da sociedade; redes sociais funcionando como tela onde se difunde e se goza com a violência. Recentemente, a série *Adolescência* nos impactou com uma história semelhante evidenciando o desamparo e a solidão a que as crianças e adolescentes estão submetidos.



para Eric Hobsbawm
o século xx foi uma
Era dos Extremos, matando-se
mais pessoas do que em
qualquer outra época

A sociedade atual tornou-se uma sociedade de guerra; nações invadidas, devastadas, populações exiladas. Bombas explodindo, corpos mutilados e esqueléticos nos assombrando. A ausência de mediações, de possibilidades de elaboração e o interesse de propriedade¹, que desconhece a existência do outro e suas necessidades, faz com que a violência se dissemine globalmente.

Para Eric Hobsbawm o século xx foi uma *Era dos Extremos*, matando-se mais pessoas do que em qualquer outra época. O final da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela tragédia do lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroshima e, logo em seguida, sobre Nagasaki. Anunciando o risco do que se seguiria, Albert Camus fez um alerta em favor da vida, no editorial do jornal *Combat*, no dia 8 de agosto, dois dias após a queda da bomba:

É preciso dizer, desde hoje, que, com os meios terríveis de destruição de que dispõe a humanidade, corremos o risco de ver a civilização mecânica atingir o seu último grau de selvageria. Será necessário escolher, num futuro mais ou menos próximo, entre o suicídio coletivo ou a utilização inteligente das conquistas científicas.

O século XXI iniciou-se com outra cena de destruição: a queda do World Trade Center². Os ataques que se seguiram revelaram a continuidade do *desmoronamento*³. Quando escrevi sobre a violência, em 2003, as notícias da guerra no Iraque nos bombardeavam com cenas semelhantes às que vemos hoje em Gaza, na Ucrânia e no ataque recente ao Irã. Reafirma-se o que Agamben já havia enunciado: “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”⁴.

Indignada com o que está acontecendo em Gaza, Rita Segato perguntou: “Que fazemos num mundo em que a lei é um poder de morte?”. E acrescentou: “Me defino como ex-humana. Não quero pertencer a esta espécie sinistra, genocida”⁵.

Desde outubro de 2023, quando ocorreu a terrível invasão do Hamas, outros territórios, além da Palestina, estão sendo atacados pelo governo de Israel. As notícias sobre Gaza nos mostram mortes por fome e assassinatos na fila de coleta de alimentos; a fome e o controle da água sendo usados como armas de guerra. Crianças têm pesadelos com bombas caindo sem parar. Com medo de não serem identificadas, escrevem o nome em sua pele; garantia de que não serão apenas números. Ilan Pappé, em mesa na FLIP deste ano, afirmou: “Não fiquei surpreso com a violência do Hamas. Não fiquei surpreso com a violência de Israel. Fiquei surpreso com a indiferença à continuidade dos ataques. Infelizmente falta às elites políticas dignidade moral para tratar dessa questão”.

É verdade. O silêncio e a indiferença são insustentáveis. Mas muitas vezes reagiram. Temos assistido a movimentos de protestos e pedidos de fim ao genocídio da Palestina. Movimentos pela paz e pela liberação dos reféns. Vozes de jovens e ativistas judeus saindo às ruas e declarando: *Não em nosso nome!* São significativos os vários manifestos, como a Carta Aberta, escrita por um grupo de psicanalistas do Instituto Sedes Sapientiae, convocando a comunidade psicanalítica a se posicionar pelo fim do genocídio na Palestina.

Mas muitos resistem ao reconhecimento dessa tragédia, criando uma confusão entre o que é o antissemitismo e o que são críticas legítimas ao governo de Israel e aos que o apoiam. Nesse clima fratricida, manifestações antissemitas reapareceram na cena pública mostrando também o efeito de um deslocamento indevido: um povo sendo julgado pelos crimes de seus dirigentes. Situação complexa que reacende histórias trágicas anteriores.

Outros territórios estão em guerra e as mortes são mostradas cruamente, denunciando a tragédia da *licença* para matar, *legitimando* exclusões,

racismos e apropriação de riquezas dos países invadidos. Um imaginário de salvo conduto para apropriação dos corpos, de suas terras e de seus direitos legítimos de viver e sonhar o presente e o futuro.

A intensidade dessas violências nos faz partilhar do desejo enunciado por Rita Segato: ir para fora do mundo. Desver o que insiste em ser visto. Saída mágica pelo caminho da alienação e da recusa. No entanto, o espectro resultante daquilo que não fazemos, da indiferença, volta a nos assombrar demandando responsabilização e luta:

Quando perco uma oportunidade ética crucial e deixo de realizar a ação que “mudaria tudo”, a própria inexistência do que eu deveria ter feito há de me perseguir para sempre: apesar de não existir o que eu não fiz, seu espectro continua a insistir.⁶

Algo próximo ao que Hardt e Negri apontam quando afirmam que, diante do terror, não basta a indignação; são necessários atos que rompam o circuito das mortes. Atos que eles nomeiam como luta pela libertação: o *ousar saber* derivando para o *saber ousar*.

- 1 Em *Bem-estar comum*, Hardt e Negri fazem uma análise da República da propriedade como uma das grandes questões que impede o bem-estar comum: a propriedade privada, em sua forma capitalista, produz uma relação de exploração no sentido pleno – a produção do humano como mercadoria.
- 2 V. Safatle, em *Só mais um esforço*, propõe outra leitura: marcar o início deste século pelos movimentos de resistência, como foi a Primavera Árabe. Tento demarcar alguns deles, ao longo do texto. No entanto, estou atravessada pelo aniquilamento e silenciamento dessas forças. A revolução do Haiti e sua destruição ainda ecoa sobre nós.
- 3 Eric Hobsbawm (2002) nomeou as três últimas décadas do século passado (1973-1991) como Era do Desmoronamento; tempos de crises econômicas em que se deu a ascensão do Neoliberalismo.
- 4 G. Agamben, *Estado de exceção*, p.12.
- 5 Entrevista de Rita Segato, antropóloga argentina, no Instagram, em “Diálogos pela democracia”, jun. 2025. Segato foi professora na Universidade de Brasília e coautora na primeira proposta de cotas para estudantes negros e indígenas na educação superior.
- 6 S. Zizek, *Bem-vindo ao deserto do real*, p. 37.
- 7 Aimé Césaire foi o criador do termo *negritude*: “plantar nossa negritude como uma bela árvore, até que ela dê seus frutos mais autênticos”. Mais tarde, ele se afastou do sentido inaugural do termo para dizer: “Sou da raça daqueles que são oprimidos”. *Discurso sobre o colonialismo*, p. 93.
- 8 A. Mbembe, *Necropolítica*.

»
*cabe-nos, então, perguntar
se há algo específico em nossa
época para que
a violência tenha essa
dimensão de excesso*

Violência: uma prática de extermínio e transbordamentos

Que a violência não é um fato novo, Hannah Arendt já o confirmara em seu livro *Sobre a violência*, mostrando-nos que suas manifestações sempre acompanharam o processo histórico. Aimé Césaire descreveu inúmeras cenas de crueldade, de ódio e de mortes sem que houvesse indignação e revolta dos ditos países civilizados, colonizadores. Pelo contrário, foram enunciadas justificativas: uma espécie de expropriação para o bem de todos, para que as riquezas não ficassem confinadas na mão de povos indigentes, que não sabem aproveitá-las; a colonização feita em nome de Deus ou da utilidade pública. Diante dessa realidade, propôs uma equação sintética e precisa: colonização = coisificação. Podemos acrescentar à fórmula outro item: extermínio⁷. Mbembe propôs o conceito de necropolítica e necropoder para dar conta, em nosso mundo contemporâneo, de como o neocolonialismo, o racismo e o poder das armas é utilizado para destruir o número máximo de pessoas e criar *mundos de morte*⁸.

Cabe-nos, então, perguntar se há algo específico em nossa época para que a violência tenha essa dimensão de excesso e seja, em muitas situações, naturalizada.

Será o poder econômico, em sua face neoliberal, em expansão desde a década de 70 do século passado, com seu caráter extrativista, imperialista e colonizador, com seu desejo de acumulação por desapropriação, um valor maior que a riqueza das subjetividades singulares e das histórias próprias de cada povo? Joel Birman é assertivo na resposta: “A promoção do estado de guerra e da guerra



na tentativa atual de retomada
do imperialismo pelos EUA,
podemos reconhecer
o uso dessas estratégias

permanente evidência, efetivamente, a face macabra do neoliberalismo, que suspendeu os *direitos sociais* e rompeu ativamente com os laços sociais, sempre em nome dos imperativos do mercado”⁹.

Serão os meios de difusão globalizados e instantâneos, invadindo-nos com cenas ininterruptas das guerras e das tragédias que acontecem no mundo, um dos fatores que faz transbordar nosso psiquismo, provocando mais violência ou indiferença e apatia?¹⁰

Os dados atuais tendem a confirmar essas hipóteses. A cultura neoliberal, ao colocar o acento no individualismo e na concorrência, faz com que a alteridade, submetida ao *narcisismo das pequenas diferenças*, torne-se uma ameaça e um convite à exclusão. O outro não Eu, portador de tudo que rompe com a *imagem ideal do si mesmo*, torna-se facilmente um inimigo a ser destruído, um povo a ser desumanizado, uma nação a ser eliminada.

A política econômica das privatizações, com o ataque aos direitos e às organizações coletivas de proteção social, tem fomentado a destruição e desqualificação do patrimônio público, das políticas de bem-estar social, das experiências marcadas pela solidariedade e cooperação. Suas demandas e seus efeitos são naturalizados, fazendo parecer que as hierarquias, as exigências e as sujeições são necessárias, tornando-se internalizadas e valorizadas. “A internalização psíquica é um dos deslocamentos topológicos centrais da violência... o *front* da batalha não se desenrola externamente, mas dentro da pessoa”¹¹. É assim que assistimos, com pouca resistência, à justificativa imperialista de que os gastos com armamentos são prioridades contingenciais para manutenção da ordem e da democracia. Uma democracia

esvaziada de seu sentido simbólico; submetida ao que Naomi Klein¹² nomeou de *capitalismo do desastre*: aproveita-se o momento de uma grave crise e privatiza-se o Estado, transformando essa mudança em uma prática permanente. “Sempre foi assim, desde o tráfico de escravos no Atlântico até a crise climática contra a natureza; ele é tão inconsequente que é construído sobre essa disposição de sacrificar vidas em nome do lucro”.

Em outra dimensão do que nos atravessa como violência, temos a expansão constante de falsas verdades, de apelos ao consumo, de excesso de informações convocando nossa atenção e impedindo a pausa e o silêncio. São sintomáticos seus efeitos: dispersão, irritabilidade, agitação, perda da memória e de concentração. Permito-me nomear de “armamentos digitais” esses dispositivos que impedem o pensamento e o juízo crítico sobre a realidade que nos atinge e nos dessubjetiva.

Jurandir Freire Costa refere-se a essa estratégia de falsas verdades, que se alastra pelo campo político, como “*mentira coletiva*: ela é permanente e deliberadamente propagada, com a finalidade de recrutar simpatizantes e militantes e de uniformizar as diferenças, transformando-as em massas homogêneas e submissas aos chefes autoritários-totalitários”¹³. Em sua leitura sobre a violência, coloca em destaque os efeitos traumáticos desse abuso de poder que tem no ódio – o ódio cultural – um instrumento de luta pela hegemonia de certas visões de mundo; a imprecisão de sentido e a ignorância sobre o que se fala e se difunde, sendo engrenagens fundamentais dessa máquina de ódio¹⁴. Edgar Morin¹⁵, em outro contexto, também enfatiza que um dos aspectos mais odiosos da propaganda de guerra é a *mentira de guerra*, sendo uma das piores a de atribuir seus próprios crimes ao inimigo; esse ódio ao inimigo estendendo-se para o fanatismo, alimentado pela mídia nos tempos de paz.

Na tentativa atual de retomada do imperialismo pelos EUA, podemos reconhecer o uso dessas estratégias – *mentira de guerra*, *mentira coletiva* e *instrumentalização da máquina do ódio*, presentes também em momentos históricos anteriores



em que, com a alegação de estar defendendo a segurança, a liberdade e a democracia, o governo americano ousou interferir em governos legítimos e provocar a instalação de ditaduras coniventes com seus interesses políticos e econômicos. No Brasil, as ameaças atuais à sua soberania encontraram álibi nas reivindicações e movimentos de grupos de extrema-direita que tentam impedir o cumprimento da justiça e desestabilizar o país.

O que esses cenários nos revelam é a persistência de jogos políticos marcados pelo abuso da força, por discursos de ódio que tentam legitimar suas ações numa tentativa de cooptar adeptos e anular resistências. Expande-se perversamente uma ideologia totalizante que fomenta os interesses mercadológicos, extrativistas, as invasões, o desterro de populações que ficam à deriva, e impossibilita a convivência solidária e a organização do comum.

Convocações atuais à Psicanálise

Um médico calmo e sonolento carregou os corpos em um caminhão militar
[Serhiy Zhadam]

Delatar o sistema colonial e racista é talvez o primeiro passo para nos descolonizarmos
[D. Pavón-Cuéllar]

A violência reverbera na clínica e nos convoca a um trabalho insistente para desvelar o que permanece oculto ou silenciado. Que reconhecimento fazemos dos atravessamentos históricos

que reconhecimento fazemos dos atravessamentos históricos de exclusões e violência em nosso campo? Do papel da psicanálise durante os regimes de exceção?

de exclusões e violência em nosso campo? Do papel da psicanálise durante os regimes de exceção? De suas manifestações diante de cenas de autoritarismo e abuso de poder? Psicanálise e política? De que imbricações se trata?

O número 68 da *Percurso* traz artigos que tratam dessas questões. Na entrevista sobre “violência e delicadeza”, Paulo Endo fala de momentos cruéis de silenciamento e de conluio da psicanálise com o autoritarismo, mas também faz relatos de atos de resistência e de reconhecimento de sua potência política. Na sessão Debate, um convite a falar do fascismo. No texto de Maria de Lourdes Caleiro Costa, uma pergunta final me interessa: “o que tudo isso tem a ver com a psicanálise?”, e sua resposta: “O que tudo isso não tem a ver com a psicanálise?”

O sofrimento decorrente do racismo convoca-nos a vislumbrar o véu que o encobria, como se as questões da branquitude (com sua falsa pretensão de universalidade) e da negritude não existissem. A política de cotas tornou mais evidente os efeitos desse mascaramento que se desloca também para outros aspectos da formação. É recente, entre nós, a leitura de autores negros e afro-brasileiros e o reconhecimento de sua importância na defesa de uma história real (que conteste a que foi escrita por mãos brancas), de seus movimentos de resistência e de luta pela liberdade e pelo combate ao racismo e ao colonialismo.

No início de sua carreira, Fanon¹⁶ convocou o homem de cor a se libertar de si mesmo. Ou seja, a se libertar da identidade aprisionante, racialmente imposta, expressão da violência coletiva, e se apropriasse de sua singularidade em direção a uma nova humanidade. Para ele capitalismo,

9 J. Birman, *Guerra, catástrofe e risco*, p. 13.

10 Em meu livro *Violência* (2005), faço uma discussão sobre essas questões.

11 B.-C. Han, *Topologia da violência*, p. 22.

12 A. Davis; N. Klein, *Construindo movimentos*, p. 9.

13 J.F. Costa, *Além do princípio do pudor*, p. 30.

14 J.F. Costa, *Violência e Psicanálise*, p. 19. Na 4ª edição revista e ampliada, Jurandir analisa a espinhosa questão de como pensar a metapsicologia presente na passagem da realidade exterior para a realidade psíquica. Um exemplo claro dessa investigação é sua conclusão de que o “narcisismo moderno é um *narcisismo regenerador* [...] uma maneira encontrada pelo indivíduo de limitar os efeitos violentos da sociedade de consumo” (p. 192).

15 E. Morin, *De guerra em guerra. De 1940 à Ucrânia*.

16 F. Fanon, *Pele negra. Máscaras brancas*.



é necessário restituir àqueles que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada [Achille Mbembe]

colonialismo e racismo estavam (e estão) intensamente imbricados. Na mesma direção, Neusa Santos Souza explicitou que, para conquistar essa autonomia, é necessário produzir um discurso sobre si mesmo; um discurso que se fundamente no conhecimento concreto da realidade.

Malcom Ferdinand¹⁷ estabeleceu uma outra consequência relacionada ao colonialismo e à escravidão: a destruição ambiental. A exploração das terras e a desconsideração pelas práticas de cuidado dos povos que as habitavam deixam essa população exposta aos riscos decorrentes do uso de agrotóxicos e do empobrecimento do solo, impondo migrações precárias em busca de melhores lugares de subsistência. A partir das experiências de resistência vividas no Caribe, Ferdinand propõe uma *ecologia decolonial*: um mundo desvencilhado de escravidões, violências sociais e injustiças políticas. Um mundo em que os colonizados racializados tenham seu saber reconhecido e lugar de fala sobre as questões ambientais. Essa ecologia decolonial, diz ele, “é um grito multissecular de justiça e de apelo por um mundo”.

Em defesa da mesma causa, Mbembe¹⁸ lança seu grito ao afirmar que existe só um mundo e todos temos o direito de viver nele, mas para construir esse mundo “é necessário restituir àqueles e àqueles que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada”. Restituir não no sentido imaginário de uma origem alcançável, mas antes no sentido do que teria sido possível se outras condições fossem atendidas e, mais propriamente, no que pode ser alcançado de acordo com a lógica do desejo e das forças revolucionárias atuantes no combate à dominação colonial.

Um encontro importante, realizado no Sedes em 2012, pelo Departamento de Psicanálise, colocou em cena o racismo reconhecendo-o como estruturante da sociedade brasileira e como questão para os psicanalistas brasileiros. Na fala de Noemi Moritz Kon, uma das organizadoras do encontro e depois do livro *O racismo e o negro no Brasil*, nosso país “nunca ajustou contas com suas dores terríveis, obscenas, da colonização e da escravidão”¹⁹, e esse tema pouco tem sido investigado pela psicanálise brasileira. Maria Lucia da Silva²⁰, psicanalista, mulher negra, ativista do Movimento Negro, foi quem lançou a faísca para esse encontro ao se dar conta de como o racismo criava desconforto e se manifestava nas relações institucionais. Em sua análise, “a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida em que sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana”. No mesmo livro, Tânia Veríssimo faz uma análise sobre a incidência da recusa na relação do brasileiro com o racismo e pergunta: “Quais serão os destinos dados para aquilo que marca o corpo do sujeito e não pode ser nomeado como violência?”²¹.

Depois desse encontro, outros foram sendo organizados, novos autores foram introduzidos nas referências dos cursos, e a instituição vem sustentando uma política de cotas e espaços de letramento sobre o racismo e sobre a história colonial e anticolonial do Brasil; movimentos de enfrentamento da psicanálise às violências instituídas. Isildinha Baptista tem sido voz atuante e reconhecida nesse desvelamento. Em seu livro *A cor do inconsciente*, e numa série de ensaios e palestras, evidencia a dimensão psíquica do racismo mostrando como a realidade histórico-social determina configurações psíquicas próprias para os corpos negros, e como isso tem sido causa de violências extremas, que vão da invisibilização ao aniquilamento.

Os mesmos adjetivos apontados acima – criminalizar, desqualificar, inferiorizar – podem ser aplicados às manifestações das sexualidades que não estejam regidas pelas normas dominantes entendidas como universalizantes. E se considerarmos



entre as várias faces
da violência contemporânea,
vejamos, de forma mais específica,
a que se manifesta no mundo
do trabalho

a interseccionalidade desses fatores – raça, gênero, classe social –, as discriminações ganham tonalidades e intensidades de violência diferentes. De acordo com o padrão colonial moderno e binário, só adquirem poder e capacidade política os sujeitos e coletivos que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais. Tudo que não se apresente dessa forma – o *outro indígena*, o *outro não branco*, o *outro não heterossexual*, o *outro mulher*, o *outro negro, pobre, mulher* –, é resto e alvo fácil da violência²². Foi somente a partir dos anos 70 do século passado que as ditas minorias (gays, mulheres, travestis, negros) ganharam visibilidade nas lutas pelo reconhecimento, quebrando as fronteiras entre o normal e o patológico.

Na história do movimento psicanalítico, leituras patologizantes do que escapava à binaridade normativa de gêneros funcionaram como forma violenta de exclusão, reverberando o que é vivido no campo político social. Thamy Ayouch, em entrevista realizada no Uruguai, em 2024, por ocasião do congresso sobre erotismo e subjetividades em mutação, fez um depoimento de sua própria experiência como alvo dessas práticas opressoras, enfatizando a necessidade de se reconhecer os efeitos sociopolíticos na transferência e contratransferência e os movimentos possíveis para o exercício de uma psicanálise decolonial.

A violência no trabalho

Entre as várias faces da violência contemporânea, vejamos, de forma mais específica, a que se manifesta no mundo do trabalho, atravessado que está

pela expansão da racionalidade neoliberal. Movimentos que vêm insistentemente denunciando a precarização do trabalho e a existência de situações degradantes análogas à escravidão nos convocam a um olhar para a violência que aí se perpetua, também como herança do escravagismo e do racismo. Notícias recentes nos falam de uma *escravidão moderna* nos EUA; um sistema de trabalho de 72 horas semanais, com escala das 9 às 21h, seis dias por semana. Esse sistema se originou na China, mas encontrou forte resistência e foi proibido. Nos EUA, mesmo com críticas, o modelo tem sido adotado. Na justificativa, o aumento da competitividade interna e com a própria China; efeitos claros de uma política neoliberal. O mercado acima da vida.

Há, em Freud, dois textos que tratam especificamente de manifestações ligadas ao trabalho. Em “Inibição, sintoma e angústia”²³, refere-se às inibições no trabalho com características de fadiga, lentidão, diminuição do prazer, distrações contínuas e perda de tempo; um adiamento constante da tarefa a ser cumprida. Se de início ele está interessado em mostrar como se forma metapsicologicamente a inibição ou o sintoma, vemos na menção à segunda teoria da angústia, a angústia sinal, uma abertura para pensar o que, no mundo do trabalho, surge como fator traumático, provocando as reações mencionadas.

Em outro momento, no “Mal-estar na cultura”, numa breve nota de rodapé, Freud argumenta que nenhuma outra técnica de condução da vida liga o indivíduo tão fortemente à realidade e à comunidade humana, como a insistência no trabalho²⁴. Um pouco mais adiante ele fará uma advertência sobre o risco de se esperar satisfação de uma única fonte. E, ao apontar

17 M. Ferdinand, *Uma economia decolonial*, p. 37.

18 A. Mbembe, *Crítica da razão negra*, p. 313.

19 N.M. Kon, “À guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 19.

20 M.L. Silva, “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 82.

21 T.C. Verissimo, “O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 234.

22 R.L. Segato, “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, *E-cadernos CES*, n. 18.

23 S. Freud, “Inhibición, síntoma y angustia”, in *Obras completas*.

24 S. Freud, “El malestar en la cultura”, *op. cit.*, p. 80.



como nos colocamos, enquanto analistas, neste mundo do trabalho? Reconhecemos nosso lugar como trabalhadores(as), atravessados(as) pela precarização?

para o fim da análise, anuncia o desfazimento das inibições e uma capacidade maior para o amor e para o trabalho.

É possível afirmar ainda hoje que o trabalho tem essa positividade? Sem dúvida, há situações exemplares que reafirmam essa possibilidade. Porém, a situação atual dos trabalhadores e trabalhadoras – submetidos às plataformas, aos algoritmos, à uberização, à exclusão dos direitos, ao avanço do trabalho digital, ao trabalho intermitente, ao desemprego aberto, ao trabalho morto em detrimento do trabalho vivo – não nos permite ser otimistas.

Acosado pelo ditame do desempenho, iludido pela ideia de que tudo é possível e pelas falácias internalizadas do *empendedorismo* e do lugar de *colaborador*, o trabalhador contemporâneo convive com a demanda constante de autorrealização e com o sofrimento do fracasso e da culpabilização. Estar sempre disponível é a meta cotidiana que tem como efeito o aumento da carga de trabalho, a eliminação do tempo de descanso, a perda de direitos e, em última instância, a coisificação. “O sujeito do desempenho explora a si mesmo até chegar a consumir-se totalmente (*burnout*)”²⁵. Precarização do trabalho e da vida.

Já em 1966, Marcuse²⁶ havia chamado a atenção para a alienação no trabalho, incompatível com Eros, e para o predomínio do *princípio do desempenho*, uma expansão perversa do princípio da realidade, onde a alienação e a arregimentação se alastram para o tempo do prazer.

A crise do coronavírus marcou o período de maior aceleração dos processos e fenômenos sociais típicos do neoliberalismo: a individualização das relações de trabalho, a atomização dos locais de trabalho e sua precarização, a expansão veloz do mundo digital, o agravamento das disparidades e riscos sociais²⁷.

Semiterminada a pandemia, a volta às ruas e aos espaços coletivos não tem sido fácil. Desaprenderam-se as práticas do convívio, o trabalhar junto, o lugar da alteridade. A vida tornou-se mais insegura. O tempo mais acelerado²⁸.

Mas o mundo do trabalho tem sido também palco de reivindicações. A luta pelo fim da escala 6x1, apoiada nas palavras de ordem *vida além do trabalho*, ganhou o espaço público e possibilitou o resgate de outros afetos – a solidariedade e a cooperação.

Interessa-me, também, lançar aqui uma provocação. Como nos colocamos, enquanto analistas, neste mundo do trabalho? Reconhecemos nosso lugar como trabalhadores(as), atravessados(as) pela precarização? O que isso provoca nas idealizações e projetos que construímos sobre esse lugar? Que efeitos há sobre os espaços de formação em função das demandas de reconhecimento?

Naquilo que rege a ética da Psicanálise, seja no campo da formação, no campo da clínica privada ou da assistência pública, estaria a possibilidade de se pensar o trabalho do analista como uma abertura para a marginalidade transgressiva original de sua construção? Um tempo e lugar onde é possível a espera, a pausa, o reconhecimento do desejo, da singularidade? Onde haja abertura para o que Foucault²⁹ nomeou como a insurreição dos saberes; uma insurreição contra os efeitos centralizadores dos poderes vinculados às instituições oficiais, às hierarquias dominantes?

Mas não estará esse lugar imiscuído pelas leis do Mercado? Não é para esse risco que precisamos estar sempre atentos? Para os riscos da moral das instituições regulada por um sistema normativo que inviabiliza as práticas da transgressão e da subjetivação?

Horizontes possíveis

Há um outro mundo na barriga deste, esperando. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.

[Eduardo Galeano]

As situações traumáticas que vimos descrevendo e que entendemos como a expressão afetiva de nossa época deixam-nos numa posição insistente de dívida. Dívida com os que pereceram ou foram e são vítimas dessas situações trágicas. Se são reconhecidas e nomeadas, podem encontrar vias de sublimação. Se não são reconhecidas, isso as torna intermináveis; queixas infundáveis de sujeitos melancolizados inseridos numa cultura também melancolizada; o poder age produzindo em nós melancolia.

Camila Munhoz³⁰, em “Falas e ecos do trauma”, chama a atenção para os deveres éticos da psicanálise diante de uma realidade traumática:

Dentre os deveres éticos da psicanálise está reconhecer a realidade traumática, a violência vinda de fora... É preciso reconhecer o que vem de fora e o psiquismo se nega a reconhecer como próprio, já que isso seria desmentir a violência externa. Mas isso não basta; temos que estar ao lado do sujeito para que ele possa reconhecer a violência que não vem dele, mas se responsabilizar pelo que fará com ela, o que fará a partir dela.

Essa posição ética não se restringe ao par analítico; expande-se para o campo social.

Antônio Bispo dos Santos³¹ também propõe um antídoto contra o mundo mercantilista e des-subjetivante que transforma a vida em dinheiro e nos “mostra que não apenas é possível, mas muito mais

25 B.-C. Han, *Topologia da violência*, p. 25.

26 H. Marcuse, *Eros e civilização*.

27 R. Antunes, *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*.

28 L. Praun, “Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo”, in R. Antunes (org.), *Icebergs à deriva*.

29 M. Foucault, *Em defesa da sociedade*.

30 C. Munhoz, “Falas e ecos do trauma”, in *Testemunho e experiência traumática: trauma em tempos de catástrofe*, p. 107-108.

31 A.B. Santos, *A terra dá, a terra quer*, p. 14-15.

32 Multidão: sua existência independe de posição ou propriedade; tem um poder como corpo social e político radicalmente aberto e plural. A multidão não é; ela se faz, num processo contínuo de vir a ser.

»
Camila Munhoz, em “Falas e ecos do trauma”, chama a atenção para os deveres éticos da psicanálise diante de uma realidade traumática

agradável viver outramente”. Em sua luta contra-colonial, sugere uma transformação da linguagem:

seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de *guerra das denominações*: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las... Por exemplo: se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, vamos dizer que a palavra boa é *envolvimento*.

Para Hardt e Negri, a história não pode ser entendida como o horizonte no qual o biopoder configura a realidade através da dominação. Pelo contrário, a história é determinada pelos antagonismos e resistências biopolíticas ao biopoder. Nesse sentido, fazem uma aposta na força coletiva dos corpos subjugados e na possibilidade de organização da *multidão*³² como estratégia política. Não só para romper e escapar da dominação, mas para encontrar uma forma alternativa de subjetividade e criar um mundo novo. É nesse sentido que propõem a mudança terminológica de modernidade para *altermodernidade*; uma passagem revolucionária que inclui, necessariamente, o reconhecimento do outro e os seus direitos; uma afirmação das singularidades. A quilombagem, o devir quilombo, é um exemplo potente dessa possibilidade.

Por fim, um desejo: que tenhamos a força de Antígona e não deixemos os corpos dos que perecem pela violência das tiranias e das guerras entregues ao relento e ao silêncio.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes R. (org.) (2023). *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt H. (2001). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ayouch T. (2024). Habitar las fronteras, lo político, lo indisciplinado, lo resistente y lo psicoanalítico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, n. 139, p. 245-273.
- Baptista I. (2023). *A cor do inconsciente*. São Paulo: Perspectiva.
- Birman J.; Fortes I. (orgs.) (2018). *Guerra, catástrofe e risco: uma leitura indisciplinar do trauma*. São Paulo: Zagodoni.
- Bispo dos Santos A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu.
- Césaire A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Davis A.; Klein N. (2020). *Construindo movimentos. Uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.
- Endo P. (2002). Violência e delicadeza. *Percurso*, n. 68, p. 93-112.
- Fanon F. (2008). *Pele negra. Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Ferdinand M. (2022). *Uma ecologia decolonial*. São Paulo: Ubu.
- Foucault M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire Costa J. (2023). *Além do princípio do pudor*. São Paulo: Zagodoni.
- _____. (2021) *Violência e Psicanálise*. São Paulo: Zagodoni.
- Freud S. (1926/1993). Inhibición, síntoma y angustia. In *Obras completas*, v. 20. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1930/1993). El malestar en la cultura. In *Obras completas*, v. 21. Buenos Aires: Amorrortu.
- Han B.-C. (2017). *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes.
- Hardt M.; Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record.
- Hobsbawn E. (1995). *Era dos extremos. O breve século xx 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. (2002). *Tempos interessantes. Uma vida no século xx*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Kon N.M.; Silva M.L.; Abud C.C. (org.) (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Marcuse H. (1966). *Eros e civilização*. São Paulo: Zahar.
- Mbembe A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1.
- _____. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1.
- Munhoz C. (2023). Falas e ecos do trauma. In *Testemunho e experiência traumática: trauma em tempos de catástrofe*. São Paulo: Escuta.
- Pavón-Cuellar D. (2020). A psicanálise em face da colonialidade: 18 possíveis usos anticoloniais da herança freudiana. São Paulo: LavraPalavra.
- Praun L. (2023). Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo. In *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle V. (2022). *Só mais um esforço*. São Paulo: Vestígio.
- Segato R. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES, n. 18.
- Silva M.L. (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Sófocles (441 a.C./2005). *Antígona*. eBooksBrasil.com
- Souza M.L.R. (2005). *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Thorne J. (2025). *Adolescência*. Minissérie. Netflix.
- Veríssimo T.C. (2017). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. In *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Zizek S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo.

Violence: the affective expression of our time

Abstract We are daily confronted with reports and scenes of violence; we live in a society at war. This text aims to analyze this reality, considering its aspects of exclusion, extermination, and overflow. What calls do these political, economic, and cultural dynamics make to Psychoanalysis? What responses have been developed? In conclusion, possible horizons are envisioned.

Keywords violence; war; neoliberalism; racism; decolonization; workplace violence.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 10/2025

A beleza negra e a subjetividade das meninas

Um caminho para as “Mariazinhas” – considerações psicanalíticas

Maria Aparecida Miranda

Maria Aparecida Miranda é psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, do GT “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento” e do GT “Generidades”.

Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em junho de 2004. Teve a orientação de Miriam Debieux Rosa. A banca examinadora foi composta por Kabengele Munanga e José Moura Gonçalves Filho.

Resumo Através deste artigo, buscamos analisar como as inscrições do fenômeno do racismo operam na constituição subjetiva das meninas negras. Encontramos um pequeno número de pesquisas que se detêm nessa temática e nessa população específica. Para analisar tais inscrições, apoiamos-nos na teoria psicanalítica, principalmente na discussão dos conceitos de ideal de ego, ego ideal, identificação e narcisismo. A heterogeneidade e a complexidade do tema apontam para a necessidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento, como história, antropologia, sociologia e psicologia social, para contextualizá-lo e circunscrevê-lo à realidade brasileira. Assim, aos conceitos psicanalíticos juntam-se os conceitos de estigma, estereótipo, discriminação racial e humilhação social. Partimos do pressuposto de que vivemos um modelo de racismo no qual o grupo formado por sujeitos brancos procura subjugar o grupo étnico-racial negro na ânsia de manter sua hegemonia e conseqüente dominação e/ou exclusão do grupo considerado minoritário. A especificidade deste trabalho apresenta a discussão da beleza negra e a apropriação do corpo negro como elementos fundamentais para a discussão do sofrimento psíquico, de desestabilizações narcísicas infligidas àqueles que trazem no corpo a marca da “imperfeição”, da “feitura”, da menos-valia. Procuramos ainda apontar caminhos tanto para as meninas rumo à constituição de sua subjetividade quanto para a psicanálise e psicanalistas brasileiros, para que atentem ao silêncio que grita e ao não dito que permeiam as relações raciais.

Palavras-chave psicanálise; racismo; discriminação; preconceito.

DOI: 10.70048/percurso.75.41-50

- 1 S. Freud, “Mal-estar na civilização”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI, p. 136.
- 2 C. Coralina, *Todas as vidas*. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. Disponível em: <geocities.com-poemadomilho/freudiano.html>.
- 3 S. Freud, “Estudos sobre a histeria”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II.

É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade.¹

[Freud]

Introdução

A escolha de um tema e a escrita, por vezes, são mais que um exercício intelectual e acadêmico. Podem revelar também a possibilidade de percorrer caminhos de sua história, da história de seu país, de seus ancestrais, de sua origem, de outros escritos. E, como propõe Cora Coralina no poema *Todas as vidas*², é a busca de diálogo com todas as vidas que compõem nossa vida. Todos os cheiros, todos os gostos, todas as texturas, sons, a visão das diferentes cores e seus maticizes. Assim, as inquietações que deram origem a este trabalho vão além de simplesmente sistematizar algumas experiências do meu percurso profissional. Referem-se à minha própria história, aliada à minha trajetória profissional e à história de várias crianças que conheci nesse caminho.

Também dizem respeito às interrogações que a psicanálise provoca, na mesma medida em que possibilita, enquanto instrumento de análise e intervenção, organizar tais experiências nos âmbitos pessoal e profissional através de conceitos como ideal de ego, ego ideal, identificação e narcisismo.

A exemplo de Freud, que, em 1893, direcionou seu olhar para as históricas³, por reconhecer ali a existência de um sofrimento, direcionei meu olhar para refletir sobre o sofrimento



*imersos nessa realidade social,
os negros tentam driblar
o incômodo e o sofrimento
que a discriminação
racial impinge*

psíquico decorrente do racismo e da discriminação racial, e para questionar e convocar as psicanálises e os psicanalistas para a possibilidade e disposição de pensar uma clínica implicada com as questões raciais, históricas e políticas, ancoradas na realidade brasileira. Uma clínica, como nos diz Ferenczi, que não repita a situação traumática.

Visamos refletir sobre a construção de um caminho que proporcione às meninas negras uma subjetivação autoral e singular, apesar do ideal de brancura socialmente imposto. Antes de desenvolvê-lo em sua especificidade, optei por apresentar uma breve discussão e um posicionamento que afirmam a discriminação racial no Brasil, contestando o mito da democracia racial.

A hipótese desta pesquisa é de que a discriminação racial e o racismo camuflado, presentes na sociedade brasileira, atuam como dificultadores, inibidores, impossibilitadores da integração da beleza negra como um elemento a contribuir na imagem do corpo negro e seu narcisismo, que são a base para a constituição do sujeito.

A opção por desenvolver a investigação com meninas negras aponta a tentativa de questionar um certo lugar atribuído à mulher negra, ou seja, a exigência de um padrão – a mulata tipo exportação, a gostosa, a boa de cama, a que povoa as fantasias sexuais.

Fomos verificar a possibilidade de a adolescente negra firmar positivamente sua identidade, sem deixar-se aprisionar por tais estereótipos.

A constituição subjetiva negra vem sendo pensada por alguns autores a partir do chamado *ideal de embranquecimento*.

Na concepção psicanalítica, o conceito de ideal liga-se à noção de uma aspiração, um vir a ser, a busca de uma perfeição. Fala de um desejo.

No caso do ideal de embranquecimento, entendemos esse ideal não como um desejo, uma aspiração dos negros, mas como uma injunção do grupo branco na busca de uma hegemonia de seus padrões de beleza, padrões culturais, intelectuais, etc. O *vir a ser* preconizado no ideal assume um caráter tirânico no ideal de embranquecimento, transformando-se em *ter que ser* branco.

O mito da democracia racial e o racismo cordial

A sociedade brasileira e, principalmente, a população negra confrontam-se com o chamado *racismo cordial* encoberto pelo mito da *democracia racial* presentes em nossa realidade sócio-histórico-cultural.

Mito, por se apoiar de uma lógica que, nas palavras de Chauí,

cristaliza-se em crenças que são interiorizadas num grau tal que não são percebidas como crenças e sim tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Em suma, o mito substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente⁴.

Imersos nessa realidade social, os negros tentam driblar o incômodo e o sofrimento que a discriminação racial impinge. A recusa – mecanismo de defesa mais frequente nas perversões – de que existe o racismo no Brasil e o seu correspondente desmentido questionam para os negros as suas próprias percepções. Abordaremos essa questão mais adiante.

Falamos de corpos que, por cerca de 400 anos após serem sequestrados de seus países de origem, ocuparam o lugar de coisa, mercadoria, no sistema escravocrata brasileiro. E, como assinala Silva,

diferentemente de outros crimes hediondos contra a humanidade, a escravidão nunca foi considerada como tal.

Pelo contrário, foi legitimada e utilizada para o crescimento econômico e a manutenção de privilégios de uma parcela da população que, até a atualidade, usufrui, no mínimo compactua e aceita práticas intencionais de manutenção destes privilégios⁵.

Nas palavras de Munanga:

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um *iceberg* cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através de comportamentos sociais e individuais. [...] A parte submersa do *iceberg* corresponde, metaforicamente, aos preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e às consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas [...] não vejo, portanto, disciplina mais qualificada que a psicologia e a psicanálise para analisar os fenômenos subjetivos ligados aos processos de identificação do sujeito negro individual e coletivo e aos processos de sua autoestima.⁶

As palavras do referido antropólogo fazem pesar a discriminação racial como um não dito, um segredo, uma ferida que não pode ser tocada, como recusa.

Assim, recorro a recortes de alguns relatos, às falas das meninas, bem como às situações do cotidiano, tanto clínicas quanto sociais, para que me auxiliem nesta nova construção.

O ponto central de discussão à época foi o corpo negro como elemento importante para a discussão do sofrimento psíquico, de desestabilizações narcísicas infligidas àqueles que trazem no corpo marcas consideradas de “imperfeição”, “feiura”, sujeira e menos-valia.

Durante aproximadamente quinze anos de trabalho junto a crianças e adolescentes nas chamadas situações de vulnerabilidade, busco respaldo

4 M. Chauí, *Convite à Filosofia*.

5 M.C. Silva, grupo “A cor do mal-estar”, comunicação oral.

6 K. Munanga, “Prefácio”, in I. Carone; M.A.S. Bento (orgs.), *Psicologia social do racismo*, p. 9.

7 F. Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*.

»
*todos esses anos
de trabalho colocaram-me
diante de situações de
extremo impacto, que
algumas vezes
nos paralisavam*

teórico para articular algumas dessas experiências com conceitos psicanalíticos no sentido de favorecer alguma elaboração. Trata-se de crianças e adolescentes em situação de rua, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas.

Todos esses anos de trabalho colocaram-me diante de situações de extremo impacto, que algumas vezes nos paralisavam, noutras exigiam respostas imediatas, sem muito tempo para reflexão ou planejamento. As crianças, os adolescentes, as famílias estavam ali, diante de nós, clamando pela nossa ação, pelas nossas respostas, para as mais diversas demandas.

Busco ainda romper um silêncio no que se refere ao trato das relações étnico-raciais. Rompimento de um silêncio que tem início dentro de minha própria família, onde as questões relacionadas ao fato de sermos uma família negra em uma comunidade, em um bairro basicamente de brancos, de termos alguns casamentos inter-raciais no seio dessa família, esses nunca foram temas explícitos de conversa. Existia uma orientação implícita – “nós temos que saber qual é o nosso lugar”, diziam meus pais. Que lugar era esse e por que era um lugar diferente, no entanto, permaneciam como uma incógnita, um segredo.

Essa vivência pessoal estende-se para a atuação profissional, uma vez que parece existir um código social brasileiro em que se subentende que as relações raciais, as questões de preconceito, discriminação e racismo são assuntos proibidos. E, como dizia Florestan Fernandes⁷, parece que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito.



*nessa época,
eu usava meus cabelos
trançados. E lá foram
as meninas procurar ter
os cabelos iguais aos meus*

Há também a tentativa de rompimento de um outro silêncio. O silêncio da psicanálise no que se refere a pensar a existência de um sofrimento psíquico advindo da exposição do sujeito a situações e vivências de discriminação e preconceito racial.

“Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada!”⁸

Em uma de minhas inserções profissionais, como diretora de uma unidade que abrigava crianças em situação de rua, enfrentávamos assuntos e temas prementes na vivência das crianças: questões como violência sexual, violência familiar, uso de drogas, abandono, entre outras. Porém, as questões relativas às relações raciais nunca foram debatidas, enfrentadas, mesmo quando percebíamos ou suspeitávamos que alguns conflitos – entre as crianças ou mesmo entre os adultos (educadores e técnicos) – tinham como motivação a questão racial.

O fato que desencadeia este artigo teve lugar na Casa da Criança Renascer, uma unidade de abrigo ligada à Secretaria de Estado do Menor de São Paulo, onde fui diretora por mais de quatro anos, entre 1991 e 1995.

A pesquisa foi realizada com meninas negras, com idades variando entre 11 e 13 anos, em três momentos distintos:

1. entrevistas com meninas do bairro de Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo;

2. questionários e desenhos com as meninas de Maputo, capital de Moçambique; e
3. um grupo com frequência semanal com as meninas, na zona sul de São Paulo.

Fora do enquadre clássico da psicanálise, ou seja, o consultório, tais dispositivos encontraram respaldo nas formulações de Luciano Elia⁹, que trata da extensão social da psicanálise e aponta a possibilidade de fazer psicanálise em qualquer estrato social, em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista de um lado e sujeito dividido do outro e, principalmente, o dispositivo analítico, ou seja, a escuta e a transferência. Assim, os sofrimentos que acompanham a natureza humana podem ser compartilhados.

Em um determinado dia, um grupo de quatro ou cinco meninas saiu sem autorização da Casa e foi ao centro da cidade de São Paulo, mais especificamente à Galeria 24 de Maio, reduto de salões de beleza especializados no trato dos cabelos de negros, crespos, carapinhos e também nos penteados de origem africana (tranças, *dreads*, etc.).

Nessa época, eu usava meus cabelos trançados. E lá foram as meninas procurar ter os cabelos iguais aos meus.

Ser negra, ser a diretora da Casa, colocou-me em um lugar de referência e transferência, de possibilidade de identificação para aquele grupo de meninas negras, internas na unidade.

Em um primeiro momento, essa identificação baseou-se na aparência, mais particularmente na forma dos cabelos, porém uma mulher negra, em um lugar de suposto poder e prestígio, soou para aquelas meninas como um possível modelo de identificação. As meninas negras quase não possuem modelos ou ídolos femininos que tenham traços semelhantes aos delas e que, portanto, possibilitem o espelhamento.

Assim, partimos de uma motivação diferente das investigações que tratam as questões raciais. Partimos de um fato positivo – ser tomada como modelo de identificação para um grupo de meninas negras, que carecem de tais modelos, desde os modelos familiares até os oferecidos por outros

espaços de socialização, como a escola, por exemplo, e, principalmente, pela mídia.

Há, nos três procedimentos utilizados, elementos comuns no que se refere à dificuldade em lidar com a cor da pele, um corpo negro, um cabelo crespo – o chamado cabelo *ruim*. Encontro sinais de incômodo, vergonha, timidez, dificuldade para falar sobre o assunto, silêncio, dor, angústia.

Tomamos a subjetividade negra como uma identidade política, construída em um processo coletivo e permeada por tensões e contradições em sua formulação. Por um lado, temos uma chamada *identidade brasileira*, permeada pela fantasia de um povo pacífico, alegre, sensual, cordial. Por outro lado, temos os atributos e adjetivos dirigidos aos negros brasileiros, como violentos, intelectualmente inferiores, preguiçosos, feios.

Vale lembrar que, para a psicanálise, a identidade está sempre em construção, na medida em que os objetos de identificação estão sempre presentes na vida e sempre se renovando. Mesmo os objetos que se ausentam, através de separações ou morte, abrem novas possibilidades de projetos, que incluirão novos objetos e novas identificações. Esse movimento da vida leva o sujeito a se transformar continuamente. Somos uma obra inacabada, e permitir esse movimento é algo muito salutar.

E o que dizem as meninas?

“Tudo bem xingar até certo ponto [...] Uma amiga me chamou de macaca, eu não gostei [...] Teve um menino na 4ª série que me pediu uns lápis emprestado e eu não emprestei, aí ele falou ‘por isso não gosto de preto.’”

“[...] os meninos da minha sala [...] quando eu coloco esses negócios aqui (aponta para as tranças) ficam me chamando de peruca, ficam puxando [...] me chamando de macaca” “[...] eu sinto uma mágoa assim dentro de mim, sabe! [...] me dá vontade de chorar, mas eu não choro...”

“A professora dá advertência, só que não adianta nada, porque é assim” “[...] não sai da memória, você se sente mal, não é legal”

8 J. Menezes; A. Filho, “Cabelo”. Interpretação de Gal Costa. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br>>.

9 L. Elia, “Psicanálise: clínica e pesquisa”, in S. Alberti; L. Elia (orgs.), *Clínica e pesquisa em psicanálise*, p. 19-35.

»
*para a psicanálise,
a identidade está sempre
em construção, na medida em
que os objetos de identificação
estão sempre presentes na vida
e sempre se renovando*

“[a mãe] fala pra eu não ficar pensando nisso [...] para eu esquecer [...] pois ela também já passou por isso.”

“Ser negro não tinha que ser polêmica, debate, tinha que ser a mesma coisa de branco, ter as mesmas riquezas, estudar nas escolas iguais.”

“Sou feia na minha cara porque sou preta, mas dentro do meu coração sou muito bonita.”

“Eu gostaria de uma fada que me fizesse mais bonita.”

“Na minha casa não se salva ninguém, é tudo preto.”

“Eu choro de raiva, porque não posso fazer nada.”

“Dá uma dor aqui.” (levando a mão ao peito)

“Ela foi xingada de neguinha fedorenta.”

“Eu me senti muito mal, porque eu penso que, se ele tá xingando ela porque ela é negra, ele tá xingando eu também, porque eu também sou negra.”

Essas falas das meninas exemplificam a humilhação vivida por elas, a angústia pela qual são tomadas, a paralisia e a descrença de que algo possa ser mudado diante da dominação e da opressão do outro que as humilha, que as ofende. Ofensas que as destituem de humanidade quando chamadas de macacas, colocando-as na categoria de animal. Ofensas que procuram desprovê-las de seus nomes próprios, da sua subjetividade e da sua singularidade, que inscreveriam e sustentariam sua inscrição social e inserção simbólica.

Este trabalho, que, inicialmente, parte da questão da *aparência*, o tornar-se bela assumindo suas características étnicas e raciais, prossegue buscando instituir um lugar para o corpo negro, socialmente construído como feio, para dar lugar à *aparência*.



estar com as meninas, mais do que uma investigação acadêmica e um exercício intelectual, significou um retorno às minhas questões adolescentes, ao corpo adolescente, aos medos, à vergonha

Essa aparição, esse tornar-se visível, mostrar-se, revelar-se, torna-se possível, para essas meninas, a partir da instituição de um lugar que lhes garanta a fala, um lugar que privilegie a escuta, que acolha os segredos, suas dores, o sentir-se envergonhada e com raiva por ser negra. Uma escuta que lhes garanta a inscrição de seus nomes. Uma escuta clínica que leve em conta a especificidade de tais pessoas e que reconheça as marcas da dominação, da opressão, da humilhação a que estão expostas e, principalmente, que não confunda seus efeitos com o que é próprio do sujeito.

O subtítulo deste artigo é: “Um caminho para as ‘Mariazinhas’”. “Mariazinha” é um diminutivo derivado do famoso “Dona Maria”, dirigido às mulheres em uma tentativa de despersonalizá-las, de taxá-las de incapazes, de marcar a sua invisibilidade.

A investigação mostrou que é possível um caminho para as meninas negras quando somos guiados por uma disposição de escuta que reconheça a dominação, a opressão, a humilhação, o preconceito e a discriminação racial.

Considerações

Estar com as meninas, mais do que uma investigação acadêmica e um exercício intelectual, significou um retorno às minhas questões adolescentes, ao corpo adolescente, aos medos, à vergonha. Foi a possibilidade de romper um silêncio vivido, relativo às questões raciais e de gênero.

A interlocução com outros autores trouxe também a recordação. Particularmente o trabalho

de Nilma Gomes¹⁰ me fez recordar os momentos em que me sentava no chão, entre as pernas de minha mãe, para trançar meus cabelos. Momentos de sofrimento e continência. Sofrimento, pela dor que causava o pentear os cabelos crespos, a dor do desconforto de carregar no corpo a pele negra e o cabelo *ruim*. Continência, pela afeição que o contato físico causava e pela possibilidade de ser cuidada, embelezada por ela. Recordo as brincadeiras nas quais amarrava panos na cabeça para simular ter cabelos longos e lisos e ficava a balançá-los como se estivessem soltos ao vento, coisa impossível para meus cabelos reais.

Como aponto ao longo deste artigo, o cabelo crespo e o corpo negro continuam a ser vistos como marcas de inferioridade, com consequências verificadas na constituição psíquica de negros e negras na sociedade brasileira e, particularmente, nas meninas que participaram desta investigação.

Todas as vidas que compõem este artigo possibilitaram à autora aprofundar um aspecto da população negra no que consiste à constituição da subjetividade negra, que, por mais de três séculos, marcou as principais atividades econômicas na história da nossa sociedade.

As condições de vida dessa população podem ser constatadas a partir dos indicadores sociais e econômicos, que apontam a desvantagem desse imenso grupo étnico-racial, que representa cerca de 55% da população, assinalando sua *limitada cidadania negra*. Assim, esse contingente é identificado não apenas pela cor da pele, mas pelas péssimas condições de moradia, saúde e escolaridade a que está submetido.

São vidas que se confrontam com o *racismo cordial*, sutil, encoberto, como assinaléi acima, pelo mito da *democracia racial*. São vidas que procuram driblar o incômodo e o sofrimento que a discriminação racial impinge, por meio da construção de uma cartela de cores autoatribuídas (mulata/o, morena/o) como forma de *esquecer e/ou substituir a concreta realidade*, procurando refugiar-se da dominação na enganadora promessa de aproximar-se do dominador. Essa busca de aproximação leva à construção

de uma estratégia denominada ideal de *embranquecimento*.

No caso das Mariazinhas, foi possível inverter essa ordem do *embranquecimento* e instituir um lugar para a beleza negra. Falamos da instituição da beleza para corpos marcados pela coisificação e o estigma do ancestral escravizado.

Em seu texto intitulado “Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo”, Eliana Schueler Reis traz uma discussão

de como, no Brasil, a memória da escravidão se transmite como marca traumática, através de gerações de filhos das “famílias brancas”, em uma modalidade de racismo característico de nossa sociedade. Essa memória perpetua a aversão à presença das pessoas negras que trazem em sua pele e suas feições a presentificação do crime cometido pelos ancestrais e que se sustenta na forma de um “autodesconhecimento” dos indivíduos em relação ao papel desempenhado pela escravização em nossa história, o que evidencia a clivagem da sociedade marcada por uma profunda desigualdade social. E mais: a marca traumática se transmite através das gerações de vítimas assim como das gerações de agressores.¹¹

O trabalho descrito alinha-se, particularmente, a duas autoras com quem dialogamos nesse processo. Uma delas é Nogueira, que, em *Significações do corpo negro*¹², contribui para a discussão psicanalítica sobre o modo como a realidade sócio-histórico-cultural do racismo e da discriminação se inscreve na psique do negro. A outra é Gomes,

»»

este trabalho não aborda a questão negra do ponto de vista do lamento das condições de seus ascendentes, mas aponta o sofrimento psíquico desencadeado pelo racismo e pela discriminação racial

que, no trabalho *Corpo e cabelo como ícones da construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*¹³, dialoga com profissionais (cabeleireiros) e clientes, pesquisando a questão da estética corporal negra, procurando compreender o significado social do cabelo crespo e do corpo negro, entendendo-os como os principais ícones da identidade negra. Esse trabalho articula a questão racial e a expressão estética, tocando o mundo dos sentidos e das emoções na construção da identidade negra.

Assim como a pesquisa das autoras referidas, este trabalho não aborda a questão negra do ponto de vista do lamento das condições de seus ascendentes, mas aponta o sofrimento psíquico desencadeado pelo racismo e pela discriminação racial.

As histórias de vida das meninas demonstram que estereótipo, preconceito, discriminação, racismo, mais que construções teóricas, são experiências que se inscrevem na subjetividade humana. Experiências que marcam, e por vezes paralisam, envergonham, emudecem, silenciam o discriminado.

Dialogamos também com Costa¹⁴ e Nogueira¹⁵ para pensarmos o corpo negro. Para Costa¹⁶, o repúdio ao corpo e à cor negra falaria de um projeto de não existência, da tentativa de extinção, disparado pela consciência do racismo. Nogueira¹⁷ nos fala sobre o lugar da criança negra e assinala, contrapondo-se a Costa¹⁸, que não é a consciência do racismo que levaria ao desejo de embranquecimento. Para essa autora, são o desejo e o olhar materno que negam e repudiam o corpo negro de seu bebê.

10 N. Gomes, *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

11 E.S. Reis, *Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo*, p. 45.

12 I.B. Nogueira, *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da USP.

13 N. Gomes, *op. cit.*

14 J.F. Costa, “A construção cultural da diferença entre os sexos”, *Sexualidade, gênero e sociedade*, ano 2, n. 3, p. 3-8; *Violência e psicanálise: Narcisismo em tempos modernos*.

15 I.B. Nogueira, *op. cit.*

16 J.F. Costa, *op. cit.*

17 I.B. Nogueira, *op. cit.*

18 J.F. Costa, *op. cit.*



a escuta das meninas nos leva a concluir que não é o corpo branco que elas desejam. Desejam, sim, a pureza artística, a nobreza estética, a majestade moral e a sabedoria científica que são atribuídas apenas ao branco

Cavalleiro¹⁹, Oliveira²⁰ e Amaral²¹ nos auxiliaram a refletir sobre o processo de interação social no contexto escolar. Esses trabalhos mostram a incorporação, pela criança negra, do discurso e da postura racista de crianças não negras e professores no ambiente escolar, levando-as a atitudes de inibição e retraimento nessas relações.

Cavalleiro²² e Amaral²³ assinalam também o silêncio dos pais no trato das relações raciais, promovendo, assim, um desamparo às crianças negras para lidar com os embates cotidianos.

As meninas que participaram desta investigação confirmam esse embate e esse desamparo. Debatem-se entre o orgulho de pertencimento a esse grupo racial e a tentativa de aproximar-se do grupo dominante.

Gonçalves Filho nos leva a pensar em possíveis saídas. Ele questiona: “Como curar-se do sentimento de sentir-se feio, do sentimento de só conseguir aderir a ideais de outro que me oprimem, esses ideais de embranquecimento?”²⁴ Tais questionamentos nos levam a pensar na relação de dominação presente no racismo e na discriminação racial. Na subjugação presente nessas relações.

A escuta das meninas nos leva a concluir que não é o corpo branco que elas desejam. Desejam, sim, a pureza artística, a nobreza estética, a majestade moral e a sabedoria científica que são atribuídas apenas ao branco.

A disposição de uma *escuta negra* poderá levar ao reconhecimento dessa opressão. Uma escuta que favoreça o reconhecimento da perseguição a *alvos ideológicos brancos*, “alvos que são construídos da condenação de alvos propriamente

negros no sentido cultural e fenotípicos”, conforme assinala Gonçalves Filho²⁵.

Assim, são a disposição para a escuta do investigador, do analista, e a possibilidade da palavra que podem levar à ressignificação.

Partimos da proposta da instituição, do reconhecimento e da valorização da beleza negra e do corpo negro como um ponto importante no processo da constituição subjetiva da menina negra.

Sabemos, no entanto, que a construção de lugares que reconheçam a beleza negra por si só não garante, conforme sugere Gonçalves Filho²⁶, a “cura” dos sentimentos desencadeados pelos longos processos de discriminação vividos pelos negros em nossa sociedade.

Dentre várias questões que perpassam este trabalho, uma interroga sobre a possibilidade de existir uma identidade étnico-racial brasileira.

O conceito de identificação vai proporcionar a elaboração/o apontamento de possíveis saídas para o enfrentamento da discriminação racial e uma ressignificação, para o negro, da cor de sua pele, do seu cabelo crespo, bem como de suas origens, seu pertencimento a um grupo étnico-racial. E, como apontam Laplanche e Pontalis²⁷, “uma apropriação baseada na pretensão de uma origem comum”. É essa apropriação, facilitada por uma escuta analítica, que poderá levar a uma ressignificação das representações imaginárias e simbólicas construídas pelo negro no embate de sua constituição subjetiva.

Se, em um primeiro momento, questionávamos a existência de uma demanda analítica para sustentar nossa investigação, ao longo do trabalho fomos surpreendidos por ela. As meninas puderam, nesse processo, interrogar sobre sua vida, seu pertencimento e reconhecer um sofrimento psíquico.

Conforme assinalamos anteriormente, questionamentos delas, dirigidos a mim, como: “não é verdade? [...] você não acha?”, para além de uma resposta, buscam reconhecer uma possibilidade de escuta, de alguém que pode compartilhar da angústia, do sofrimento, da solidão. Apontam o peito como lugar onde se concentra a dor e se instala a inominável angústia. Falam da vergonha, da

raiva. Reivindicam a inscrição de seu nome próprio ao invés de resignar-se a apelidos pejorativos.

A disponibilização da escuta e o manejo da transferência poderão nos auxiliar na decifração do enigma poético proposto pela menina moçambicana ao assinalar: “sou cheia de segredos de mim mesma”.

Revelar segredos, rompendo com o silêncio, foi o que este trabalho propiciou, e a partir daí, hoje vivem dentro de mim não mais “Mariazinhas”, mas Ana, Beatriz, Cátia, Denise, Carol, Fátima e Helena.

Vivem dentro de mim Edna, Elsa, Adélia, Ricardina, Jacinta, Mara, Helena, Cacilda, Maria, Percina, Arosinia, Agnésia, Elizabeth, Afdária, Sonia, Arcenia, Dioclecia, Nércia, Julieta, Tarcilia, Penina, Tânia, Carla, Sara, Elia, Ângela, Dércia, Etelvina, Pámela, Yolanda, Ana, Biura, Cristina, Rosa, Maria da Luz, Dinoca, Dulce, Nilza, Celsa, Domingas, Isolda, Vanessa, Isália, Dávia.

Vivem dentro mim Shirlei, Suzana, Laura, Joana, Camila, Vânia, Cátia, Iolanda.

Vive dentro de mim um grupo de meninas que, em um determinado dia, foram procurar um

»
*a disponibilização da escuta
e o manejo da transferência poderão
nos auxiliar na decifração do enigma
poético proposto pela menina
moçambicana ao assinalar: “sou cheia
de segredos de mim mesma”*

salão de cabeleireiro para ter seus cabelos iguais aos meus.

Foi essa “saída não autorizada” que me autorizou a realização deste trabalho.

As minhas meninas
Pra onde é que elas vão [...]
Vão as minhas meninas

Levando destinos
Tão iluminados de sim
Passam por mim
E embaraçam as linhas da minha mão²⁸

19 E. Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*.

20 I.M. Oliveira, *Preconceito e autoconceito: identidade e interação em sala de aula*.

21 R. Amaral, “Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras”, *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*, v. 1, n. 2.

22 E. Cavalleiro, *op. cit.*

23 R. Amaral, *op. cit.*

24 J.M. Gonçalves Filho, “Humilhação social: um problema político em Psicologia”, *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11.

25 J.M. Gonçalves Filho, *op. cit.*

26 J.M. Gonçalves Filho, *op. cit.*

27 J. Laplanche; J.B. Pontallis, *Vocabulário de psicanálise*.

28 C.B. Holanda, “As minhas meninas”. Disponível em: <[https:// www.vagalume.com.br](https://www.vagalume.com.br)>.

Referências bibliográficas

- Amaral R. (2001). Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras. *Os urbanitas: Revista de Antropologia Urbana*, v. 1, n. 2.
- Carone I.; Bento M.A.S. (2002). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalleiro E. (2000). *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto.
- Chauí M. (1999). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Coralina C. (1987). *Todas as vidas*. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. 14. ed. São Paulo: Global.
- Costa J.F. (1950). A construção cultural da diferença entre os sexos. *Sexualidade, gênero e sociedade*, ano 2, n. 3, p. 3-8.
- _____. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1991). *Narcisismo em tempos modernos*. *Sociologia e Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Crochick J.L. (1997). *Preconceito, indivíduo e cultura*. 2. ed. São Paulo: Robe.
- _____. (2002). *A visibilidade discriminada*. In Carignato T.T.; Rosa M.D.; Pacheco Filho R.A. (orgs.). *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM.
- Dias M.M. (1997). *Moda divina decadência: ensaio psicanalítico*. São Paulo: Hacker/Cespuc.
- Elia L. (2000). *Psicanálise: clínica & pesquisa*. In Alberti S.; Elia L. (orgs.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Fernandes F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Freud S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1930). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1913-1914/1980). Totem e tabu e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1914/1980). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza L.A. (2000). *Introdução à metapsicologia freudiana* 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Goffman E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gomes N.L. (2002). *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gonçalves Filho J.M. (1998). Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67.
- Laplanche J.; Pontalis J.B. (1992). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Matheus T.C. (2002). *Ideais da adolescência: Falta (d) e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.
- Munanga K. (1998). Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos e pesquisas. In Hasenbalg C.A.; Schwarz L.M. (orgs.). *Estudos e pesquisas*. Niterói, RJ: EDUFF.
- _____. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2002). Prefácio. In Carone I.; Bento, M.A.S. (orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nogueira I.B. (1988). *Significações do corpo negro*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira I.M. (1994). *Preconceito e autoconceito: identidade e interação em sala de aula*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- Reis E.S. (2019). Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo. *Primórdios*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 45-66.
- Rosa M.D. (2002). Uma escuta psicanalítica das Vidas Secas. *Textura – Revista de Psicanálise*, Publicação Reuniões Psicanalíticas, ano 2, n. 2, p. 42-46.
- _____. (1998). A Psicanálise frente à questão da identidade. *Psicologia & Sociedade*, ABRAPSO.
- Skidmore T. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Souza O. (1994). *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta.
- Souza N.S. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.
- Teixeira J. (2001). *Memória feminina: as lembranças de mulheres portuguesas e afro-descendentes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Turra C.; Venturini G. (1995). *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

Black beauty and the subjectivity of girls. A path for the “Mariazinhas” – psychoanalytic considerations.

Abstract Through this article, we seek to analyze how the inscriptions of the phenomenon of racism operate in the subjective constitution of Black girls. We found a small number of studies that focus on this topic and this specific population. To analyze these inscriptions, we draw on psychoanalytic theory, particularly in discussing the concepts of ideal of ego, ideal ego, identification, and narcissism. The heterogeneity and complexity of the topic point to the need to engage with different fields of knowledge, such as history, anthropology, sociology, and social psychology, to contextualize and circumscribe it within the Brazilian reality. Thus, psychoanalytic concepts are joined by the concepts of stigma, stereotype, racial discrimination and social humiliation. We assume that we live under a model of racism in which the group formed by white individuals seek to subjugate the Black ethnic-racial group in an effort to maintain its hegemony and, consequently, the domination and/or exclusion of the group considered a minority. The specificity of this work presents the discussion of Black beauty and the appropriation of the Black body as fundamental elements for the discussion of psychological suffering, of the narcissistic destabilization inflicted on those who bear the mark of “imperfection”, “ugliness”, and inferiority of their bodies. We also seek to point out paths for both the girls toward the constitution of their subjectivity, and for Brazilian psychoanalysis and psychoanalysts, so that they may heed the screaming silence and the unspoken that permeate racial relations.

Keywords psychoanalysis; racism; discrimination; preconception.

Texto recebido: 09/2025

Aprovado: 10/2025

O amor, o corpo e o tempo

à escuta de uma mulher de meia idade

Maria Helena Fernandes

Maria Helena Fernandes é psicanalista, doutora em Psicanálise e Psicopatologia pela Universidade de Paris VII, com pós-doutoramento pelo Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e membro dos Departamentos de Psicanálise e Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae, onde é também professora do Curso de Psicanálise e professora colaboradora do Curso de Psicossomática Psicanalítica. É autora dos livros *L'hypocondrie du rêve et le silence des organes: une clinique psychanalytique du somatique* (Presses Universitaires du Septentrion, 1999), *Corpo* (Casa do Psicólogo, 2003), *Transtornos alimentares: anorexia e bulimia* (Casa do Psicólogo, 2006) e *Capturas do sofrimento: corpo, alimentação e ideais na clínica psicanalítica* (Blucher, 2025).

Resumo Através de um caso clínico no qual a busca de análise se configura a partir de uma declaração de amor, o objetivo deste artigo é explorar algumas questões sobre a demanda de análise e sua relação com a natureza do processo analítico e, conseqüentemente, sobre as condições de escuta do analista. No movimento transferencial se evidencia que é a partir dos questionamentos sobre o amor que entram em cena as questões ligadas às transformações do corpo a partir do climatério e a passagem do tempo.

Palavras-chave corpo; climatério; menopausa; envelhecimento; transferência/contratransferência; o amor na escuta analítica.

DOI: 10.70048/percurso.75.51-62

1 M.H. Fernandes, *L'hypocondrie du rêve et le silence des organes: une clinique psychanalytique du somatique*; M.H. Fernandes, *Corpo*; M.H. Fernandes, *Transtornos alimentares: anorexia e bulimia* e M.H. Fernandes, *Capturas do sofrimento: corpo, alimentação e ideais na clínica psicanalítica*.

Ser psicanalista é saber que todas as histórias conduzem novamente a se falar de amor. [...] Eu só posso escutá-las se eu me colocar, eu mesma, nesse ponto de infinito, *dor* ou *deslumbramento*. É com a minha falha que o outro compõe o sentido de sua aventura.

[Julia Kristeva, *Histoires d'amour*]

Escrever para um número da Revista *Percurso* em comemoração aos 40 anos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é algo especial. É uma ocasião privilegiada para retomar, mais uma vez, uma reflexão que tem me ocupado ao longo desses também 40 anos de prática da psicanálise: as especificidades do método psicanalítico e sua relação com a complexa delicadeza da nossa clínica cotidiana. Ocupei-me disso em minhas publicações ao refletir sobre o corpo doente no divã, sobre a clínica da adolescência, particularmente da anorexia e da bulimia, sobre a prevalência do corpo e dos ideais na cultura contemporânea e, ainda, sobre o mal-estar feminino diante dos imperativos da maternidade¹. Nessas reflexões meu objetivo não era apenas a construção de uma compreensão teórica, mas, também, busquei indagar a respeito do que pode a abordagem clínica dessas problemáticas nos ensinar sobre os impasses, os limites e as possibilidades do próprio método psicanalítico. A investigação sobre o método não pode prescindir da clínica que lhe dá origem.

Sendo assim, com este artigo gostaria de explorar alguns questionamentos que nos colocam determinados encontros com nossos analisandos a partir do relato de um caso clínico, no qual a demanda de análise se configura a partir de uma declaração de amor. São questões que nos convidam a refletir sobre a demanda de análise e sua



*o desejo de saber
o que é o amor esbarra
sempre em algo indizível
convertendo o amor,
como diz Camões,
em “um mal que mata
e não se vê, [...] um não sei quê,
que nasce não sei onde,
vem não sei como,
e dói não sei por quê”*

relação com a natureza do processo analítico e, como não poderia deixar de ser, sobre as vicissitudes do movimento transferencial. Neste caso um desafio a mais se coloca: a pretensão de falar sobre um tema controverso e difícil: o amor.

O desejo de saber o que é o amor esbarra sempre em algo indizível convertendo o amor, como diz Camões, em “um mal que mata e não se vê, [...] um não sei quê, que nasce não sei onde, vem não sei como, e dói não sei por quê”². Saber o que é amar é diferente de amar, os poetas sabem disso. Amar é um acontecimento que nunca se esquece, é como uma invenção que dá sentido à existência. Saber o que é amar parece impossível, diz Fernando Pessoa, justamente “Porque quem ama nunca sabe o que ama; nem sabe por que ama, nem o que é amar”³. Desde Platão e sua célebre distinção entre o amor físico e o amor celeste, passando pelos poetas líricos da Idade Média, até a introdução do amor romântico no século 19, o amor tem sido um tema privilegiado em nossa cultura⁴.

Atualmente, supostamente emancipado de suas correntes heteronormativas e monogâmicas, o amor continua a ocupar o imaginário humano na busca de novas versões. Versões atualizadas pelas novas gerações, que, naturalmente, nem sempre escapam à normatividade das novas regras dos

relacionamentos abertos, aos conflitos, às frustrações e às dores de amar. O amor e suas vicissitudes, o sucesso e o insucesso no amor, a fidelidade e a infidelidade são temas que habitam com frequência o divã dos analistas.

A teoria freudiana, por sua vez, coloca em evidência que o amor não se deixa aprisionar em um discurso único. É a psicanálise que introduz a ideia da multiplicidade ao enfatizar o amor e seus contrários, o amor e o ódio, o amor e a morte. Mais tarde, Lacan assinala que o paradoxo do amor reside justamente no fato de que o que falta ao amante é precisamente o que o amado não tem, enfatizando, assim, a relação entre o amor e o equívoco e o amor e a ignorância. Refratário a qualquer tentativa de decifração, o amor se apresenta sempre como um enigma, indissociável do não saber. Assim, ao lado dos discursos filosófico-poéticos encontramos a especificidade que o amor vem ocupar na experiência vivida em um processo analítico. É isso que nos interessa aqui.

Se, de um lado, torna-se impossível sustentar um discurso psicanalítico sobre o amor, porque a partir dele nós não podemos senão construir uma racionalidade discursiva, sempre sob o risco de cair em um empirismo ingênuo ou em uma intelectualização destituída de interesse; por outro, a experiência clínica com nossos analisandos nos convida constantemente a refletir sobre o amor, seja no que diz respeito à teoria metapsicológica, seja no que se refere diretamente às questões clínicas, que concernem tanto ao analisando, quanto ao analista. Afinal, é o destino do amor que interessa à experiência psicanalítica.

Dito isso, gostaria de explicitar que o objetivo deste artigo é explorar os desdobramentos do amor e suas vicissitudes, através de um caso clínico em que a demanda de análise se configura a partir de uma declaração de amor, escutada décadas após o caso amoroso ter sido vivido. Se, de um lado, é a declaração de amor que inaugura a busca de análise, de outro, é a partir dos questionamentos sobre o amor que entram em cena as questões ligadas às transformações do corpo a partir do climatério e a passagem do tempo.

Trata-se de tentarmos entender como a estrutura sintomática presente na demanda se desdobra no processo analítico suscitando uma série de reflexões sobre as condições de escuta da analista inserida no movimento transferencial. Assim, veremos que o amor, o corpo e o tempo se entrelaçam na história da análise de uma mulher no auge da sua maturidade⁵.

A declaração de amor

Na ocasião em que me procura, Tereza é uma mulher de 55 anos, fala com suavidade e, embora discretamente vestida, nota-se que é uma mulher bem cuidada. Conta-me que já fez análise muitos anos antes e refere-se a esse processo como algo precioso, que a ajudou bastante na época da morte de sua mãe. Diz, com desenvoltura, que essa perda a levou para a análise, mas que o processo se estendeu por vários anos, tendo sido de grande importância na construção de suas conquistas pessoais. Conta, com entusiasmo, que é casada e tem dois filhos lindos! E que embora goste do seu trabalho, percebe-se atualmente um tanto insatisfeita. Refere-se ao marido de modo carinhoso e conta com certo orgulho as conquistas profissionais dele.

É somente após esse preâmbulo que se decide a contar-me por que resolveu retomar um processo analítico. Nesse momento, o discurso desvolto de Tereza dá lugar a uma certa sobriedade e seu olhar vacila. Diz que precisa de um espaço para falar do que lhe aconteceu alguns meses atrás: recebeu um telefonema de um homem que amou muito no passado. Nesse telefonema, depois das saudações convencionais, ele lhe conta

na ocasião em que
me procura,
Tereza é uma mulher
de 55 anos, fala
com suavidade e,
embora discretamente
vestida, nota-se que
é uma mulher
bem cuidada.

que recentemente havia ido assistir a uma ótima peça teatral, chamada *Variações enigmáticas*.

Trata-se do belo texto de Eric-Emmanuel Schmitt que conta a história de dois homens unidos pelo amor que sentem pela mesma mulher. Zorko é um famoso escritor que vive isolado em uma ilha e é refratário a dar entrevistas. Larsen é um jornalista que perdeu a mulher e vive em uma pequena cidade. Zorko aceita ser entrevistado por Larsen quando vê que a cidade de onde ele vem é justamente onde mora a única mulher que amou na vida e com quem se correspondeu durante longos anos. Trata-se da mulher de Larsen, e toda a peça é um intenso embate entre esses dois homens, cada um em defesa de sua maneira de amá-la.

Ainda ao telefone, o homem lhe conta que, assistindo à peça, ficou profundamente tocado pelo amor que aqueles homens experimentaram e se perguntou se ele mesmo havia algum dia amado naquela intensidade. A resposta lhe veio naturalmente. Adoentado e aproximando-se de completar 74 anos, ele pensou que não poderia deixar de contar a ela o quanto a havia amado e o quanto difícil foi separar-se dela. A revelação desse amor cai como uma bomba dentro de Tereza. Sentindo que não conseguirá ouvir tudo aquilo impassivelmente pelo telefone, ela sugere que se encontrem. Depois de ter, no passado, tentado

2 Do poema de Camões, escrito no século 16 "Busque amor, novas artes, novo engenho".

3 F. Pessoa, "O guardador de rebanhos", in *Obra poética*.

4 A respeito do lugar privilegiado dado ao amor romântico na nossa cultura remeto ao livro *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*, de Jurandir Freire Costa.

5 Uma apresentação reduzida desse caso clínico teve lugar em uma mesa redonda no IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, cujo tema era "O amor e seus transtornos" e ocorreu em Curitiba, em 2010.





*a ideia inicial
de um conflito amoroso
começa a se distanciar,
não parece haver
questionamento em
relação ao seu casamento,
nem mesmo dúvida
em relação aos
seus sentimentos*

construir sozinha sua própria versão, não pôde renunciar a ouvir a versão dele sobre a história deles.

Vai ao encontro levando consigo as fotos dos filhos, começa falando deles. O homem também conta dos filhos dele, que já são adultos. Ele toma a iniciativa e começa a fazer um percurso contando o que foi vivendo depois que se separaram. Ela, calada, deixa que ele fale longamente. Quando ele termina, levanta-se, vai até ele e o beija. Ele, surpreso com a atitude dela, parece ter dificuldade em retribuir o beijo. Ela conta que insiste, em busca de reencontrar o passado. Ao final dessa primeira entrevista fico com a impressão de que sua demanda de análise irá se organizar em torno de um conflito amoroso que se instaura agudamente após a declaração de amor.

Tereza retorna na segunda entrevista e com a mesma sobriedade continua seu relato. Haviam se conhecido no trabalho, ele casado, ela com vinte e poucos anos, viveram uma relação que durou um ano. Ele não assumiu a relação e a deixou, optando por continuar com a mulher com quem está casado até hoje. Tereza sofreu muito, mas tocou a vida e, anos mais tarde, apaixonou-se novamente e casou-se. Refere-se ao seu casamento como algo muito bom, dá-se bem com o marido, se divertem juntos. Depois vieram os filhos e a cumplicidade entre os dois só aumentou. Serenamente retorna

à sua relação com o homem e continua falando do passado, há uma riqueza descritiva que chega a emocionar. Tereza fala como quem vê, e as palavras transformam-se em imagens. Começo a visualizar as cenas de um romance.

O fato é que, diante do amor, dificilmente ficamos impassíveis. Chico Buarque, um cantor do amor, nos diz em uma de suas canções “chego a mudar de calçada quando aparece uma flor e dou risada de um grande amor, mentira!⁶. Pois é de uma *mentira* que se trata quando queremos fazer de conta, às vezes embalados pelo racionalismo defendido de nossa escuta, que o amor não nos afeta, que podemos seguir tranquilamente as histórias de amor que nos chegam do divã. A premissa de Chico Buarque é de que somos todos, mais ou menos, tocados, afetados pelo amor, com os analistas não seria diferente. No movimento transferencial ao longo das sessões, vejo-me ali encantada com o romance de Tereza.

A ideia inicial de um conflito amoroso começa a se distanciar, não parece haver questionamento em relação ao seu casamento, nem mesmo dúvida em relação aos seus sentimentos. Pelo contrário, ela parece mais tranquila do que da primeira vez. Ao final pergunto se quer voltar. Ela responde que sim, de sua parte, está segura de que quer retomar sua análise ali comigo. Que função teria aquela análise? O que Tereza espera desse processo analítico? De que sofrimento se trata? Para além do meu encantamento com aquela história, não me parecia nem um pouco clara a função daquela análise. É Tereza mesmo quem começa a me esclarecer: *ela precisa vir ali contar essa história para mim, tornando-me testemunha desse amor.*

Mas... insisto, por que procurar uma análise para contar uma história de amor? Por que não escolher uma amiga, querida e confiável, para segredar sua história, trocar com ela opiniões e ideias? Tereza me conta que tentou, escolheu uma grande amiga que já estava separada há um tempo e lhe relatou o telefonema e o encontro. A amiga ouviu atentamente e, provavelmente também tocada por aquela história, comentou sorrindo: “umas com tanto e outras sem nenhum!”.

O desconforto diante da inveja patente do comentário fez Tereza se retrair.

Nesse momento me conta que decidiu procurar-me após ter visto uma de minhas apresentações em público, durante a qual escutou um homem, sentado próximo a ela na plateia, fazer um comentário elogioso ao meu cabelo. Entendo que o comentário do homem a reassegura de que eu talvez seja alguém desejável aos olhos de um homem, o que a tranquiliza, minimamente, quanto aos efeitos da minha inveja. Nesse momento, aparece uma primeira associação que nos remete ao infantil, Tereza fala longamente de sua mãe e da dificuldade desta em valorizar seus atributos femininos. Fala de uma relação marcadamente apaixonada e ambivalente também da mãe para com ela. Os contornos transferenciais começam a se desenhar.

A carta

Tereza continua seu relato. Depois daquele encontro não se veem mais. Ela, tentando equacionar o que viveu, lhe escreve uma carta. Traz consigo a carta para ler para mim durante a sessão e, a seguir, me pede para guardá-la. Pedido que parece me colocar não apenas como *testemunha*, mas também como *guardiã* dessa história.

Meu querido amigo,

Nem sei por onde começar, só sei que precisava falar com você. Achei melhor escrever. Escrevendo posso reler o que eu disse e pensar sobre o que sinto. Nem sei se escrevo para mim ou para você. Tentei retornar às palavras ditas entre nós, no meu esforço de refletir sobre o que tinha nos acontecido, sobre o que tinha me acontecido.

Confesso que só me dei conta de que seria difícil pra mim quando me vi repetindo uma cena do passado. Eu de novo ali, aguardando na sala de espera do seu escritório, um ar meio desconcertado... o passado voltou com força na minha memória, senti o coração bater descompassado. Entendi, então, que corria perigo, senti medo. Mas... tentei me convencer de que tudo acabaria

»
*nesse momento
me conta que decidiu
procurar-me após
ter visto uma de
minhas apresentações
em público, durante
a qual escutou um homem,
sentado próximo a ela
na plateia, fazer um comentário
elogioso ao meu cabelo.*

bem, que, afinal de contas, você foi uma história muito importante na minha vida, eu nunca lhe escondi isso. Queria saber o que eu tinha representado na sua vida, na sua história!

Foi muito importante o que eu ouvi.

Você falou longamente, bem ao seu modo disse muito. Falou de desejo, falou de amor, falou de vida, de impossibilidades, de projetos, de limites, de ambições. Retraçou a história tentando entendê-la, tentando achar um lugar para mim na sua vida. Honesto como sempre, você descobriu, mais uma vez, a impossibilidade de achá-lo, mas descobriu também que, se eu não tive um lugar na sua vida, eu fiquei para sempre guardada dentro do seu coração. Você me guardou lá, cuidadosamente, durante longos anos.

À medida que você falava, eu voltava no tempo, ouvia, revia e voltava a sentir como antes... sim, como antes, como se o tempo não tivesse passado, tudo estava lá guardado na memória do meu corpo, não consegui me conter. Desculpe-me.

Quando voltei para casa e deparei com a cena da minha família reunida, senti um sentimento profundo e bom, de amparo, de aconchego. Convenci-me, nesse momento, de que poderia fechar a caixinha do passado, deixar você lá dentro, preciosamente guardado, como estive durante todos esses anos. No entanto, ao longo do final de semana, as cenas do nosso encontro voltavam à minha mente, imagens repetidas e insistentes do que



*de início, a leitura
da carta traz para a análise
o sofrimento de Tereza,
dividida entre
a culpa e a saudade.
Uma culpa que não
parece buscar ser
atenuada pelo relato
dirigido à analista*

vivemos. Deparei assustada, frente à intensidade dessa saudade que me invade, uma saudade muda de um tempo que não pode voltar. Fui pouco a pouco sendo invadida pela culpa, não consigo me perdoar facilmente por ter sentido o que senti.

No domingo à noite, de retorno do final de semana fora de São Paulo, encontro o resultado da mamografia que havia feito na semana anterior: um resultado nada animador aponta um nódulo no seio. Senti o chão sumir dos meus pés. Uma culpa cruel me invade e, por instantes, sou tomada pela ideia do castigo, merecido castigo por ainda ter desejado você. Tento recuperar a razão, novamente tento pensar e vou lentamente voltando a mim.

Compreendi que o passado não retorna impunemente, não tenho como negar o que tudo isso representou para mim. Sei apenas que seguirei, que seguiremos, ambos, no amor e no respeito que sempre nos uniu. Na caixinha você ficará guardado para sempre dentro de mim.

Precisava falar com alguém, mas não posso falar disso com ninguém. Resolvi então que escreveria lhe contando sobre mim. Sei que você pode me ouvir. É isso.

Desejo-lhe tudo de bom.

Tereza

Lembro aqui do que escreve Barthes sobre a dialética particular da carta de amor: "...ao mesmo tempo vazia (codificada) e expressiva (carregada da vontade de significar o desejo)"⁷. Mais adiante,

Barthes comenta o caráter superlativo que a imagem do amado tem para o amante: "Você está em toda parte, sua imagem é total, escreve de diversas maneiras Werther a Carlota"⁸. Temos aqui, por um lado, a onipresença do objeto de amor e, portanto, seu vazio e, por outro, a vontade de significar o desejo. Na carta, Tereza expressa sua surpresa e ao mesmo tempo sua perturbação por se ver invadida pelos pensamentos sobre o encontro – o homem está em toda parte. Busca entender o que lhe aconteceu, surpreende-se consigo mesma, com seu comportamento, mas, sobretudo, com seu *sentir*... "como se o tempo não tivesse passado, tudo estava lá guardado na memória do meu corpo..."

De início, a leitura da carta traz para a análise o sofrimento de Tereza, dividida entre a culpa e a saudade. Uma culpa que não parece buscar ser atenuada pelo relato dirigido à analista. De fato, Tereza não parece buscar alívio para a culpa, como se achasse que a culpa era indissociável do amor, assim como a saudade. Essa impressão de que, apesar de a culpa estar claramente presente na carta, Tereza não está ali para livrar-se dela, está ali para poder falar do que sente, para poder falar do desconhecido em si mesma, solicita que a analista faça um recuo e reflita sobre que tipo de escuta isso exige dela. Tereza não parece querer se livrar nem da culpa, nem da saudade, porque também não parece querer se livrar do amor. Como se tentasse dizer que só precisa de um espaço onde possa *sentir* na companhia de um outro que a escuta. Na companhia de um outro que possa *testemunhar* sua experiência e os destinos do seu sentir. Um outro que a escuta quase a maior parte do tempo em silêncio, acompanhando atentamente as nuances da sua voz, um suspiro em suspenso, um soluço.

O corpo e o tempo

Durante os anos iniciais da análise, as sessões transcorriam e começavam sempre pelo relato da história de amor: como se conheceram,

como começou, o que viveu naquela época, o que aprendeu com essa relação. Ela era jovem, queria aprender a amar, descobrir o sexo, experimentar a liberdade do seu corpo. Lembra sensações, temores, dúvidas, conta da sua solidão quando se separaram. Aos poucos vai ficando claro para ela que relatar sua história não é apenas reviver o passado, é mais do que isso, representa a possibilidade de se reencontrar consigo mesma, é reencontrar a si mesma na sua juventude, no pleno frescor do seu corpo, na sua descoberta do prazer sexual.

Assim, ao recontar a história, Tereza revive o passado, revisita seus próprios caminhos, suas escolhas, o direcionamento de sua vida e reencontra a saudade. Uma saudade que, segundo ela, parece ser, em última instância, *uma saudade de si mesma*. Uma saudade do tempo em que seu corpo ainda não havia sido marcado pela doença, nem pela dor, nem muito menos pelas marcas do tempo que passa. Retoma detalhadamente o momento da descoberta do câncer, o susto com a descoberta da doença, o contato com o medo de morrer e, ainda, todos os percalços do tratamento. A partir daí passa a lembrar que sentiu claramente o dia em que deve ter tido uma primeira modificação hormonal e recorda o momento em que sua menstruação começou a falhar.

O estranhamento de seu próprio corpo se mostra uma evidência. Relata que se surpreendeu diante das mudanças na libido e de um certo desinteresse pela vida sexual. Para Tereza, as modificações internas do corpo pareciam ser mais significativas do que as externas, como as rugas e os sinais visíveis do começo do envelhecimento. Um sentimento difuso de solidão e insegurança a invade. A perda da fertilidade com a chegada da menopausa a confronta com o tempo que passa e um primeiro esboço de reconhecimento da

»
o estranhamento
de seu próprio corpo
se mostra uma evidência.
Relata que se surpreendeu
diante das mudanças
na libido e de um certo
desinteresse pela
vida sexual

finitude se instala. As mudanças que se iniciam no climatério e se configuram na menopausa exigem elaboração psíquica da nova experiência do sujeito com seu corpo, além de uma reconfiguração psíquica em relação ao futuro e aos ideais. Tereza começa a pensar que chegou na metade da vida, ganha sentido a expressão – *uma mulher de meia idade* – e diz que precisa se perguntar como quer viver a próxima metade.

Inserida em uma cultura que invisibiliza a mulher na meia idade, Tereza partilha na análise seus esforços para tentar se manter magra e “bem conservada”, dando-se conta, pouco a pouco, que a idealização de um certo modelo de beleza feminino, do corpo jovem e magro, é inalcançável, mais cedo ou mais tarde. Não deixa, no entanto, de invejar tanto aquelas mulheres ao seu redor que conseguem se manter próximas a esse modelo, quanto aquelas que se permitem, livremente, ignorá-lo. Um movimento em direção às amigas começa a se fortalecer e se expressa no desejo de partilhar, ao mesmo tempo que se dá conta do quanto passou pelo climatério e pela menopausa silenciosamente⁹.

Nesse período, se constrói um entendimento do efeito que teve sobre ela a declaração de amor. O confronto com o desejo que, de cara, se expressa na iniciativa do beijo e no que viveu no encontro

7 R. Barthes, “A carta de amor”, in *Fragments de um discurso amoroso*, p. 45.

8 R. Barthes, *op. cit.*, p. 47.

9 O cenário no qual o climatério e a menopausa eram vividos no silêncio e, muitas vezes, de forma solitária, mudou sensivelmente nos últimos anos. Cada vez mais as mulheres têm pautado o assunto entre si e nas redes sociais. Um bom exemplo disso é o sucesso do *podcast* Zen vergonha, de Fernanda Lima, lançado em 2024.



*em um memorável
texto sobre o amor
e a morte na transferência,
Fédida salienta que nossos
analisandos percebem
o amor que temos
pela inventividade, pela
criatividade que
suscitam em nós*

com o homem: o amor do passado desperta o corpo no presente. O que, ao recolocar em cena sua sexualidade após a menopausa, acaba por solicitar uma reflexão sobre os impactos que, lentamente, as transformações de seu corpo foram trazendo. Um verdadeiro trabalho de muitos lutos que precisam encontrar espaço para serem vividos diante de tantas mudanças na economia libidinal. Um retorno ao luto pela perda da mãe traz consigo a memória da adolescência, a primeira menstruação, os primeiros contornos de um corpo feminino que se insinua nas primeiras experiências sexuais.

Uma reorganização de seus interesses libidinais começa a acontecer, tanto na vida sexual, quanto em seus investimentos na sua carreira profissional. O crescimento dos filhos, os desafios profissionais, seus planos de futuro, suas ambições, mas também o reencontro com a potência do seu corpo sexuado na meia idade. Em meio a esse genuíno questionamento existencial, que acompanha o desenrolar da análise, Tereza recebe a notícia da morte do homem que a amou e que ela também amou. Chora longamente durante a sessão.

Refletir sobre o método psicanalítico implica insistir que, ao permitir que a história de amor fosse partilhada, a própria relação transferencial abriu espaço para as brechas por onde pôde

emergir o desamparo do sujeito. A dimensão essencialmente transferencial da situação analítica funciona também como um espaço capaz de acolher uma outra temporalidade. Escutar Tereza implicava acolher a possibilidade de um tempo favorecedor dessa escuta de si, um tempo capaz de permitir a criação de novas conexões que, a partir do impacto da declaração de amor, organizaram outras narrativas sobre as transformações do seu corpo e a passagem do tempo¹⁰.

Sobre a demanda de análise e sua relação com o processo analítico

No que diz respeito à complexa delicadeza da clínica psicanalítica, não podemos esquecer que uma de suas especificidades é o fato de que nós fomos, somos e seremos sempre, ao mesmo tempo, analistas e analisandos. Da poltrona ao divã desenha-se para cada analista um caminho que, feito várias vezes, lhe permite mudar de posição psíquica na escuta de suas próprias memórias diante do amor. Além disso, aceitar que o amor de transferência é uma resistência ao trabalho analítico implica, como sugere Fédida, compreender também seu paradoxo: se ele precisa ser interdito para dar lugar à palavra, é também o amor que introduz a palavra na análise.

Em um memorável texto sobre o amor e a morte na transferência, Fédida salienta que nossos analisandos percebem o amor que temos pela inventividade, pela criatividade que suscitam em nós, insistindo que: “O analista é enamorado das palavras. Aqui está exatamente a possibilidade de entender o amor nas palavras. E Freud, em 1939, dizia ainda isto: o que torna o paciente capaz de entender as palavras que o analista lhe diz é o amor, que não é amor *de* transferência e que é, no entanto, amor *na* transferência. A ressonância interna das palavras só é possível pela existência do amor. [...]”. Assim, continua Fédida,

[...] não haveria psicanálise se não fôssemos todos nós, outros tantos enamorados. Enamorados de quê? De

nossos pacientes? Não necessariamente. Das especulações intelectuais sobre psicanálise? Eu não. De que somos enamorados? De nós mesmos? Talvez. Acredito que somos enamorados do desconhecido e a descoberta dele em cada tratamento nos desafia a cada momento. Somos enamorados desse desconhecido do próprio tratamento, do desconhecido em nós mesmos...¹¹

Ora, se o analista se encanta pela inventividade, pelo aprendizado e pela descoberta do desconhecido em si mesmo que o analisando lhe proporciona, este último também pode se encantar por se descobrir capaz de sentir o prazer de ter uma vida psíquica, habitada de contrários e densa em sua complexidade. Assim, para continuarmos a refletir sobre o método psicanalítico precisamos nos debruçar sobre o trabalho da dupla analista-analisando. Isso exige que possamos nos perguntar: Qual é a relação entre a demanda de análise e seu desdobramento? E ainda: Quais são as condições necessárias para que alguém possa falar de modo a que uma demanda se desdobre em uma análise? E para que o analisando possa escutar o que diz?

Se cada processo analítico nos ensina algo mais sobre o que é a psicanálise, o que é esse método com o qual trabalhamos, podemos pensar que uma análise começa com uma sequência de impactos que vão muito além do que sabe o sujeito que ali se apresenta. São impactos sobre o que o sujeito acreditava serem as histórias oficiais que tinha de si mesmo e da sua vida. E como esses impactos, que agem sobre a história do sujeito, geram a necessidade de novas narrativas, que o situam em novas posições psíquicas, que ele próprio desconhecia. Tereza vem narrar a história de um amor que, de certo modo, havia esquecido, e que, ao mesmo tempo, ela própria desconhecia, e essa narrativa necessariamente solicita outras, porque, onde há vida, os impactos jamais deixam de acontecer.

10 Sobre a questão das múltiplas temporalidades no psiquismo e seus desdobramentos no trabalho clínico remeto ao livro *O tempo, a escuta, o feminino*, de Silvia Alonso.

11 P. Fédida, "Amor e morte na transferência", in *Clínica psicanalítica: estudos*, p. 55.

»
*a estrutura
sintomática da demanda
se apresenta em forma
transferencial e irá se
desdobrar no processo
analítico, fazendo emergir
o próprio desamparo
diante das transformações
do corpo e da
passagem do tempo*

Vimos com Tereza que a demanda já se apresenta no modo transferencial – contar a história para um outro escolhido a partir de critérios muito específicos, cuja significação só virá à tona ao longo de sua análise. Isto é, a estrutura sintomática da demanda se apresenta em forma transferencial e irá se desdobrar no processo analítico, fazendo emergir o próprio desamparo diante das transformações do corpo e da passagem do tempo. A demanda é sintomática no sentido em que é sintoma de algo que acontece no sujeito e ele próprio não entende, algo que desconhece em si mesmo. Isso coloca em evidência que a demanda de análise contém em si uma condensação enigmática de histórias a serem construídas para poderem ganhar a linguagem, e isso exige uma postura do analista, não só diante das modalidades de fala do analisando, mas também de suas próprias modalidades de escuta, tendo em vista seu lugar no movimento transferencial.

A propósito, nessa história clínica não posso deixar de salientar que parece ter se produzido uma espécie de efeito em cadeia que, partindo do amor, introduz a questão do corpo e do tempo. Se o ponto de captura inicial, presente na demanda de análise, é, justamente, o amor, não podemos deixar de notar também o efeito de captura que parece ter a questão do corpo e do tempo:



*Fédida nos convida
a uma reflexão que não
pode se abster de levar em
conta os possíveis entrelaçamentos
entre as histórias de amor
dos analistas e de seus analisandos,
assim como não pode se abster
de levar em conta a afetação
do analista pelas histórias
de amor vindas do divã*

o homem decide falar do seu amor décadas depois de a história ter sido vivida, quando ele próprio se encontra adoentado e, provavelmente, às voltas com a possibilidade da finitude. Tereza, a partir da declaração de amor, se vê confrontada com o desejo, com um corpo vivo e, ao longo do processo analítico, passa a poder falar das transformações de seu corpo e do envelhecimento. A analista, por sua vez, que, à época, tinha cinco anos a menos que Tereza, encontrava-se no início de sua própria jornada às voltas com as transformações de seu corpo com a passagem do tempo. Assim, vemos que se a demanda de análise se configura a partir do amor, o desdobramento do processo analítico solicita todo um trabalho de elaboração diante dos efeitos psíquicos produzidos pelas transformações do corpo ao longo do tempo, tanto para a analisanda, quanto para a analista, certamente de modo diferente para cada uma delas.

No que diz respeito ao amor, temos também esse efeito em cadeia: primeiro, o efeito que a peça teatral produz no homem, que o leva a telefonar para Tereza para lhe falar sobre o seu amor, depois o efeito que tem sobre ela a declaração de amor, a ponto de ser o organizador da sua demanda de análise e, por último, o efeito sobre a analista, que desencadeia o interesse de apresentar este caso e depois de escrever um texto. O ponto

em comum parece ser a necessidade de dar voz à história, colocá-la em palavras dirigidas a um outro. Trata-se de uma história que, ao exercer um efeito de captura, nos convida justamente a refletir sobre as condições de escuta do analista. Cabe chamar a atenção para a possibilidade de uma escuta psicanalítica interessada em refletir sobre o que a facilita e o que a compromete e, desse modo, interessada em se indagar sobre as condições necessárias para que alguém possa falar no divã.

Sobre as condições de escuta do analista

Assim, para avançar nossa reflexão sobre o método psicanalítico torna-se incontornável explorar a especificidade das condições de escuta do analista, sobretudo diante das histórias de amor que produzem impactos também naqueles que as escutam. Buscando pensar os movimentos transferenciais diante do amor, Fédida salienta:

Quando recebemos pela primeira vez um paciente, nós o ouvimos, pensamos sobre o que nos falou e aí decidimos tomá-lo em tratamento. Então a questão que permanece é sempre a mesma: por que nos ocupamos desse paciente? Ou seja, que lugar este paciente veio tomar em nós? Qual é a relação entre esse paciente e determinada pessoa de nossa história pessoal? Pode haver aí muitos elementos positivos para o tratamento. Sob uma condição: que o analista, em sua própria análise, encontre esclarecimento para a associação entre esse paciente e talvez outro paciente, ou entre este paciente e talvez pessoas de sua vida pessoal a quem teve amor.¹²

Fédida nos convida a uma reflexão que não pode se abster de levar em conta os possíveis entrelaçamentos entre as histórias de amor dos analistas e de seus analisandos, assim como não pode se abster de levar em conta a afetação do analista pelas histórias de amor vindas do divã. Porém, Fédida vislumbra nisso uma dimensão positiva, sob a condição de o analista submeter tal atravessamento à sua análise pessoal. Assim,

tal positividade exige que o analista possa sustentar seu lugar transferencial, isto é, não ceder diante dos questionamentos incontornáveis que o encontro com seus analisandos suscita em sua análise pessoal.

Não há dúvida de que, para falarmos das condições de escuta do analista, se coloca em primeiro plano enfatizarmos a sua análise pessoal, esse espaço incontornável, guardião da escuta. Nas palavras de Ana Maria Sigal, a formação psicanalítica “... tem como eixo principal a análise do analista: um trabalho árduo, pessoal, único e singular, sustentado na transferência. É no corpo a corpo que se transmite um ofício”¹³. Indo nessa direção, de minha parte, me parece absolutamente necessário levarmos a sério a radicalidade do método psicanalítico. Isto é, um método construído nas bases de uma relação transferencial em que, em associação livre, um fala a um outro que o escuta, em atenção flutuante. No entanto, essa condição básica, como insistia sempre Fédida, se instaura e se desfaz sem cessar. Isso exige levar em conta que a escuta nunca é neutra, que não existe analista neutro, que as condições de escuta do analista estão sempre atravessadas por sua história pessoal, assim como por seu repertório de crenças e valores e seus lugares de pertencimento.

Não ter isso bem claro e presente pode levar às mais diversas formas de violência vividas pelos analisandos em um processo analítico, aos mais diversos desdobramentos traumáticos na experiência daqueles que nos procuram. Levar em conta a radicalidade do método psicanalítico implica levar a sério o fato de que, se não há neutralidade, há que haver abstinência. Isto é, há que haver abstinência para que escutar signifique abster-se de preencher de si mesmo a cena inconsciente do outro que nos fala. Creio ser esta a condição necessária para que escutar possa ser um ato de espera de modo que o outro ocupe sua própria cena e possa ouvir algo sobre seu desejo.

12 P. Fédida, *op. cit.*, p. 60.

13 A.M. Sigal, “A psicanálise no divã: formação, (de)formação, transformação”, *Percursos*, n. 74, p. 140.

14 S. de Beauvoir, *Balanço final*, p. 132.

anos depois, ao final
de sua análise,
Tereza pede para reler
a carta, faz isso silenciosamente,
depois me estende a carta
dizendo que agora ela é minha.
Nos detivemos a tentar
entender o que representava
a carta ser entregue a mim

Escutar tem aqui o sentido de cuidar para não atribuir ao outro aquilo que não lhe pertence e de acolher o não saber, a ignorância. Enfim, escutar seria poder aprender com quem nos fala um pouco mais sobre o que é e para que serve a psicanálise. Isso supõe uma posição ético-política na clínica.

Anos depois, ao final de sua análise, Tereza pede para reler a carta, faz isso silenciosamente, depois me estende a carta dizendo que agora ela é minha. Nos detivemos a tentar entender o que representava a carta ser entregue a mim. Não se tratava de um presente. Tereza diz então que contar com o espaço da análise foi o que lhe permitiu não ter medo de sentir o amor e que perder o medo de sentir foi, aos poucos, também evidenciando que *não precisava manter suas dores de viver exiladas de si mesma*. O movimento transferencial parece remeter aqui à figura da *analista-testemunha*, aquela que é, ao mesmo tempo, *testemunha* e *guardiã* da história de amor e sua relação com o tempo, a morte, a dor e o envelhecimento. Como diz Simone de Beauvoir: “Toda dor dilacera; mas o que a torna intolerável é que quem a sente tem a impressão de estar separado do resto do mundo; partilhada, ela ao menos deixa de ser um exílio”¹⁴.



Referências bibliográficas

- Alonso S.L. (2011). *O tempo, a escuta, o feminino: reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barthes R. (2003). A carta de amor. In *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, p. 45-48.
- Beauvoir S. (1982). *Balanço final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Buarque de Holanda C. (1983). *Samba do grande amor*.
- Camões L de. (1961). Busque amor, novas artes, novo engenho. In *Sonetos*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Féddida P. (1988). Amor e morte na transferência. In *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta, p. 22-66.
- Fernandes M.H. (1999). *L'hypocondrie du rêve et le silence des organes: une clinique psychanalytique du somatique*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.
- _____. (2003). *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2006). *Transtornos alimentares: anorexia e bulimia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2025). *Capturas do sofrimento: corpo, alimentação e ideais na clínica psicanalítica*. São Paulo: Blucher.
- Freire Costa J. (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Pessoa F. (1983). O guardador de rebanhos. In *Obra poética (Poemas completos de Alberto Caeiro)*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 136-162.
- Sigal A.M. (2025). A psicanálise no divã: formação, (de)formação, transformação. *Percurso*, n. 74.

Love, body and time: listening to a middle-aged woman

Abstract Through a clinical case in which the search for analysis is based on a declaration of love, this article aims to explore some questions about the demand for analysis and its relationship with the nature of the analytical process, and consequently, about the conditions of listening for the analyst. In the transference movement, it becomes clear that issues related to bodily changes due to the climacteric and the passage of time come into play, often stemming from questions about love.

Keywords body; climacteric; menopause; ageing; transference/counter-transference; love in analytical listening.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 09/2025

Apontamentos sobre o impacto do racismo na vida psíquica e na análise de um sujeito

Solange Maria Santos Oliveira

Solange Maria Santos Oliveira é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, participante da Comissão de Reparação e Ação Afirmativa do Departamento de Psicanálise e do grupo de trabalho “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento”, mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Infecções e Saúde Pública – Coordenação dos Institutos de Pesquisa – CIP.

Resumo Este artigo pretende discutir, por meio de fragmentos clínicos da história de um sujeito negro, o impacto do racismo na vida psíquica e na condução de uma análise, assim como argumentar sobre a relevância da condução da análise de uma pessoa negra por um psicanalista negro.

Palavras-chave racismo; clínica psicanalítica e política; analista negro.

DOI: 10.70048/percurso.75.63-74

O contexto

Desde a fundação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, com a presença de Regina Schnaiderman, as questões referentes ao acesso à psicanálise, e à intersecção entre política e psicanálise, apareciam como marca de uma escuta alternativa em relação às outras instituições. Os tempos impuseram mudanças e novos acordos. O antirracismo, sem dúvida, faz parte das políticas atuais do Departamento e tem atravessado a reflexão de alguns dos seus grupos de trabalho.

“Mas como falar de algo que eu não aprendera a pensar, um tema que era proibido, que não aprendi na escola?”¹

Tema-segredo que não se pôde falar nas várias casas vividas: o lar, a escola, as instituições formativas, já que a partitura era a democracia racial, a do apagamento do preto. No lar, isso ocorria para que aquelas pessoas pudessem existir, contraditoriamente se aniquilavam para que sobrevivessem. Nas instituições o tema-segredo aparecia como submetimento às regras coloniais de dominação. Mais uma vez a tentativa de sobreviver, ter existência, como aprenderam em suas primeiras relações objetais.

O silêncio se impõe marcado pelo pacto da branquitude. Silenciado, o preto segue driblando o racismo:

Fala da filha para a mãe sobre o seu enredado cabelo enroscado: “não quero que nenhum filho meu passe por isso, por essa dor... pentear os cabelos.”

Tempos depois, todo dia cedo, essa mulher/mãe acorda sua filha para pentear seu cabelo antes de sair para trabalhar. A menina volta a dormir para

¹ I.B. Nogueira, *A cor do inconsciente – significações do corpo negro*, p. 12.



o debate envolve a reflexão sobre a ausência e o apagamento de presenças negras, em especial no que se refere à escuta das marcas da negritude no corpo social brasileiro

depois ir para a escola. Assim vai se reafirmando e reatualizando algum ideal. Essa mulher também diz para essa filha que não poderá se sentar à máquina de costura: “Veja eu e sua avó sempre na máquina. Você irá estudar”.

Tempos mais tarde, essa menina agora adulta escuta o homem negro contando: “Respondi pra minha amiga. Por que eu raspo a cabeça? Como eu vou trabalhar na... com esse cabelo? Quem vai me empregar?”

O grupo “A cor do mal-estar” do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, criado em 2018, tem desenvolvido esse tema. O debate envolve a reflexão sobre a ausência e o apagamento de presenças negras, em especial no que se refere à escuta das marcas da negritude no corpo social brasileiro, denunciando a falsidade da democracia racial e favorecendo a emergência de outros discursos sobre a construção social de novas formas de existência do negro na sociedade. O objetivo é criar possibilidades e espaços a serem consolidados por uma nova dinâmica institucional e viabilizar o surgimento de uma comunidade intelectual de troca interracial. O reconhecimento da presença negra e suas múltiplas formas de existir convoca todos para a tarefa ética de sustentar diálogos e construir novas formas de convivência, capazes de reparar e reinventar trajetórias históricas marcadas pelo silenciamento.

O racismo

O racismo, engendrado e institucionalizado pela sociedade para manter a dominação de brancos sobre pretos e perpetuar relações de poder, deixa

marcas profundas no psiquismo humano desde a infância, em brancos e pretos. Neste artigo, ao discutir as marcas do racismo por meio de um caso clínico, a analista busca compreender como a exclusão e a negação do racismo operam na constituição do sujeito negro, afetando a construção de vínculos, desejos e possibilidades de pertencimento.

Marisa Corrêa lembra que:

Em um país estrutural e institucionalmente racista, não podemos falar de uma situação de trauma enquanto um episódio isolado e pontual, mas sim de um processo traumático secular cumulativo que acometeu toda a população de um modo complexo e com frequência inacessível. Um processo que adoeceu o sujeito sem que ele consiga alcançar uma representação psíquica para o que é vivido.²

Andrade corrobora essa ideia:

Uma das principais características do racismo é justamente retirar dos povos o direito de construir uma autoimagem legítima. [...] o racismo também sequestraria das pessoas negras a possibilidade de narrar a experiência singular de suas vidas por lhes constranger sempre a tecerem uma narrativa de si como resposta ao que a branquitude impõe. Não há margem para falar de si mais além do racismo.³

É fundamental identificar essas marcas e compreender os trânsitos psíquicos necessários para superá-las ou remodelá-las, reconhecendo que ainda há muito por entender e elaborar.

Correa acrescenta que a “[...] desconsideração do racismo como agente responsável por graves comprometimentos psíquicos e somáticos é definitivamente uma lacuna que precisa ser entendida, elaborada e sanada”⁴.

Apresentação de fragmentos clínicos

Neste artigo, a analista gostaria de apresentar fragmentos de um caso clínico, em processo, que possibilitam acompanhar um aspecto da trajetória de um homem negro, que será chamado de

Luciano, pois há de se ter nome numa vida arranhada pelas marcas do racismo.

Antes de avançar, é importante circunscrever o que será entendido por fragmentos de caso clínico e como apresentá-los. Os fragmentos têm a intenção de apresentar apenas um aspecto dessa análise e da complexidade da vida psíquica de Luciano. O caso clínico, aqui, será construído por uma narrativa pontual da relação transferencial, em que a história do paciente se viabiliza na transferência. Está no foco desse recorte o cruzamento das histórias de analista e analisando, ambos negros, marcados por diferentes desejos em um determinado contexto sociopolítico.

Desde Freud, destacava-se a importância de omitir dados identificatórios do paciente, mantendo-se apenas as informações essenciais para entender o caso, prática amplamente aceita hoje pelos analistas. Nasio enfatiza a necessidade de fazer com que o paciente tenha acesso ao texto, solicitando sua autorização para publicá-lo. Algo complexo e que merece alguma cautela. Nesse caso a analista entendeu não ser o momento da análise para introduzir esse feito. Para tanto, a analista considera o que afirma Mezan, em *Escrever a clínica*:

O fato de se saber objeto da atenção privilegiada do analista, a ponto de este escrever sobre o nosso caso, não é inteiramente inocente no andamento de um processo analítico [...] por mais que nos dirijamos a leitores em geral, quando se escreve sobre um paciente tal escrito é ainda parte da análise desse paciente, um diálogo com ele.⁵

Aspectos da história desse sujeito

Um homem, cuja presença por si só já se impõe, apresenta-se para análise, dizendo sentir que “há algo errado” consigo, impedindo-o de realizar seus

2 M.S. Corrêa, “Racismo: um trauma coletivo não considerado”, *Percurso*, n. 73, p. 22.

3 E. Andrade, *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*, p. 23.

4 M.S. Corrêa, *op. cit.*, p. 21.

5 R. Mezan, *Escrever a clínica*, p. 166.

»»

*a analista compreende
que Luciano busca reconhecimento,
assim como todos os seres
humanos. Ele deseja ocupar
um espaço ao qual sente
não pertencer*

propósitos. Manifesta o desejo de ocupar um determinado cargo público de relevância social, estudar, aprimorar o conhecimento de línguas estrangeiras, mas se sente cada vez mais distante desses objetivos. Fala muito, articula-se bem, se ampara num autoconhecimento racional.

A analista escuta que à sua frente há um homem que antes de tudo precisa ser acatado, acolhido por seu saber. O que se dará por meio do reconhecimento do seu sofrimento por uma exclusão social, e, ao deparar com uma demanda de análise, a analista passa a escutar também o menino acuado que emerge no relato. O homem visível revela um menino invisível, retraído, o que possibilita a escuta de sua tentativa de existência com as marcas da sua constituição de sujeito. “Eu estou me atrapalhando com tudo na minha vida.”

Importante lembrar que a constituição psíquica de qualquer sujeito e, portanto, do sujeito negro, se constitui por diversas experiências que não serão apenas as respostas ao racismo vivido, mas aqui pretende-se olhar para o impacto do racismo.

A analista compreende que Luciano busca reconhecimento, assim como todos os seres humanos. Ele deseja ocupar um espaço ao qual sente não pertencer, e ela se pergunta se está disposto a desafiar ou transgredir essa percepção.

Ele relata que, quando criança, acordava muito cedo. Sua mãe já havia partido para o trabalho, ficava com a sua avó. Costumava ir de porta em porta procurar um amiguinho para brincar. Suas mães diziam que ainda estavam dormindo e que, quando acordassem, chamariam por ele. Estava sempre sozinho. Incansável, no outro dia, a cena



*fazia tudo para
pertencer ao grupo.
Luciano, no decorrer
da análise, vai enunciando
suas explicações que
se referem às tensões
de classe social*

se repetia. A avó lhe dava bronca: “Para com isso. Vai fazer a lição”.

Luciano ganhou uma bolsa para cursar o ensino médio em uma escola renomada de sua cidade, apesar da discordância dos pais, pois diziam “que eu queria o que não era para mim”. Mesmo assim, ele insistiu em seguir seu objetivo.

Nesse tempo de escolarização, relata, surgem episódios de exclusão e maus tratos pelos colegas, incluindo situações de *bullying*. Como reação a essas cenas surgiam buscas incessantes por ser incluído: “Eu fui me colocando que precisava ser aceito”.

Sempre temeu perder oportunidades, especialmente na adolescência. Sentia-se extremamente excluído ao ficar de fora dos passeios ou festas do colégio. “Uma vez fui com moeda para entrar numa balada, me expunha, não tinha crítica, não me importava com as condições. Só depois da análise passei a cuidar de não me expor e a evitar essas situações.”

Fazia tudo para pertencer ao grupo. Luciano, no decorrer da análise, vai enunciando suas explicações que se referem às tensões de classe social: “Na infância criei um conceito de que em casa era ruim”. Relata que sua casa era antiga, havia muitas pessoas, era desorganizada e suja, e ele também contribuía para isso. Não havia companhia para brincar e sentia falta de atenção. Nas visitas à casa de amigos, percebia diferenças em relação à sua.

Um dos seus colegas passa a ser a encarnação do ideal para Luciano: “Eu saía com eles, eu sempre achei que ele era o máximo, um Deus.

Ele ria me dizendo: aqui as meninas não vão sair com você”.

O relato de Luciano dos meandros de seu sofrimento e das histórias escabrosas em que os colegas brancos, admirados por ele, o humilhavam, era entremeadado de explicações sociológicas. À escuta, a analista pergunta se em algum momento ele já havia relacionado essa discriminação que sofria com o fato de ser negro. Silêncio. “Não. É porque sou pobre”. A analista acolhe a explicação. Não. É porque sou pobre. Há um cuidado para não instalar um desmentido da percepção, novamente uma desqualificação, inclusive porque suas justificativas pelo discurso social representam um amparo encontrado ao construir para si o entendimento do seu sofrimento. Além disso, a potência do discurso de classe se deve a trazer uma ilusão de acesso e de eliminação do sofrimento. Mas segue ecoando em sua escuta: não é porque sou pobre.

A pergunta da analista, acima explicitada, pode soar inicialmente como uma intromissão. É um ato político: aquele homem nunca declarou ser negro, jamais tocou nessa questão, que era explícita: negro retinto, muito alto, com uma presença altiva. Um momento em que a analista enxerga naquele homem/criança um homem negro. É algo que se instala simultaneamente na condução daquela análise? A analista se identifica com o paciente e percebe a dupla negação? A reflexão sobre essa intervenção na análise será tratada mais à frente.

Tempos depois, numa sessão em que falava sobre cenas de discriminação na escola e sua idolatria por um dos colegas, Luciano conta que esteve refletindo sobre o que a analista havia perguntado: se a discriminação a seu ver se relacionava com ser negro: “Eu acho que tem a ver com isso, sim”.

Nesse contexto, conta ter sido chamado, numa brincadeira com os amigos na escola, de macaco. E todos riram. E ele também riu. Indagado sobre o que sentiu, refere-se a um mal-estar: “Mas era aquilo. Eu me calava, eram os meus amigos”.

Brincadeira? Brincadeira de humilhação! Luciano sentia ser essa sua única possibilidade de

pertencimento. A analista pergunta se antes ele não conseguia dizer sobre isso na análise: “Eu não conseguia ver. Eu não lembrava e então lembrei”.

Sabemos que algumas intervenções, no processo de uma análise, poderão se confirmar por meio do material que surgirá posteriormente nas futuras associações do analisando. Podemos pensar que, ao introduzir para Luciano a ideia de que as cenas de humilhação vivenciadas por ele se relacionavam com o fato de ser negro, a analista viabilizou posteriormente o aparecimento de alguma lembrança mais explícita para que a questão surgisse de forma inequívoca, como pode acontecer em qualquer processo analítico. Nesse processo ganha importância, pois punha em questão para a própria analista a possibilidade de estar interferindo como um ato político e analítico.

Os pais jamais abordavam abertamente a questão racial; parecia ser um tema silenciado em ambos. Era uma família voltada para o trabalho, como narrava Luciano. Aos finais de semana buscavam algum lazer, como tomar uma cerveja para relaxar. Entretanto, não se falava sobre sentimentos, manifestações de carinho eram ausentes, pois, para aquela família, o foco era a necessidade de trabalhar.

Os pais se separaram quando Luciano era criança. Em relação à mãe, conta não receber a aprovação que tanto espera. Sente-se frequentemente alvo de recriminações, seja pela compra do carro, pelo término de um relacionamento ou por mudanças profissionais, raramente recebe uma palavra de incentivo, mesmo ao frequentar o coral da igreja e querer tocar violão. Essa ausência de reconhecimento alimenta uma percepção de que sua mãe o vê semelhante ao seu pai, figura que não demonstrava empenho pela família, um “irresponsável”. “Ao pensar em cursar administração, meu pai disse que eu não era filho de empresário, para que eu ia fazer administração?”

Segue contando muitas cenas. “Quando aluguei um carro, achava que a minha vida era aquele carro... eu tinha conseguido ter a vida com todos os benefícios, privilégios e características de uma pessoa, como o meu amiguinho lá da escola.

»»

*ao perceber a
semelhança da moça
com aquela que o
amigo da escola disse que ele,
Luciano, jamais sairia, se percebe
ainda respondendo
àqueles colegas*

Então, conseguir um carro como eu consegui era ter a vida dele [...] como se eu fosse ele...”

Ao revisitar a emergência da sexualidade adolescente, Luciano pôde rever como lidou com as marcas que o racismo delineou: “Uma saída, meu escudo, namorar com uma mulher branca, bom padrão de vida, empoderamento branco, é como se eu fugisse da realidade, não precisasse mais ser negro”.

Tempos depois, ao sair com uma garota e os amigos acharem o máximo, se sentiu “o cara”. Ao perceber a semelhança da moça com aquela que o amigo da escola disse que ele, Luciano, jamais sairia, se percebe ainda respondendo àqueles colegas e diz: “Eu não consigo apagar essa mágoa, preciso curar isso”. Vê-se que ainda é muito difícil para Luciano abdicar do ideal de onipotência, por supor que aquele amigo branco, de fato, corresponde à imagem idealizada, como é veiculado pela sociedade.

Na infância, Luciano saía batendo de porta em porta à procura de acolhimento; atualmente, sai de bar em bar ainda procurando companhia. As situações traumáticas são revividas e reinscritas ao se objetificar em busca de afeto e reconhecimento, procurando mulheres brancas, na noite, que validem seu corpo como desejável.

Psicanálise e política

Uma das perguntas que têm atravessado o meio intelectual, resultante do mal-estar vivido nas



*pode-se questionar se
as primeiras impressões
da analista se dão por algo
identificatório com o analisando,
um a priori, pelo fato
de a analista enxergar,
de antemão, um negro*

discussões institucionais sobre racismo, é: “tudo é racismo?”. As instituições vivem outros aspectos além do impacto do racismo. A trajetória de vida de uma pessoa é marcada por outras experiências além do racismo, mas aqui nesse recorte é sobre o racismo que se procura saber.

Então, trata-se de retomar a ligação intrínseca entre o social e a constituição subjetiva na condução da análise, o que viabiliza a escuta da trama social em que os sintomas foram forjados.

Ao tratar de algo da singularidade desse sujeito e da história particular dessa família, também consideramos as possibilidades de resposta de um sujeito às marcas traumáticas do racismo. Freud, ao fundar a Psicanálise, postula que na construção da vida psíquica surgem conflitos entre os desejos individuais e as exigências da construção das relações humanas, da vida social, e esse enredo atravessa a clínica.

A psicanálise pode ser pensada como uma prática política, uma vez que a sua clínica viabiliza questionar estruturas de poder que atuam sobre o sujeito. Ao revelar como os discursos sociais, os da autoridade, da moral e da sexualidade, constroem o inconsciente e produzem sofrimento, vai se delineando a proximidade da clínica psicanalítica com a política.

Essa é uma questão debatida por Miriam Debieux ao afirmar que a psicanálise deve considerar os determinantes sociais e políticos do sofrimento psíquico e que a clínica não pode se restringir ao indivíduo isolado. Sem perder sua escuta singular, é necessário reconhecer como o

mal-estar é também produzido por condições sociopolíticas, como exclusão social, pobreza, racismo, indiferença e humilhação.

A escuta psicanalítica do sujeito em sua singularidade possibilita subverter a lógica da adaptação social, propondo uma ética do desejo em vez da subserviência aos ideais sociais. Nesse sentido, escutar, interpretar e sustentar o sujeito na emergência do seu desejo é um gesto ético e político.

Assim, trata-se de compreender que, se as condições sociais são estruturantes da constituição psíquica, o racismo não é uma experiência social pontual e sim uma condição histórica que atravessa o sujeito, desde o início de sua constituição, marcando seu corpo, seu desejo e sua inserção simbólica no mundo. Cabe investigar como cada sujeito está marcado pela experiência singular de ser negro e como tanto os vínculos sociais e as formas de dominação, quanto os desejos, fantasias e mecanismos inconscientes, moldam suas ações.

Os entremeios dessa análise

Como manter a ética, o cuidado e a atenção com esse sujeito que chega, como Luciano, para ser grande, para ser reconhecido pelo público (cargo desejado) com uma história pessoal marcada pelas impossibilidades de cuidado da família e pelo descaso da escola e da sociedade?

Há um imbricamento importante a se considerar nos primeiros momentos dessa análise. Pode-se questionar se as primeiras impressões da analista se dão por algo identificatório com o analisando, um *a priori*, pelo fato de a analista enxergar, de antemão, um negro. Ou se de imediato aparece na escuta o que está sendo negado: sua condição de negro? Uma questão complexa porque a invisibilidade do negro não se dá pelo seu corpo, sempre muito visível, mas pelo apagamento histórico do direito à existência. É isso que de imediato se apresenta à escuta: o menino acuado.

Para tanto faria diferença o analista ser negro? O que implica uma analista negra atender um paciente negro? Em que aspectos esse

encontro traz abertura para escuta da alteridade e em que aspectos pode criar obstáculos?

E a analista, por supor que a ela destina-se essa demanda, segue a escutar o menino acuado... E se entrega ao que são suas vivências psíquicas, pois no entremeio vai aparecendo um menino. O homem visível, um menino não visto, acuado. E isso não se refere apenas a ser um sujeito, mas a ser sujeito preto na sociedade em que vivemos.

Ao surgir no mundo, onde se espera que o bebê seja acolhido, libidinizado e feito corpo humano para viver na sociedade que pressupõe trocas relacionais, o bebê negro tropeça. A mãe – ou adulto acolhedor – desse bebê entra na cena em descompasso, pois já carrega a marca de dores e traumas históricos impostos aos negros. Sua própria história é notadamente marcada por traumas que a colocaram no lugar desvalorizado, destinado historicamente aos negros na sociedade. Isso atravessa a realização dessa função, portanto, o processo de acolhida.

Considerando que o olhar do outro desempenha um papel fundamental na constituição do sujeito psíquico, surge a questão de como ocorrerá o desenvolvimento do narcisismo para uma criança, cujo primeiro contato no mundo será atravessado pelo colo de uma mãe com um imaginário permeado por sensações de desvalor perpetuado por gerações.

Nessa perspectiva, Nogueira explicita que:

O bebê negro, está claro, não é menos desejado do que o bebê branco, para a sua mãe que, inconscientemente, deseja o filho. Mas a criança do projeto e do desejo da mãe certamente não está representada no pequeno corpo negro, que o olhar materno, inconscientemente, tende a negar. A mãe negra deseja o bebê branco, como deseja, para si a branca.⁶

De que modo é possível afirmar-se como pessoa negra, reconhecer-se como tal, se o negro é historicamente relegado à condição de rejeição social?

6 I. B Nogueira, "A dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da branquidão", *Percurso*, n. 73, p. 16.

»»

*a condução dessa análise
vai sendo atravessada por vivências
contratransferenciais, em que a analista
se lembra de sua mãe, à máquina de
costura, dizendo-lhe ao chegar
da escola: "Deixe seu prato embaixo
da pia e vá fazer sua lição"*

Como introjetar algum valor para esse corpo sujeito negro? A mãe que acolhe ao mundo a chegada desse bebê vê nele o dejetivo? Como vai libidinizá-lo? Qual ranhura vai emergir dessas marcas, para que essa mulher se aproprie de algo que há de energia de vida e a destine a esse corpo bebê?

A condução dessa análise vai sendo atravessada por vivências contratransferenciais, em que a analista se lembra de sua mãe, à máquina de costura, dizendo-lhe ao chegar da escola: "Deixe seu prato embaixo da pia e vá fazer sua lição". Seria a reafirmação de um ideal almejado por uma mulher negra para a filha trilhar o que ela não pôde? Trata-se de uma resposta singular. Cada mãe, para a construção do que deseja para seu filho, terá disponível seus determinantes psíquicos.

Neusa Santos, em *Tornar-se negro*, afirma que a busca pela ascensão social pelo negro leva-o ao massacre de sua identidade, tomando o branco como modelo de identificação como única forma de ser gente.

O racismo não só afeta o corpo e os direitos, mas atravessa profundamente a constituição psíquica. Contribui na introjeção de exigências normativas da branquitude, afetando o Eu Ideal ao impor imagens inatingíveis e excludentes de valor e beleza. E atingem também o Ideal do Eu, ao estabelecer normas internalizadas que exigem o apagamento da negritude para ser aceito.

O racismo e sua destrutividade colocam Luciano numa posição acuada diante das possíveis interações com o mundo. Contribuem para uma imagem de si capturada na ideia da inferioridade



aderir à defesa da neutralidade sem observar as circunstâncias vividas pelo sujeito pode se converter em silenciamento político e ético, especialmente diante de sofrimentos marcados pelo racismo institucional

ou geram uma suposição de que poderá vir a ser como aquele humano branco. Ter valor, buscar reconhecimento, traz como consequência a aceitação e a criação de um ideal branco. Para tanto, vai suportando situações repetidas de violência e humilhação para manter a ilusão da possibilidade de vir a ser branco. O que seria destituir-se de um corpo, cuja marca cor da pele é insubstituível.

O negro recusa sua própria pele, seu próprio corpo, este passa a ser abjeto. Seria função da análise construir novos pactos de sobrevivência, retomar a ideia de que poderá viver com o corpo negro e restaurar algo de valor no seu narcisismo. Isildinha afirma: “Assim tem sido a aventura, construir-se negro, superar, sublimar, lutar para nos tornarmos semelhantes em um mundo onde ser branco é ter um lugar e ser negro é estar excluído da sua própria humanidade”⁷.

Ao final, pode-se perguntar: a analista, na condução dessa análise, pretendeu realizar um ato de reibidinação do paciente por meio do trabalho analítico? O que seria exatamente essa intervenção? E o que, afinal, será uma marca de transformação no percurso de uma análise? Algo que só saberemos posteriormente. Não se trata apenas disso. Mas, ao considerar uma possível fragilidade no narcisismo de Luciano, a analista se pergunta se está diante do que Winnicott descreve como falhas ambientais precoces, regressões ou fragilidades do ego. Nesse contexto, ela introduz o que entende como uma “presença

suficientemente boa”: uma sustentação emocional que exige do analista participação afetiva e atenção, tal como um adulto acolhedor que, ao dizer “você é preto”, metaforizou algo como: “menino, você é preto e os pretos, neste mundo, sofrem, mas eu estou aqui com você”. Trata-se de um contraponto àquela mãe que, para garantir o sustento, paradoxalmente, nunca estava presente.

Clínica e militância política

Nos tempos atuais de discussão do racismo institucional, tem-se temido que a clínica se torne uma extensão da militância política contra o racismo. Uma tensão importante entre o compromisso ético da clínica e as demandas sociais e políticas. Um temor de que uma interferência na neutralidade técnica inviabilize a escuta singular. Receio de que analista e analisando se identifiquem para a construção de uma sociedade mais justa. Assim, o desafio é manter a escuta comprometida com o sujeito psíquico, sem deixar de levar em conta sua inserção social.

O tema da neutralidade do analista é algo fundamental e complexo na clínica psicanalítica, e tem sido discutido por muitos autores. Por outro lado, aderir à defesa da neutralidade sem observar as circunstâncias vividas pelo sujeito pode se converter em silenciamento político e ético, especialmente diante de sofrimentos marcados pelo racismo institucional. Neusa Santos discute que a posição de “neutralidade”, referindo-se ao analista branco, pode se tornar violência simbólica, ao não reconhecer as condições sociais que produzem o sofrimento.

Reconhecer e abordar os efeitos do racismo institucional não significa transformar a clínica em militância política, mas sim assumir que o sofrimento psíquico é atravessado por condições sociais e históricas e que o racismo é uma dessas condições estruturantes. Trata-se da clínica atenta ao sofrimento imposto pelas questões sociais com cuidado para que não reproduza a imposição de poder de dominação que o causou.

Negros escutam negros, como fica a simbolização na escuta?

No contexto atual do debate sobre a clínica direcionada às pessoas negras, e diante da manifestação de interesse de algumas pessoas em serem acompanhadas por analistas negros, caberia discutir qual a especificidade da escuta realizada por esse psicanalista.

Há uma ideia de que, para realizar uma escuta psicanalítica de uma pessoa negra, não seria suficiente ao analista o acesso a sua vivência de castração, de sujeito faltante, à sensação de incompletude inerente ao processo psíquico, advinda da sua saída edípica ou reconstruída na finalização da sua análise pessoal.

O que uma pessoa negra busca ao procurar um psicanalista negro? Para a pessoa que procura análise, considerar que o analista tem em seu mundo psíquico as mesmas marcas ou vivências parecidas possibilita supor, no analista, um saber da dor vivida que os aproximaria de um ponto de identificação na construção do seu narcisismo. Representaria, assim, algo que esse par teria de semelhante no sofrimento, para o imaginário dessa pessoa. Mas também significa, para o negro que procura um analista negro, a necessidade de se afastar de um analista branco, por considerar difícil falar de sua dor para quem, em outros momentos, representou ou representa seu algoz. Algo dos narcisismos das pequenas diferenças.

Ao buscar a análise, não parecia que Luciano procurava um analista negro. Porém, a analista se recorda da referência dele a uma experiência anterior na qual dizia não ter se sentido acolhido. Havia feito uma entrevista, o analista sai de férias e fica de ligar ao retornar, e não o faz. “Ele não deu importância”, diz. Sim, era isso: busca sentir-se importante.

Em parte, o sujeito que busca o analista negro pretende se proteger da repetição de vivências traumáticas do racismo que guarda em si na convivência com os brancos. Ayouch entende que “Se

ao buscar a análise,
não parecia que Luciano
procurava um analista negro.
Porém, a analista se recorda
da referência dele a uma
experiência anterior na qual dizia
não ter se sentido acolhido

defender contra o/a analista supostamente não situado significa se proteger dos efeitos negacionistas e deletérios de uma suposta neutralidade do analista e universalidade da psicanálise”⁸.

Beatriz Santos e Elsa Polverel afirmam tratar-se de evitar encontros com profissionais que neguem o que algumas pessoas vivem, tal como a realidade do preconceito e a expectativa de que o analista compartilhe da certeza de que determinados sujeitos sofrem de um tipo de violência específica, própria a um determinado grupo ao qual foram designados.

Ayouch argumenta que essa procura não garante que o processo analítico aconteça, pois isso poderia fixá-lo a uma transferência imaginária sem ascender para análise da transferência simbólica, questão fundamental para o trabalho de elaboração em análise.

Por outro lado, se não garante, pode ser a única chance de essas pessoas se aproximarem de uma escuta psicanalítica. Ainda se faz necessária muita reflexão, e muita clínica com pretos precisa ser apresentada para discussão para que se possa avançar nesse debate. Mas o primordial é que a escuta do analista esteja atravessada pelos fatos de que o racismo faz parte dos determinantes de um fator traumático na constituição psíquica.

A escuta não é neutra

É relevante considerar como analisar a prática clínica cotidiana com atenção às questões

7 I.S. Nogueira, “Do olhar do outro à sublimação de se construir negro”, in E.C. David; G. Assuar (orgs.), *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*, p. 46.

8 T. Ayouch, *A raça no divã: psicanálise, mestiçagens, racializações*, p. 230.





*o apagamento do negro
foi tão violento na sociedade
brasileira que cabe parafrasear
Lacan se perguntando:
É tempo de concluir
ou estamos ainda
no momento de ver?*

relacionadas ao racismo. Importa saber como podemos olhar a nossa clínica cotidiana focada nas questões que o racismo suscita.

É necessário problematizar o entendimento que alguns analistas têm enunciado em relação à questão de haver ou não algo específico a ser considerado na condução da análise de um sujeito negro, como se bastasse escutar, como se faz com qualquer sujeito. Sem cair na ideia simplista de que isso é apenas a expressão da negação por parte desses analistas da existência do racismo, temos que repensar, pois não há neutralidade na escuta do analista.

Não se trata apenas de discutir a necessidade da racialização do analista, mas, sobretudo, de reconhecer que a experiência singular de ser negro em uma sociedade racista imprime marcas profundas no psiquismo. Essas marcas se articulam com os vínculos sociais, com as formas de dominação e com as relações de poder, e dificilmente poderão emergir na análise se a escuta não estiver atenta a essas determinações. Nesse sentido, é preciso questionar até que ponto essa escuta seria possível se, desde o início, houvesse a negação da própria racialização do analista.

Cristina Rocha Dias nos lembra que:

Falamos e escrevemos de um tempo e lugar específico, produzindo um discurso que se pretende objetivo e universal, mas que resulta do lugar de poder conferido à branquitude, cujos privilégios advêm de representações racionalizadas e hierarquizadas [...] é preciso que haja impasse colocado ao analista, que possa problematizar

seu lugar de escuta, algo que nem sempre ocorre já que sua própria formação é parte da estrutura de poder institucionalizada e instituída.⁹

Jô Gondar acrescenta que:

[...] curar hoje [...] não significa, evidentemente, combater a estratégia de resistência de quem sofre, pois essa estratégia lhe permite se manter desejanter. Curar é seguir adiante nessa possibilidade mesma dando-lhe um pouco mais de ar para que uma vida que resiste pelo sofrimento possa inventar, no mundo e contra o mundo, o seu próprio modo de ser.¹⁰

Considerações finais

O apagamento do negro foi tão violento na sociedade brasileira que cabe parafrasear Lacan se perguntando: É tempo de concluir ou estamos ainda no momento de ver? A analista entende que urge refletir, aproximar ideias, não temer se enroscar na escuta, fazer germinar a semente transformadora que a psicanálise, nos seus arcabouços com seus princípios éticos, representa. Como Nogueira enfatiza: “É preciso que tenhamos acesso a formas de fortalecimento de nossas estruturas psíquicas”¹¹.

A escuta clínica voltada à pessoa negra demanda uma atenção específica às experiências de racismo, podendo configurar-se como uma clínica da escuta do racismo? Haveria a necessidade da insurgência de uma nova clínica? Nova em quê? Pois não se trata de novas subjetividades, mas da escuta das subjetividades que foram apagadas por processos políticos e sociais. Diante disso, o analista precisa escutar esse sofrimento não como falha individual, mas como efeito estrutural do racismo na subjetividade. Isso faria pensar em mudança na condução dessas análises?

Uma questão que merece investigação mais aprofundada. Diante do traumático do racismo, são requeridas posições éticas do analista, de forma que a escuta se abra para atos analíticos implicados, intervenções que favoreçam a

possibilidade de reinscrição psíquica, construção de sentido e novas marcações simbólicas?

Nesse sentido, a analista considera desenvolver essa questão à luz de Winnicott quanto às reflexões sobre a presença suficientemente boa do analista, e à luz das diretrizes trabalhadas por Ferenczi em relação ao manejo da clínica para possibilitar a emergência do sofrimento do sujeito. Assim como refletir, levando-se em conta Freud, se o engajamento ativo do analista para evitar retraumatizações poderia comprometer a regra da abstinência e o papel da insatisfação libidinal na dinâmica transferencial. Uma interferência que possivelmente atravessasse a emergência de conteúdos inconscientes a se reatualizarem na transferência.

Como enfatiza Jô Gondar:

Trata-se de construir um território a partir do qual o indivíduo possa experimentar sua capacidade de crer – não apenas em alguém, mas em si mesmo, na legitimidade de suas percepções sobre si e o entorno e naquilo que o singulariza. Esse território se constrói no encontro transferencial. Em sua dupla vertente de acolhimento e combate, a transferência se torna um campo de experimentação de signos e afetos, de discriminação de sensações e sobretudo, de espera.¹²

Ao elaborar este artigo, o que a analista sustenta para essa análise? Retomando Mezan, escrever sobre um caso é parte da análise do analisando: “O paciente é por definição um dos mais importantes destinatários do escrito que o concerne”¹³.

»
uma escrita implicada, que reconheça as marcas sociais e históricas do corpo negro na clínica, pode contribuir não apenas para a escuta do sujeito, mas também para a produção de um saber psicanalítico mais comprometido com a diversidade e a justiça simbólica

Torna-se evidente que a escrita desse fragmento clínico não é um simples relato técnico, mas uma reconstrução subjetiva e teórica da experiência analítica. Nesse sentido, escrever sobre o caso de um sujeito negro exige da analista reconhecer os atravessamentos raciais que marcam a constituição subjetiva, assim como a experiência transferencial e contratransferencial nessa análise.

Essa escritura, certamente, faz parte de uma busca da analista por uma clínica que não incida em apagamentos simbólicos dando visibilidade ao sofrimento psíquico ligado ao racismo, possibilitando, pela escuta psicanalítica, um reposicionamento nos caminhos já desenhados pelo seu sofrimento de sujeito negro.

Uma escrita implicada, que reconheça as marcas sociais e históricas do corpo negro na clínica, pode contribuir não apenas para a escuta do sujeito, mas também para a produção de um saber psicanalítico mais comprometido com a diversidade e a justiça simbólica.

9 C.R. Dias, “Do olhar do outro à sublimação de se construir negro”, in E.C. David; G. Assuar (orgs.), *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*, p. 68.

10 J. Gondar, “A clínica como prática política”, in *Estados Gerais: Segundo Encontro Mundial*, Rio de Janeiro, 2003, p. 11.

11 I.B. Nogueira, “Cor e inconsciente”, in *O racismo e o negro no Brasil – questões para a psicanálise*, p. 125.

12 J. Gondar, *op. cit.*, p. 11.

13 R. Mezan, *op. cit.*, p. 166.

Referências bibliográficas

- Andrade E. (2023). *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*. São Paulo: n-1.
- Ayouch T. (2025). *A raça no divã: psicanálise, mestiçagens, racializações*. São Paulo: n-1.
- Corrêa M.S. (2024). Racismo: um trauma coletivo não considerado. *Percurso*, n. 73.
- Debieux M.R. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Dias C.R. (2021). Racismo e psicanálise: marcas coloniais na escuta clínica. In David E.C.; Assuar G. (orgs.). *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec.
- Gondar J. (2003). A clínica como prática política. In *Estados Gerais: Segundo Encontro Mundial*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Gondar_147161003_port.pdf>.
- Mezan R. (1998). *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nasio J.D. (2001). *Os grandes casos de psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nogueira I.B. (2021). *A cor do inconsciente – significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
- ____ (2024). A dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da branquitude. *Percurso*, n. 73.
- ____ (2021). Do olhar do outro à sublimação de se construir negro. In David E.C.; Assuar G. (orgs.). *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- ____ (2017). Cor e inconsciente. In Kon N.M.; Abud C.C.; Silva M.I. *O racismo e o negro no Brasil – questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Santos B.P.E. (2016). Procura-se psicanalista segurx: uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, n. -1. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- Souza N.S. (2021). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Notes on the impact of racism on psychic life and on the analysis of a subject

abstract This article aims to discuss, through clinical fragments from the history of a Black subject, the impact of racism on psychic life and on the conduct of a psychoanalytic process. It also seeks to address the relevance of a Black person's analysis being conducted by a Black psychoanalyst.

Keywords racism; psychoanalytic clinic and politics; Black analyst.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 09/2025

Totem e tabu e a origem da linguagem infantil

Renata Udler Cromberg

Renata Udler Cromberg é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é articuladora do “Grupo Winnicott – estudos e pesquisa”, e membro do grupo de estudos “Comunidade de destinos – Ferenczi e Freud”. É doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pelo mesmo instituto. Professora convidada do Curso de Teoria Psicanalítica do COGAE/PUC-SP. É graduada em Psicologia e Filosofia pela Universidade de São Paulo. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e da Associação Internacional de Estudos sobre Spielrein. Autora dos livros *Paranoia, cena incestuosa – abuso e violência sexual* (Artesã) e *Sabina Spielrein, uma pioneira da psicanálise, obras completas*, v. 1, 2 e 3 (Blucher).

Artigo escrito a partir de minhas pesquisas sobre a vida e a obra de Sabina Spielrein publicadas nos livros *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas*, v. 1, 2 e 3.

Resumo Apoiada nos trabalhos de Freud “Totem e tabu” (1913) e “Formulações sobre os dois princípios do acontecimento psíquico” (1912), Sabina Spielrein foi pioneira ao refletir sobre a linguagem infantil e seus elos com o pensamento em seu ensaio “A origem das palavras infantis ‘papai’ e ‘mamãe’ – algumas observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem” de 1922.

Palavras-chave linguagem; magia; animismo; desejo; Sabina Spielrein; Totem e tabu.

DOI: 10.70048/percurso.75.75-86

1 S. Spielrein, “A origem das palavras infantis ‘papai’ e ‘mamãe’ – algumas observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem”, in R.U. Cromberg (org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas* (v. 2).

Nós, humanos, falamos. E falamos em inúmeras línguas, dialetos e sotaques. Sabina Spielrein¹ foi pioneira ao refletir sobre a origem da linguagem infantil em seu ensaio “A origem das palavras infantis ‘papai’ e ‘mamãe’ – algumas observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem” de 1922. Ela foi também a primeira psicanalista a se interessar intensamente pela linguagem e seus elos com o pensamento seguindo observações freudianas. Assim, ela esteve no inconsciente literário e criativo e influenciou as futuras produções de outros dois pensadores pioneiros sobre a origem da linguagem e do pensamento infantil: Jean Piaget e Lev Vigotsky. Com Piaget, entre 1921 e 1923, apesar de seguirem caminhos diferentes, houve um percurso de trocas e reciprocidades, um projeto compartilhado não realizado de elaborar uma teoria dos símbolos, amizade e simpatias mútuas, paralelismos e semelhanças teóricas, mas também diversidades experimentais e conceituais. Piaget cita Spielrein em 1923 e 1926, em suas primeiras obras. Vigotsky formulou sua própria reflexão sobre a linguagem e o pensamento infantil, crítico às formulações piagetianas após ter sido aluno de Spielrein em Moscou, onde ela apresentou seus pensamentos e reflexões sobre a linguagem e o pensamento infantil, bem como os de Piaget. Ela não é citada em sua obra.

Quando começou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, Sabina Spielrein foi para Zurique encontrar-se com o marido Pavel, que logo foi convocado a voltar para a Rússia para trabalhar como médico no front e depois atrás do front. Aos 29 anos, com sua filha de cerca de um ano e meio, mudou-se para Lausanne. Ali ficaram por cinco anos, o maior tempo em uma cidade desde que saiu de



*durante os cinco anos
em Lausanne, Sabina Spielrein
observava e anotava
o desenvolvimento
e a maneira como se
davam as aquisições
de linguagem da filha*

Rostov. Sabina retirou-se da prática psicanalítica por cinco anos, para ressurgir como analista e pesquisadora do psiquismo infantil em 1920. Em Lausanne, dedicou-se a estudar contraponto e composição, interpretando suas próprias *lieders*, canções populares, ao piano. Ela e a filha cantavam muito conjuntamente, e Renatinha desenvolveu-se precocemente em música, compondo pequenas melodias com e sem palavras. Durante os cinco anos em Lausanne, Sabina Spielrein observava e anotava o desenvolvimento e a maneira como se davam as aquisições de linguagem da filha. Isso colaborou para que Spielrein pensasse o papel das linguagens não verbais – o ritmo, a melodia como precursores da linguagem verbal e sempre presentes – precursoras junto das também precursoras linguagem visual, tátil e gestual, além do papel importante da arte e da música para as pessoas e os povos.

De posse de sua própria concepção sobre a constituição do psiquismo, sua própria metapsicologia, como aparece em uma carta a Jung, na correspondência trocada entre eles de 1917 a 1919, pôde recuperar sua própria voz e ser útil como desejava para a causa psicanalítica em um campo do qual seria uma das pioneiras: a psicanálise infantil, indo para o VI Congresso de Haia, em 1920, sua primeira participação em um congresso, assumindo-se novamente como psicanalista, por seu desejo próprio. Nele apresenta uma palestra pioneira, “Sobre a questão do surgimento e o desenvolvimento da linguagem oral”. As ideias que

apresentou eram também a continuação de seu interesse e elaboração da questão sobre a formação de símbolos e sobre a relação da palavra com a vida pulsional, iniciada em seus dois primeiros trabalhos “Sobre o conteúdo de um caso de esquizofrenia”, de 1911, e “A destruição como origem do devir”, de 1912. De cabelos curtos e ondulados e roupas modernas, expõe uma abordagem teórica sobre o surgimento da linguagem na criança até então inédita seja no campo da psicanálise, seja no campo da psicologia ou da educação infantil, ou ainda da linguística nascente. Assim, ela confirmava algo que Freud lhe escrevera em seu período em Lausanne: “Eu gostaria de acreditar que a senhora está apenas aparentemente improdutiva e que ocorrem mudanças em seu interior que correspondem ao novo estado de coisas”². O resumo dessa palestra apresenta um esboço visionário de uma teoria da construção da linguagem, do significado do aleitamento e do ato de sugar no desenvolvimento da criança, além de diferenciar as linguagens que não têm por objetivo a comunicação com outras pessoas, autista e mágica, daquelas que visam à comunicação, às linguagens sociais. Além disso, ela postula pela primeira vez o surgimento da linguagem infantil a partir da relação entre a mãe e o bebê. O resumo expressa uma posição de que a linguagem infantil e suas transformações nascem não apenas de um desenvolvimento psicológico, mas da falta ligada ao inconsciente, falta ligada à percepção do objeto de desejo que proporciona prazer derivado do ato de mamar e que é percebido no exterior de si na passagem do autoerotismo ao heteroerotismo, erotismo voltado para o outro, incipiente.

Ao final do congresso, comunicou à Comissão Central a sua mudança para Genebra, para trabalhar a convite de Bouvet e Claparède, no Instituto de Psicologia Experimental e de Investigação do Desenvolvimento Infantil Jean Jacques Rousseau, ministrando cursos sobre psicanálise e participando das experiências e dos experimentos com as crianças do instituto e de sua escola inovadora, La Maison des Petits. A decisão de Sabina Spielrein de ir para Genebra em 1920 ao invés de voltar

para a Rússia ou morar novamente em Zurique deve-se a uma intuição de que um momento histórico único estava acontecendo nesta cidade francófona. Ela queria estar presente no local onde acontecia a maior revolução na instituição de uma plataforma educacional internacionalista e pacifista após a Primeira Grande Guerra. Essa era a realização de seu desejo de estar em contato com pessoas, livros e experiências que lhe permitissem pesquisar, refletir e trabalhar de acordo com os seus ideais científicos. Lá, encontraria o terreno teórico, conceitual e de prática interdisciplinar no desenvolvimento da linguagem e pensamento nas crianças para continuar a realizar o seu projeto investigativo psicanalítico teórico sobre a formação de símbolos por meio das reflexões sobre a origem da linguagem. Entre 1919 e 1923, o Instituto Jean Jacques Rousseau, fundado em 1912, foi o maior centro pedagógico do mundo, que transformou Genebra em uma plataforma do internacionalismo educativo, que levaria à criação, a partir de 1925, do Bureau Internacional da Educação, que influenciou a educação em todo o século xx. O interesse dos genebrinos fundadores do Instituto pelas novas teorias era grande, e a psicanálise ocupava boa parte dele. Quando Sabina chegou a Genebra, já havia uma sociedade psicanalítica local sob a direção de Claparède.

Em 1921, Jean Piaget havia chegado ao Instituto para assumir o cargo de diretor de pesquisa, um jovem cientista que trabalhou com Spielrein tratando das mesmas questões sobre a alma infantil com as quais estava envolvida. Ao que parece, a mente rica, criativa, cheia de *insights* e profundamente sensitiva que Sabina Spielrein deixaria impressa em seu artigo “A origem das palavras infantis ‘papai’ e ‘mamãe’ – algumas observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem” foi muito estimulada pelo trabalho no Instituto, que aumentou a sua familiaridade com um extenso número de autores e teorias sobre a formação da linguagem na criança, que ela cita, e estimulou sua postura de valorização da

»»

as perguntas de Sabina Spielrein sobre a origem da linguagem são as perguntas de seu tempo, tempo de criação da linguística moderna a partir da edição do Curso de Linguística Geral, ministrado por Ferdinand de Saussure em Genebra entre 1907 e 1910

observação espontânea das crianças como método de demonstração de suas ideias. Esse trabalho e a convivência em um ambiente inovador e livre no incentivo da pesquisa a estimularam a defender o ponto de vista psíquico e emocional na gênese dos processos de linguagem e pensamento a partir da psicanálise.

As perguntas de Sabina Spielrein sobre a origem da linguagem são as perguntas de seu tempo, tempo de criação da linguística moderna a partir da edição do *Curso de Linguística Geral*, ministrado por Ferdinand de Saussure em Genebra entre 1907 e 1910. Morto em 1913, Saussure teve seu curso editado e publicado pelos discípulos Charles Bally e Albert Sechehay, a partir da reunião de anotações deles e de outro aluno, em 1916. É certo que a palestra apresentada no congresso de Haia em 1920, quando Sabina saiu de seu isolamento em Lausanne no período da guerra, já traz ecos transdisciplinares em consonância com a linguística nascente, o que se reforça nos seus três trabalhos posteriores e na menção explícita de linguistas, sobretudo Bally, com quem teve troca intelectual em presença para a realização de seu ensaio sobre a origem da noção de tempo na criança.

Totem e tabu e a origem da linguagem infantil

Seu trabalho sobre a linguagem infantil “A origem das palavras infantis ‘papai’ e ‘mamãe’ – algumas

2 Carta de Freud a Spielrein de 20 de abril de 1915, in R.U. Cromberg (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas* (v. 3).



*se o adulto essencialmente
tiver criado a linguagem, então
ele a criou, em seus primórdios,
a partir do estágio infantil
de sua psique. Será que
a própria criança também cria
sua linguagem ou simplesmente
a recebe dos adultos?*

observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem” tem como apoio inicial o diálogo com o Freud de *Totem e tabu*³ e *Formulações sobre os princípios do acontecer psíquico*⁴.

Na primeira parte de seu ensaio ela apresenta os diversos tipos de linguagem. Quando os adultos falam em linguagem, diz ela, geralmente se referem ao conteúdo explícito e se esquecem do papel desempenhado, mesmo no texto escrito, pelos recursos da linguagem rítmica e melódica (pontos de exclamação e interrogação). Há ainda o acréscimo de outro fator, a mímica e o gestual, recursos expressivos classificados como linguagem visual (imagética), a qual desempenha um papel preponderante nos sonhos. Portanto os diversos tipos de linguagem são a linguagem verbal, a linguagem melódica, a linguagem visual (imagética) e linguagem tátil. As linguagens veiculadas de forma acústica, as linguagens verbais, diz ela, desempenham para o ser humano, como recurso de compreensão consciente, um papel claramente preponderante, por isso são chamadas de linguagens sociais. Com a linguagem verbal, o homem se tornou um ser social. “Mais adequadas para fins sociais, a linguagem verbal logo impeliu todas as outras para o segundo plano, rebaixando-as a linguagens auxiliares, subconscientes, transformadas então em linguagens artísticas”⁵. Mas geneticamente ela não é a primeira linguagem nem dos homens e nem dos animais. O choro, por exemplo, muito antes de surgirem os primeiros sinais de

linguagem verbal é um recurso comprovado para compreensão entre a criança e a pessoa que cuida.

Inicialmente o bebê exprime – com ou sem intenção – seu estado de desejo por meio de diversos ritmos, altura, tonalidade e intensidade de choro, ou seja, em uma linguagem primitiva e melódica. Ele compreende primeiro o tom e somente bem mais tarde a palavra [...] O momento melódico de nossa linguagem também é o que mais atinge os animais.⁶

Ela fala da popularidade da música e a diferença com a linguagem das artes plásticas.

Na segunda parte do texto ela passa a se ocupar da linguagem verbal, mais especificamente das palavras consideradas como as primeiras palavras infantis, “papai” e “mamãe”. Quem criou a linguagem verbal? Foi o homem adulto ou a criança? A criança é capaz de criação espontânea na linguagem ou ela simplesmente se apropria da linguagem verbal fornecida pelos adultos, deformando-a? Essa questão bastante polêmica até hoje, Spielrein diz, não foi solucionada. Ela convoca as experiências psicanalíticas para auxiliar no seu caminho de resposta, e assumirá de saída uma posição que liga o surgimento da linguagem ao inconsciente: a língua é criada essencialmente a partir do inconsciente (mais corretamente do subconsciente), e o inconsciente sempre nos remete, como Freud e seus discípulos demonstraram, a vivências infantis e mecanismos do pensamento.

Para ela, devemos manter sempre em mente que o antepassado está adormecido na criança, e que no antepassado está a criança. Se o adulto essencialmente tiver criado a linguagem, então ele a criou, em seus primórdios, a partir do estágio infantil de sua psique. Será que a própria criança também cria sua linguagem ou simplesmente a recebe dos adultos? Essa questão, para Spielrein, deveria ser formulada de outra forma: a criança é, segundo sua predisposição, um ser social que possui uma necessidade de comunicação? Se ela herdou a necessidade de comunicação e faz parte das populações falantes, então também herdou a necessidade da linguagem, necessidade essa que

faz com que a procure e crie. Ela se refere à “linguagem” no sentido usual, ou seja, linguagem como meio de comunicação, o que não era originalmente. Naturalmente os adultos acorrem em auxílio da pequena psique em sua luta, estimulando o desenvolvimento dos mecanismos linguísticos, já preparados por hereditariedade, por meio de seus discursos imitados pela criança. Para tanto, porém, a mãe e a ama adequam-se instintivamente à sua capacidade de criação linguística: elas procuram compreender a pequena psique e encontram o material para tanto já pronto nas profundezas da própria psique, em seu próprio estágio de desenvolvimento anterior, o que permite que falem com a criança devido a um impulso inconsciente.

Spielrein expõe as teorias sobre o surgimento da linguagem existentes na sua época. Ela diz que mesmo sendo muito corretas, como a teoria da preferência fisiológica, elas não esclarecem momentos relevantes: como se explica que em crianças de todos os povos podem ser encontradas denominações idênticas ou semelhantes para papai e mamãe? Como se explica que essas sejam consideradas as primeiras palavras? Como e por que um som produzido por uma criança adquire significado de uma palavra? A linguagem, segundo todas as teorias desenvolvidas até agora, diz ela, não conhece nenhum estágio a não ser aquele em que um som, tomado da natureza, mesmo que seja um reflexo ou repetido sem significado, é utilizado com a intenção de comunicar assim que se transforma em palavra.

É aqui que ela diz querer adicionar a essas teorias a visão dela da preferência psicológica. Ela antecipa sua inovação e aqui convoca o texto de Freud⁷ *Totem e tabu*. Pretende distinguir três es-

»
como se explica que em crianças de todos os povos podem ser encontradas denominações idênticas ou semelhantes para papai e mamãe? Como se explica que essas sejam consideradas as primeiras palavras? Como e por que um som produzido por uma criança adquire significado de uma palavra?

tágios no desenvolvimento da linguagem oral: primeiro o estágio autista, quando a linguagem é voltada para si mesma; em segundo lugar, o estágio mágico quando uma palavra recebe um super-significado que conjura a realidade; em terceiro, o estágio presente de uma linguagem social voltada para os outros.

Esses três estágios, diz a autora, correspondem à conhecida sequência do desenvolvimento do princípio de realidade apresentados por Freud. Segundo ele, ela conta, os estágios, autista e mágico, se fundem, são o mesmo estágio no qual o desejo supera a realidade, a fantasia está acima dos fatos reais, e a onipotência dos pensamentos é dominante. Ela cita então as observações freudianas sobre “animismo, magia e onipotência dos pensamentos”. Para Freud,

nós não podemos supor que os homens se lançaram à criação de seu primeiro sistema de mundo por pura curiosidade intelectual especulativa. Portanto não nos admiramos ao descobrirmos que outra coisa acompanha o sistema animista, a instrução sobre como se deve proceder para dominar os homens, animais e objetos, ou melhor, seus espíritos⁸.

O princípio da magia baseia-se na semelhança do ato realizado com o evento esperado. Frazer denomina “magia imitativa ou homeopática”. “Se quero que chova, preciso apenas fazer algo que pareça chuva, que lembre chuva”⁹. Numa nota de rodapé, ela prolonga essa explicação dizendo que o

3 S. Freud, *Totem e tabu*.

4 S. Freud, *Formulações sobre os princípios do acontecer psíquico*.

5 S. Spielrein. “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (Dementiae praecox)”, in R.U. Cromberg (org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 1)*, p. 268.

6 S. Spielrein, *op. cit.*, p. 269.

7 S. Freud, *Totem e tabu*.

8 S. Freud, *op. cit.*, p. 129.

9 S. Freud, *op. cit.*, p. 133.



a mãe ou a ama, a pessoa que amamenta, não oferece só o leite através do seio, mas o seio através do leite que vai se constituir num objeto que se opõe à boca da criança e dando-lhe, aos poucos, a primeira noção de objeto oposto a si e de um si separado do objeto, de uma exterioridade

unguento de uma arma que gerou uma ferida pode curar essa ferida¹⁰. No caso dessa chamada magia contagiosa, não se trata de uma relação no espaço, de uma contiguidade, pelo menos da contiguidade imaginada. Mas como semelhança e contiguidade são os dois principais princípios dos processos de associação, o poder da associação de ideias se destaca como explicação para toda a loucura das prescrições mágicas¹¹. E ainda, citando *Totem e tabu*, “os motivos que levam à prática de magia são desejos. O homem primitivo provavelmente tinha uma grande confiança no poder de seus desejos. Desejar é para a criança, assim como para o homem primitivo, em sua ação mágica, o mesmo que experimentar”¹². Já em “Formulações sobre os dois princípios do acontecimento psíquico”, Freud diz:

Quanto à criança que se encontra sob condições análogas, mas ainda não tem habilidade motora, nós supusemos, em outro ponto, que ela inicialmente satisfaz seus desejos realmente de forma alucinatória ao criar a situação satisfatória por meio de excitações centrífugas de seus órgãos sensoriais.¹³

Ela volta para o ensaio *Totem e tabu*, para dizer que aquele que acredita na magia é como uma criança para a qual “as coisas recuam perante suas representações, aquilo que as últimas pretendem deve acontecer também às primeiras. As relações existentes entre as representações também são pressupostas entre as coisas”¹⁴. Numa nota de rodapé, ela continua citando o texto freudiano:

Para o adulto primitivo apresenta-se outro caminho. A seu desejo está atrelado um impulso motor, a vontade, e esta – a qual posteriormente vai mudar a Terra a fim de satisfazer o desejo – é agora utilizada para representar a satisfação de forma que a pessoa possa vivê-la também por meio de uma alucinação motora. Uma tal representação do desejo satisfeito é comparável ao jogo infantil, o qual substitui para a criança a pura técnica sensorial de satisfação.¹⁵

Ela diz que esse tipo de crença mágica é com frequência encontrada na esquizofrenia. Basta pensar em alguma coisa para que aconteça; este pensamento sempre é a expressão de um desejo ou um receio. E cita um exemplo da sua paciente do seu texto *princeps*¹⁶.

A linguagem surge com a ajuda do outro, do adulto. A mãe ou a ama, a pessoa que amamenta, não oferece só o leite através do seio, mas o seio através do leite que vai se constituir num objeto que se opõe à boca da criança e dando-lhe, aos poucos, a primeira noção de objeto oposto a si e de um si separado do objeto, de uma exterioridade. É a resistência por parte do corpo materno, a resistência que se opõe a qualquer movimento, que faz com que sintamos o movimento. Essa resistência está ao mesmo tempo carregada das sensações as mais agradáveis. Esse seio, primeiro objeto investido de desejo, proporciona à criança, além de prazer, a oportunidade do exercício de mamar, precursor do que ela chama de primeiros fonemas, o *mamama* e o *papapa*. O primeiro, quando a criança mama; o segundo, quando larga o peito. O balbucio revive a sensação da coisa, o ato de balbuciar lhe proporciona prazer devido a diversos motivos fisiológicos da respiração e tensionamento de alguns músculos. Quando a criança inicialmente produz “mã-mã”, sons que estão associados a determinados movimentos de sucção, ela experimenta também as sensações agradáveis do ato de mamar. Não precisamos supor nenhuma imagem clara na cabecinha infantil, não é preciso que seja a imagem da mãe ou do ato de mamar, podem ser sensações bastante obscuras de algo quente, macio (no contato com o corpo da mãe),

fluido, de saciedade etc. Naturalmente, a criança sempre vai querer ter essas sensações, assim ela instintivamente busca colocar sua pequena boca em uma certa posição que produz os sons acima mencionados. A ligação entre os sons “mã-mã” e as sensações correspondentes se torna, assim, cada vez mais profunda, ela se torna uma constante. A criança vai buscar gerar esses sons a fim de evocar um grupo de sensações conhecidas e já esperadas. Mas como determinados sons são vinculados a conteúdos bastante definidos, às sensações, e talvez já às representações, Spielrein afirma que já se pode falar em “palavras” que indicam ou significam esses conteúdos, ainda que em um estado autista, a palavra voltada para si mesma. Ele se diferencia do estágio mágico posterior na medida em que a magia pressupõe um mundo exterior que se pode influenciar, enquanto nesse primeiro estágio autista nós ainda não precisamos pressupor um mundo exterior separado da criança. O surgimento da palavra mã-mã, porém, já nos esclarece, nesse estágio, a origem da magia, a saber a crença na onipotência das palavras, especialmente do nome. Na magia, os nomes são como imagens, e o nome aparece no lugar da pessoa. Aqui ela se refere ao Freud de *Totem e tabu*, ao dizer que a equiparação do nome e pessoa, de palavra e ato ocorre porque, como na criança, a representação e o pensamento são supervalorizados em relação à realidade. Assim, todo o desejo é originalmente satisfeito alucinatoriamente, apenas posteriormente a criança tem que aprender que existe uma realidade que faz com que muitas coisas lhe sejam impossíveis, as quais precisam primeiro ser conquistadas.

10 S. Freud, *op. cit.*, p. 134-135.

11 S. Freud, *op. cit.*, p. 135.

12 S. Freud, *op. cit.*, p. 136.

13 Que ela cita do artigo publicado na revista *Jahrbuch für psychoanalytisch und psychopathologische Forschungen*, v. III, 1912, p. 2, mas que está presente citado por S. Freud, *op. cit.*, p. 137.

14 S. Freud, *op. cit.*, p. 137.

15 S. Freud, *op. cit.*, p. 137.

16 S. Spielrein, Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia. *Jahrbuch für psychoanalytisch und psychopathologische Forschungen*, v. III, 1911.

o outro que oferece o seio interpreta
o que a criança quer e dirige-se
a ela com uma forma de falar
específica, o que hoje conhecemos
com o nome de “manhês”, que Spielrein
enuncia muito bem como o adulto
evocando de sua própria
vida psíquica infantil

Aquilo que hoje em dia chamamos de “lalação” inicial da criança diz respeito principalmente ao desejo e o apelo à satisfação e à saciedade deste. E isso Spielrein tem como um universal, já que os fonemas emitidos a partir do mamar e deixar de mamar estão presentes em quase todas as línguas nas palavras que designam pai e mãe. Apesar de a criança já conseguir dizer os sons mais difíceis K, G, R, ela prefere substituí-los por sons labiais e/ou dentais. Ela prefere esses sons porque eles foram especialmente estimulados em seu desenvolvimento pelo ato de mamar.

O outro que oferece o seio interpreta o que a criança quer e dirige-se a ela com uma forma de falar específica, o que hoje conhecemos com o nome de “manhês”, que Spielrein enuncia muito bem como o adulto evocando de sua própria vida psíquica infantil, a partir de sua própria memória, da maneira como foi tratado pelo seu antepassado, o que lhe dá a entonação do “manhês” com que se dirige à criança. Esse é o primeiro sentido de sua constatação de que o antepassado mora na criança e a criança mora no antepassado. Portanto, a linguagem só se instala pela convocação do outro adulto por meio do apelo da criança. Spielrein marca o estado de desejo como impulsionador de formas linguageiras não verbais, ligadas ao choro. A língua nasce do inconsciente. Porque nasce do inconsciente das mães e amas que se adaptam à capacidade de criação linguística da criança, estimulando os mecanismos linguísticos herdados dos antepassados. A língua nasce,





para Piaget, quando a criança pergunta, ela não o faz para compreender os fatos reais, mas sim para responder a si mesma no sentido do que deseja. Com a pergunta “o que é isso?” a criança quer saber o nome das coisas, o qual substitui a coisa

portanto, entre a criança e o outro, entre a criança e a criança redespertada no adulto. A língua nasce da inter-relação entre o bebê e a mãe ou ama.

Mas antes mesmo dos fonemas “ma” e “pã”, a linguagem se apresenta em suas formas não verbais, como melodia, ritmo, intervalos de silêncio, mímica, gestos, linguagem visual. A linguagem verbal se instala na criança através do outro e posteriormente se torna predominante, mas traz em si sua origem não verbal. Se ela for apenas linguagem verbal, será descorticada, ou seja, cindida de sua fonte cinestésica nos movimentos corporais e das imagens desses movimentos e do prazer que estes dão à criança. Mas se a linguagem permanecer apenas nos seus primórdios como linguagem autoerótica destinada a si mesma, ela permanece autista, o estado inicial da linguagem. A partir da articulação da linguagem com a abertura ao outro, ao mundo, momento em que a linguagem se torna heteroerótica, na percepção desse outro e do mundo por meio do princípio do prazer e do desenvolvimento do princípio de realidade, ela pode conceituar os três tipos de linguagem: a linguagem autista, destinada a si mesma, a linguagem mágica, destinada ao outro, mas onírica, carregada de interpretação fantasística, onde o desejo supera a realidade, a fantasia está acima dos fatos reais e a onipotência do pensamento é dominante, na qual a palavra recebe um supersignificado que conjura a realidade. Em sua origem a palavra não significava uma ação, ela era a própria ação. Ao se falar ou pensar em uma

palavra, são evocadas as mesmas sensações indistintas que surgem durante o ato de mamar, como os movimentos da boca ao mamar, porque essa palavra, como resultado desses movimentos, tem um efeito idêntico ao ato de mamar. Quando, com o tempo, o conceito de um objeto, a mãe, se diferencia a partir do grupo de sensações indistintas durante o desenvolvimento psíquico posterior, a ligação originalmente existente entre a ação = palavra e o objeto diferenciado ma-mãe, mais tarde mãe, designado por esta palavra se mantém. Ao pronunciar o nome, foi realmente possível um dia evocar um determinado grupo de sensações que, mais tarde, será representado por uma pessoa. Na magia, o nome de uma pessoa representa esta própria pessoa e aquilo que acontece com o seu nome deve acontecer também com ela. Nesse segundo estágio, diz ela, lida-se ainda com uma sobrevalorização do desejo, do subjetivo, do psíquico em relação à realidade, com a crença na onipotência do pensamento, como apontou Freud. Para a criança, todo pensamento, todo desejo ou temor são inicialmente fatos. Ela evoca Piaget, que em suas aulas¹⁷ falou sobre as diversas atitudes da criança diante da realidade. Segundo ele, que ela diz corresponder às experiências psicanalíticas, a criança se desenvolve do absoluto para o relativo. A dúvida surge muito mais tarde. Para Piaget, quando a criança pergunta, ela não o faz para compreender os fatos reais, mas sim para responder a si mesma no sentido do que deseja. Com a pergunta “o que é isso?” a criança quer saber o nome das coisas, o qual substitui a coisa. Em relação a essa, a pergunta “onde?” significa um grande avanço, aqui se inicia o estágio ativo: a coisa não está sempre aqui, à disposição, é preciso se apropriar dela, saber encontrá-la. Nesse caso, a busca inicialmente é apenas aparente, pois a representação está acima da realidade. Embora ela não cite, podemos perceber que aqui as ideias de Piaget são muito próximas de Freud em *Totem e tabu*, em que ele coloca que

no estágio de pensamento animista ainda não há ocasião de demonstrar objetivamente o verdadeiro estado

de coisas, o que talvez ocorra em estágios posteriores quando todos esses procedimentos ainda são cultivados, mas o fenômeno psíquico da dúvida, como expressão de uma tendência ao recalçamento, já é possível¹⁸.

Somente quando a realidade ao lado da fantasia é reconhecida, quando as outras pessoas são enxergadas ao lado da própria pessoa e as palavras adquirem um significado não obrigatório, mas facultativo, surge aquilo que os adultos compreendem como linguagem. A criança aprende apenas lentamente a se diferenciar do mundo exterior a ponto de se observar a si mesma a partir do ponto de vista dos outros. Nunca se aprende completamente isso. Com a percepção da própria insuficiência e dependência do mundo exterior, surge cada vez mais premente a necessidade de obter auxílio do outro, de participar, de se sentir compreendido e, por fim, a necessidade de compreender o outro. Assim a linguagem chega ao terceiro estágio, o estágio da linguagem social, determinada para o outro, destinada à comunicação com o outro, de quem se percebe a dependência, e capaz de suportar adiamento e frustração, levando em conta o mundo por meio do princípio de realidade. Somente com o advento da linguagem verbal, o homem se torna um ser social. O pensamento de Spielrein permite recolocar algo sobre a origem do social: no início, era o verbo, diz a Bíblia, referindo-se ao verbo criador do mundo emitido por Deus. No início, era a ação, diz Freud ao substituir a palavra divina pelo assassinato do pai primevo como matriz de criação do social. Sabina Spielrein aponta que no início do verbo há uma ação específica: o mamar, origem do pensamento e da linguagem.

Ela apresenta a ideia de que a palavra *papai* manifesta de diversas formas sua origem no ato de mamar. Na linguagem das amas russas, por

¹⁷ Ela se refere ao curso a que assistiu ministrado por ele, *La pensée autistique*. Semestre de inverno 1921/1922 (Laboratório psicológico de Genebra).

¹⁸ S. Freud, *op. cit.*, p. 137.

¹⁹ Aqui ela se refere a sua fala no VI Congresso de Haia, de 1920, de que a Dra. Hermine Hug Helmuth lhe disse, ao ouvir seu relato ali, que ela tinha tirado esses fatos da ponta de sua língua.



a palavra mamãe
(na pronúncia infantil mã-mã-mã...)
reproduz o ato de mamar.
A palavra papai (= pã-pã)
se origina da fase em que a criança
saciada brinca com o seio,
largando-o e retomando de novo

exemplo, o pão é chamado “*papa*”. A crença cristã segundo a qual a pessoa come no pão o corpo de Jesus mostra que não se trata, por exemplo, de uma relação racionalizada, *papa* = pão, porque o pai provê o pão, mas de uma relação muito mais antiga e profunda. A frase jocosa “Nós somos o que comemos” é tomada a sério pelos povos primitivos, a pessoa se apossa das características de um animal sagrado ao comê-lo. A comunhão íntima é simbolizada pelo ato de comer. Essa crença nos parece natural se pensamos que em nossa vida realmente já nos alimentamos por um ser humano que nos deu a vida, com o qual formamos uma unidade em tempos imemoriais. Por isso a identificação é simbolizada pelo ato de comer. Spielrein encontra uma maneira inédita de ligar a identificação primária à incorporação, à comida totêmica, sem falar do mito freudiano do assassinato primevo do pai e isso no momento em que vai começar a explicar a origem infantil da palavra *papa* e vinculá-la também como origem sexual ligada ao ato de mamar.

A palavra mamãe (na pronúncia infantil *mã-mã-mã...*) reproduz o ato de mamar. A palavra papai (= *pã-pã*) se origina da fase em que a criança saciada brinca com o seio, largando-o e retomando de novo. Quando a criança está satisfeita diz *papa*, som de quando larga o seio¹⁹. Quando está insatisfeita diz *mama*, quando a fome surge imperativa então os movimentos de sucção se fazem mais enérgicos e a pequena boca assume a posição que lhe é própria no ato de mamar, que



o ato de mamar é fundamental para as mais importantes experiências de vida da criança: aqui ela conhece a felicidade da fome saciada, mas também aprende que essa felicidade tem um fim e que deve ser sempre reconquistada

envolve o bico do seio. Ela gera o som *ma*. Ambas as palavras devem sua origem ao ato de mamar. Mas ela não afirma que apenas e simplesmente o ato de mamar gera a linguagem infantil. Apenas percebe que, na maioria esmagadora dos casos, as primeiras palavras infantis são compostas de sons labiais e dentais. Com isso elas indicam sua relação profunda com o ato de mamar. O ato de mamar é fundamental para as mais importantes experiências de vida da criança: aqui ela conhece a felicidade da fome saciada, mas também aprende que essa felicidade tem um fim e que deve ser sempre reconquistada. A criança vive suas primeiras experiências de que existe um mundo exterior; para tanto, o contato com o corpo materno que apresenta resistência aos movimentos da pequena boca contribui. Por fim, ela diz que o pequeno ser aprende que existe um refúgio nesse mundo exterior que ele deseja não apenas porque ali a fome é saciada, mas também porque é um lugar quente, macio, onde ele está protegido de todos os perigos. Se nós alguma vez na vida sentimos um desejo “demora-te momento pois é tão bom”, isso certamente foi nessa época. Aqui a criança aprende a primeira vez a amar, no sentido mais amplo da palavra, ou seja, a perceber o contato com um outro ser, independentemente da alimentação, como a mais alta felicidade possível.

Aqui é mais uma vez apresentada a importância do desejo enquanto reencontro do objeto, numa realização sempre assintótica onde há sempre a falta que motiva a repetição. O desejo,

o amor, o contato com o outro se independentiza da alimentação e se coloca como a maior felicidade possível para o humano, que é percepção da dependência e do contato com outro ser, saída, portanto, do fechamento autístico para o laço amoroso e social. A palavra, portanto, nasce da falta ligada à percepção do objeto de desejo que proporciona prazer derivado do ato de mamar, no exterior, na passagem do autoerotismo a um heteroerotismo incipiente, portanto, hetero aqui no sentido de diferente, de exterior a si. A linguagem nasce não só determinada pelo mental e psicológico, mas é, sobretudo, resposta a uma ausência de objeto. Refere-se ao apelo pelo reencontro de objeto, ao desejo pelo objeto, surge do ato de mamar.

Conclusão importantíssima. Não é o acaso que determina, mas a vida afetiva e psíquica e não biológica e epistemológica. Há uma diferença que se afirma em relação ao pensamento genético-epistemológico de Piaget. Vemos que ela assume, nesse ensaio, a linguagem conceitual recém-criada no campo da linguística que distinguia a fonética da linguística propriamente dita, quando fala em fonemas e sons labiais e dentais.

Desdobramentos inéditos na teoria da formação dos símbolos

Spielrein²⁰, em seu artigo “O tempo na vida subliminar”, vai apontar também que o afastamento do outro enquanto objeto de prazer e a alternância entre presença e ausência, afastamento e aproximação, contribuem não só para o surgimento da linguagem, mas para a aquisição da noção de tempo pela criança, que, no início, se expressa espacialmente. Assim, a noção de espaço se torna primeira em relação à noção de causalidade e de tempo, que é a última a ser adquirida pela criança. Spielrein mostra também pela primeira vez o papel crucial da repetição para a criança, que só adquire e assimila o novo passando pela repetição e a adesividade ao antigo, o que aparece também nos adultos afásicos por doença que danifica o

aparelho de linguagem. O conceito de duração temporal é anterior ao de direção temporal tanto na língua como no pensamento onírico. A linguagem verbal, assim como o sonho, cria suas representações a partir de materiais pré-conscientes. A língua apresenta os mecanismos de representação do tempo por meio da ideia de espaço. Ela cita Charles Bally, o linguista, considerado o criador da estilística, outra subdivisão da linguística moderna, junto com a fonética e a fonologia, quem diz que todos os advérbios, assim como os advérbios temporais, são oriundos de representações espaciais. Assim, Spielrein afirma aqui que a representação de uma direção temporal tem como base, também na língua, a representação subliminar de um percurso no espaço.

Em seu texto “Algumas analogias entre o pensamento da criança, do afásico e o pensamento subconsciente”²¹, ela conta que há também na organização da linguagem incipiente da criança o mesmo princípio da linguagem dos sonhos, onde o mais vivo da representação onírica é o mais valioso afetivamente. A criança repete uma palavra (assim como uma frase) duas vezes como se fosse importante destacar aquilo que lhe é importante. Aqui surge a ligação com base no interesse, portanto, trata-se de uma relação de natureza psicológica e não biológica, ou seja, trata-se de uma relação afetiva.

Em suma, segundo Spielrein, nós pensamos principalmente de forma subconsciente pois apenas o início e o fim de nossos pensamentos são conscientes para nós, o resto decorre no subconsciente. Aqui vale observar que Sabina Spielrein mantém a diferença entre pré-consciente e subconsciente. Enquanto o primeiro está ligado à censura entre consciente e inconsciente que cria o recalque, portanto à dinâmica do psíquico sexual, o subconsciente é o lugar psíquico do que

em suma, segundo Spielrein,
nós pensamos principalmente
de forma subconsciente pois apenas
o início e o fim de nossos
pensamentos são conscientes
para nós, o resto decorre
no subconsciente

não está no plano visual do consciente. É onde estão as representações simbólicas dos afetos corporais e das representações da cultura e da continuidade da evolução histórica. Elaborar o impulso e frequentemente o sublima. Em vários casos, podemos nos convencer de que o pensamento subconsciente pode ser superior ao pensamento consciente, como, por exemplo, quando aproveitamos suas habilidades para solucionar problemas da realidade consciente, ou seja, quando ele colabora com o pensamento consciente. Sozinho, o pensamento subconsciente é suficiente para uma certa adaptação a este mundo, mas logo perderia o caráter de pensamento criativo, pois a disposição para criar alguma coisa, para fazer alguma coisa no mundo, o direcionamento total e a concentração sobre as funções da realidade faltam ao pensamento subconsciente, o qual não precisa ser necessariamente um pensamento dirigido, na verdade, destinado a trabalhar mais para si mesmo do que para outros. Apenas por meio da colaboração entre o pensamento consciente e o subconsciente é possível iniciar uma obra criativa neste mundo: o pensamento consciente precisa capturar e utilizar aquilo que o pensamento subconsciente nos oferece.

20 S. Spielrein, “O tempo na vida subliminar”, in R.U. Cromberg (org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas* (v. 2).

21 S. Spielrein, “Algumas analogias entre o pensamento da criança, do afásico e o pensamento subconsciente”, in R.U. Cromberg (org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas* (v. 2).



Referências bibliográficas

- Freud S. (1912). Formulações sobre os dois princípios do acontecimento psíquico, *Jahrbuch für psychoanalytisch und psychopathologische Forschungen*, v. III.
- _____. (1913/2020). *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Porto Alegre: L&PM.
- _____. (1915/2025). Carta a Sabina Spielrein de 20 de abril de 1915. In Cromberg R.U. (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 3)*.
- Spielrein S. (1911/2021). Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementiae praecox*). In Cromberg R.U. (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 1)*. São Paulo: Blucher.
- _____. (1922/2022a). As origens das palavras infantis “papai” e “mamãe” – algumas observações sobre os diferentes estágios no desenvolvimento da linguagem. In Cromberg R.U. (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 2)*. São Paulo: Blucher.
- _____. (1923/2022b). O tempo na vida subliminar. In Cromberg R.U. (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 2)*. São Paulo: Blucher.
- _____. (1923/2022c). Algumas analogias entre o pensamento da criança, do afásico e o pensamento subconsciente. In Cromberg R.U. (org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise, obras completas (v. 2)*. São Paulo: Blucher.

Totem and taboo and the origin of children's language

Abstract Based on the works of Freud, *Totem and taboo* (1913), and *Formulations of the two principles of the psychic event* (1912), Sabina Spielrein was a pioneer in reflecting about children's language and its links with thinking in her essay “The origin of children's words ‘dad’ and ‘mummy’ – some observations of different stages of language development” from 1922.

Keywords language; magic; animism; desire; Sabina Spielrein; Totem and taboo.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 10/2025

A transferência sobre o enquadre, o meio maleável e o uso de objetos mediadores na clínica psicanalítica

Camila Junqueira

Camila Junqueira é doutora pelo IPUSP, com pós-doutorado pelo mesmo instituto. Psicanalista Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Autora do livro *Metapsicologia dos limites* (Blucher, 2019), entre outros artigos e capítulos de livros.

O caso clínico em questão foi discutido sob o título: *The importance of Ruled Games with adults to bear unberable states of mind* em 2009, em conferência realizada pelo University College of London em evento em homenagem ao 80º aniversário de Ruth Riesenber-Malcolm, e as considerações teóricas a respeito do caso foram completamente reformuladas para a escrita do artigo atual.

Resumo O artigo apresenta, a partir da análise de um fragmento clínico, os conceitos de transferência sobre o enquadre, de meio maleável e de objetos mediadores na clínica psicanalítica. A introdução do jogo na clínica de um adulto nos pareceu fundamental para lidar com as angústias que impediam a instalação do processo analítico, permitindo também o resgate da dimensão do prazer relacionado à criatividade primária.

Palavras-chave transferência sobre o enquadre; meio maleável; objetos mediadores; jogo.

DOI: 10.70048/percurso.75.87-96

- 1 D.W. Winnicott, "Os objetivos do tratamento psicanalítico", in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 152-154.
- 2 B. Medeiros et al., "O brincar na fase adulta: um olhar winnicottiano", *Psicologia Argumento*, v. 40, n. 10.
- 3 S. Ferenczi "Análise de crianças com adultos", in *Obras completas*.

Gosto de fazer análise e sempre anseio pelo seu fim. A análise só pela análise para mim não tem sentido. Faço análise porque é o que o paciente necessita. Se o paciente não necessita de análise então faço alguma outra coisa [...] Mas, em geral, análise é para aqueles que querem, necessitam e podem tolerá-la. Quando me defronto com o tipo errado de caso, me modifico no sentido de ser um psicanalista que satisfaz, ou tenta satisfazer, as necessidades de um caso especial. Acreditando que este trabalho não analítico pode ser melhor feito por um analista que é versado na técnica psicanalítica clássica.¹

A postura de Winnicott descrita na citação acima foi inspiração para o manejo apresentado no material clínico que será discutido, e que tem como objetivo apresentar e ilustrar os conceitos de transferência sobre o enquadre, de meio maleável e de objetos mediadores e o seu uso na clínica psicanalítica. Neste material clínico o jogo foi introduzido na clínica de um adulto em sua literalidade, pois não havia, inicialmente, possibilidade de metaforizar, de criar imagens e dar espaço ao fantasiar, ou de utilizar o humor, brincadeiras que todo adulto saudável poderia apresentar como forma de lidar com suas angústias². No caso em questão, a utilização de jogos como *objeto mediador* nos pareceu essencial para que a situação analítica se tornasse um *meio maleável* e possibilitasse a construção do processo analítico.

Buscando referências para pensar o que havia acontecido nesse processo encontro Ferenczi³ propondo, no texto *Análise de crianças com adultos*, que as técnicas desenvolvidas para acessar as crianças poderiam inspirar modificações técnicas na análise de adultos de difícil acesso. Winnicott também apresenta suas reflexões a respeito do uso de jogos com adultos no texto *O brinquedo na situação analítica* de 1954,



*João é um rapaz
de vinte e poucos anos, e chega
à análise após o que ele chama
de uma “crise de depressão”*

e, mais tarde, em *O brincar e a realidade*, quando afirma que a psicanálise é uma forma altamente especializada de brincar, e que o brincar na análise de adultos “manifesta-se, por exemplo, na escolha das palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor”⁴. Mas antes de Winnicott, Milner⁵, num caso em que tentava aplicar as técnicas aprendidas em sua formação para os atendimentos de neuróticos, e observando uma lentidão no processo, relata que a própria paciente, sabendo que a analista também atendia crianças, solicita alguns brinquedos para expressar o que sente.

Milner⁶ também é responsável pela introdução da ideia de que a situação analítica deve se comportar como um meio maleável, ideia importante para pensarmos as ampliações da técnica e do enquadre para pacientes não neuróticos, com déficits na simbolização em razão de traumatismos primitivos. É digno de nota que esse artigo de Milner é uma homenagem ao artigo clássico de Klein⁷, “A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do Ego”. Neste, Klein apresenta suas primeiras considerações sobre o caso Dick, e descreve um trabalho onde vai sugerindo ao paciente certos simbolismos para os brinquedos na sessão, até que ele possa começar a utilizar o brincar, e então escreve:

Gostaria de enfatizar, porém, que no caso de Dick me vi obrigada a modificar minha técnica usual. Em geral não interpreto o material até que ele tenha sido expresso em várias representações. Contudo, num caso em que a capacidade de representação era quase inexistente, fui obrigada a basear minhas interpretações no meu conhecimento geral, pois as representações que se manifestavam no comportamento de Dick eram relativamente vagas. Encontrando dessa maneira um acesso para seu

inconsciente, consegui ativar a ansiedade e outros afetos. As representações tornaram-se mais complexas e logo obtive alicerces sólidos para a análise, passando gradualmente para a técnica que costumo empregar na análise de crianças pequenas (grifos meus).⁸

Mas diferente de Dick, que chega à análise sem tônus libidinal, o que faz Klein propor que há uma dose de ansiedade necessária para os movimentos psíquicos de formação dos símbolos, o paciente cujo manejo será relatado neste artigo chega à análise transbordando corporalmente sua ansiedade, e sendo incapaz de se expressar verbalmente, o que também impede a utilização dos símbolos para um processamento da ansiedade. Essas duas situações clínicas em conjunto poderiam sugerir que há, na realidade, uma quantidade “ótima” – ou uma quantidade ideal – de ansiedade que promove a atividade de simbolização, e para o paciente em questão essa ansiedade precisou ser reduzida, para que gradualmente fosse possível empregar a técnica clássica.

Fragmento clínico

João é um rapaz de vinte e poucos anos, e chega à análise após o que ele chama de uma “crise de depressão”. Após o término de um relacionamento de mais de cinco anos, João bate sua cabeça na parede repetidamente, é contido pelo pai, mas precisa ser atendido num serviço médico, medicado e então encaminhado para psicoterapia. João conta, entre muitos silêncios, que aos 12 anos foi traído por um amigo, que deixou todos da escola saberem que ele estava interessado em uma colega, e fechou-se. Tinha relacionamentos virtuais com pessoas que conhecia em *chats* de jogos *on-line*, e foi num desses *chats* que conheceu a moça que veio a ser sua namorada. Depois de muitos meses, se conheceram pessoalmente e gradualmente passaram a frequentar as casas de ambas as famílias. A moça era poucos anos mais nova que ele, e havia acabado de entrar no ensino superior, quando, sem sinais, interrompe o relacionamento. Muito constrangido, João conta que não tinham relações sexuais. Penso

que gostaria de ouvir um pouco mais sobre o assunto, mas vejo o suor escorrendo pelo seu rosto avermelhado e sugiro então que ele se deite no divã pensando que, livre do meu olhar, ele poderia se sentir mais à vontade para falar. João me responde que não lhe parecia uma boa ideia, pois deitado iria certamente dormir. E então, seus olhos se fecham e João, ainda sentado na poltrona, adormece por alguns minutos. Acorda sobressaltado, ainda mais constrangido. Fica em silêncio o restante da sessão. Nas sessões seguintes João faz um esforço para trazer um assunto, conta algo da faculdade, algum diálogo na família e então cai no sono novamente. Acorda sobressaltado, constrangido, silêncio, nada lhe passa pela cabeça.

Seguimos assim algumas sessões, até que eu aponte a dificuldade de estar com o outro, o medo da intimidade com a namorada que parece se transferir para a situação analítica, com o que João concorda, mas que não faz efeito sobre seu sono e seu silêncio. João insiste em vir, pois tem muito medo de nova crise. As sessões são preenchidas pelo sono sem sonhos. Com dificuldade de me manter desperta entre os cochilos de João, após muitas sessões, lhe proponho que jogássemos um jogo, e João aceita. Escolho o Jogo da Vida, na caixa está escrito: “Mil e uma maneiras de viver a vida! Como você vai viver a sua?!”. O jogo consiste num tabuleiro, e em cada casa da trilha há uma informação sobre o que você deve fazer ou o que lhe aconteceu, se ganhou ou perdeu dinheiro, se retrocedeu ou avançou. Cada participante avança segundo o número de casas sorteadas em uma roleta, mas o interessante é que você pode escolher diferentes caminhos e tomar algumas decisões, e, portanto, o jogo não é apenas uma questão de sorte. Por exemplo, você pode escolher um atalho e um pequeno salário ou pode escolher o caminho universitário, que é muito

»»

*na primeira partida João
se apressa para tomar todos
os atalhos e chegar ao fim
do tabuleiro em primeiro lugar*

mais longo, mas gera um salário maior, e essa é uma estratégia interessante, pois ganha o jogo quem tem mais dinheiro no final, e não necessariamente quem chega primeiro ao fim do tabuleiro.

Na primeira partida João se apressa para tomar todos os atalhos e chegar ao fim do tabuleiro em primeiro lugar. Chega, mas não ganha o jogo, pois eu havia acumulado mais dinheiro no caminho! Fica aborrecido. Mas parece que sua competitividade e irritação o mantêm desperto, os cochilos já não aparecem. Como João havia mencionado que jogava RPG (*Role Playing Game*) com os amigos que fez nos *chats*, nas próximas partidas proponho a criação de histórias: dou um nome para o meu peão, bem como para o marido e filhos do peão, e crio pedaços de história com cada situação do jogo. Ele demora, mas aos poucos começa a entrar na brincadeira. Jogamos muitas partidas! Entre uma história e outra, eu pergunto sobre a história dele, e vou fazendo uma pequena coleção de fragmentos sobre situações vividas na escola, em família, com a ex-namorada, acontecimentos vividos por seus pais, a história de seus avós.

Na volta de uma breve interrupção por minhas férias, proponho que ele escolha no armário um outro jogo. Ele escolhe *Scotland Yard*, e me sinto convidada a desvendar um enigma! Os participantes elegem primeiramente o crime que vai ser investigado. O jogo consiste em um tabuleiro no qual cada participante circula livremente, de acordo com o número de pontos obtidos por um dado. Ao entrar em cada recinto, o participante pode ter acesso a uma pista do crime que está escondida lá. O participante deve deduzir a solução do crime a partir da junção das pistas, e vence quem chegar ao criminoso e motivo do crime primeiro. Ele não conhece o jogo, então eu o ensino e, para isso, jogamos com

4 D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade*, p. 61.

5 M. Milner, “Um paciente adulto utiliza brinquedos”, in *A loucura suprimida do homem são*.

6 M. Milner, “O papel da ilusão na formação simbólica”, in *A loucura suprimida do homem são*.

7 M. Klein, “A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do Ego”, in *Amor, culpa e reparação*.

8 M. Klein, *op. cit.*, p. 260-261.



o sono parecia funcionar como um regulador da minha presença, minimizando seu contato comigo, mas também consigo

as pistas abertas algumas partidas, ou seja, partilhemos as pistas entre nós e, juntos, buscamos deduzir o criminoso e suas motivações. Cada partida dura algumas sessões e conseguimos desvendar os enigmas. No entanto, João é competitivo e pede para jogarmos como as pistas fechadas, como adversários, mas o jogo não anda... sozinho, nenhum de nós é capaz de revelar o mistério e acabamos olhando a solução no verso do cartão. Tentamos mais algumas vezes, mas só funciona e é mais divertido quando trabalhamos em cooperação.

Quando passamos por uma nova interrupção por minhas férias, João demora um pouco mais a voltar, faltando nas primeiras sessões, mostrando a meu ver mais pesar pela ruptura do vínculo. Havia um vínculo então? Busco falar sobre o tema, os vínculos, a intimidade, a confiança, e o sono sem sonhos volta à cena. Proponho então uma nova troca de jogo, um quebra-cabeças de mil e quinhentas pequenas peças. Ele aceita, naquele momento um jogo bastante menos estruturado é suficiente para nos manter trabalhando em conjunto, sem que o silêncio e o sono paralitem o processo. E outros fragmentos de acontecimentos e de histórias podem aparecer. Quando João encerra esse processo de análise, o quebra-cabeças restava incompleto, juntando poeira embaixo do divã, esquecido, mas tendo sido mais um anteparo fundamental sem o qual, me pareceu, ele não teria sido capaz de regular sua ansiedade de forma suficiente para permitir a instalação do processo analítico.

Considerações teórico-clínicas

Refletindo sobre o brincar, Winnicott propõe que os analistas superestimavam a relação com brincar

como sublimação da masturbação, e prestavam demasiada atenção a seu conteúdo, em vez de observar o brincar “como coisa em si”⁹. Para Winnicott, o brincar se refere à capacidade de conter e organizar as experiências, podendo ser “autocurativa”¹⁰. O brincar é também uma atividade de comunicação, ora para os outros, ora “para alguma parte de si mesmo (*self*), o ego observante”¹¹. O brincar é ainda fonte da criatividade, onde o bebê pode colocar o seu gesto espontâneo, expressão de verdadeiro *Self*, e ainda é através do brincar que se oscila entre a aproximação e o repúdio dos objetos, atividade-base da diferenciação eu-outro, desde que o objeto sobreviva, sem retaliar, ao amor impiedoso inerente às primeiras expressões do *Self*.

João, no entanto, não podia jogar o jogo analítico. O sono foi pensado inicialmente como resistência diante dos assuntos da sexualidade, pois se inicia quando João traz o assunto da ausência de relações sexuais com a namorada, e se constrange ainda mais com o meu convite para deitar-se no divã. Mas, *a posteriori*, o sono foi compreendido como uma evacuação somática de sua angústia de intrusão/abandono, devido ao esgarçamento de sua rede simbólica promovida pelo luto do relacionamento. O sono parecia funcionar como um regulador da minha presença, minimizando seu contato comigo, mas também consigo. A desertificação psíquica que permeia o campo analítico a partir de seu silêncio e seu sono sem sonhos pode ser compreendida como um certo tipo de trabalho do negativo, um desinvestimento da arborescência da cadeia associativa, mecanismo que Green¹² denomina de posição fóbica central. Tal desertificação se transferiu para o enquadre¹³, congelando a possibilidade de trabalho associativo, tanto por parte do paciente como por parte da analista.

Roussillon¹⁴ – inspirado por Bleger¹⁵, para o qual os aspectos simbióticos e indiferenciados da personalidade do paciente se expressam no enquadre – acrescenta que o enquadre expressa os traumatismos primitivos do paciente que impedem os processos de simbolização necessários para a gestão da angústia: “[...] sobre o dispositivo tende a se transferir especificamente a história da

relação do sujeito com sua função simbolizante, a história de seus sucessos, mas também de suas vicissitudes na tarefa de subjetivação das condições de simbolização”¹⁶.

Mas, como bem coloca Roussillon¹⁷, se por um lado é inevitável que o enquadre reproduza o trauma primário, por outro, deve ser manejado de modo que torne toleráveis seus aspectos inutilmente traumáticos. É nessa busca que proponho a João um jogo de regras para sairmos do silêncio mortífero imposto pela regressão melancólica promovida pelo fim do relacionamento. Materiais mais projetivos e desestruturados como massinha, lápis e papel poderiam exercer sobre ele o mesmo efeito de exigência de associações livres que ele não parecia poder cumprir naquele momento. A escolha por um material mais estruturado para as sessões tinha a intenção de fornecer a João um ambiente previsível, e que também funcionasse como algo que garantisse uma certa distância entre nós, cumprindo a função que o sono parecia promover, mas sem impedir completamente o nosso contato.

Ao refletir sobre o enquadre analítico, Roussillon¹⁸ retoma que na psicanálise costumamos pensar que o enquadre é um conjunto de invariantes que permite a instalação do processo analítico. Contudo, com sua experiência com pacientes com sofrimentos narcísicos, que exigem alterações de enquadre para minimização dos aspectos inutilmente traumáticos, percebemos que *é o processo que permite a instalação do enquadre*. E foi isso que entendo

foi isso que entendo

que aconteceu com João,

a introdução do jogo de tabuleiro

permitiu a instalação do jogo analítico

que aconteceu com João, a introdução do jogo de tabuleiro permitiu a instalação do jogo analítico.

Roussillon¹⁹ também é uma referência fundamental para pensarmos a importância do jogo para a instalação do processo de simbolização. Para o autor, embora o jogo seja uma ação, ele propõe um tipo de passagem ao ato que cria uma representação. Roussillon examina alguns jogos essenciais que já integram as reflexões metapsicológicas para pensar como cada um deles se relaciona com a dialética da presença e ausência, e é essencial para a representação da ausência e da diferenciação eu-outro. No jogo do coucou, ou peek-a-boo, ou cadê o nenê, o objeto aparece e desaparece; no jogo da espátula o objeto é jogado, perdido e restituído; no jogo da construção o objeto é articulado a outros, colocado junto e organizado. Por fim, no jogo do espelho, o Eu se distingue do objeto, e isso é realizado com a sensação de júbilo que Lacan²⁰ já assinalou. E é essa dimensão de prazer que gostaríamos de acentuar.

Roussillon propõe a noção de trabalho psíquico como o esforço que o aparelho precisa fazer para servir a seus vários mestres: realidade, Id e Supereu. No entanto, trabalho psíquico que não se trata apenas da passagem do princípio de prazer para o de realidade, mas da passagem da compulsão à repetição cega e automática para um funcionamento vetorizado pelo *prazer*, que permite alguma liberdade de escolha ordenada pelo recobrimento simbólico. Neste contexto escreve: “o trabalho psíquico do jogo, em particular em sua dimensão intersubjetiva, permite a conquista do prazer ‘por caminho longo’ fundamentado na simbolização no e pelo jogo, uma integração ‘introjetiva’”²¹. Desse modo, ensinar a brincar, como propõe Winnicott, ou ensinar a jogar, como propõe Roussillon, passa

9 D. Winnicott, *O brincar e a realidade*, p. 61.

10 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 70.

11 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 66.

12 A. Green, *La pensée clinique*.

13 Texto do autor, 2023.

14 R. Roussillon, “Le transfert sur le cadre”, in *Logique et archéologiques du cadre psychanalytique*; “Para uma extensão da prática da Psicanálise (prefácio)”, in *Travessia do corporal para o simbólico corporal, Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*.

15 J. Bleger, “Psicanálise do enquadre analítico”.

16 R. Roussillon, *Manual...* p. 95.

17 R. Roussillon, *op. cit.*

18 R. Roussillon, *op. cit.*

19 R. Roussillon, “Les jeux du cadre”, in *Logiques et archéologiques du cadre psychanalytique*.

20 J. Lacan, “O estádio do espelho como formador da função do Eu”, in *Escritos*.

21 R. Roussillon, *Manual...*, p. 246.





Roussillon sugere que a massinha de modelar seria um bom protótipo para descrevermos as características de um meio maleável ideal

pela recuperação do prazer da criatividade primária que se coloca partir da experiência de ilusão de onipotência, que sustenta o paradoxo achado/criado, pelo tempo necessário até a instalação dos processos de simbolização.

Por outro lado, este autor pondera que os pacientes com sofrimentos narcísicos vivem numa lógica da desesperança, pois o princípio de realidade, que é a falta do objeto, chegou antes de uma vivência consistente do princípio de prazer vivido não apenas pela presença do objeto da necessidade, mas em termos de ilusão de onipotência, onde esse objeto seria achado/criado. Nesse sentido, segundo Roussillon, o tratamento passa por

promover formas de simbolização que procuram transformar as experiências traumáticas anteriores para restituir ao funcionamento psíquico um determinado prazer, que não seria outro que não o da partilha, aumentam então as chances de estabelecer ou de restabelecer o primado do princípio do prazer²².

O prazer seria não do alívio do encontro com o objeto da necessidade, mas o prazer da ilusão de criar o objeto encontrado.

A possibilidade de substituir o sono mortífero de João pelo jogo me parece ter sido uma estratégia fundamental para restituir a possibilidade de ele encontrar prazer numa atividade compartilhada. Voltaremos à questão do prazer, mas por ora é necessário acrescentar que a concepção de que o trabalho analítico inclui um manejo do enquadre, que minimize os aspectos inutilmente traumáticos, está em sintonia com a proposta de Winnicott de que o processo de análise com pacientes-limite deve sustentar a ilusão de onipotência necessária à regressão terapêutica, bem como está em sintonia

com a ideia de que a situação analítica deve se comportar como um “meio maleável”²³.

Como bem coloca Schor:

o meio maleável é, pois, um ambiente que se caracteriza por oferecer ao sujeito a possibilidade de encontrar, fora de si, aspectos de suas qualidades externas, por meio da materialização destas *sobre elementos físicos, perceptíveis*, a qual possibilita que o indivíduo “enxergue” esse processo acontecendo²⁴ (grifos meus).

O autor ainda acrescenta que a mudança não se realiza apenas pela volta a um estado de indiferenciação que a regressão terapêutica pode promover, mas também pela expressão dos gestos espontâneos que podem surgir e se tornar perceptíveis, e nessa perspectiva um meio maleável parece ser fundamental para o reencontro do prazer ligado à criatividade primária.

Roussillon²⁵ dedica um capítulo inteiro de seu livro *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia* para resgatar e expandir a ideia de meio maleável de Milner, a partir da compreensão dos sofrimentos narcísicos como patologias que denunciam a fragilidade da capacidade de simbolização, e dos déficits do aparelho de pensar, como já haviam proposto Bion, Green e Donnet.

Roussillon²⁶, partindo das observações de Descartes sobre a cera e de Freud sobre o bloco mágico, sugere que a massinha de modelar seria um bom protótipo para descrevermos as características de um meio maleável ideal: flexível o suficiente para que possa ser moldado e nele impresso algo do mundo interno do sujeito, mas consistente o suficiente para que mantenha a forma impressa ao longo do tempo, forma esta que possa ser apreciada, mas que se mantém flexível, sendo indefinidamente transformável. Mas como bem nos lembra esse autor, o trabalho de simbolização das crianças não pode aguardar até que elas estejam prontas para utilizar a massinha de modelar. Ele começa muito antes, se servindo de outros materiais disponíveis no ambiente, que sem dúvida incluem o corpo e rosto dos pais para imprimir seu mundo interno, ainda que esses elementos do

ambiente apenas possuam qualidades parciais do meio maleável ideal, próximo à ideia que Winnicott²⁷ desenvolve no texto “O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”.

Roussillon²⁸ acrescenta que o meio maleável deve ser também animável, ou seja, deve ser possível projetar sobre eles fantasias, que o transformam num outro, que não deixa de ser um si mesmo. Mas a característica mais central do meio maleável é a de oferecer um entorno simbolizante, ao expressar e conservar a forma impressa pelo sujeito, tornando o interno externo. No caso apresentado, começo a visualizar um pouco melhor o mundo interno de João, quando ele aceita a brincadeira de criar histórias para os peões. É num acidente com o peão que fico sabendo que seu pai perdera um irmão ainda criança, de forma trágica, momento em que talvez seu pai tenha se tornado a razão de existência da vida de seus avós, impossibilitando uma boa separação de seu pai com seus objetos primários, e que esse fato teria atravessado sua forma de paternidade e influenciado, quiçá, sua forma depressiva de estar no mundo. Essa construção, tecida com esse pequeno fio obtido através do jogo, só pôde ser apresentada a João muito tempo depois, quando o quebra-cabeças já estava esquecido num canto.

Quando transpomos a ideia de um meio maleável para o clínico, Roussillon acrescenta características importantes para que este siga como suporte do trabalho de simbolização: previsibilidade, constância e que seja suficientemente não destrutível nem confuso, bem como não faça

»
a característica mais central do meio maleável é a de oferecer um entorno simbolizante, ao expressar e conservar a forma impressa pelo sujeito

retaliações ao amor impiedoso imposto pelo sujeito inicialmente. Quando Roussillon fala em meio maleável, ele claramente está pensando na situação analítica de modo total, que inclui o enquadre, o espaço físico, bem como o corpo e a pessoa do analista. No entanto nos lembra que, embora haja uma certa plasticidade da transferência, não é qualquer objeto que se presta à simbolização: “não se reatualiza ou se alucina a doçura de um seio num objeto pontiagudo e cortante! É por isso que a escolha do meio, da oferta do objeto de transferência, determina em parte o tipo de experiência subjetiva que pode ser investida”²⁹, e nos estimula a seguir buscando minimizar os aspectos inutilmente traumáticos do enquadre, especialmente para pacientes com déficits de simbolização.

A concepção da situação analítica como meio maleável e a necessidade de manejar o enquadre para minimizar os efeitos desnecessariamente traumáticos da transferência têm influenciado as pesquisas com a utilização de objetos mediadores. Num outro trabalho³⁰, refletindo sobre as propostas de Anne Brun³¹ de utilização de objetos mediadores, já nos perguntamos se seriam os objetos mediadores capazes de burlar o trabalho do negativo, de desfazimento das ligações, presente nos pacientes com sofrimentos narcísicos. A utilização dos objetos mediadores tem sido desenvolvida especialmente no trabalho com grupos terapêuticos em instituições, como veremos a seguir. Chouvier³² não invalida o uso de objetos mediadores em processos individuais, mas enfatiza sua riqueza para os trabalhos em grupo, desde que os grupos apresentem constância de seus participantes de duração no tempo para acolher os processos de simbolização. No entanto, à luz do trabalho com João, me interrogo sobre a

22 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 245.

23 M. Milner, *O papel...*; R. Roussillon, *Manual...*

24 D. Schor, “O meio maleável: os fundamentos da representação de si”, in *Vozes da Psicanálise*, p. 289.

25 R. Roussillon, *op. cit.*

26 R. Roussillon, *op. cit.*

27 D.W. Winnicott, *op. cit.*

28 R. Roussillon, “Une métapsychologie de la médiation et du médium malléable”, in *Manuel des médiations thérapeutiques*.

29 R. Roussillon, *Manual...* p. 237.

30 Texto do autor, 2018.

31 A. Brun, *Manuel des médiations thérapeutiques e A especificidade da utilização das mediações terapêuticas*.

32 B. Chouvier, “Les objets médiateurs dans le groupe thérapeutique”, *Dialogue: familles & couples*, n. 213.



penso que a escolha do jogo com regras, junto ao convite para a produção de histórias, possa ser aproximada à massinha de modelar

ampliação das pesquisas sobre a utilização desses objetos em processos individuais.

Atualmente a fotolinguagem é a técnica de mediação terapêutica mais bem desenvolvida e estudada nos últimos anos. Essa proposta de trabalho, que foi desenvolvida de forma intuitiva em 1965, já é uma metodologia consagrada para o trabalho com grupos, sobretudo de pacientes de difícil acesso. Trata-se de uma técnica evidentemente projetiva, mas que em grupo se apoia na amplitude do repertório verbal de todos os participantes para a construção de um envelope narrativo para o conteúdo projetado: nas palavras de Vacheret: “a palavra tomada por esses membros do grupo que desejam intervir sobre uma foto contribui para alimentar a cadeia associativa”³³, onde a foto funciona como um “guarda-corpo” que articula o intrapsíquico com o intersubjetivo. É essa articulação entre o intrapsíquico e o intersubjetivo que, imagino, tenha podido começar a operar no processo de João, viabilizado pelo jogo literal, até que o jogo tenha podido se instalar de forma metafórica.

Vacheret e colaboradores afirmam: “O grupo exerce uma função de intérprete, quer dizer, de tradução, de transformação dos atos ou dos sinais mensageiros de um sofrimento que não pode ser enunciado e que necessita de uma metabolização”³⁴. O objeto mediador atrai para si os afetos, restituindo a capacidade de pensar do analista e diminuindo o custo psíquico que ocorre sobretudo nas transferências do trauma primário, em que o analista precisa processar – e arca com – aquilo que a paciente expulsa de si por identificação projetiva.

Segundo Vacheret, o método utiliza as ancoragens perceptivas e sensoriais das lembranças evocadas pelas fotos e pelas descrições de cada participante de sua foto de escolha.

Uma foto escolhida como objeto mediador se torna, pelo investimento do qual ela é o objeto, uma imagem própria a mobilizar nossas imagens interiores, associadas e religadas pelo afeto que as sustenta [...] de um ponto de vista econômico, ao trocarmos entre imaginários, fazemos trocas com movimentos pulsionais, mas também com potencialidades identificatórias.³⁵

O que imagino ter sido possível com João a partir dos personagens criados no jogo. Além disso, nos grupos de fotolinguagem os terapeutas participam do mesmo modo que os pacientes, fazendo com que a atividade não pareça tão perigosa, mas o mais importante é a possibilidade de os pacientes se identificarem com o prazer de associar e estabelecer ligações através do pensamento³⁶. Tanto a dimensão da coparticipação quanto do prazer em jogar e desvendar os mistérios foram exploradas no processo com João.

Penso que a escolha do jogo com regras, junto ao convite para a produção de histórias, possa ser aproximada à massinha de modelar, que Roussillon entende como um objeto mediador particularmente interessante, porque combina a consistência com a flexibilidade. As regras do jogo mantiveram um certo contorno mais delimitado do encontro, mas ainda assim, havia espaço para criações próprias. Agiu-se nesse sentido em acordo com o que Schor propõe a partir do trabalho de Milner:

A condição, contudo, para que a indistinção pudesse funcionar (paradoxalmente) como um solo do processo de diferenciação, em vez de um mergulho numa experiência caótica, seria a entrega às experiências de indiferenciação, permitisse a emergência de gestos espontâneos capazes de dotar o mundo externo de algo do Self, o qual encontraria ali suas próprias marcas, fazendo da realidade externa algo suficientemente familiar e inteligível.³⁷

Poder expressar sua agressividade, ora através da sua competitividade, ora de falas provocativas e arrogantes encarnadas nos peões do jogo, sem sofrer retaliações, me pareceu importante, para que muito depois pudesse sentir e falar sobre a raiva e inveja do pai por ser tão calmo e compassivo

diante das agruras da vida. Também próximo do fim de seu percurso analítico comigo, pudemos desconstruir essa imagem do pai, que passou a ser reconhecido em sua depressão, que se expressava através de um alcoolismo funcional. Havia ainda raiva e inveja da funcionalidade do pai, que ao longo do contato com sua história puderam se transformar numa visão mais empática, e que pressionava menos João a dar conta sozinho de seu mundo emocional.

Diferente de Winnicott³⁸, que propõe a função do brincar “em si” como autocurativo, como colocamos acima, Chouvier³⁹ pensa que a arte não é terapêutica em si, o que é terapêutico é o uso dos objetos e práticas artísticas dentro de um enquadre delimitado, que tem a função de conter e espelhar aquilo que é expresso. Da mesma forma que podemos pensar que os cuidados de higiene são essenciais para o bebê, mas não são constitutivos sozinhos de seu psiquismo, e é necessário o banho de palavras que Anzieu⁴⁰ descreve na formação do Eu-pele. A esse respeito Roussillon⁴¹ propõe que uma das funções da análise é a construção de um envelope narrativo para experiências que foram registradas no sujeito apenas em nível sensorial, e que pedem soluções sensoriais, como as compulsões, por exemplo, mas também como o sono em João. A partir da construção conjunta do envelope narrativo para essas experiências, “onde havia o ato, a palavra deve advir”⁴².

Roussillon⁴³ nos adverte para não opormos sempre ato e representação, ou ato e linguagem,

»»

segundo Minerbo, o acento no prazer é a grande contribuição de Roussillon para a compreensão dos processos de simbolização

pois há vezes que o ato contém uma mensagem. No entanto, estamos buscando pensar aqui nos atos e somatizações (como o sono de João) que se impõem de maneira compulsiva onde a linguagem ainda não recobriu a experiência. E para concluir, gostaria de acentuar a importância da recuperação da dimensão do prazer, prazer que não é o prazer erógeno da satisfação pulsional, nem o prazer-alívio da satisfação da necessidade, mas prazer relacionado à expressão da criatividade primária e à possibilidade de simbolização através da experiência compartilhada.

Segundo Minerbo⁴⁴, o acento no prazer é a grande contribuição de Roussillon para a compreensão dos processos de simbolização. Entendemos, portanto, que quando Klein⁴⁵ acentua a ansiedade como motor dos processos de simbolização, ela estava inserida em uma metapsicologia da ausência, em que a falta é fundante da representação, mas quando a clínica dos pacientes narcísico-identitários nos leva, desde Winnicott, a pensar numa metapsicologia da presença, ou numa dialética presença-ausência para o surgimento da representação, percebe-se a importância de incluir a dimensão do prazer no processo de simbolização – “prazer de partilhar, de estar em grupo, de funcionar e de pensar”⁴⁶ como enfatizam Vacheret e colaboradores ao falar sobre o uso dos objetos mediadores.

A introdução do jogo literal na análise de João operou na regulação de sua ansiedade e da distância paciente-analista, possibilitou uma reordenação do prazer compartilhado através dos arranjos do enquadre, e, por fim, possibilitou a instauração do processo analítico tendo sido, então, o jogo (objeto mediador) deixado de lado e esquecido, pois como nos inspira Winnicott:

33 C. Vacheret, “A fotolinguagem: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa”, *Psicologia: teoria e prática*, v. 10, n. 2, p. 184.

34 C. Vacheret et al., “Como pensar a sinergia entre grupo e objeto mediador”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, p. 165.

35 C. Vacheret, “A fotolinguagem...”, p. 188.

36 C. Vacheret et al., *op. cit.*

37 D. Schor, *op. cit.*, p. 286.

38 D.W. Winnicott, *O brincar...*

39 B. Chouvier, *op. cit.*

40 D. Anzieu, *Eu-pele*.

41 R. Roussillon, *O narcisismo e a análise do Eu*.

42 Texto do autor, 2023.

43 R. Roussillon, *op. cit.*

44 M. Minerbo, *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*.

45 M. Klein, *op. cit.*

46 C. Vacheret et al., *op. cit.*, p. 185.

A psicoterapia acontece na sobreposição de duas áreas do brincar: a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia tem a ver com duas pessoas brincando juntas.

O corolário disso é que onde brincar não é possível, então o trabalho feito pelo terapeuta é direcionado para levar o paciente de um estado de não ser capaz de brincar para um estado de ser capaz de brincar.⁴⁷

47 D.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 51.

Referências bibliográficas

- Anzieu D. (1988). *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bleger J. (1967/2002). Psicanálise do enquadre analítico. Disponível em: <https://spms.com.br/wp-content/uploads/2022/01/A-C-P-001.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- Brun A. (2018). *A especificidade da utilização das mediações terapêuticas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qu7w-7bhUL>.
- Brun A.; Chouvier B.; Roussillon R. (2013). *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod.
- Chouvier B. (2016). Les objets médiateurs dans le groupe thérapeutique. *Dialogue: familles & couples*, n. 213, p. 11-24.
- Ferenczi S. (1931/1992). Análise de crianças com adultos. In: *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes, p.79-95.
- Green A. (2002). *La pensée clinique*. Paris: Odile Jacob.
- Klein M. (1930/1996). A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do Ego. In *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos 1921-1945*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan J. (1949/1998). O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: Lacan J., *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Medeiros B.; Antoniazzi M.; Dotto F.; Krueel C. (2022). O brincar na fase adulta: um olhar Winnicottiano. *Psicologia Argumento*, v. 40, n. 10.
- Minerbo M. (2016). *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. São Paulo: Blucher.
- Milner M. (1948/1987). Um paciente adulto utiliza brinquedos. In *A loucura suprimida do homem são*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1952/1987). O papel da ilusão na formação simbólica. In *A loucura suprimida do homem são*. Rio de Janeiro: Imago.
- Roussillon R. (1995a). Le transfert sur le cadre. In *Logiques et archéologiques du cadre psychanalytique*. Paris: PUF.
- _____. (1995b). Les jeux du cadre. In *Logiques et archéologiques du cadre psychanalytique*. Paris: PUF.
- _____. (2013). Une métapsychologie de la médiation et du médium malléable. In Brun A.; Chouvier B.; Roussillon R. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod.
- _____. (2014). Para uma extensão da prática da Psicanálise (prefácio). In Rache E. *Travessia do corporal para o simbólico corporal*. São Paulo: Cla Editora. p. 9-27.
- _____. (2019). *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. São Paulo: Blucher.
- _____. (2023). *O narcisismo e a análise do Eu*. São Paulo: Blucher.
- Schor D. (2023). Meio maleável: os fundamentos da representação de si. In *Vozes da Psicanálise: teoria, clínica e pluralismo*, v. 2 (1943-1966). São Paulo: Blucher.
- Vacheret C. (2008). A fotolinguagem: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 10, n. 2, p. 180-191.
- Vacheret C.; Gimenez G.; Abud C.C. (2013). Como pensar a sinergia entre o grupo e o objeto mediador? *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 47, n. 3, p. 156-169.
- Winnicott D.W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1954/1991). O brinquedo na situação analítica. In *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (1962/2005). *Os objetivos do tratamento psicanalítico. O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed.

Transference onto the setting, the malleable environment and the use of mediating objects in psychoanalytic clinic

Abstract The article presents, based on the analysis of a clinical fragment, the concepts of transference onto the setting, malleable environment and mediating objects in the psychoanalytic clinic. The introduction of the game in an adult clinic work seemed essential to deal with the anxieties that prevent the installation of the analytical process, also allowing the recovery of the dimension of pleasure related to primary creativity.

Keywords Transference onto the setting; malleable medium; mediating objects; games.

Texto recebido: 12/2024

Aprovado: 06/2025

A branquitude atravessada por Ossanha

enfrentamento de assombros do racismo na transferência

Adriana Elisabeth Dias

Ana Raquel Ribeiro

Adriana Elisabeth Dias é psicanalista, psicóloga e mestre em Psicologia Social pelo Núcleo Psicanálise e Sociedade – PUC-SP; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é cointerlocutora do grupo de trabalho e Pesquisa “Famílias no Século XXI”, integrante da Comissão de Reparação e Ações Afirmativas e da equipe editorial do Boletim online.

Ana Raquel Ribeiro é psicanalista e psicóloga; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é cointerlocutora do grupo de trabalho e Pesquisa “Famílias no Século XXI”; autora e organizadora do livro *Reflexões clínicas no contexto do Acolhimento*; coordenadora do programa “Com Tato” do Instituto Fazendo História (2014-2024).

Este texto foi escrito para ser apresentado no XIII Congresso FLAPPSIP, de 16 a 18 out. 2025, em Lima, Peru.

Resumo Qual a possibilidade de atravessamentos de raça, classe e gênero adquirirem transferencialmente o status de assombro? E, diante do assombro, e especialmente para além dele, o que pode o analista? O artigo problematiza como a escuta da interseccionalidade atravessa também o analista, desde sua posição de sujeito suposto saber a de cidadão no mundo.

Palavras-chave branquitude; interseccionalidade; identidade; identitarismo; transferência.

DOI: 10.70048/percurso.75.97-104

- 1 Álbum *Os Afro-sambas de Baden e Vinicius*, selo Forma, 1966.
- 2 O Colóquio Brasileiro de Psicanálise, realizado na Embaixada do Brasil dia 20 de junho de 2025 em Paris, com o tema “*Diversidade, Identidade e Singularidade: um ponto de vista psicanalítico*”, fez parte da programação oficial do Ano França-Brasil 2025.

[...] O homem que diz dou (não dá)
Porque quem dá mesmo (não diz)
O homem que diz vou (não vai)
Porque quando foi já não quis
O homem que diz sou (não é)
Porque quem é mesmo é (não sou)
O homem que diz ‘to (não ‘tá)
Porque ninguém ‘tá quando quer
[Baden Powell e Vinicius de Moraes]

A epígrafe que escolhemos para abrir este trabalho é um trecho da canção “Canto de Ossanha” que compõe o álbum *Os Afro-sambas*. Composta em 1966 por Vinicius de Moraes e Baden Powell, é considerada um dos maiores clássicos da Música Popular Brasileira (MPB)¹. A letra explora a complexidade humana por meio da dialética entre negação e afirmação, uma tensão bastante cara à psicanálise, presente na concepção do sujeito dividido, onde a própria noção de identidade claudica e se esvai em seu avesso: “quem é mesmo é (não sou)”.

Quando nos propusemos a escrever este artigo, estávamos às voltas com a problematização dessas tensões em torno da fronteira entre a psicanálise e o social, da identidade, da branquitude, dos efeitos do colonialismo que nos atravessam como analistas brasileiras e brancas, entendendo que estas são discussões necessárias e urgentes.

Fomos, então, surpreendidas pela grande repercussão de um debate sobre esse tema em um evento envolvendo psicanalistas brasileiros e franceses². Essencialmente, o pensamento de analistas brasileiros confrontou a ideia (tradicional) de que o “inconsciente não tem cor”, de que marcadores sociais de raça, gênero e classe estariam ligados, no



Rosinalva e Rosineia são duas mulheres pretas, que chegaram para atendimento com um intervalo de alguns anos. Não se trata apenas de um tempo cronológico transcorrido, mas um período em que o mergulho no letramento racial e nas reflexões sobre implicações das relações étnico-raciais na clínica transformaram a escuta

máximo, à superfície imaginária do Eu, sem correlatos rigorosamente psíquicos. O questionamento de tais cânones psicanalíticos em território de colonizadores não tardou a produzir incômodos que se manifestaram de forma polida, com ares de dúvida e um sutil movimento de sobrelance – algo que não escapa à escuta psicanalítica da enunciação, para além do enunciado.

Pensamos que seria importante marcar que do *assombro* do encontro com a diferença emergiu algo, notícias do recalcado, colocando em movimento um sentir e pensar coletivos que culminou em um importante manifesto³. Seguimos aqui de mãos dadas a ele e ao coletivo que não aceita mais calar os efeitos psíquicos de relações socialmente organizadas a partir do racismo estrutural.

Trata-se de pensar a especificidade dos mecanismos que perpetuam o racismo por meio não da análise do “psiquismo do branco”, mas da espessura inconscientemente estruturante da malha discursiva e ideológica que, no Brasil, se corporifica por um processo de epidermização silenciosa, invisibilizando processos de violência contra a população negra e indígena por meio de uma universalização de particularidades identitárias que, por fim, perpetuam violências.⁴

Mas, antes, um passo atrás. Há bem pouco tempo também estávamos nós nesse lugar de não letramento racial, que tampona a escuta do inconsciente atravessado por armadilhas discursivas. Por meio desse processo de letramento, pudemos repensar nossa prática, nos questionando e nos implicando social e clinicamente em um novo tempo de fazer psicanálise. De lá pra cá, lamentamos e nos envergonhamos do que supostamente não pôde ser trabalhado por uma surdez atravessada pelo racismo estrutural e almejamos que a cada dia possamos combatê-lo, cada vez mais e mais. Assim, será por meio de vinhetas clínicas de duas pacientes, atendidas por uma de nós, que tentaremos problematizar parte dessas questões.

Branquitude e a (im)possibilidade da escuta clínica

Rosinalva e Rosineia são duas mulheres pretas, que chegaram para atendimento com um intervalo de alguns anos. Não se trata apenas de um tempo cronológico transcorrido, mas um período em que o mergulho no letramento racial e nas reflexões sobre implicações das relações étnico-raciais na clínica transformaram a escuta. Assim, embora ambas tenham sido atendidas pela mesma pessoa, não foram escutadas pela mesma analista. Trataremos aqui das implicações da branquitude nessas diferentes escutas, mantendo interrogantes sobre o que resta inaudível.

Rosinalva e Rosineia são nomes fictícios que escolhemos por preservarem duas características importantes dos nomes reais dessas mulheres. A primeira refere-se ao marcador de classe: no Brasil, esses seriam nomes usados por uma classe social popular, carregando portanto um estigma que antecede a própria pessoa e que a localiza socialmente. A segunda diz respeito às últimas sílabas dos nomes, “nalva” e “neia”, que nos parecem trazer certa sonoridade à imagem corporal das duas mulheres, introvertida e extrovertida, respectivamente.

Rosinalva se apresentou à analista por mensagem com esse nome, pedindo um horário para atendimento. Na terceira ou quarta sessão, em meio a uma determinada narrativa, ela se refere a si mesma pelo nome da analista, produzindo um susto e um grande estranhamento. Em pensamento, a analista se questiona: “Será que eu não escutei o nome dela corretamente? Como posso ter confundido o nome dela por três sessões? Ela tem o mesmo nome que eu?”. Rosinalva, então, explica que esse é seu nome do documento de *identidade*, o nome que apresenta na portaria dos prédios, quando vai aos médicos, em situações mais formais. O nome que “usa”, digamos seu nome social, é o mesmo da analista, utilizado nas suas relações mais íntimas, familiares, mas também em seu trabalho como empregada doméstica. O equívoco (sempre se trata dele na linguagem) se apresentou, no momento mesmo em que parecia “esclarecido”.

O susto da analista sobre a utilização de dois nomes pela paciente provocou um estranhamento e fez enigma. Um tanto disso pôde ser falado por Rosinalva, trazendo as marcas parentais da escolha de seus dois nomes e sua implicação por cada um deles. No entanto, agora em retrospectiva, foi uma questão pouco trabalhada clinicamente, sobretudo em função das marcas étnico-raciais sequer terem sido hipóteses que poderiam estar atreladas a isso.

“Rosinalva”, como prenome, não passou despercebido à analista em sua marca social de classe e das implicações disso, mas estaria aí (ou exclusivamente aí) um horror ao próprio nome? Quais outras marcas deixaram de ser escutadas, no endereçamento transferencial, como sintoma?

Assim como possíveis questões étnico-raciais relacionadas ao seu nome não puderam ser escutadas nessa análise, também em relação ao seu

é pelo caráter
de ilusão (algo sempre fugidio)
que a busca pela identidade
impulsiona o sujeito
à identificação com o outro,
movido pelo desejo
de aplacar a
própria incompletude

corpo alguns atravessamentos discursivos não tiveram lugar. Rosinalva chegou para atendimento de cabelos presos. Escolhia usá-los assim para “não parecer uma louca”, sendo esse medo também associado a gostar de falar sozinha, ter gatos e ouvir música alta. O que faz esse corpo negro temer ser tomado por “louco” pela suposta desordem dos cabelos e pelo estranhamento de certos hábitos? O que há de aprisionante nessa identidade?

A noção psicanalítica da identidade como “uma ilusão subjetivamente necessária”⁵, inerente ao processo de constituição de um sujeito, a partir da construção imaginária do Eu que se estrutura e reestrutura pela ordem simbólica, está alicerçada na vida social. Em outras palavras, é pelo caráter de ilusão (algo sempre fugidio) que a busca pela identidade impulsiona o sujeito à identificação com o outro, movido pelo desejo de aplacar a própria incompletude.

O problema acontece quando a identidade ganha consistência e aprisiona certos corpos em um lugar estanque em que a diferença perde seu caráter de alteridade e se constitui em uma ameaça. O fechamento da identidade no identitarismo “reduz o outro a si através do estereótipo, da racialização e da exclusão da diferença”⁶. No contexto do colo-

3 Manifesto “Por uma psicanálise decolonial”, disponível online: <<https://encurtador.com.br/bug8z>>.

4 P. Ambra, “Diagnósticas sociais da branquitude”, *Revista Humanidades e Inovação*, v. 10, n. 04, p. 278.

5 D. Barros, *O que é identitarismo?*, p. 23.

6 D. Barros, *op. cit.*, p. 25.





*Rosineia chegou
para atendimento
recentemente, trazendo
os marcadores de raça,
classe e gênero
bastante presentes
e explícitos em
seu relato*

nialismo e da escravização, a ilusão da identidade da pessoa negra é preenchida por significações específicas designando esse corpo como “indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos”⁷. Quando repudia sua cor, o negro repudia radicalmente o próprio corpo. Em função disso, “um dos traços marcantes que a violência racista estabelece via preconceito de cor é uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo”⁸.

Assim, um corpo negro que teme ser tomado por “louco” pela suposta desordem dos cabelos e pelo estranhamento de certos hábitos urge ser ouvido naquilo que é atravessado também pela trama discursiva e ideológica que o impede de se fazer enigma. Algo que se tornou mais possível na escuta de outra mulher preta, Rosineia, depois de a analista se dedicar a um importante processo de letramento racial e de reflexões teórico-clínicas, a partir de propostas de uma psicanálise decolonial.

Rosineia chegou para atendimento recentemente, trazendo os marcadores de raça, classe e gênero bastante presentes e explícitos em seu relato. Ela é uma mulher jovem, que ascendeu socialmente e está batalhando para manter esse

lugar conquistado arduamente. Sofre por isso, tem medo de perder o que conquistou e não poder mais ajudar seus pais financeiramente. Sente orgulho de si mesma, é expansiva e tem uma presença marcante. É uma mulher cuja imagem corporal está investida eroticamente, cuida do seu corpo e da sua imagem para si e para os outros, preza por esse investimento. Os amigos lhe chamam de Rosí e em família tem um apelido próprio, carinhoso e afetivo para ela.

Ambas, Rosinalva e Rosineia, trazem marcas de ser mulher, preta e periférica numa sociedade estruturalmente preconceituosa e racista. Cada uma delas traz suas marcas próprias na lida por um lugar que lhes dê dignidade. Suas formas de fazer laço são bastante específicas, sendo traços que evidenciam aspectos próprios de sua constituição, mas também geracionais e de formação acadêmica. Em nenhum dos dois casos aparecem questões políticas como forma de transformação pessoal e social, mas as duas mulheres buscaram na análise uma possibilidade de cuidar de seu sofrimento.

Mesmo nesse outro momento da clínica da analista, no qual é maior a possibilidade de escutar marcadores sociais na sua interseccionalidade, algo ainda insiste em causar incômodo sobre o que pode escapar. Tal incômodo nos faz questionar a branquitude como o elemento que busca manter certos lugares estagnados. Com Rosinalva, questões étnico-raciais sequer apareciam como elementos importantes. A paciente não levava para análise como formulações hipotéticas para parte de seu sofrimento, e a analista tampouco as considerava. Com Rosineia tais questões aparecem explicitamente, mas ela não as nomeia como causa, apenas como contexto. A analista escuta, sabe que é muito mais que contexto e isso compõe o manejo clínico. Mas ainda parece ser pouco para possibilitar atingir uma verdade. O quanto do assombro da racialização dos corpos pode aparecer como incômodo inerente ao ofício de psicanalistas, pois é por meio dele que também nos movimentamos na direção do tratamento, e o quanto disso possivelmente paralisaria tal movimentação?

Tomamos aqui a ideia de *assombro* como a presença de determinados conteúdos que mobilizam analisante e analista, podendo levar para caminhos de paralisação ou de transformação. Algo que atrelado à ambivalência própria à transferência é, ao mesmo tempo, resistência e motor da análise.

Branquitude e o assombro da racialização do corpo do analista

Para problematizar a ideia da presença do assombro com a racialização dos corpos na clínica psicanalítica, trazemos uma questão antiga e cara à psicanálise desde sempre, a dialética entre sujeito e sociedade, a inseparabilidade entre o que é individual e o social que o engendra. Pedro Ambra, em “Diagnósticas sociais da branquitude”⁹, discute esses pontos por meio do que estaria atrelado à ética de uma escuta não colonizatória. O ofício da escuta psicanalítica tem a possibilidade de promover transformações desde que se considere seu caráter político, necessariamente presente. Os marcadores sociais de raça, classe e gênero, dentre outros que apontam diferenças e desigualdades, têm um impacto na estrutura psíquica de um sujeito e, portanto, devem sempre estar presentes como pano de fundo de uma escuta clínica. Independentemente do que é trazido por um sujeito que busca um trabalho analítico, uma atenção flutuante também ao que é social deve sempre se fazer presente. Essas considerações, aparentemente óbvias, são premissas que nos intrigam ao repensarmos nosso ofício após um período de letramento racial. Em especial, nos faz questionar as implicações da branquitude na dinâmica transferencial, ou seja, onde ela nos localiza diante da fala do outro.

Ambra discute as especificidades do conceito de branquitude no chamado “pacto narcísico”,

7 I.B. Nogueira, *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*, p. 66.

8 I.B. Nogueira, *op. cit.*, p. 118.

9 P. Ambra, *op. cit.*

10 P. Ambra, *op. cit.*, p. 278.

11 P. Ambra, *op. cit.*, p. 278.

»
*o ofício da escuta
psicanalítica tem
a possibilidade de promover
transformações desde
que se considere
seu caráter político,
necessariamente
presente*

como proposto por Cida Bento, cujo enfoque recai sobre o narcisismo da branquitude, diferenciando-o do racismo pensado como “neurose cultural brasileira” por Lélia Gonzalez, que enfatiza a dimensão patológica da cultura. Nessa articulação, o autor resgata em Freud (particularmente no conceito de identificação) a raiz social da constituição subjetiva, de modo a realçar que o sujeito é efeito de determinadas configurações sociais. A alteridade constitui um sujeito por meio da estrutura da linguagem, da mesma forma que o “desejo como desejo do Outro fornece um sujeito incontornavelmente excêntrico”¹⁰ que se lança de volta ao social.

Neste sentido, narcisismo e neurose não seriam mais noções exclusivamente psicológicas, assim como branqueamento e racismo não estariam exclusivamente no campo das teorias sociais: a estrutura moebiana vale não apenas para a relação do sujeito com o Outro, mas para a própria constituição do saber psicanalítico e das reflexões sociais que consideram a dimensão psíquica.¹¹

Os conceitos de narcisismo e neurose, clássicos operadores da clínica psicanalítica, são socialmente engendrados, algo que algumas análises



*ao nos afetarmos
pela racialização em
nossos próprios corpos
e reconhecermos também
a racização que afeta muitos,
esse incômodo tem
a potencialidade de se tornar
motor para nossa
escuta clínica*

mais conservadoras insistem em desconsiderar. Por meio deles e sem se confundir com saberes de outras disciplinas como a sociologia, a antropologia ou mesmo a militância (ainda que possamos conhecê-las e dialogar com todas elas), o fazer psicanalítico pode (e, para nós, deve) ser um operador de transformação política, a partir das suas próprias estratégias de tratamento clínico.

Ao tomar o narcisismo como categoria diagnóstica é necessário incluir o reconhecimento de lugar de privilégio da branquitude, um pacto cotidianamente silenciado. Mais que isso, em termos psicanalíticos, pensar a racialidade por meio da neurose desloca a branquitude de uma identidade narcisicamente coerente para a conflitiva do sujeito cindido, ou seja, como “tentativa neuroticamente fracassada de recalçamento da verdade negra do Brasil”¹².

Para isso, a própria noção de branquitude não pode ser tomada como uma categoria universal, inclusive e particularmente na práxis psicanalítica. O manifesto “Por uma psicanálise decolonial”, ao apontar que o inconsciente tem cor, território, história e memória, nos convoca a pensar o que ainda é perpetuado pela própria psicanálise na esfera do silenciamento e da opressão.

E, ao indagar sobre isso, é inevitável nos voltarmos para a nossa prática como analistas.

O reconhecimento da branquitude é uma condição mínima para que algo do nosso ofício possa ser transformado. Ao nos afetarmos pela racialização em nossos próprios corpos e reconhecermos também a racização que afeta muitos, esse incômodo tem a potencialidade de se tornar motor para nossa escuta clínica. Vale destacar que racização foi um termo proposto por Thamy Ayouch no evento¹³ de divulgação do manifesto “Por uma psicanálise decolonial” para enfatizar os aspectos negativos e inferiorizadores que determinados sujeitos enfrentam para além da racialização, cujo processo é amplo por estarmos todos submetidos às relações sociais de poder e raça. Assim, embora não haja propriamente algo novo referente a um manejo técnico, cria-se um amplo campo para que a ética psicanalítica, que considera a singularidade de um sujeito atrelada necessariamente ao seu contexto social e histórico, possa verdadeiramente se fazer presente.

No entanto, o reconhecimento da branquitude como resultado do racismo não é suficiente nem é garantia de nenhuma condição assertiva de um analista. É na escuta da singularidade e da posição de um sujeito, por meio de seus sintomas, que a direção de um tratamento deverá ser traçada. O desejo do analista, assim, é um elemento central que possibilitará que certos incômodos se tornem enigmas na transferência. E, ao invés de uma paralisação ou silenciamento, se transformem em material de uma verdade a ser decifrada.

O que é apenas um limite clínico na psicanálise, na luta antirracista apresenta-se como um impasse ético: ao apostar em uma diagnóstica que não possui uma terapêutica clara, arriscamos conceituar as relações étnico-raciais como não passíveis de processos políticos de transformação.¹⁴

É nesse sentido que Ambra propõe a transformação política como próxima ao que seria o fim de um processo analítico. Para o autor, devemos considerar a “[...] noção de narcisismo enquanto

diagnóstica tática, o racismo como neurose enquanto intermediação estratégica e a revolução enquanto destituição do sujeito suposto saber como política”¹⁵. A direção de tratamento de um sujeito, portanto, estaria assim paralelamente também articulada à direção de um tratamento social, em que na busca por uma sociedade antirracista evoca-se necessariamente um confronto com o narcisismo da branquitude, possibilitando extrair artifícios táticos a partir da revelação do que é privilegiado e se mantém em detrimento de corpos *racizados*. Nessa lógica, a evocação do caráter defensivo desse pacto narcísico seria estratégico para revelar como sintoma o racismo da sociedade brasileira, possibilitando vislumbrar o que para o autor seria uma *revolução*, no sentido de destituir lugares de saber colonizadores para que novos lugares sejam ocupados sem sujeição.

Seguindo com Ossanha, por uma psicanálise decolonial e antirracista, Rosinalva e Rosineia ilustram, aqui, possibilidades de escuta e silenciamento de sujeitos marcados socialmente por questões de gênero, classe e raça. Uma forma de podermos analisar nosso manejo como analistas brancas, mulheres e burguesas, ressaltando o que da nossa clínica faz enigma e o que pode ser silenciado se não atentarmos também para a interseccionalidade dessas questões na transferência. É no singular, portanto, da própria psicanálise, no um a um de cada analista, que vislumbramos uma transformação maior desse campo de saber, marcado também por ações coletivas como as do manifesto “Por uma psicanálise decolonial”, dentre tantas outras que nos têm convocado cotidianamente a adentrar nessas questões.

»
*seguido com Ossanha,
por uma psicanálise
decolonial e antirracista,
Rosinalva e Rosineia ilustram,
aqui, possibilidades de escuta
e silenciamento de sujeitos
marcados socialmente
por questões de gênero,
classe e raça*

Retomando a epígrafe deste trabalho, pedimos licença para finalizarmos esta escrita trazendo à tona uma breve consideração sobre uma divindade africana. De acordo com a mitologia iorubá, Ossanha é um orixá, senhor das matas e florestas, detentor do axé, a força da vida, indispensável aos rituais e processos de transformação. O poder de Ossanha é, ao mesmo tempo, benéfico e perigoso. Assim, é na direção de uma transformação, sabendo da força de resistências cristalizadas inerentes nesse processo de busca por uma sociedade antirracista, que damos as mãos também ao que é sincrético, àquilo que se aproxima do Real tentando circundá-lo e que pode também se tornar ferramenta nesse caminho. Ewé Ó!¹⁶

12 P. Ambra, *op. cit.*, p. 282.

13 Disponível em: <<https://www.youtube.com/live/1uavO20P1cg?si=COMP-ASck3d42nGX>>.

14 P. Ambra, *op. cit.*, p. 286.

15 P. Ambra, *op. cit.*, p. 276.

16 Saudação a Ossanha.

Referências bibliográficas

- Ambra P. (2023). Diagnósticas sociais da branquitude. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 10, n. 04, p. 275-290.
- Barros D. (2024). *O que é identitarismo?* São Paulo: Boitempo.
- Nogueira I.B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.

The whiteness experienced by Ossanha: confronting the horrors of racism in the process of transference

Abstract What is the likelihood that the intersections of race, class, and gender might, within the dynamics of transference, assume the status of astonishment? And in the face of astonishment, especially beyond it, what remains possible for the analyst? The article raises the problem of how listening to intersectionality traverses the analyst, from their position as the subject supposed to know to that of a citizen in the world.

Keywords whiteness; intersectionality; identity; identitarianism; transference.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 09/2025

Os atuais desafios da psicanálise no Brasil

Ana Claudia Patitucci
Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho

Ana Claudia Patitucci é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Conflito e Sintoma, delegada no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras.

Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho é psicólogo e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso de Psicanálise desse Departamento, delegado no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras.

Resumo Através da história do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, que luta contra a regulamentação da psicanálise brasileira há 25 anos, este texto traça os desafios atuais do Movimento e as consequências para a formação do analista a serem enfrentadas, em especial a atual oferta de graduações de psicanálise que estão em curso no país.

Palavras-chave psicanálise brasileira; formação; Movimento Articulação; graduação em psicanálise.

DOI: 10.70048/percurso.75.105-112

O Departamento de Psicanálise é membro fundador do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Em grande parte, devido à atenção dada à circunstância que despontava, no final dos anos 1990, por Ana Maria Sigal, membro de nosso Departamento desde sua fundação, e professora do Curso de Psicanálise do Departamento desde seu início. Tal circunstância já vinha em andamento havia alguns anos, e poderíamos sintetizá-la na ameaça de assédio ao campo psicanalítico por forças ilegítimas. Desde que o Movimento Articulação se organizou, outros membros se reuniram a Ana Maria na tarefa de sustentação do trabalho do Departamento no Movimento, sempre trabalhando juntos e com sua coordenação. Nos últimos anos, estamos, Ana Claudia Patitucci e Jeronymo Carvalho, na função de delegados no Movimento Articulação, e Ana Maria Sigal segue conosco, dando apoio para nossa tarefa, quando necessário.

Vivemos um momento importante na história da psicanálise brasileira, no qual podemos reconhecer, nos parece, um ponto de inflexão. Por isso, agradecemos ao Conselho Editorial da *Percurso* o convite para escrevermos esse texto-depoimento, através do qual será possível apresentar ao leitor e ao conjunto de nossa instituição a atual conjuntura. Dentre os aspectos que compõem o atual cenário, gostaríamos de ressaltar os cursos de graduação em psicanálise, oferecidos por Institutos de Ensino Superior, empresas privadas ligadas a grandes redes nacionais e internacionais de ensino universitário, com a oferta de milhares de vagas anuais, a imensa maioria na modalidade de Ensino a Distância. Trata-se de uma situação inédita no país – e no mundo –, que tem mobilizado o trabalho do Movimento Articulação.

Dado que o currículo de algumas graduações é veiculado por uma ideia distorcida ou inexistente do tripé análise, supervisão e teoria, e mesmo estando sempre no pano de fundo de nossas discussões, o tema da formação volta a ganhar destaque, convocados que somos a refletir sobre a especificidade de nossa formação e na formação do analista em território brasileiro.

A relevância de pensarmos na especificidade de nosso campo tem a ver com as consequências que o avanço das graduações possivelmente trará, recaindo sobre o modo como a psicanálise é transmitida e praticada há mais de um século, atingindo dois aspectos que são interligados e indissociáveis desde o início da psicanálise: a formação e a regulamentação de nossa prática. As questões que envolvem esse quadro são clínicas, teóricas e políticas. Elas nos interrogam sobre o nosso campo, sobre a psicanálise que praticamos no Brasil e sobre o contexto histórico-social no qual estamos inseridos.

Vamos recuperar, então, um pouco da história e do objetivo do Movimento Articulação, essa articulação interessante entre diferentes instituições psicanalíticas, que dá a ver a potência da psicanálise brasileira, pois não encontramos outro movimento semelhante na história da psicanálise mundial.

O Movimento Articulação foi criado no ano 2000, quando o campo psicanalítico se organizou para enfrentar uma tentativa de regulamentação por parte de um grupo evangélico. Em meados daquele ano, psicanalistas de algumas instituições, dentre elas o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes, e representantes do Conselho Federal de Psicologia e de Medicina se reuniram, no Rio de Janeiro, para discutir sobre uma formação que era divulgada e oferecida pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB). O curso tinha duas mil vagas, seria realizado em 20 meses, ministrado por pastores evangélicos e com promessa de profissionalização ao seu final. Além disso, estava sendo criado o Conselho de Psicanálise Clínica, o conselho de classe dos psicanalistas.



*vamos recuperar,
então, um pouco
da história e do objetivo
do Movimento Articulação,
essa articulação interessante
entre diferentes instituições
psicanalíticas*

Na sequência, chegou a notícia de que tramitava no Congresso Nacional um Projeto de Lei para regulamentar a formação e a profissão de psicanalista, apresentado por um deputado do Rio de Janeiro, o pastor evangélico Eber Silva, por solicitação da própria SPOB. No PL estava previsto, dentre outros despropósitos, que a prática da psicanálise deveria estar subordinada ao Conselho Federal de Medicina e ao Ministério da Educação. Em consonância com a reunião no Rio de Janeiro, representantes de instituições de psicanálise de Brasília organizaram uma comissão para atuar no Congresso, junto aos deputados, para barrar o trâmite da Lei Eber Silva.

Desse conjunto de ações, surgiu o Movimento Articulação, cujo marco público se deu pelo lançamento do seu primeiro “Manifesto” contra a lei em questão, no início de 2001, no qual se afirmou:

Esta tríade (análise, supervisão, teoria) configura a formação como um ofício, e o psicanalista aprende e ganha qualificação em oficinas – os institutos de formação – onde, artesanalmente, no contato com outros analistas, desenvolve sua análise pessoal, realiza seus seminários



*o Articulação é hoje
composto por instituições ligadas
à IPA, por instituições freudianas
independentes e pelo amplo
arquipélago lacaniano,
as quais somam 32 entidades,
baseadas em vários
Estados do país*

para o aprendizado teórico e técnico e tem o seu trabalho supervisionado.

A formação de cada psicanalista é um processo permanente [...]. Esta qualificação, portanto, não se ajusta aos modelos que podem sofrer algum tipo de certificação por instituições de ensino ou órgãos reguladores públicos; se existe um indicador, ele será, certamente, o de qual é a instituição que forma, quem são seus componentes, que padrões são seguidos.¹

Encontramos aqui os fatores que Rafael Alves Lima reconheceu como os organizadores do campo da psicanálise², numa espécie de regulação interna, os quais foram formulados por Freud e pela primeira geração de psicanalistas. Ou seja, a qualificação da formação de um analista se dá por meio de sua filiação, seguida e construída pelas identificações que lhe concernem, seja em uma

instituição ou grupo independente, mas que são reconhecidas por seus pares.

Assim, o Articulação dava início à luta contra a regulamentação da psicanálise, em conformidade com o que Freud escreveu sobre a formação do analista em “A questão da análise leiga”³. Esta posição foi sempre reiterada ao longo de sua atuação, pois a Lei Eber Silva não foi a primeira tentativa de regulamentação no Congresso Nacional, e tampouco a última. Em 2021, por exemplo, tramitava o PL 101/2018, proposto pelo senador Telmário Mota, do PTB de Roraima, que visava regulamentar a “profissão de psicanalista” por meio da formação acadêmica, com diploma reconhecido pelo MEC e cuja fiscalização do exercício profissional ficaria a cargo do Ministério do Trabalho.

O Articulação é hoje composto por instituições ligadas à IPA, por instituições freudianas independentes e pelo amplo arquipélago lacaniano, as quais somam 32 entidades, baseadas em vários Estados do país. Como algumas delas são entes federativos, como a FEBRAPSI e o Círculo Brasileiro de Psicanálise, este número chega a mais de 100 instituições que estão representadas no Movimento. O critério de participação é que a instituição seja de formação em psicanálise, sem fins lucrativos, e apresentada – reconhecida, portanto – por pelo menos duas instituições participantes, além de uma carta de intenção. As diferenças entre as instituições, no modo como pensam e praticam a psicanálise, compõem a diversidade clínica e teórica que o Articulação defende e que é própria da psicanálise brasileira.

O método de trabalho se dá através de reuniões, onde são discutidas as questões que estão em pauta e são encaminhadas as ações do Movimento, as quais são deliberadas pelo conjunto de participantes, com direito a um voto por instituição. As ações são organizadas através de Comissões, como, por exemplo, a Comissão de Brasília ou a Comissão do MEC, criada para tratar das graduações. As discussões nem sempre são fáceis, e, em um permanente exercício coletivo e

1 S. Alberti; W. Almendoeira; E. Lannes; A. Lopes; E. Rocha (orgs.), “Manifesto de Entidades Brasileiras de Psicanálise”, in *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*, p. 157.

2 R.A. Lima, *Psicanálise na ditadura: história, clínica e política*, p. 2-5.

3 S. Freud, “A questão da análise leiga”, in *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*.

democrático, os debates processam as diferenças até encontrarem um ponto em que a comunidade possa deliberar; e o que é deliberado é assumido por todos. O que torna possível reunir essa diversidade em suas diferenças são os critérios pensados pelo próprio Freud e sustentados ao longo do desenvolvimento da psicanálise: ou seja, o reconhecimento mútuo entre pares, a ideia de que a prática psicanalítica é artesanal e leiga, que o trabalho tem a forma de um ofício, de que a formação se dá pelo tripé, sendo a análise o seu principal elemento e que este é um caminho pessoal, singular e sustentado pela transferência e pela continência institucional, trilhado pela ética que o sustenta.

Ao longo de seus 25 anos de atuação, o Articulação não construiu uma hierarquia de gestão, não possui CNPJ. Isso significa que segue se constituindo como um movimento, que não tem a pretensão de se tornar um órgão regulador e, portanto, definir o que é a psicanálise ou quem pode praticá-la. Por isso, nunca interferimos nas ofertas de cursos que distorcem a formação em psicanálise, sejam de grupos religiosos ou não. As ações do Movimento sempre se deram no âmbito do Congresso Nacional, de modo a evitar que as proposições de leis de regulamentação fossem para a frente, sempre com sucesso, até agora. Voltaremos a essa questão adiante, pois ela caracteriza a política das ações do Articulação.

A regulamentação da psicanálise pelo Estado e por autarquias de classe, destinada a fiscalizar, normatizar e disciplinar seu exercício, tenderia a uniformizar este campo diverso. Sua prática, subversiva em essência, correria o risco de ser domesticada, algo observado em países em que a regulamentação se efetivou, como a Itália ou Alemanha.

Os motivos que levam às insistentes tentativas de regulamentação, que se sucedem desde 2000, são temas de constante reflexão. E, dentre eles, podemos destacar a confluência de dois fatores principais: interesses religiosos, no controle de comportamentos relacionados a sexualidade e identidades de gênero, e interesses econômicos.



*durante a pandemia,
o Articulação suspendeu
suas reuniões presenciais,
que sempre aconteciam
no Rio de Janeiro, e as substituiu
por reuniões virtuais.
Essa adaptação à realidade
pandêmica permitiu que
as instituições continuassem
a se encontrar para
seguir com a tarefa*

Esses temas estão refletidos, bem como o arco do trabalho desenvolvido pelo Articulação, nos dois livros que foram publicados: *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*, e *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. Em breve, teremos a edição do terceiro livro, *Ofício do psicanalista III: a formação em psicanálise na sociedade atual*. Os dois primeiros devem ser relançados, junto com a publicação do terceiro livro, pela Blucher. As notícias e informações atualizadas sobre o Movimento estão também no recém-criado perfil no Instagram, @movimentoarticulacao.

Durante a pandemia, o Articulação suspendeu suas reuniões presenciais, que sempre aconteciam no Rio de Janeiro, e as substituiu por reuniões virtuais. Essa adaptação à realidade pandêmica permitiu que as instituições continuassem a se encontrar para seguir com a tarefa, por mais que alguma perda na qualidade das interações não deixasse de advir, dada a mediação eletrônica dos encontros. Porém, uma outra consequência dessa virtualização dos encontros foi um crescimento da participação de instituições do Brasil



a partir da pandemia, desenvolveu-se uma atividade que se reproduziu enormemente e que ameaça os objetivos do Movimento. Iniciou-se com a proposta de graduação em psicanálise, no final de 2021, pela UNINTER (Centro Universitário Internacional)

todo, para além dos principais centros psicanalíticos que até então faziam-se presentes: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Instituições de Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Maceió e Vitória se aproximaram e se integraram ao Movimento. Com o final da pandemia, passou-se a considerar a volta das reuniões no Rio, mas isso não se mostrou tão simples. A logística dos deslocamentos e seus custos colocavam alguns impedimentos à argumentação de que estávamos perdendo familiaridade e condições melhores de aprofundamento nas discussões que somente os encontros presenciais conseguem proporcionar. Mas as conversas evoluíram e pudemos chegar a um consenso intermediário de fazermos algumas reuniões presenciais e outras mediadas; pelo menos uma no ano, talvez mais. E assim fizemos a primeira reunião presencial depois da pandemia, em meados de agosto de 2024, em um hotel no Rio de Janeiro. A reunião foi seguida por um almoço de confraternização e de reencontro, de que praticamente todos participaram. Foi muito forte esse reencontro, não somente pelas saudades de quatro anos, mas também, e cremos que

principalmente, pelo claro sentimento de produtividade da reunião e de possibilidade de aprofundar as discussões que o modo mediado não consegue oferecer. Esse ganho de capacidade e vitalidade de nossas reuniões é importante, pois são crescentes os desafios que o Movimento Articulação tem enfrentado.

Ainda que exijam sempre a atenção e articulação do Movimento em Brasília e no Congresso, não está acontecendo, nesse momento, uma proposição diretamente ligada à regulamentação da psicanálise, pela via legislativa. Mas há uma movimentação que estamos acompanhando de perto, pois pode nos afetar por vias indiretas. Trata-se da Sugestão Legislativa, SUG 1/2024, que está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e que propõe que a prática da psicoterapia seja uma atividade exclusiva de psicólogos e médicos. Caso a SUG seja aprovada, ela se transformará em Projeto de Lei, do contrário será arquivada. A mobilização crescente de psicólogos em torno da SUG 1/2024 trouxe a possibilidade de que ela avance, e isso nos coloca algumas questões. A posição do Articulação, nesse caso, é que a psicanálise difere da psicoterapia, é leiga e, portanto, não nos interessa que a psicanálise seja incluída nessa regulamentação. Mas a experiência em outros países, como a Itália ou a França, conta que, caso a psicoterapia seja reservada aos psicólogos e médicos, a psicanálise acabe incluída, mais cedo ou mais tarde, nessa regulamentação, com implicações que estão para além da ameaça à prática dos analistas leigos.

Mas o principal desafio dos dias de hoje vem de outra direção.

A partir da pandemia, desenvolveu-se uma atividade que se reproduziu enormemente e que ameaça os objetivos do Movimento. Iniciou-se com a proposta de graduação em psicanálise, no final de 2021, pela UNINTER (Centro Universitário Internacional), e depois mais de uma dezena de faculdades particulares começaram a oferecer e a desenvolver cursos de graduação de psicanálise pelo Brasil afora, predominantemente *on-line*. Isso resultou em mais de vinte mil vagas ofertadas



anualmente. A UNINTER começou a ministrar a graduação com três mil vagas e hoje oferece dez mil vagas, o que sugere o “sucesso” de se gerar tal empreitada, resultado de distorção da formação em psicanálise.

O Movimento Articulação vem atuando desde o início da movimentação dessas faculdades, mas sem sucesso. Esses cursos possuem o amparo da legislação, vão construindo reconhecimento pelo MEC e contam com o grande interesse de uma pequena multidão em *tornarem-se psicanalistas e mudarem suas vidas com essa nobre e interessante profissão*, conforme prometem as propagandas dessas faculdades. Atualmente, portanto, milhares de alunos de psicanálise estudam nessas várias faculdades e vão no caminho de se formar. Formarem-se em quê, essa é a questão! Em psicanálise? Formam-se psicanalistas? Clínicos?

Essa questão já deixa qualquer psicanalista que é comprometido com a psicanálise perplexo, mas o que mais preocupa o Movimento Articulação é a decorrência mais provável desse derrame de psicanalistas formados nessas faculdades: a demanda de reconhecimento pelo Estado por parte desses milhares de profissionais formados fora da rede de instituições psicanalíticas brasileiras. O que o Movimento Articulação prevê é que essa multidão de profissionais fará uma pressão irresistível às instituições estatais por uma regulamentação de sua nova profissão. E o que disso advirá nós ainda não sabemos exatamente. Até agora, as tentativas, fundamentalmente junto aos órgãos responsáveis do MEC, não lograram nada a não ser frustração. Recentemente, a Comissão do MEC, em contato com o deputado federal Paulo Folleto⁴, do PSB do Espírito Santo, conseguiu sensibilizá-lo para a distorção da psicanálise promovida por essas graduações. Ele marcou, então, uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados para setembro de 2025, com o tema “Formação de psicanalistas”. Uma oportunidade de ampliarmos o debate com a presença de deputados, psicanalistas, e provavelmente representantes das faculdades em questão, com vistas a também sensibilizar e abrir o acesso ao MEC.

*o Movimento
Articulação vem
atuando desde o início
da movimentação dessas
faculdades, mas sem sucesso.
Esses cursos possuem
o amparo da legislação,
vão construindo
reconhecimento
pelo MEC*

Essa situação coloca uma outra questão ainda mais complexa e sutil para o Movimento Articulação, que se relaciona com a *negatividade* de nossa ação. Ou da característica de *ação negativa* de nossa ação política. Nós sempre agimos contra a regulamentação, contra a caracterização da psicanálise como uma profissão reconhecida e regulada por ação estatal, contra a instituição de um conselho autárquico que assuma o ordenamento de nossa prática e, por exemplo, privatize aos psicólogos e médicos o direito exclusivo da prática clínica psicanalítica. Muitas vezes nossos próprios interlocutores aliados, no Ministério e no Congresso, não conseguem entender por que não queremos essa regulamentação, por que nós mesmos não demandamos essa regulamentação e não tomamos conta da situação. E, muitas vezes, nós mesmos tendemos a não compreender essa condição negativa de nossa ação e nos confundimos.

A negatividade que rege as ações políticas está colocada desde o início da constituição do Movimento Articulação. As entidades psicanalíticas sempre colocaram como essencial que esse movimento não se constituísse, ele mesmo, uma



trata-se de sustentar reflexões contínuas sobre temas em torno da formação do analista em nosso país, tanto no Movimento Articulação como em nossas instituições. Dentre esses temas, podemos elencar, por exemplo, o papel importante e atual dos coletivos de clínicas públicas para o acesso à formação e cuidado clínico;

instituição reguladora da psicanálise brasileira. A ideia sempre lembrada e preservada é que o Movimento Articulação não deixasse de ser um movimento das entidades psicanalíticas e se tornasse um algo a mais, essa tal instituição. E isso é muito difícil! A cada passo, o Articulação esbarra com a tendência de se constituir instituição, com a tendência instituinte. E é desse modo que nossa ação política negativa tem sempre que se voltar sobre nós mesmos, sempre estarmos atentos e

vigilantes a essa tendência instituinte que nunca cessa. E o Movimento Articulação não quer, e não deve, transformar-se em uma instituição regulamentadora, pois entendemos que o mais importante é preservar a autonomia das variadas entidades do campo psicanalítico brasileiro, preservar as diferenças, algum nível de contradição e tensão, e um diálogo respeitoso e cooperativo entre instituições que se reconhecem.

A questão desse trabalho negativo merece uma maior atenção à nossa reflexão. Enquanto trabalhamos com afincamento e dedicação à tarefa de impedir e desconstruir o assédio que parcelas da sociedade brasileira fazem ao campo da psicanálise, e mesmo enquanto dedicamos esse esforço negativo para vigiarmos e limitarmos nossas próprias tendências instituintes, outros desafios se apresentam e exigem nossa atenção. Talvez algo mais do que esse tipo de trabalho negativo. Trata-se de sustentar reflexões contínuas sobre temas em torno da formação do analista em nosso país, tanto no Movimento Articulação como em nossas instituições. Dentre esses temas, podemos elencar, por exemplo, o papel importante e atual dos coletivos de clínicas públicas para o acesso à formação e cuidado clínico; bem como a necessidade de democratizar a psicanálise através de fazer operar, em nossas instituições, os marcadores sociais, de raça e de gênero. Reflexões estas que alimentam nosso trabalho de luta contra a regulamentação do campo autônomo e vicejante da psicanálise brasileira.

4 No perfil do Instagram do Articulação foi publicado o vídeo do deputado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, no qual ele denuncia o perigo das graduações em psicanálise à saúde da população.

Referências bibliográficas

- Alberti S.; Almendoeira W.; Lannes E.; Lopes A.; Rocha E. (orgs.) (2009). *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud S. (1927/2023). A questão da análise leiga. In *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lima R.A. (2024). *Psicanálise na ditadura (1964-1985): história, clínica e política*. São Paulo: Perspectiva.
- Sigal A.M., Conte B., Assad S. (orgs.) (2019). *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Patitucci A.C. (2024). Comentários. *Jornal de Psicanálise*, v. 57, n. 107, p. 213-218.

To the fertility of the collective

Abstract Based on the trajectory of the Movement for the Articulation of Brazilian Psychoanalytic Entities, which has resisted the regulation of psychoanalysis in Brazil for the past 25 years, this article outlines the contemporary challenges confronting the Movement and the broader psychoanalytic community. It highlights the implications for psychoanalyst training, with a particular focus on the emergence of undergraduate programs in psychoanalysis currently being implemented in the country.

Keywords Brazilian psychoanalysis; training; Movement for Articulation; undergraduate programs in psychoanalysis.

Texto recebido: 09/2025

Aprovado: 10/2025

Silvia Alonso

À fertilidade do coletivo

Realização Ana Claudia Patitucci, Adriana Victorio Morettin, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Homtinsky e Tatiana Inglez-Mazzarella

DOI: 10.70048/percurso.75.113-130

São muitas as razões para que, nos últimos anos, tenhamos escolhido nossos entrevistados nas cercanias. Na última década são raras as exceções. Se cabe ou não falar de uma psicanálise brasileira ou latino-americana, é fato que, no âmbito das temáticas que nos mobilizam ultimamente, grandes pensadores estão por perto. Muitos dentro da nossa casa. Neste número comemorativo de 40 anos de Departamento brindamos a fertilidade desse coletivo ao revisitar a sua história, sua importância e suas conquistas junto a Silvia Leonor Alonso, incansável trabalhadora dessa sempre inacabada construção.

Silvia Alonso é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde sua fundação. Professora e supervisora do Curso de Psicanálise. É coordenadora do grupo de trabalho e pesquisa “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo” desde 1997. Fez parte do grupo fundador da revista Percurso e integrou seu primeiro Conselho Editorial. É autora dos livros: O tempo, a escuta, o feminino (Casa do Psicólogo, 2011), Histeria (Casa do Psicólogo, 2004), em parceria com Mario Pablo Fuks, e Ressonâncias da clínica e da cultura: ensaios psicanalíticos (Blucher, 2022). Coorganizadora dos livros: Freud: um ciclo de leituras (Escuta, 1997), Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo (Escuta, 2002), Interloquções sobre o feminino na clínica, na teoria, na

cultura (Escuta, 2008), Corpos, sexualidades, diversidade (Escuta, 2015) e Feminismos em trânsito (Zagodoni, 2022). Atualmente exerce o cargo de Secretária Científica da Comissão Diretiva da FLAPPSIP (Federação Latino-americana de Associações de Psicoterapia Psicanalítica e Psicanálise). Em uma agradável manhã de agosto, vésperas do XIII Congresso FLAPPSIP, Silvia abriu um espaço em sua agitada agenda para essa conversa que versou sobre sua chegada ao Brasil, os primórdios do Departamento, a construção de seus princípios norteadores e a trabalhosa atenção a eles no decorrer desses 40 anos. Com o sabor das histórias que se recontam a partir de um novo momento e ponto de vista, ela destaca algumas palavras que insistiam nas discussões preliminares sobre a composição desse coletivo: “reconhecimento”, “democracia”, “produção”, palavras/ideias norteadoras que continuam presentes como referência daquilo que se sonhou, daquilo que se pensou, e do que deve ser cuidado.

A participação na fundação da revista *Percurso* e a proposta do Grupo do Feminino deram base para que falasse da importância que atribui à pesquisa e à escrita na construção do psicanalista, tema que lhe é caro. Escrever, pesquisar, publicar fazem parte de um processo de apropriação das heranças dos objetos identificatórios, fundamental à construção singular do analista, mas também parte do adensamento da psicanálise, em que cada psicanalista é pensador e autor de uma psicanálise viva, que se atualiza.

A entrada do Departamento na FLAPPSIP se desenha como uma ampliação do campo de interlocução para esse coletivo efervescente de reflexões e questionamentos, onde frisa a importância estimulante do fora. O subsequente trabalho de participar, pertencer e sustentar uma Federação também emerge na entrevista, quando Silvia nos fala da complexa dinâmica de funcionamento, das diferenças entre as associações, entre os países e entre as histórias do movimento psicanalítico em cada um deles.

E todas essas histórias convergem e se articulam em torno de um compromisso institucional,



*cheguei da Argentina
em dezembro de 1976,
e em 1977 começamos
a montar um curso
no Sedes
que se chamava
Psicoprofilaxia*

que Silvia encarna de forma tão rigorosa, com uma psicanálise permeável às interrogações de cada momento histórico e implicada com o contexto sociocultural. Uma psicanálise que se renova a partir das questões atuais, e que sustenta o pensamento freudiano, “abundante, grande e complexo”, como fundamental.

Danielle M. Breyton

PERCURSO Esta entrevista se insere em um número comemorativo dos 40 anos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Aproveitando que você é uma das fundadoras do Departamento e uma das fundadoras da revista *Percurso*, gostaríamos de começar a conversa com um balanço desses anos. O que você acha que são marcos importantes dessa história, e a quais questões você está atenta atualmente?

SILVIA LEONOR ALONSO Bom, em primeiro lugar lhes agradeço o convite para essa conversa. É muita história, são 40 anos! Entrei no Sedes em 1978; nessa época, o Departamento ainda não existia, existia o curso que se chamava Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e depois passou a se chamar curso de Psicanálise, que começou com os primeiros seminários em 1976. Cheguei da Argentina em dezembro de 1976, e em 1977 começamos a montar um curso no Sedes que se chamava Psicoprofilaxia. Ensinávamos psicanálise e grupos e fazíamos um acompanhamento dos trabalhos realizados por alunos em instituições, em situações de crises. Em 1977, comeci também



éramos poucos professores,
Regina Schnaiderman,
Mario Fuks, Lucía Fuks,
Ana Sigal, Fabio Herrmann,
Marilene Carone, Marilza Taffarel,
Miriam Chnaiderman e eu

a dar supervisões na PUC para o último ano da graduação. No segundo semestre, fui convidada para dar um seminário em um curso de pós-graduação *lato sensu* que se chamava Formação em Psicoterapia, e que tinha duas vertentes, uma ligada à psicanálise e outra a Jung. Nesse momento, Julieta Nóbrega, que era coordenadora da área de psicanálise, precisou sair, e entrei como coordenadora do curso.

No Sedes, fiquei dois anos no curso de Psicoprofilaxia, e em 1980 Regina Schnaiderman me convidou para ingressar no curso de Psicanálise, logo após ter acontecido a divisão do curso em dois. Foram anos de muito trabalho, tivemos que reorganizá-lo depois da divisão. Éramos poucos professores, Regina Schnaiderman, Mario Fuks, Lucía Fuks, Ana Sigal, Fabio Herrmann, Marilene Carone, Marilza Taffarel, Miriam Chnaiderman e eu. Um grupo pequeno. Entre 1980 e 1984, ano em que se funda o Departamento, muitas coisas aconteceram. Uma delas é que armamos o funcionamento, a estruturação do curso, e quando as primeiras turmas de alunos começaram a se formar, muitos queriam continuar com a experiência institucional, ter um lugar de trabalho, e então, começaram a trabalhar! Na verdade, o trabalho no Departamento começou antes da fundação do Departamento. Lembro um evento organizado pelos ex-alunos, em que convidaram alguns professores e ex-alunos para três ou quatro palestras. Fui uma das palestrantes. Outro grupo de ex-alunos começou a pensar em projetos clínicos. O convênio com a Secretaria de Saúde se estabeleceu e

começamos a dar supervisão nos ambulatórios. Então, se reuniu toda uma população de ex-alunos que começou a fazer esses trabalhos, mas que estava meio sem “vaso” de pertinência, de continência; e no coletivo foi se criando a necessidade de fundação de um Departamento. Creio que essa demanda vinda das próprias atividades desse coletivo se articulou com um desejo muito forte da Regina Schnaiderman, que não queria só um curso de psicanálise, queria um espaço de continência, de formação permanente. Ela queria uma *insti-tuição psicanalítica* de formação, mas também de formação permanente. Desejo também presente no conjunto dos professores.

Isso se junta a uma outra coisa importante, o momento histórico. Em 1984, estavam acontecendo as *Diretas Já*. Então, existia uma efervescência, que nos tomava a todos, de refazer a democracia e o funcionamento democrático. Uma efervescência de construir espaços democráticos, o que era fundamental para a fundação de um Departamento. Havia uma vontade muito grande de criar um coletivo de trabalho com funcionamento democrático naquele momento.

PERCURSO Esse momento também dialogava com a história de vários professores que vieram da ditadura na Argentina para São Paulo?

SILVIA ALONSO Exatamente, claro. Quando vários de nós chegamos da Argentina, apesar de ainda não haver um governo democrático, encontramos aqui um espaço muito mais aberto para o pensamento. Nesse momento, Gregório Baremlitt, que morava no Rio, se articulou com algumas pessoas de São Paulo, entre elas Arthur Moura, para refundar a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socio Análise) que ele fundara e dirigira em Buenos Aires, de cuja equipe docente eu e Lucía fazíamos parte. Me incorporei ao grupo e trabalhamos um tempo, fizemos alguns eventos importantes, mas o projeto não se sustentou por muito tempo.

PERCURSO Com que autores vocês trabalhavam na EPFSO?



SILVIA ALONSO Na Argentina a formação era freudiana, ensinávamos Freud, mas procurávamos estabelecer espaços de conversa que tivessem cruzamentos. Convidávamos antropólogos, sociólogos, ou seja, pessoas de outras áreas das ciências humanas para articular com a psicanálise o que se passava socialmente. Era um momento de muito autoritarismo, buscávamos compreender a influência das questões sociais na clínica.

PERCURSO É interessante pensar que tudo isso vai confluindo para o que depois se torna o Departamento. Ele vem dessas forças às quais você se refere?

SILVIA ALONSO A fundação do Departamento tem relação com a eferescência democrática que nos mobilizava a instituir um espaço amplo, coletivo e de funcionamento democrático, até porque no curso só existiam duas categorias: ou se era professor ou aluno. Operávamos com um conselho paritário de 50% de professores e 50% de alunos, e os alunos reclamavam disso. Eram os lugares que existiam. Com a fundação do Departamento abriu-se um espaço coletivo em que éramos colegas, o trabalho era entre colegas.

Nesses anos, entre a cisão do curso e a fundação do Departamento, fizemos um importante trabalho de construção interna, de repensar o que era transmitido, e fomos definindo muito claramente *que tipo* de psicanálise queríamos transmitir e *que tipo* de espaços queríamos criar, culminando no ano de 1984 em que as discussões se intensificam no curso e nas assembleias. No final desse ano, acontece a assembleia em que Regina marca a fundação do Departamento. Forma-se então uma comissão para construir o Departamento, da qual faziam parte alguns professores, muitos alunos e ex-alunos. Em 1985, seguimos trabalhando bastante para estruturar como iríamos funcionar. Como o Departamento nasceu antes mesmo de sua fundação, organizamos os setores do Departamento com base na demanda do que já existia. Assim, tinha de haver um espaço para eventos, porque eles já tinham começado, tinha de existir espaços de formação contínua, tinha de

*como o Departamento
nasceu antes mesmo
de sua fundação, organizamos
os setores do Departamento
com base na demanda
do que já existia*

haver espaços para o pensamento clínico, tinha de existir o setor de saúde mental em instituições, porque já havia convênios com a Secretaria para fornecer supervisão. As atividades que já estavam ocorrendo, que já trabalhavam muito intensamente naquela época, foram encontrando os setores onde se inserir.

PERCURSO E foi encorpando a partir do momento em que se institui como lugar.

SILVIA ALONSO Exatamente, à medida que se institui como lugar, cresce e se fortalece. Então, abrem-se os pedidos de participação. Quem queria participar declarava seu desejo de pertencer, e ia buscar determinados setores para começar a trabalhar no Departamento. Estes são, certamente, momentos importantes de definição e construção. Lembro a quantidade de conversas e reflexões sobre cada ponto na comissão fundadora do Departamento, em 1985. O que será esse Departamento? O que queremos? O que pensamos? Algumas palavras eram muito fortes, muito insistentemente presentes nessas conversas. “Reconhecimento” era uma palavra insistente, que se colocava contra a palavra “autorização”. “Democracia” também, porque se opunha às hierarquias autoritárias dentro das instituições. Queríamos um coletivo que tivesse um tipo de gestão muito democrática, que pudesse funcionar como um lugar de reconhecimento entre os membros, e não como uma instituição que concede um diploma, um título, um nome, ou que dá autorização para se tornar analista. Queríamos também



*tinha que ser
um Departamento de Psicanálise
implicado com a realidade,
com as lutas sociais, em suma,
com a luta contra
as desigualdades*

um Departamento em que estivesse presente o espírito da carta de princípios do Sedes como fundamento básico. Para isso, tinha que ser um Departamento de Psicanálise implicado com a realidade, com as lutas sociais, em suma, com a luta contra as desigualdades. Tinha que ser uma psicanálise que andasse de mãos dadas com os movimentos existentes, por exemplo, na saúde mental. Ou seja, pensávamos na transmissão de um tipo de psicanálise que pudesse ajudar as pessoas que trabalhavam em ambulatórios. Outra preocupação presente era a de que fosse uma psicanálise em movimento, uma psicanálise que se pensasse e se transformasse. Vários de nós tínhamos vindo da Argentina trazendo essa experiência, pois já tínhamos vivenciado um processo de transformação, de criação. Outra palavra que também insistia era “produção”, queríamos um lugar em que o psicanalista fosse reconhecido por sua produção, que era um termo amplo, que incluía o tipo de clínica, a produção teórica, bem como o trabalho dentro do Departamento. Um outro princípio básico era a ideia de não fazer uma associação de escola, definida por um pensamento teórico único, e sim uma transmissão que reconhecesse o trabalho de Freud como fundamental, básico e inaugural da disciplina, mas que trabalhasse com outros autores. A ideia era a de que os aportes desses autores se fizessem a partir de temáticas, ou seja, nunca estudar o autor pelo autor. Não se estudaria Melanie Klein ou Pontalis, e sim as temáticas. E os temas seriam estudados em Freud, e a partir daí o campo se ampliaria,

incorporando, incluindo, conversando com os aportes dos outros autores. Então, não seríamos uma formação, nem uma instituição que se organiza em torno de *uma* figura, nem em torno de *um* pensamento teórico. Isso, certamente, era fundamental. E, desde o início, não queríamos um Departamento com categorias de membros.

PERCURSO Houve uma assembleia em que essa questão se colocou, um lado queria categorias de membros e o outro não?

SILVIA ALONSO Sim, a questão sobre haver categorias de membros se colocou em várias assembleias. Naquela comissão inicial essas questões eram discutidas e propostas eram feitas para qual Departamento queríamos, e as discussões se ampliavam para o coletivo. A cada construção de mais um pedacinho do Departamento, os princípios fundadores eram reconversados, rediscutidos e reafirmados. Por exemplo, a cada vez que repensávamos a coordenação, ou a gestão do Departamento, essas questões tinham que ser discutidas novamente: não queríamos uma hierarquia, não teríamos um presidente. Inicialmente, se organizou um conselho composto por representantes dos setores. Com o tempo, se entendeu que esses representantes não pareciam ser representativos do que acontecia, então foram se transformando em interlocutores por áreas. Mas era assim, cada vez que se construía mais uma peça, se resignificavam todos os objetivos e todos os princípios fundadores do Departamento.

PERCURSO Vemos isso acontecendo até hoje. Nesse sentido, que momentos foram marcos de crescimento, de avanços?

SILVIA ALONSO Houve tantos! Por exemplo, quando chegou a hora da abertura do Departamento, quando a entrada deixou de ser o curso de formação. Até então, o Departamento se constituía de professores, alunos e ex-alunos do curso, mas tínhamos a perspectiva de que o Departamento se abriria. Então, nesse momento de abertura houve uma discussão imensa, efervescente. E novamente discute-se: “deve haver membros



fundadores e membros que fizeram a formação no Sedes?”. E nós: “Não!”. “Se abrimos, abrimos, e todos são membros”. Pensávamos em como seria essa entrada. Por um lado, era necessário um pedido de pertinência, uma expressão de desejo de pertencimento através da apresentação de um memorial. Por outro, se o princípio do reconhecimento continua válido, tinha de haver um momento de reconhecimento do coletivo. Houve um apoio muito grande para que a apresentação pública fizesse parte do ritual de admissão, do processo de pertinência, como um momento fundamental para a inclusão, em que alguém mostra seu trabalho, sua clínica, e é reconhecido pelos colegas. Assim, cria-se a Comissão de Admissão que acompanha todo o processo.

Outro marco importante foi a fundação da *Percurso*, muita discussão foi feita sobre que revista queríamos. Primeiro, um grupo se reuniu para pensar o Boletim, do qual fiz parte. Sempre achei importantíssima a função do Boletim dentro do Departamento.

PERCURSO Ele vai dando notícias contínuas do que está acontecendo.

SILVIA ALONSO Sim, sobre o dia a dia do Departamento. Fiz parte porque estava interessada em um espaço de escrita e publicação, que também interessava a muitos que se juntaram para discutir o que fazer. Nos perguntávamos se criaríamos um boletim ou uma revista. Aquele grupo chegou à conclusão de que criaria um boletim. Então, saí. Eu queria criar uma revista, e comecei a me conectar com colegas que estavam interessados na questão da escrita. Assim, formamos um grupo para pensar que revista queríamos. Discutimos se seria uma revista do Departamento, com textos de autores do Departamento, ou não. Nos demos conta de que queríamos uma revista que fosse um fórum, onde a conversa entre os textos dos analistas que são de dentro e os dos que são de fora pudesse acontecer e adensar a psicanálise. E assim fizemos uma revista que recebia artigos de dentro e de fora. Quanto à gestão, fizemos um Conselho Editorial, o primeiro formado por:

outro marco importante foi a fundação da Percurso, muita discussão foi feita sobre que revista queríamos. Primeiro, um grupo se reuniu para pensar o Boletim, do qual fiz parte

Janete Frochtengarten, Miriam Chnaiderman, Renata Cromberg, Renato Mezan e eu, que pensava, lia e trabalhava com os artigos. E tinha um grupo que organizava a parte administrativa da revista. São esses momentos que implicam a revisão e a rediscussão dos princípios fundadores do Departamento, os quais acredito que sejam mantidos até hoje.

PERCURSO Qual a importância da Madre Cristina nesse momento?

SILVIA ALONSO A importância da Madre Cristina foi imensa! Ela foi uma figura absolutamente marcante, que permitiu a existência do curso dentro do Sedes, e a entrada de muitos de nós. Ela também permitiu a continuidade *dos dois* cursos, quando se fez a divisão. E, bem, ela apoiava militantes, exilados, era verdadeiramente uma líder democrática muito importante.

PERCURSO Você destacou que o Departamento está muito referido à carta de princípios do Sedes. Isso se refere a Madre Cristina, não é?

SILVIA ALONSO Sim, certamente foi um norteador. A Madre Cristina era uma potência de presença muito grande. Seu papel durante a ditadura ensejando a abertura, e o acolhimento que oferecia nos espaços. E depois, em todo o funcionamento da luta pela reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial, que tinham espaços de discussão dentro do Sedes. Havia espaço também para o grupo ligado aos povos indígenas. Tudo isso tinha a ver com a presença da Madre Cristina, que



*o tema do feminino
já vinha me acompanhando,
trabalhei durante anos em uma
maternidade na periferia
de Buenos Aires, onde fiz
uma parte fundamental
da minha formação*

acolhia essa grande diversidade em um imenso espírito democrático. Seguindo por esse caminho, o Departamento foi desenvolvendo diversos projetos, Clínica do Testemunho, lutas antirracistas, ações afirmativas, políticas de cotas, e assim avançamos.

PERCURSO Em 2001, você deu uma entrevista à revista *Percurso* sobre a construção do analista. Esse é um tema muito central na sua prática institucional, assim como no seu pensamento. Foi também um dos temas que você levou ao Congresso da FLAPPSIP. Gostaríamos que você nos falasse da história do Grupo do Feminino, que, desde a sua fundação em 1997, tem na proposta ser um grupo de pesquisa. Como surgiu o grupo e como são definidas as pesquisas? Gostaríamos também que você falasse um pouco da concepção do lugar da pesquisa na construção do analista.

SILVIA ALONSO O Grupo do Feminino surge no momento em que o Departamento procura intensificar a formação continuada de seus membros, e abre a possibilidade de serem oferecidos grupos de estudo. O tema do feminino já vinha me acompanhando, trabalhei durante anos em uma maternidade na periferia de Buenos Aires, onde fiz uma parte fundamental da minha formação. Na Argentina, com a saída de uma parcela muito significativa dos analistas da APA, não foram fundadas outras associações, mas formaram-se grupos de formação nas próprias instituições de trabalho. A maternidade em que trabalhei era uma delas, em espaço coordenado por Armando Bauleo.

Marie Langer foi uma das presenças importantíssimas naquele projeto. Desde então o tema do feminino e dos feminismos tem me acompanhado em toda minha formação. Então, propus ao Departamento a abertura de um grupo que trabalhasse o tema do feminino, mas não queria que se chamasse grupo de estudo e sim grupo de pesquisa. E isso tem exatamente a ver com o que vocês me perguntaram, essa concepção do que penso sobre o lugar da pesquisa na formação de um analista. Prefiro falar de construção e não de formação, porque formação é uma palavra que pode dar o sentido de uma modelagem, de uma formatação. E não é disso que se trata, acredito se tratar de uma construção que vem do mais visceral, e que vai se constituindo de dentro para fora. A análise pessoal, a experiência do inconsciente que se faz nesse processo, é o núcleo fundante da construção de um analista, e que depois será ampliado para o trabalho sobre o desejo de ser analista. A partir daí, em camadas, vem o início da clínica e da clínica supervisionada, à qual se articula a formação teórica através das leituras e das reflexões, ou seja, tudo que é o escopo teórico e conceitual do trabalho. É nessa construção permanente que a pesquisa tem um lugar fundamental. Retomo esse ponto no último capítulo do livro *Ressonâncias da clínica e da cultura: ensaios psicanalíticos* para pensar como o processo de construção do analista se dá na apropriação das heranças: em toda análise pessoal, supervisão e estudo teórico, existe alguém que ocupa o lugar de suposto saber e de transmissão do saber, ou seja, do ideal de ego, que é fundamental para que o processo aconteça. Ou seja, para se fazer uma análise é preciso colocar o analista em um lugar de suposto saber, assim como o supervisor ou o professor para realizar a construção do pensamento clínico. Mas também é necessário retirá-los deste lugar.

PERCURSO É interessante como a formação no Departamento de Psicanálise se articula com o princípio democrático ao oferecer uma amplitude de referências identificatórias. É isso que

você chama de um mosaico de identificações que participa do processo de construção do analista?

SILVIA ALONSO Exatamente, a forma de pensar como se constrói um analista tem tudo a ver com a forma de pensar a constituição de uma associação ou de uma instituição. Não podemos ter uma figura única de referência, como acontece em algumas escolas. Para que esse mosaico identificatório aconteça, precisamos oferecer uma ampla gama de modelos e pensamentos a serem colocados no lugar de suposto saber. Assim, as transferências se estabelecem, os processos identificatórios vão acontecendo, e modos de trabalhar, de pensar e de se posicionar como analista vão sendo incorporados e incluídos. Enfim, tudo o que se vê nesse processo complexo.

PERCURSO Para não correr o risco de perder a ideia de “suposto”, e também da pesquisa.

SILVIA ALONSO Sim, para não correr esse risco. Por isso propus um grupo de pesquisa e não de estudo, porque a pesquisa auxilia justamente nesse processo. Acredito que deve haver o que se chama de apropriação das heranças, ou seja, deve haver um luto do ideal, e de quem ocupa o lugar do ideal, para se apropriar dessas heranças na construção do analista. E, ao mesmo tempo, tem que se reconhecer a condição de criar, expandir e produzir conhecimento. Estes são dois movimentos fundamentais. No processo de formação do Departamento, isso já começa com a escrita das monografias. Existe um coordenador de seminário que acompanha o aluno durante todo o ano, mas chega um momento em que a fala é do aluno, através das monografias e nos colóquios de monografia, que são espaços extremamente importantes para se produzir conhecimento. Quando propus que se chamasse Grupo de Pesquisa do Feminino, alguns colegas se aproximaram e me perguntaram se eu tinha deixado de ser psicanalista. Claro que não! Fazer pesquisa em Psicanálise não é se afastar da clínica! Trata-se de uma Pesquisa Psicanalítica, mas tinha muita coisa envolvida, era difícil incluir a pesquisa dentro da Psicanálise.



*existe um coordenador
de seminário que acompanha
o aluno durante todo o ano,
mas chega um momento em que
a fala é do aluno, através
das monografias e nos
colóquios de monografia*

PERCURSO É interessante porque cada análise é um projeto de pesquisa.

SILVIA ALONSO Sim, tinha uma certa contradição entre a própria proposta freudiana de que toda análise é um trabalho de pesquisa e a ideia de que a pesquisa não estaria incluída no campo da psicanálise.

PERCURSO E foi como Freud construiu toda a teoria, ela só foi construída via pesquisa.

SILVIA ALONSO Com certeza, mas apesar disso, com a formulação institucional do que era pesquisa, não era simples incluí-la no corpo da psicanálise. Era difícil pelo lado da academia, das universidades, que se atribuíam a propriedade do campo da pesquisa, e também na sociedade psicanalítica encontrava-se muita resistência, temia-se que com a produção de conhecimento, de teoria, o campo da racionalização se ampliasse e se perdesse de vista o afeto, a intimidade e a força transformadora dos processos analíticos. Os argumentos eram certamente resistências à construção epistêmica, à construção conceitual.

PERCURSO E também, podemos pensar na psicanálise mais pública, que está no campo, fora do consultório particular. Como se só pudesse existir produção de pesquisa e conhecimento a partir da clínica particular.

SILVIA ALONSO Que é justamente o contrário, é um paradoxo, porque é a clínica ampliada, quando sai dos muros do consultório, e vai para as instituições, para as ruas, que se *intensifica* a necessidade



*a ideia era que a partir
das figuras clínicas mais prementes
naquela época pudéssemos
pensar sobre como essa figura
se forma na intersecção
com o que era da cena
social naquele momento*

de pesquisa. É preciso dar conta dessa clínica, produzir mais conhecimento, conhecimentos novos, pois o que temos já não é suficiente. O que faz necessária uma produção permanente de pesquisa em psicanálise.

PERCURSO Voltando à pergunta sobre o Grupo do Feminino, como se deu sua constituição?

SILVIA ALONSO Naquele momento, fiz uma convocatória entre os membros do Departamento convidando-os a participar desse grupo de pesquisa, vários colegas se interessaram, e começamos a funcionar em 1997. Já vai fazer 30 anos! A proposta que faço ao grupo está no nome, *O feminino e o imaginário cultural contemporâneo*. A ideia era que a partir das figuras clínicas mais prementes naquela época – que eram as da anorexia, do corpo, da gravidez assistida, da gravidez na adolescência, da menopausa – pudéssemos pensar sobre como essa figura se forma na intersecção, na condensação, do que é do próprio funcionamento psíquico, da própria dinâmica psíquica, com o que é da cena social naquele momento. Então, temos que entender a anoréxica singular em sua história, no trabalho analítico, mas também entender as epidemias de anorexia, quais são os fatores, as forças, as tensões sociais que, em certos momentos, fazem com que aquela figura clínica sintomática apareça com muita força. Essa é a proposta, e o imaginário, que está no nome, é o imaginário de Cornelius Castoriadis, não é o imaginário do especular, de forma alguma. É o imaginário social de Castoriadis, esse magma,

essa imensa quantidade de significações existentes no social que constroem um imaginário a cada momento, e que se materializa nos discursos institucionais pedagógicos, médicos, políticos, produzindo efeitos sobre as subjetividades. Discursos encarnados nas instituições que os veiculam e que vão tendo efeitos fundamentais na construção das subjetividades.

Esse é um grupo que produziu muitas pesquisas, reflexões, escritos, e continua produzindo até hoje. Muita coisa foi feita, já temos quatro livros publicados! Quando fizemos a pesquisa sobre os feminismos, trabalhamos o grupo inteiro com o mesmo tema. Depois, voltamos a trabalhar em subgrupos com temas diferentes. Atualmente, temos um subgrupo trabalhando as questões atuais da masculinidade, outro pesquisando as questões da adolescência em uma escola, outro com um projeto sobre clínicas públicas, e outro trabalhando a problemática do aborto.

Bem, é claro que as coisas se definem desde muitos ângulos, não foi só porque configurou-se como um grupo de pesquisa, mas esse é um grupo em que os participantes trabalham muitíssimo!

PERCURSO Gostaríamos que você situasse a entrada na FLAPPSIP na trajetória do Departamento. Como surgiu a ideia e o desejo de integrarmos uma Federação internacional de psicanálise? Houve uma pesquisa das federações existentes? Quais critérios nortearam a escolha?

SILVIA ALONSO Esta escolha certamente foi norteadada pelo que descrevi acima como princípios fundantes do Departamento, e que sempre se mantiveram na construção de seus caminhos. Quando entrei no curso de Psicanálise como professora, eu tinha as atividades de transmissão, mas em determinado momento comecei a pensar que, embora o Departamento fosse um lugar onde a efervescência da reflexão, do pensamento e do questionamento estivesse muito presente, existia pouca circulação em um coletivo mais amplo. Cada professor tinha seu seminário em que transmitia aos alunos suas reflexões, mas havia pouca circulação no coletivo e quase

nenhuma fora do Departamento. Eu tinha um desejo muito grande de criar espaços nos quais a reflexão, o pensamento e a troca fossem mantidos ativos, estimulantes, e vivos no intuito de ampliar o campo de interlocução. Foi isso que me levou a propor a organização de um Ciclo de Debates de Freud, em 1995, no qual uma dupla de professores do curso escolhia um texto de Freud e produzia uma reflexão para todos do Departamento, e que antes ficava apenas no âmbito dos seminários. Como sempre fui uma grande incentivadora da escrita, no término desse ciclo, que se realizava uma vez ao mês no decorrer de um ano, produzimos o primeiro livro publicado pelo Departamento. A esse ciclo e livro se seguiram muitos outros. Então, o desejo de troca, de expansão, estava também presente no projeto de fazer parte de uma Federação. Assim, levei a proposta de filiação ao Conselho de Direção, do qual eu fazia parte naquele momento, isso aconteceu antes do ano 2000.

PERCURSO Desde o início a ideia de filiação era a uma Federação latino-americana?

SILVIA ALONSO Sim, já estava na proposta ser uma Federação latino-americana. Todos se entusiasmaram muito e me pediram para fazer uma pesquisa das possibilidades. Fiz essa pesquisa entrando nos sites, lendo as apresentações e os regulamentos das associações existentes, e me pareceu que a FLAPPSIP era uma boa escolha. Pouco depois, em 2000, houve “Os Estados Gerais da Psicanálise”, na França e, como desdobramento desse movimento, “Os Estados Gerais Latino-Americano”. O Departamento aderiu fortemente a essa proposta com uma ampla apresentação de trabalhos e participação nas mesas dos encontros em São Paulo (2001 e 2005), na Argentina (2002) e no Rio de Janeiro (2003). Como esses encontros permitiram essa troca ampliada, de alguma forma, satisfizeram nossa demanda. Configurou-se como um movimento, e não como uma Federação, mas as propostas eram coincidentes à medida que tinham a intenção de reunir psicanalistas que estavam trabalhando com a psicanálise nessa consigna



*quando esse movimento
dos Estados Gerais se enfraquece
e vai desaparecendo
do campo, volto a considerar
a ideia de incorporação
a uma Federação
mais ampla*

de revisão, transformação e ampliação permanente da episteme. Assim, considere que já não precisava seguir adiante com o projeto de filiação. Quando esse movimento dos Estados Gerais se enfraquece e vai desaparecendo do campo, volto a considerar a ideia de incorporação a uma Federação mais ampla. Isso coincide com a ida de Renato Mezan, a convite da FLAPPSIP, a um congresso no Peru, onde lhe perguntam por que o Departamento não fazia parte da Federação. Renato retorna trazendo esse convite ao Conselho de Direção, na gestão 2015/2016. A proposta é recebida com entusiasmo, e é encampada pela interlocutora da Área de Relações Externas, Roberta Kehdy. Nessa época, a FLAPPSIP estava sediada no Brasil e sua presidenta era Denise Souza, do CEP de Porto Alegre, que fez um grande trabalho para levar mais instituições brasileiras a participar da FLAPPSIP. Ela veio algumas vezes a São Paulo para que pudéssemos conhecer a Federação, conversar sobre o regulamento e sobre o funcionamento. O Departamento tem essa característica, quando uma ideia nos interessa, vamos adiante! Assim, formamos um primeiro grupo em que estavam Mario Fuks, Renato Mezan, Roberta Kehdy, Alessandra Sapoznik e eu. Após essa etapa, fizemos reuniões com todo o coletivo do Departamento para ampliar a discussão e avançar na aceitação da proposta. O Departamento e o Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro entraram ao mesmo tempo. Certamente, esses foram fatores que levaram o Departamento à filiação naquele Congresso de Porto Alegre.



O que a FLAPPSIP oferece é um espaço de troca entre associações que tenham semelhanças em relação aos princípios, aos objetivos, à maneira de pensar a psicanálise

PERCURSO Como vocês entendiam a FLAPPSIP naquele momento? Por que a ideia era tão animadora?

SILVIA ALONSO Era animadora porque abria espaço de interlocução com associações de vários países latino-americanos que tinham propostas e objetivos alinhados com os fundamentos e perspectivas do Departamento. Em outras palavras, a FLAPPSIP tinha como norte a troca de reflexões psicanalíticas entre várias associações que propunham uma psicanálise implicada e vinculada ao social, que pensavam o sintoma articulado ao contexto social, e que eram ligadas a uma psicanálise de clínica ampliada importante, com trabalhos nos dispositivos de saúde mental.

PERCURSO Essas são características comuns às diversas associações que compõem a FLAPPSIP?

SILVIA ALONSO Esses são os objetivos declarados pela FLAPPSIP desde sua fundação e que se mantêm. Naquela pesquisa que fiz das Federações, algumas eram Federações por escola, por exemplo, lacaniana ou winnicottiana, o que não queríamos, outras eram Federações com parâmetros de formação muito claros, por exemplo, para pertencer era necessário ter tantas horas de supervisão, ou tantas horas de estudos. Diferentes da FLAPPSIP, que respeita a diversidade de cada associação em seus projetos de formação, em sua organização de gestão, ou seja, sem exigências. O que a FLAPPSIP oferece é um espaço de troca entre associações que tenham semelhanças em relação aos princípios,

aos objetivos, à maneira de pensar a psicanálise, e também por serem países latino-americanos que têm histórias que os aproximam. O fato de terem sido colonizados, e tudo o que marca a organização social e econômica desses países, construídos em um ambiente de desigualdades muito grande entre colonizadores e colonizados, que viveram seus processos de independência, mas que incorporaram essa forma de funcionamento nas desigualdades sociais e econômicas, que são imensas em todos os países.

PERCURSO Também na questão de uma certa fragilidade democrática, e o tema da escravidão em alguns países.

SILVIA ALONSO Exatamente, houve os governos militares, o terrorismo de estado, as passagens pendulares entre direita e esquerda na política de vários desses países. A colonização, os racismos, o massacre das populações originárias. Ou seja, existem problemáticas sociais, econômicas e históricas que os unem. Entretanto, temos diferenças entre as associações, que são respeitadas, mas que exigem muito trabalho.

PERCURSO A democracia é trabalhosa! Você poderia dar um exemplo dessas diferenças?

SILVIA ALONSO Por exemplo, o curso de Psicanálise nasce em um momento em que a questão da apropriação da psicanálise pelas instituições ditas oficiais era muito grande. Essa foi a primeira luta que o Sedes teve que enfrentar para poder existir, e que faz parte de um momento importantíssimo de sua história. O curso se formou em 1976, com Regina Schnaiderman, Roberto Azevedo e vários analistas da SBPSP, e começou a funcionar com o oferecimento de seminários. Muito rapidamente, a SBPSP colocou um obstáculo significativo ao declarar que a psicanálise não poderia ser ensinada fora da Sociedade, e que seus membros que faziam parte desse projeto de formação no Sedes teriam seus caminhos dificultados. Isso fez com que, no mesmo ano de 1976, um grupo grande se afastasse do curso do Sedes. Ficaram como professores Fabio Herrmann,



*de dois em dois anos
a sede muda de país, e é um
trabalho que vocês nem imaginam!
O funcionamento básico das
instituições é diferente, os países
são diferentes, as questões jurídicas
e legais são diferentes*

Isaiás Melsohn. Roberto Azevedo ficou até a cisão, em 1979, quando formaram-se os dois cursos de psicanálise no Sedes. Essa situação já avançou muitíssimo no Brasil, tanto dentro da própria Sociedade de Psicanálise, como com a fundação de novas associações que atualmente convivem e trocam dentro dessa diversidade. Naquela época, o curso se fundou como um curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica. E com os avanços no tempo ele muda de nome, passando a ser, em 1982, o curso de Psicanálise. Desde então, muitas associações brasileiras se fundaram e se autodenominam como associações psicanalíticas. O nascimento e as histórias das associações dos outros países são diferentes.

PERCURSO Esse é um campo de discussão dentro da Federação?

SILVIA ALONSO Não, não é um campo de discussão. As associações convivem no sentido de levar em frente as propostas da Federação. Acho que em algum momento será interessante abrir uma reflexão forte sobre as histórias das associações, para nos conhecermos melhor, o que vai nos ajudar no crescimento da FLAPPSIP ainda mais.

PERCURSO Seria uma abertura para o trabalho com as heranças. Aquilo que você dizia ser fundamental na construção de um analista e, por analogia, na construção das instituições.

SILVIA ALONSO Sem dúvida!

PERCURSO Passados esses anos de experiência, quais efeitos você reconhece no Departamento dessa filiação à FLAPPSIP? Correspondem às expectativas que se tinha?

SILVIA ALONSO Acredito que existem efeitos bem importantes, por exemplo, em relação à ampliação do campo de trocas. Atualmente a FLAPPSIP é composta por onze associações. Há uma associação do Chile, quatro associações do Peru, três do Brasil, duas da Argentina e uma do Uruguai. E como se concretizam as trocas entre as associações? Bem, talvez, para entender isso, precisamos entender algo primeiro. Existe um rodízio da sede

da FLAPPSIP. Então, de dois em dois anos a sede muda de país, e é um trabalho que vocês nem imaginam! O funcionamento básico das instituições é diferente, os países são diferentes, as questões jurídicas e legais são diferentes. É um trabalho muito grande, mas o rodízio da sede entre os países é fundamental porque assim as histórias da psicanálise e as histórias das associações dos diferentes países vão sendo assimiladas pela própria Federação. A sede tem uma Comissão Diretiva da FLAPPSIP, na qual três membros são do país que está sediando, outro membro é do país anfitrião anterior, que foi pensado como uma ponte na transmissão do funcionamento da diretiva para garantir a continuidade, e o outro é do país que vai ser a sede seguinte. Neste momento, três membros são de associações do Peru, um do Chile, um do Brasil, que vai ser a futura sede. Cada diretiva dura dois anos, durante os quais ela organiza dois encontros importantes: no primeiro ano, um simpósio, e no segundo ano, um congresso.

Além desses encontros, como espaços de troca entre as associações, existem dois espaços permanentes: a área de pesquisa e a área de publicação. A área de publicação tem uma revista, a *Intercambio Psicoanalítico*, que publica textos de todas as associações em cada número. Os textos do simpósio foram publicados no último número, mas regularmente, as associações enviam um texto ou uma resenha. É um espaço de troca permanente por meio da escrita. A revista cresceu muito nos últimos anos, se fortaleceu e ganhou qualidade. Atualmente é uma revista indexada.



o Departamento tem muita coisa para dizer, muita história, muita produção, muitas mudanças, muitos caminhos percorridos. E é uma oportunidade de comunicar e, claro, de escutar também

Já a área de pesquisa tem uma proposta muito interessante, que é a de que as associações façam pesquisas conjuntas a partir de um tema proposto por alguma delas, montando-se um projeto em comum. A área tem muito a caminhar, porque é difícil colocar essa proposta em prática, mas essa foi uma das coisas que me entusiasmou muito na FLAPPSIP. Eu pensava, imagina a densidade, a complexidade de conduzir pesquisas sobre um tema em diferentes países da América Latina! Temos muito a avançar, explorar e aprimorar, mas é uma proposta que me atrai muito.

Na diretiva atual, fizemos um simpósio, em 2024, que se chamou “Sonhar um futuro é possível? A clínica do desamparo nos tempos atuais”, em que escolhemos trabalhar temas que têm tudo a ver com as clínicas atuais. O desamparo na articulação que o próprio termo carrega entre o subjetivo e o social, a condição social. Nesse simpósio convocamos as associações para enviarem trabalhos através de seus representantes. No nosso caso, Deborah Cardoso e Silvio Hotimsky representaram o Departamento e foi uma troca muito importante. Bom, no Congresso essa troca é feita em uma proporção muito ampliada. Cada Congresso encerra uma diretiva e uma sede, e se faz a passagem para a diretiva seguinte.

PERCURSO Como tem sido a resposta do Departamento a essas convocatórias?

SILVIA ALONSO Como disse antes, quando o Departamento pega uma ideia a fertilidade é muito impressionante, a quantidade de artigos

do Departamento que chegam para os congressos é surpreendente, e também muitas pessoas vão aos congressos. Acho que tem sido um espaço de troca importante e também como mobilização do Departamento para escrever e transmitir a outras associações o trabalho clínico, teórico e institucional de pensamento e posicionamento. Isso me parece um ganho muito grande.

PERCURSO No sentido do que você falava da pesquisa, de as pessoas se apropriarem.

SILVIA ALONSO Exatamente, a pessoa se apropria, pensa, repensa, coloca no papel e conta para os outros, transmite. Acredito que é isso que se faz nos congressos, numa escala imensa. O Departamento tem muita coisa para dizer, muita história, muita produção, muitas mudanças, muitos caminhos percorridos. E é uma oportunidade de comunicar e, claro, de escutar também, trocar com outros países, outras realidades, momentos históricos e institucionais diferentes. São trocas extremamente ricas. Durante a pandemia, os simpósios e congressos foram virtuais, no Chile o congresso foi híbrido e agora, no Peru, vai ser presencial. O presencial permite outras trocas também, com o lugar, com o país. Quando tivemos o congresso no Chile, o país estava em um momento histórico importante, de muita efervescência, eram os 50 anos do golpe militar. O contato com esse momento da história e com os psicanalistas muito mobilizados, pensando, refletindo sobre tudo isso, foi muito rico.

PERCURSO Você parece entusiasmada.

SILVIA ALONSO Acho que me entusiasmei aqui na conversa com vocês. A quantidade de trabalho é uma imensidão, mas quando conto a história e recupero a riqueza deste Departamento, isso me entusiasma de novo!

PERCURSO Quem é membro do Departamento de Psicanálise se torna membro da FLAPPSIP por contiguidade?

SILVIA ALONSO Sim, os filiados são as associações, todos os que pertencem à associação já são filiados.



PERCURSO Como vocês fazem para se manter?
SILVIA ALONSO Existe uma cota anual com que todas as associações contribuem para a Federação se manter. É uma Federação bem restrita economicamente.

PERCURSO No ano que vem, o Brasil se tornará a sede da FLAPPSIP. Como você, que está na função de Secretária Científica nesses últimos dois anos, tem pensado os grandes desafios desse novo momento, em que o Brasil estará como sede e o Departamento de Psicanálise em uma posição central?

SILVIA ALONSO Bom, cada mudança de sede é um desafio. Dar continuidade a essa Federação que tem de existir com a troca da sede para outro lugar e continuar reforçando os vínculos entre as associações é um desafio que vai exigir muito trabalho. A Federação é quem organiza o Congresso, mas o fato de a Comissão Diretiva funcionar no Brasil trará às associações brasileiras um trabalho grande e significativo.

PERCURSO Quantas associações brasileiras são federadas?

SILVIA ALONSO São três, em Porto Alegre, São Paulo e no Rio de Janeiro. Aliás, há uma quarta associação que está em negociações para entrar. Não sei o que vai acontecer, mas com a sede no Brasil, vamos torcer para que outras se aproximem. Seria muito bom, porque realmente não faltam associações brasileiras muito interessantes e consistentes.

PERCURSO Você fala, portanto, de dois desafios, fazer a sede funcionar e organizar todo esse trabalho de troca.

SILVIA ALONSO Sim, organizar todo esse trabalho com a sede no Brasil e manter a articulação entre as associações, que já compartilham algumas semelhanças em termos do funcionamento democrático. Cada associação tem dois delegados que participam das assembleias. Quer dizer, há uma Comissão Diretiva nesta configuração que lhes disse, mas a maioria das decisões são tomadas nas assembleias compostas por delegados

nos últimos anos parece ter havido algumas situações mais críticas ou de interrogações como “por que se lê tanto Freud?”, “Freud ainda tem validade de pensamento?”, “Não está ultrapassado?”

representantes de todos os países, e, nesse sentido, funciona democraticamente. O desafio é sustentar e trabalhar para que tudo isso se mantenha e frutifique. Imagine, em um país tão grande como o Brasil, com imensa distância física entre as associações.

PERCURSO Em sua trajetória, acompanhamos uma psicanalista comprometida com a leitura profunda e crítica do texto freudiano, além de sempre atenta a colocar em questão a normatividade vigente. Em seus estudos sobre a sexualidade, você aponta a força de movimentação que os estudos de gênero tiveram nas ciências humanas como um todo, e especialmente na psicanálise. Atualmente, o tema da diversidade de gênero já deve compor uma bagagem importante daqueles que chegam ao curso de Psicanálise. Queríamos saber como tem sido sua experiência na transmissão, no que diz respeito ao encontro dos psicanalistas das novas gerações com os escritos de Freud.
SILVIA ALONSO Nos últimos anos parece ter havido algumas situações mais críticas ou de interrogações como “por que se lê tanto Freud?”, “Freud ainda tem validade de pensamento?”, “Não está ultrapassado?”. Ao que, claro, todos os colegas foram respondendo. Bom, o que eu responderia é que certamente Freud não está ultrapassado, por vários motivos. Primeiro, porque a descoberta ou a criação dessa parte do pensamento do que é a psicanálise tem seus fundamentos no pensamento freudiano, que continua sendo sua base, seus princípios continuam vigentes na psicanálise. Isso por um lado, mas fundamentalmente



toda a construção do pensamento freudiano vai se fazendo a cada momento, vai se complexificando, vai tendo incorporações, mas recalques também. Então, acredito que é nessa perspectiva que a leitura de Freud certamente precisa ser feita

não está ultrapassado ou arcaico porque a leitura de Freud que fazemos é uma leitura que se renova permanentemente a partir das questões atuais. Uma coisa era ler Freud há 20 anos, ou seja, quando li Freud para escrever o livro sobre histeria com Mario Fuks, li Freud desde uma perspectiva, no interesse de respostas para certas perguntas. Quando leio Freud hoje, leio em busca de respostas para outras perguntas.

E, portanto, acredito que a proposta de Lacan de retrabalhar a obra de Freud foi fundamental na história da psicanálise. Na década de 1960, não se lia Freud na formação. Liam-se dois ou três artigos da técnica, e só. Esse retorno a Freud foi muito importante, mesmo que, depois, os lacanianos também tenham deixado de ler Freud. Mas como proposta para quem a pegou, como nós, a leitura de Freud foi fundamental, tínhamos de retornar às fontes. Em todos os projetos de formação, em todas as associações criadas a partir daí, nas quais tive participação, na Argentina ou aqui, essa consigna foi fundamental. Isso não quer dizer que não se aproveite, não se leiam as contribuições de todos aqueles que o sucederam e que fizeram aportes fundamentais, como Lacan, Melanie Klein, Winnicott, Bollas, e todos os psicanalistas que não são fundadores de escolas, mas que contribuíram com pensamentos importantes sobre temas específicos. Ou seja, o acúmulo de conhecimentos novos que a psicanálise tem ao longo de sua existência, de sua história, é imenso.

Esse intenso trabalho de retorno a Freud encontramos depois em Laplanche, que foi para mim

um acompanhante importantíssimo em toda minha formação. Lia Freud e lia Laplanche, voltava a Freud. E aí dá para ver como cada leitura recupera, de acordo com cada momento, conceitos que são importantes e que não eram muito levados em conta em épocas anteriores. Percebemos que o que tinha sido recuperado dos escritos freudianos era uma parte, e que a partir de outras perguntas se recuperam outros conceitos. A leitura de Freud não está ultrapassada porque ainda existem os fundamentos, que é de onde saímos, mas também porque novas leituras são feitas desde realidades com perspectivas e buscas diferentes, e encontramos conceitos que não eram tão importantes em outras épocas. A partir de novas formas de sofrimento, de novas patologias, foram recuperados tantos conceitos que são absolutamente fundamentais e que, há 50 ou 60 anos, não faziam parte do que um analista tinha na escuta como marco, digamos, a partir do qual a escuta se produz.

Mas também encontramos coisas que não se encontravam antigamente porque mudou o lugar de onde se fazia a leitura. Assim como encontramos muitas questões sobre conceitos que não nos servem. Conceitos que surgiram reproduzindo absolutamente a mentalidade da época, conceitos que não concordam com as nossas posições. Tem conceitos que são misóginos, tem conceitos que são transfóbicos.

PERCURSO Em sua aula aberta para o curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, você faz uma distinção entre uma compreensão da obra freudiana que segue mais pelo binarismo hierárquico e uma compreensão que segue mais pela linha da alteridade.

SILVIA ALONSO O pensamento freudiano é abundante, grande e complexo. Toda a construção do pensamento vai se fazendo a cada momento, vai se complexificando, vai tendo incorporações, mas recalques também. Então, acredito que é nessa perspectiva que a leitura de Freud certamente precisa ser feita. Ao longo do PERCURSO que fiz nessa aula a que você se referiu, trabalhei como tema central o poder e a sexualidade na psicanálise. De

como o poder “tem o poder” de construir grupos vulneráveis, de construir grupos excluídos, grupos sobre os quais se exercem as violências. E, de como isso vai entrando na construção de teorias. Cada pensamento, cada um de nós é fruto da sua época, certamente.

Mas acredito que existem momentos de certas produções conceituais, de pensamentos amplos, extensos, em que se consegue fazer rupturas com o que vem do social que permitem criar teoria. Freud criou teoria, e com rupturas fundamentais. Ou seja, quando se pensava o ser humano a partir da consciência e, portanto, o centro do sujeito era o pensamento consciente, o ego era o centro da existência, Freud faz uma ruptura fundamental. Introduz e inclui o inconsciente com a força de ser o objeto fundamental da disciplina que ele constrói, fundamental para a clínica e para a escuta analítica. É certamente uma grande ruptura, não é? Agora, existem momentos em que há rupturas e momentos em que há continuidades. E em que muitos conceitos de Freud e de todos os pensadores entram na continuidade do social. Muitos autores têm estudado isso atualmente. Michel Thor, por exemplo, estuda qual é a continuidade que se construiu entre o patriarcado, o lugar paterno, a função paterna, a teorização paterna sobre o pai. Alguns entram em uma continuidade e aí não é teoria, são os momentos em que se repete, em que se dá continuidade sem criar teoria. E o que é a criação da teoria? É a possibilidade de criar pensamentos que compreendam a realidade a partir de outra perspectiva ou de uma maneira diferente, nova, certo? Bem, acredito que, em relação à questão da sexualidade, que foi o tema que desenvolvi naquela aula, tem momentos e conceitos muito diferentes.

PERCURSO Qual conceito de Freud você consideraria, hoje em dia, misógeno, transfóbico?

SILVIA ALONSO Ah, tem muitas expressões, muitas impressões. Isso é muito interessante. Se lemos essa ambivalência de quando fala o investigador que ampliou o campo do pensamento e de quando fala o homem burguês do século XIX,



*é muito impressionante,
por exemplo, em relação
à questão da incorporação
das mulheres analistas, ler as atas
das reuniões da primeira
Sociedade de Viena*

por exemplo, vemos isso. Não sei se vocês leram as atas das reuniões da primeira Sociedade de Viena. É muito impressionante, por exemplo, em relação à questão da incorporação das mulheres analistas. Quer dizer, lendo as conversas, se vê isso! As coisas que Freud chega a dizer sobre o feminismo, que o feminismo não ajuda em nada as mulheres, para que as mulheres vão sair do lugar? Bom, não quero repetir, pois vou repetir errado porque não tenho as expressões literais. Mas, hoje em dia, tem tantas publicações nas quais estão assinaladas as expressões que são misóginas. E tem o pensamento, em certos momentos, em relação à restrição da capacidade sublimatória das mulheres, ou o pensamento sobre a inveja do pênis que aparece como o eixo central da subjetividade feminina, como se fosse mantida e não localizada no tempo, não localizada em uma teoria sexual infantil, em uma produção infantil, mas estendida como se fosse a essência da mulher! Ou a tal questão do instinto materno.

Bem, vocês me perguntaram a partir da aula no curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, mas eu gostaria de dizer a partir do trabalho de pesquisa no grupo feminino. Sempre fazemos a investigação a partir dos materiais clínicos, a partir das teorias, a partir do psíquico, intrassubjetivo, totalmente enlaçado com o social. Mas também vamos fazendo uma releitura dos conceitos freudianos. Enquanto realizamos uma investigação, pensamos quais conceitos freudianos fomos revendo? Por exemplo, quando investigamos o corpo no contemporâneo, pensamos



e tem o conjunto de conceitos que trabalhei em vários textos, que tem a ver com a questão da lacuna, do irrepresentável, tem a ver com a simbolização e com o limite como representação fronteira

quais conceitos freudianos devemos recuperar, quais precisamos mudar, quais não nos servem mais. Ou seja, a releitura do texto freudiano no campo da pesquisa tem de ser um eixo fundamental. Se não for assim, como é que se inova se usamos os mesmos conceitos?

Alguns conceitos servem para entender as diferenças, outros não. Nas apresentações clínicas, por exemplo, os conceitos de desamparo, de intensidade, de irrepresentável, de alteridade, de *a posteriori* cobraram valor simbólico. A entrada no campo se deu a partir da escuta nas apresentações clínicas.

PERCURSO Além de pensarmos apenas na criação de novos conceitos, podemos falar da relevância de rearticulação de conceitos que já estão?
SILVIA ALONSO Sim. Articulação e rearticulação de conceitos. Conceitos que, nos primeiros tempos da teoria, tinham uma força e uma presença muito importante – como, por exemplo, o conceito da pulsionalidade pura a partir do traumático ou a questão do recalque como um processo de retradução em linguagens diferentes das fases libidinais –, são conceitos centrais para a clínica, mas ficam periféricos na grande parte do tempo do pensamento freudiano, quando o importante é a representação da pulsão, a pulsão em sua representação. E tem o conjunto de conceitos que trabalhei em vários textos, que tem a ver com a questão da lacuna, do irrepresentável, tem a ver com a simbolização e com o limite como representação fronteira. São conceitos que foram

recuperados e me serviram muito para trabalhar várias temáticas diferentes. E estavam esquecidos, tinham perdido valor e presença em um tempo longo do pensamento freudiano.

E vemos, no final da teorização freudiana, com a guerra e a violência, como se apresentam a pulsão de morte, o não representável, o desamparo e a angústia causada pelo excesso. Então, os conceitos vão cobrando força a partir da clínica e do que está acontecendo na cultura.

Nesse sentido, eu gostaria de retomar o tema da transmissão, pois acho que as questões que surgem atualmente e que interrogam o pensamento são fundamentais para repensar a transmissão. Não é para descartar o Freud ou a psicanálise, mas para repensar o que estamos transmitindo e como estamos transmitindo. Creio serem perguntas que não devem ser evitadas, muito pelo contrário, são perguntas que tem que ser aproveitadas. Perguntas e críticas são bem-vindas, porque levam a um retrabalho de quem transmite para pensar: como está a transmissão? O que não é para ser lido agora? O que é para ser incluído na leitura? Que leituras têm que ser ampliadas? Que outros inter cruzamentos têm que ser feitos com os autores contemporâneos? Isso é fundamental. É preciso que essas perguntas se mantenham na transmissão, nos grupos de formação contínua, nos cursos do Sedes. Isso é uma posição.

PERCURSO No quarto ano são oferecidas novas disciplinas que trazem temas da contemporaneidade, como, por exemplo, as leituras de Fanon. Você acha que essas disciplinas se relacionam com isso?

SILVIA ALONSO Sim, é dessa forma que outras temáticas podem ser incluídas. E, no final da aula mencionada por vocês, eu volto à questão da escuta como um instrumento fundamental para todos os analistas.

PERCURSO Escutar significa manter a ética psicanalítica.

SILVIA ALONSO Exatamente, a escuta nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo temos de pensar que

o contorno da escuta está feito pela episteme. Há o campo da teoria, da episteme, do conhecimento, que também contorna a possibilidade da escuta. É muito importante para pensar na reformulação da episteme, como, por exemplo, nos temas que envolvem a relação com a sexualidade, a diversidade. É por isso que repensar a teoria, os conceitos, a história dos conceitos, se tem ou não ruptura com o social, é um trabalho que tem de ser feito constantemente. Porque, de alguma maneira, esse contorno do que se escuta amplia ou limita as questões que são possíveis de serem escutadas. Tem determinadas questões que entram nessa episteme e outras que não entram nessa construção de interpretação, de validação, de produção teórica. Por isso as perguntas que vêm dos alunos são importantes para quem transmite, porque elas levam a repensar a transmissão.

As conversas e interrogações colocadas para a psicanálise pelos outros campos – como exemplos, aquelas feitas pelo feminismo, pelos grupos queer, pelas lutas antirracistas – são fundamentais. Elas nos colocam questões que, se não viessem desses lugares, talvez nem entrariam no campo psicanalítico. As questões que os colegas em formação levantam atualmente produzem perguntas que estão incluídas no campo para, por exemplo, dar visibilidade à patologização de determinadas

sexualidades, a não inclusão da importância das diferenças dos corpos, de cores desses corpos. São questões que também não estavam incluídas para nós porque toda montagem é limitada. Precisamos que esse diálogo se mantenha com outros territórios, com outros agentes, com outros lugares, porque é isso o que leva a incluir questões que não estavam lá. E isso ajuda a pensar com quais perguntas eu faço a leitura de Freud.

PERCURSO Então, isso é fundamental para aquilo que você dizia como um pilar: manter uma permeabilidade na clínica e no pensamento psicanalítico.

SILVIA ALONSO Não transformar a psicanálise em um dogma é imprescindível. A psicanálise é um aporte muito importante para a compreensão do psiquismo ligado ao social, dos fenômenos sociais, da constituição das subjetividades. Mas não é um dogma. As verdades da psicanálise também precisam acompanhar o tempo. O tempo do *après coup* é o tempo da psicanálise, inclusive na maneira de estudar psicanálise. Rer Freud requer estar atento ao momento, a leitura muda com as interrogações e com o tempo. E assim, mantemos o que é verdadeiramente fundamental – e continuo achando fundamental o pensamento freudiano.

Para Fanon, em tempo

Realização Bruno Esposito, Gisela Haddad (coordenadora), Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tânia Corghi Veríssimo

Isildinha Baptista Nogueira é psicanalista e pesquisadora. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP e professora do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Fez sua formação nos Ateliers de Psychanalyse, em Paris, com Radmila Zygoris (uma das fundadoras da instituição).

Marcio Farias é psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e pós-doutorando em Economia Política Mundial na UFABC. É professor da PUC-SP e convidado do Celacc/ECA-USP. É coordenador de pesquisa do Amma Psique e Negritude. Tem experiência em psicologia social, políticas públicas e cultura, com passagens pelo Museu Afro Brasil e pelo Sesc-SP. É editor da Dandara Editora e coordena o GT “Trabalho, relações étnico-raciais e migrações” da ABET. Autor de *Clóvis Moura e o Brasil* e organizador de *Violência e sociedade: racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*, pesquisa relações raciais, trabalho, subjetividade e pensamento social brasileiro e latino-americano.

Noemi Moritz Kon é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre e doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP e autora de *Freud e seu Duplo, A Viagem: da Literatura à Psicanálise*, e coorganizadora, com Cristiane C. Abud e Maria Lúcia da Silva, de *O racismo e o negro no Brasil*. Docente no Curso de Psicanálise, membro do grupo de trabalho “A cor do mal-estar: psicanálise e racismo, da invisibilidade do trauma ao letramento” e do “Generidades: identidade, gênero e desejo” do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Participa também do “Grupo de Psicanalistas Atent@s às questões étnico-raciais” do Instituto AMMA, Psique e Negritude.

Priscilla Santos de Souza é psicanalista, doutora e mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). É membro do Laboratório de Pesquisa e Extensão “Psicanálise, Sociedade e Política” (PSOPOL) do Departamento da Psicologia Clínica do IPUSP, servidora técnica em educação na Universidade Federal do ABC (UFABC) e coordenadora geral do Sindicato, SINTUFABC. Faz parte do Coletivo Desorientalimos e compõe o corpo de professoras do Instituto Gerar. É militante do movimento de mulheres Olga Benário e da Tamuya Escola de Formação Popular.

Isildinha Baptista Nogueira

Marcio Farias

Noemi Moritz Kon

Priscilla Santos de Souza

Cem anos após seu nascimento e 75 anos desde que publicou Pele negra, máscaras brancas, a vida e obra de Frantz Fanon, embora ainda pouco conhecida, permanece ensinando, mobilizando, incomodando e provocando a psicanálise e áreas afins. O negro existe, porque o branco o criou, e ao criar o negro, cria-se o branco, duas posições alienantes. A criação do racismo desumaniza o outro para se afirmar humano. Se o negro vive a síndrome de inferioridade, o branco vive a neurose de superioridade. Frases suas que confirmam a perpetuação das dívidas da branquitude, responsável pela relação colonizador/colonizado, em um processo violento de desumanização do colonizado, ao negar-lhe seu passado e seus valores.

Em sua curta vida, assistiu a duas guerras, militou no Caribe, Europa e norte da África e lutou ativamente pela independência da Argélia, ex-colônia francesa. Psiquiatra, professor, diplomata, jornalista, escreveu inúmeros artigos em revistas científicas, além de três livros. Desde sua morte no final de 1961, seu pensamento mantém uma vida extraordinária, enraizado em um humanismo radical e revolucionário. Sua vida e trabalho encarnados oferecem inspiração e acuidade analítica a diferentes públicos. Seu trabalho vive e dialoga com as formas contemporâneas de luta, fruto de um questionamento constante feito dentro das academias por parte de movimentos negros que têm buscado ocupar cada vez mais espaço dentro das universidades. Nomes como Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Achille Mbembe, inspirados no pensamento fanoniano, tornam-se



leituras obrigatórias nas universidades e abrem espaço para pensar para além da violência colonial histórica, a “colonialidade do poder” que persiste nos modos de classificação de raça e cidadania no Brasil.

Desconhecemos o vocabulário, ignoramos a gramática, estranhamos os sentidos. Tal e qual apreender outro idioma é necessário adentrar na cultura, conviver com o diferente e admitir o desconhecimento. O letramento racial exige de quem supõe deter o saber universal – os brancos e sua branquitude – a admissão e renúncia dos seus privilégios e da sua prepotência e, por parte da negritude, no sentido oposto, a desalienação da sua subserviência. Pressupõe o trabalho permanente com o mal-estar gerado por

“Jean Paul Sartre se esqueceu de que o negro sofre no seu corpo, ao contrário do branco. Entre o branco e eu, tem irremediavelmente uma relação de transcendência”

[Frantz Fanon]

disputas narrativas, implicando-nos em uma tarefa desafiadora de desnaturalização da lógica colonialista internalizada.

A equipe da seção Debate da Revista *Percurso* convida alguns debatedores para escrever sobre o tema.

Isildinha Baptista Nogueira

Fanon, o negro que vive em nós

Quando recebi um convite da equipe da seção Debate da Revista *Percurso* para escrever um pequeno texto em que a ideia disparadora era os 100 anos do nascimento de Fanon, e os 75 anos de seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, fui tomada de uma forte emoção.

Particularmente, Fanon tem me ensinado e inspirado desde que comecei a pesquisar e a escrever sobre o sujeito negro. Fanon não era psicanalista, nunca foi analisado, era um leitor arguto de Freud, mas entendeu a Psicanálise como poucos. Desenvolveu uma auto-observação e uma capacidade de leitura da condição do negro no mundo, que os psicanalistas e intelectuais de seu tempo não conseguiam entender. Percebeu, sobretudo, que o inconsciente não era neutro, que nossos sintomas, fantasias e identificações não emergem do nada, e que somos atravessados pela cultura, pela história e pelo laço social.

Foi o primeiro a falar do sofrimento psíquico do negro. A cultura que constituiu a categoria “negro” enquanto um signo produziu para o indivíduo negro uma posição de ambivalência. Ofereceu-lhe um paradigma – o da brancura – enquanto lugar

de identificação social. No entanto, por representar justamente o outro da brancura tal identificação é evidentemente interdita.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, ao comentar as observações de Sartre, filósofo francês que admirava e de quem foi muito próximo, Fanon diz: “Jean Paul Sartre se esqueceu de que o negro sofre no seu corpo, ao contrário do branco. Entre o branco e eu, tem irremediavelmente uma relação de transcendência”.

É essa dimensão singular que torna a condição de negro impossível de ser simetrizada à condição de branco que produz, para o negro, essa experiência de sofrer o próprio corpo. Não conseguindo se ver incluído, o negro acaba por se excluir como uma alternativa para eliminar aquilo que é impossível de ser eliminado, “seu próprio corpo”, sua própria condição de sujeito.

Fanon foi decolonial, e ao apontar que a escuta psicanalítica era até então exclusivamente sobre o sujeito branco, resgatou a humanidade do negro, desconstituída pelo colonialismo europeu. Devolveu-lhe a humanidade e o leu como sujeito, e ainda que do lugar de um não analista,



*talvez esse atual mal-estar
que se espraia pelo campo
psicanalítico explique o motivo
pelo qual Pele negra, máscaras
brancas tenha recepção
contemporânea tão impactante*

“construiu uma metapsicologia” do sujeito negro.

O colonialismo é uma marca na história da humanidade, um sintoma, uma ferida aberta, um trauma transgeracional que sobrevive e se atualiza

Marcio Farias

Racismo, subjetividade e escuta: a atualidade de Fanon para a psicanálise

Aprendi, muito cedo em minha formação, que o revolucionário da psicanálise era a posição de suposto saber que ela ocupa, dando corpo à emergência dos conflitos existenciais anunciados pelo próprio sujeito. Inverte, assim, o biopoder que, por meio do discurso competente da ciência, diz ao outro quem ele é, impõe um regime de verdade e cria um corpo dócil ao regime de dominação. No entanto – e talvez isso se deva ao momento de policrise que atravessamos –, no atual debate público os “psicanalistas falam” ao invés de escutar e, assumindo o papel de caça às bruxas do identitarismo, anunciam o “lugar de cale-se” aos que bradam, segundo esses saberes, impropérios incivilizados.

O velho comunista Solano Trindade, em seu famoso poema “Trem sujo da Leopoldina”, advertiu sobre a intransigência das elites para com os despossuídos da terra: “tem gente com fome, tem gente com fome [...] mas o freio de ar todo autoritário manda o trem calar: psiuuuuu!”. O poema evidencia, assim, a lógica do silenciamento como tecnologia de poder: ao impedir a enunciação dos

no capitalismo global, na figura dos neoliberais.

Em 20 de julho de 2025, inspirada em Fanon, e junto a um coletivo de analistas e intelectuais brasileiros, lançamos o manifesto “Por uma psicanálise decolonial”, cujo propósito foi afirmar que o inconsciente não é neutro: tem cor, território, história e memória. Negar isso é amputar a escuta, é trair a ética da psicanálise.

“A psicanálise nasceu para escutar aquilo que ninguém queria ouvir. E hoje precisa ter a coragem de escutar as feridas abertas pela colonialidade e pelo racismo estrutural, tornando-se, enfim, o que promete: um campo de escuta para humanos. Todo ele”¹.

subalternizados, conserva-se a ordem social e bloqueia-se a passagem da dor à consciência histórica. E aqui não se reivindica o “vox populi, vox dei” analítico, mas a possibilidade de falar de si, enunciar e nomear os conflitos. Esse “psiu” – expressão condensada de uma política de classe e de raça – funciona como operador ideológico que naturaliza a desigualdade e desloca para o plano moral aquilo que é estrutural. Compreender esse mecanismo implica reconhecer que a luta pela palavra é inseparável da luta pelo estatuto de sujeito histórico, pois somente onde há possibilidade de dizer há também possibilidade de ação e transformação.

Talvez esse atual mal-estar que se espraia pelo campo psicanalítico explique o motivo pelo qual *Pele negra, máscaras brancas* tenha recepção contemporânea tão impactante. Permanece entre aqueles clássicos capazes de atravessar a história sem perder a potência de enunciar as coisas. Fanon, herdeiro da crítica do movimento da negritude e contemporâneo das lutas de libertação africana, captando em sua obra o espírito que posteriormente se verterá no terceiro-mundismo, fala desde o esgotamento do humanismo europeu,

1 Manifesto por uma psicanálise decolonial.



não como quem deseja reformá-lo, mas como quem anuncia seu colapso e busca superá-lo, na melhor acepção dialética: negação, conservação e nova posição. Sua obra não oferece remendo para a ferida colonial nem para o humanismo formal; ela nos obriga a olhá-la aberta e buscar o lenitivo, sem o anestésico da neutralidade.

O pensamento fanoniano nos interpela não apenas como herdeiros da violência colonial, mas como sujeitos que continuam a repeti-la sob novas formas. “O negro existe porque o branco o criou”, diz Fanon, e, ao criá-lo, criou também o branco como posição fantasmática de superioridade. Essa relação especular de desumanização não é apenas social: atravessa a dimensão subjetiva e o laço simbólico. Se o racismo é estrutura, ele também é sintoma: condensa tanto a defesa narcísica do branco diante do abismo de sua própria incompletude quanto o narcisismo negativo do negro que se torna sujeito negando-se enquanto tal. As feridas narcísicas, aqui, operam em distintos caminhos.

Nesse sentido, Fanon não apenas denuncia a alienação do colonizado; ele realiza uma crítica radical à psicanálise que desconhece a história. Sua leitura do inconsciente não parte da universalidade abstrata, mas do trauma racial que funda a modernidade, como lembram também Quijano e Martín-Baró.

Sem rodeios. Creio que podemos usar os devidos significantes e enunciar o significado mais profundo da importância de Fanon hoje entre os psicanalistas: poder indica que uma psicanálise de branco feita para branco teve como pacto histórico o silêncio – e, depois, a condescendência – diante do massacre dos condenados das terras *brasilis*, todos escuros, ou quase escuros de tão pobres. A sociedade colonial escravista, com sua brutalidade, verteu-se em capitalismo racial dependente. As pequenas franjas dos possuidores tinham na psicanálise o bálsamo para curar os “ais-ais” da existência. Os romances familiares brasileiros dos possuidores tiveram condição de pautar suas emergências, entender os significantes, analisá-los. Aos outros da terra,

Fanon não apenas denuncia a alienação do colonizado; ele realiza uma crítica radical à psicanálise que desconhece a história. Sua leitura do inconsciente não parte da universalidade abstrata, mas do trauma racial que funda a modernidade

à “ninguendade” à qual o povão foi submetido, restou cerrar os dentes e engolir a seco o silêncio.

É nesse terreno histórico que o mito da democracia racial se consolida como operação política no laço social. Ele oferece uma fantasia de harmonia que sustenta o pacto das elites, garantindo a continuidade do gozo e do privilégio racial sob a aparência de conciliação nacional. Trata-se de uma racionalização coletiva que permite à branquitude manter-se inocente e às classes médias urbanas se reconhecerem como mediadoras do universal. O mito da mestiçagem, longe de dissolver a hierarquia racial, torna-a suportável e natural – e, assim, inquestionável.

A psicanálise, ao se enraizar nesse solo, herdou suas contradições. Mais do que uma questão de neutralidade, o que está em jogo é o lugar de classe e de raça a partir do qual o sujeito fala, interpreta e escuta. A formação psicanalítica brasileira foi moldada por esse entrelaçamento: a experiência burguesa branca tomada como paradigma do humano. É a partir dessa amálgama que a teoria se tornou alheia ao sofrimento racial e à materialidade da exploração. O que se apresenta como universal é, na verdade, particularidade historicamente situada – o inconsciente de uma classe racializada que fez do outro o espelho de sua culpa e de sua superioridade.

Por isso, quando Fanon irrompe no campo psicanalítico, ele não apenas desloca conceitos: ele desmascara posições. Sua obra revela não apenas o silêncio dos bons, mas a recusa em reconhecer que o sujeito da produção psicanalítica – da escrita, da escuta e da fala – é também o sujeito da dominação.



*o mal-estar contemporâneo
não reside no fato de que os condenados
da terra lutam para superar a
subalternidade e fazer-se ouvir, mas,
ao contrário, na recusa de escuta por
parte dos próprios psicanalistas*

Fanon nos ajuda a escutar aquilo que a psicanálise, em sua forma tradicional, não pôde ouvir: a demanda negra. Uma demanda que não é apenas por reconhecimento, mas por existência – por uma inscrição simbólica que restitua o direito de ser. Essa demanda não cabe no enquadre clássico, porque denuncia o enquadre como produto da própria violência colonial.

Escutar a demanda negra exige reconhecer que o campo clínico é também um campo político. Não há neutralidade possível quando o próprio gesto de escuta está atravessado pela branquitude. O letramento racial, nesse contexto, não é mero exercício conceitual, mas trabalho psíquico: supõe desalienar o saber de seu lugar de universalidade e reconhecer o mal-estar que a racialização produz no analisando, no analista e na instituição. Exige o entendimento de que, nas sociedades colonizadas, a subjetividade negra nasce emparedada: o acesso, a mobilidade e o reconhecimento são constantemente negados. A clínica, quando não atenta a isso, corre o risco de reproduzir a estrutura que deveria desmontar. É por isso que Fanon fala em “introduzir a invenção na existência”: trata-se de romper o destino imposto e abrir fenda no muro que define quem passa e quem fica.

A tarefa que se impõe às instituições psicanalíticas é dupla: recordar, repetir e elaborar – mas agora com o conteúdo recalcado da raça. Isso implica uma guinada epistemológica: deslocar a

branquitude do lugar de medida e escutar a existência racializada como chave de leitura do mal-estar contemporâneo. E, nessa operação, Fanon é incontornável: nunca foi apenas um autor da denúncia. Sua aposta é a de um humanismo radical, que só pode emergir depois do desmoronamento do homem branco como universal. “O verdadeiro salto”, escreve ele, “consiste em inventar o homem em sua totalidade”. Para os psicanalistas, esse salto talvez signifique reinventar a escuta – reconhecer que o inconsciente, quando atravessado pelo racismo, exige novas gramáticas de interpretação.

A escuta impossível de Fanon ecoa como um silêncio que nos devolve à cena inaugural da colonização: quem fala, fala de onde e a quem é dado escutar? Essa impossibilidade não é um limite clínico, mas um sintoma coletivo. É ali, no lugar da falha, que se abre a chance de reinvenção da clínica e do pensamento.

Voltar a esse fundamento talvez seja o gesto mais subversivo que a psicanálise poderia realizar: recolocar-se em seu compromisso ético e político de ocupar o lugar de suposto saber, não para enunciar, mas para que o sujeito possa, enfim, falar. Pois o mal-estar contemporâneo não reside no fato de que os condenados da terra lutam para superar a subalternidade e fazer-se ouvir, mas, ao contrário, na recusa de escuta por parte dos próprios psicanalistas, que, em vez de sustentar o silêncio necessário, insistem em falar – repetindo, assim, o velho gesto colonial do “cala-se”.

Por isso, o desafio de Fanon não é simplesmente político: é clínico. Fazer a psicanálise reencontrar sua vocação subversiva exige devolver-lhe a história, o corpo e a voz. Se o racismo é a neurose da cultura brasileira, como bem pontuou Lélia Gonzalez, talvez a análise que nos falte seja justamente a da própria psicanálise – aquela que insiste em curar o outro sem se interrogar sobre a doença que a funda.

Noemi Moritz Kon
Branquitude

Sou mulher, branca, de quase 65 anos. Sou judia (o que me faz, talvez, nem tão branca para alguns nesse momento, o que abre um alçapão para as discussões das questões étnico-raciais, questões que deixarei aqui entre parênteses e que buscarei adentrar, em algum outro momento), não religiosa. Sou da primeira geração de brasileiros de minha família, filha de imigrantes que vieram da Itália, França e Alemanha, fugidos das perseguições nazifascistas, entre os anos de 1938 e 1941. Sou cis, heterossexual, casada, mãe, tenho dois filhos. Sou da classe A, tenho curso superior, mestrado e doutorado desenvolvidos em universidade pública e formação em Psicanálise, em instituição valorizada e reconhecida. Moro perto de onde trabalho e circulo primordialmente a pé, ou ainda de carro particular, em percursos médios de 15 minutos, pela região mais central da cidade de São Paulo, os Jardins, um território beneficiado por calçamento, água, luz, esgoto, recolhimento de lixo, limpeza pública, segurança, abastecimento e lazer – muitos cinemas, teatros, casas de show, museus, livrarias, supermercados, restaurantes –, com serviços de saúde e hospitalares de qualidade à minha disposição. Minha última atividade da semana – e devo dizer que trabalho muitas horas (tenho lá meus méritos, ainda que, digamos, méritos meritocráticos), já que conto com ajuda contratada para a solução das infinitas tarefas domésticas –, é uma salvadora sessão de shiatsu que me restabelece o equilíbrio e a saúde.

Hoje mesmo, dia 22 de setembro de 2025, uma tempestade com ventos fortes desabou ainda cedo sobre a cidade, derrubando árvores, inundando ruas, casas e estabelecimentos, quebrando vidraças, trazendo grandes complicações para o trânsito, impedindo a circulação de ônibus e metrô, interrompendo a eletricidade, a conexão de internet e de telefone em várias regiões.

Eu, porém, em minha ininterrupta jornada de trabalho, dentro de meu consultório, protegida por janelas antirruído, fui alertada pelos

»
*sou da primeira geração
de brasileiros de minha família,
filha de imigrantes que vieram
da Itália, França e Alemanha, fugidos
das perseguições nazifascistas,
entre os anos de 1938 e 1941*

analisando nas primeiras horas da manhã dos muitos incidentes na cidade, tanto por aqueles que conseguiram chegar até meu consultório, ainda que atrasados, assustados e molhados, como pelos outros com quem me encontrei online (os que tinham ainda internet e bateria disponíveis em seus celulares), da chuvarada que caía lá fora e do caos que se instalara em S. Paulo.

Nesse mesmo dia de tormentas, lá pelas duas da tarde, recebi de Gisela Haddad, em nome do grupo Debates da Revista *Percurso*, um generoso convite para que participasse, com outros colegas, da edição de comemoração dos 100 anos do nascimento de Frantz Fanon e dos 75 anos da publicação de seu *Pele negra, máscaras brancas*, cabendo a mim a responsabilidade de abordar o conceito de “branquitude”.

Agradei dizendo que temia não ser capaz de produzir uma contribuição à altura nas escassas duas semanas que teria de prazo. Declinei, mas não totalmente, deixando a porta entreaberta, já intuindo que seria, provavelmente, fisgada pela oportunidade e pelo desafio; fisgada, acho que seria mais honesto dizer, pela percepção aguda e pela consciência incontornável, que o próprio convite me trouxe, de alienação violenta da experiência que vivia naquele mesmo dia, naquele exato momento, experiência derivada, justamente, de minha branquitude, uma experiência de regozijo de estar a salvo e na boa, experiência que me manteve apartada e ignorante da atribulação vivida nesse dia por tantos em meu entorno, ignorância que me permitiu usufruir do cotidiano trivial de uma psicanalista confortavelmente instalada no alto de sua torre, no interior de sua bolha, de sua redoma



*não me dava conta de quão
pouco neutro, natural ou trivial
é esse ambiente – embora saiba
também, com alguma vertigem,
de sua verdade e de
sua legitimidade*

hermética, esta que me permite permanecer alheia e protegida do mundo e de suas intempéries, num ambiente no qual temperatura, luminosidade, umidade e pressão são controladas para garantir meu bem-estar e minha produtividade, podendo, então, aproveitar das vantagens auferidas pelo uso da tecnologia – do celular, do iPad e do computador, dos aparelhos de ar-condicionado, do umidificador, do *dimmer*, do aromatizador –, além das plantas bem cuidadas que compõem meu belo e acolhedor ambiente, com suas insígnias e marcadores sociais – os livros, a música, os quadros –, objetos cifrados, que estabelecem conexão entre pares, entre mim e os mesmos e nossos acordos tácitos, e que estruturam aquilo que Cida Bento conceitua como *pacto narcísico da branquitude*, rede de criação, sustentação e manutenção do status quo da colonialidade e do privilégio de saber/poder, aquilo que mantém a hierarquia desdenhosa e exploradora de alguns poucos – os brancos supostamente não racializados, ciosos de sua posição de valor universal de representantes da Humanidade – sobre a quase totalidade dos outros – os racializados (racizados, no dizer de Thamy Ayouch²), os não brancos, em sua descartabilidade.

Como escreve Lia Vainer Schucman:

A branquitude é entendida [...] como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de

superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.³

Ou, ainda, Lilia Schwarcz:

Branquitude corresponde a um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado, mas exerce suas prerrogativas no presente. Tem como consequência social a manutenção de monopólios sociais e a perpetuação do poder.⁴

Ou mesmo Thamy Ayouch:

A branquitude poderia então ser definida como uma operação discursiva que procede à eliminação de qualquer outra discursividade que não obedeça a seu ideal de universalismo. É uma posição na qual o sujeito branco se afirma como o garantidor moral de uma ordem universalista, obscurecendo assim as vivências de sujeitos racializados.⁵

Sei que até pouco tempo atrás não me dava conta da artificialidade de tudo isso que experimento hoje já com algum estranhamento crítico. Não me dava conta de quão pouco neutro, natural ou trivial é esse ambiente – embora saiba também, com alguma vertigem, de sua verdade e de sua legitimidade em minha experiência subjetiva –, que me permite viver, de certa forma, alienada de meu alienamento, negadora de meus confortos privilegiados, inclusive o de poder não saber o que obviamente, em algum lugar, eu sei.

Hoje percebo que me sei há uns 64 anos, que me sei do sexo feminino há uns 63, cis talvez há uns 63 também, heterossexual possivelmente há uns 60 anos, judia há uns 58 anos, casada há 42 anos, mãe há 37, classe A há uns 45 anos, mas só me tornei e me sei branca, num susto, num estranhamento literalmente desnorteante, em 2010, já com cinquenta anos.

Que lerdeza, que ignorância.

“Ignorância branca”, como a denomina Charles W. Mills⁶, privilégio de não precisar saber, o que diz, justamente, de minha branquitude.

2 T. Ayouch, *A raça no divã*.

3 L.V. Schucman, *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:* raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.

4 L.M. Schwarcz, *Imagens da branquitude, a presença da ausência*.

5 T. Ayouch, “Quem pode falar no divã? Raça e psicanálise situada”, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2023, v. 23, *Dossiê psicanálise e política: a insistência do real*.

Bem mais tarde, nesse mesmo dia, já às oito da noite, retomava com Julia um momento importante de nossa sessão da semana anterior, quando ela trazia reflexões sobre sua relação com a analista de sua filha, Beatriz, adotada um ano antes. Um projeto solo, de receber uma menina de sete anos e construir com ela uma nova família. Meses de gestação simbólica de si mesma como mãe, antes mesmo de ser destinada e receber Beatriz como filha, como sua filha. Um lindo processo, não sem percalços, que resgatava e redirecionava dores de abandonos, perdas e separações, desconfianças e desesperanças, na criação em parceria de um novo futuro, um novo futuro marcado pela falta de conhecimento de grande parte do passado da filha. Me retorna muitas vezes a comovedora imagem compartilhada, uma fotografia de Beatriz dormindo relaxada num carrinho de supermercado. Um bebezinho recém-nascido, de 7 anos e de 1,25 metro, todo apertadinho, todo encolhidinho dentro de um carrinho de supermercado. Uma menina-bebê de 7 anos, negra, que teve sua vida dividida entre um ambiente familiar de privação, vulnerabilidades e negligências e quase quatro anos compartilhados num SAICA, num abrigo público, com desafios e oportunidades. Nesse último ano, o primeiro ano de vida compartilhada entre Beatriz e Júlia, foram muitos aprendizados, muitos choros e contendas, manifestações de revolta, de raiva e de curiosidade, testes de todos os tipos para que o desejo recíproco fosse confirmado, para que a continuidade da presença fosse reassegurada, numa exigência de testemunho do valor daquelas vidas, até estabelecerem e, de alguma forma, estabilizarem, o conforto de uma declaração conjunta de fé, de esperança e de vínculo, vínculo amoroso.

Foi muito, muito trabalho, muito investimento, muita elaboração de angústia e de medo, todo um consistente projeto para consolidar laços, tendo Júlia à frente. Trabalho também em rede: com os profissionais do fórum e do abrigo, que acompanharam bem de perto o processo de adoção, com a família de Júlia – seus pais, irmãos, sobrinhos, primos –, com seus amigos, com a comunidade religiosa da

»»

*Júlia é uma mulher negra,
racializada e politizada, engajada,
reconhecida e respeitada no movimento
negro, também por seu ativismo contra
o racismo e pelos direitos humanos*

igreja católica e do terreiro, com os profissionais da nova escola, escolhida com zelo, e com as psicanalistas, a da filha e a dela mesma.

Vale dizer que Júlia é uma mulher de cerca de cinquenta anos, cis, heterossexual, solteira, de uma primeira geração nascida aqui no Sudeste, cujos pais, buscando trabalho e segurança, migraram de estados do Norte e do Nordeste do Brasil, no final da década de 1950. Nasceu e cresceu na zona Leste, onde vive até hoje. É graduada, mestre e doutora num rico percurso na universidade pública. De classe A, uma executiva valorizada em organizações intergovernamentais e do terceiro setor, com consistente carreira internacional, que percorre a cidade primordialmente em carro próprio, levando mais de uma hora entre o trabalho e sua casa. Uma mulher negra, racializada e politizada, engajada, reconhecida e respeitada no movimento negro, também por seu ativismo contra o racismo e pelos direitos humanos.

Júlia chega extenuada. O caos da cidade também atravessara seu dia, mas não era só isso. Estava cansada de viver desencontros reiterados. Traz uma sequência de situações, não tão diferentes das narradas em outras sessões, experiências dolorosas que roubam suas forças, que a abatem, que quase a fazem desistir, quase: a sutil e cruel postergação – uma demora calculada – no atendimento da farmácia, o retraimento corporal da mulher no elevador, a surpresa com que a observam quando ela sai de seu novo carro no estacionamento, a inspeção prolongada de seu documento na portaria do consultório da dentista que visita pela enésima vez, a evitação e a distância na convivência com outros moradores nas áreas comuns



*Júlia queria poder construir
alguma proximidade e intimidade
com a analista da filha,
uma cumplicidade de cuidados
e empatia entre elas, para que
o trabalho pudesse seguir bem*

do condomínio, a dor de não ver seu nome listado junto com o dos outros responsáveis pelo projeto recém-concluído (desculpe, esqueci!), o embaraço, o constrangimento, quando, enfim, a conhecem em pessoa – em carne e osso, e em pele –, e não apenas por e-mails e mensagens, depois de um longo processo de negociação...

Fala, então, uma vez mais, da experiência de mal-estar vivida no vínculo com a analista da filha. Beatriz – Júlia ressalta – parece aproveitar muito sua análise, parece apreciar a analista. Isso a tranquiliza, sabe da importância para o desenvolvimento emocional da filha. Ainda assim, sente, emanando da profissional, uma certa desconfiança, como se ela, Júlia, não fosse capaz de entender a importância da função materna, como se a analista duvidasse de sua capacidade de ser mãe. Sabe que não conseguem ser espontâneas uma com a outra.

Isso a aborrece, a entristece, a enraivece.

Na intenção de diminuir a distância incômoda entre as duas, um desconforto mal dissimulado, Júlia toma a iniciativa e, com paciência, muita paciência, sugere encontros mensais entre elas, para que possa, dessa maneira, acompanhar o processo mais de perto. Mas sabia que queria algo mais, ou outra coisa. Queria poder construir alguma proximidade e intimidade com a analista da filha, uma cumplicidade de cuidados e empatia entre elas, para que o trabalho pudesse seguir bem. Em realidade, parecia precisar – o que é quase um disparate – convencer a analista da

filha de seu preparo, ou melhor, fazê-la ver, fazê-la escutar, fazer-se conhecer, enfim, fazê-la saber do entendimento profundo que tem do complexo processo que vive com sua filha, e assim superar a prevenção arraigada, o preconceito que estabelece, antes de tudo o mais, o seu desvalor. Mas não tem conseguido, apesar de todo o esforço, deixar de notar um olhar reiterado de suspeição sobre si, um olhar de descrédito, nem, tampouco, deixar de reconhecer, como em tantas outras relações, uma postura pretensiosa e desconfiada, atitude que deixa transparecer certo menosprezo, uma certa arrogância condescendente.

Isso dói, isso inquieta, isso retraumatiza.

Sua aposta era de que com esse cuidado e investimento transformaria a relação entre a ela e a analista de Beatriz, estabeleceria um movimento importante também na constituição do vínculo entre ela, Júlia, e a filha, entre a filha e seu novo mundo. Constata emocionada que, assim como não encontrava entre os inúmeros livros para crianças da sala de espera do consultório da analista da filha um, apenas um, que trouxesse personagens negras em seus enredos, não encontrava, no olhar da analista, um espaço veraz para sua história, um espaço legítimo para sua existência e, por extensão, não encontrava também um espaço para a existência de sua filha, de Beatriz.

A analista não as via, não as escutava!

A branquitude cega desumaniza, dessubjetiva, invisibiliza, silencia, explora, oprime, revolta, faz sofrer pela objetificação e nadificação que impõe ao outro. Goza no racismo, recusa o óbvio e se refestela na impostura, no desmentido e na exaltação de sua fragilidade ressentida e de seu mérito.

Agradeço imensamente Júlia por sua confiança e por ter dividido tanto comigo. O que mais eu poderia fazer além de acompanhá-la de perto e expressar minha empatia ante a dor e a violência experimentada, não negando a crueldade e a injustiça, não atuando pela reiteração do desmentido e da retraumatização?

Comento com ela, então, sobre o desafio implicado no convite recebido neste mesmo dia para a escrita deste texto e pergunto a ela se poderia

6 C.W. Mills, "Ignorância branca", Trad. Breno Ricardo Guimarães Santos, *Griot: Revista de Filosofia*, v. 17, n. 1.



compartilhar suas reflexões numa publicação, para que outros pudessem aprender com sua experiência, para que nós, psicanalistas brancos, pudéssemos pensar sobre os efeitos violentos de nossa branquitude.

E aqui estamos nós.
Obrigada, Júlia.

Referências bibliográficas

Ayouch T. (2025). *A raça no divã*. São Paulo: n-1.

_____. Quem pode falar no divã? Raça e psicanálise situada, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2023, v. 23, Dossiê psicanálise e política: a insistência do real. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812023000701193>.

Mills C.W. (2007). Ignorância branca. Trad. Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa/Bahia, v. 17, n. 1, p. 413-438. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/SANIB>> [Publicação

original: Mills C.W., White ignorance. In: Sullivan S.; Tuana, N. (eds.). *Race and epistemologies of ignorance*. Albany, NY: SUNY Press, p. 11-38].

Schucman L.V. (2014). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta.

Schwarcz L.M. (2024). *Imagens da branquitude, a presença da ausência*. São Paulo: Companhia das Letras.

*partimos do ponto
de que a experiência
do encontro com a
diferença radical imposta
pela questão racial nos aliena*

Priscilla Santos de Souza

Mais, ainda, Fanon: para descer aos infernos

Poderíamos pensar sobre o que não cessa de se inscrever em termos clínicos e em como comparece na clínica um modo de pensar e orientar o percurso de uma análise. Sabemos, em parte, dos equívocos de supor que há algo que sabemos mais do que quem fala, quando nos colocamos em posição de escuta.

No entanto, em diálogo com outros campos, que se supõem mais curiosos e talvez mais permeáveis do que a nomeada psicanálise, somos atravessados pela convocação a aprender pedagogicamente sobre os laços e as diferenças raciais. Sem alongar na função do letramento, convoco as pessoas a pensar com os Calibã, como nos apresenta Deivison Faustino⁷, como uma figura entre o indígena, os povos desta terra e os negros da diáspora africana.

Essa apropriação crítica, invocada a partir de Fanon, refere-se ao encontro do que se expressa para além do racismo: “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada”⁸.

O que reivindico aqui é, como psicanalistas, quais são os limites da aposta na transformação

da posição ética a partir da “qualificação argumentativa” de aspectos de conhecimento e da tomada de consciência como mudança estrutural para as relações econômicas e sociais epidermalizadas pelo racismo no Brasil?

Calibã aprende a língua do colonizador para amaldiçoá-lo, expulsando-o do seu lugar para construir, ou não, uma transformação e superação dos estranhamentos sociais existentes.

Partimos do ponto de que a experiência do encontro com a diferença radical imposta pela questão racial nos aliena. Se a norma universal, vazia, abstrata, mas habitada pela força do poder das armas e por toda a estrutura colonial, faz crer numa superioridade, esse idioma manco, porém muito reivindicado, pressupõe a necessidade de renúncias aos privilégios materiais e simbólicos que sustentam as diferentes posições.

Para as pessoas negras, o que reivindicamos é uma análise que promova o que, em uma sociedade conivente com o racismo, lhes permita descer aos seus infernos, sem posições de falsos acolhimentos, culpas ou apostas em um “bem” que não considera as constantes investidas racistas



enquanto houver colonialismo,
o racismo permanece como
ferramenta de dominação.
É sobre isso que Fanon nos apresenta,
de forma explícita no início
de *Pele negra, máscaras brancas*

que promovem distrações dessa árdua tarefa de
construir a existência. Nas palavras de Fanon:

Para pôr um termo a esta situação neurótica, na qual sou obrigado a escolher uma solução insana, conflitante, alimentada por fantasmagorias, antagonica, desumana enfim, só tenho uma solução: passar por cima deste drama absurdo que os outros montaram ao redor de mim, afastar estes dois termos que são igualmente inaceitáveis e, através de uma particularidade humana, tender ao universal. Quando o negro mergulha, ou seja, quando ele desce, acontece algo de extraordinário.⁹

Enquanto houver colonialismo, o racismo permanece como ferramenta de dominação. É sobre isso que Fanon nos apresenta, de forma explícita no início de *Pele negra, máscaras brancas*¹⁰: a desalienação do negro deve ser material e psíquica. É precisamente nesse terreno árido do conflito e do desconforto que o pensamento e a prática clínica de Frantz Fanon se revelam de uma urgência radical.

Fanon, já nos anos 1950, diagnosticou essa estranheza fundamental não como uma falha individual, mas como um sintoma estrutural da relação colonial. O mundo colonial, ele afirma em *Os condenados da terra*¹¹, é um “mundo cindido”,

dividido maniqueisticamente entre colonizador e colonizado. Essa cisão não é apenas geográfica ou econômica; é também psíquica e linguística. O colonizador impõe sua língua, seus códigos, sua gramática do humano, ao mesmo tempo que torna o colonizado um estrangeiro em sua própria terra e em seu próprio corpo.

No texto “A clínica como ato revolucionário”, Fanon¹², ao aplicar o Teste de Apercepção Temática (TAT) em mulheres argelinas, percebeu o fracasso do instrumento. As imagens, enraizadas na cultura ocidental, eram “estranhas e não relacionáveis” para aquelas mulheres, cuja experiência vivida era radicalmente outra. A “gramática” psicológica universalista falhava em acessar seu sofrimento, revelando que o problema não era delas, mas da insensibilidade cultural da ferramenta e da prática psiquiátrica que a aplicava cegamente.

Isso nos leva a um segundo ponto: qual é a aposta que podemos seguir com Fanon em seu método? A saber: a articulação com a sociogênese.

Para Fanon, superar essa alienação linguística e psíquica exigia ir além das categorias tradicionais da psicanálise. Ele não negou a importância da ontogênese freudiana (a história individual), mas insistiu na necessidade da sociogênese, a gênese social do sujeito. Como se explica, Fanon reivindicou a sociogênese para estabelecer um “sociodiagnóstico”. Ele entendia que a alienação do negro, sua “subserviência” internalizada, não era uma questão meramente individual, mas o resultado de uma posição diante de uma estrutura social racializante e desumanizadora. Dizia Fanon: “Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia [...] O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício”¹³. Essa tríade é a aposta de uma escuta em ato!

“Sacudir as raízes” é a metáfora perfeita para o trabalho desafiante de uma pessoa analista. Para o sujeito branco, isso significa muito mais do que admitir o desconhecimento: é uma violência narcísica, um desmoraçamento do lugar de sujeito universal que também gera mal-estar. É necessário, portanto, questionar e rever seus fundamentos e atravessar as resistências às transformações

7 D. Faustino, “A ‘interdição do reconhecimento’ em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibaniada dos cânones ocidentais”. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 33, n. 59.

8 F. Fanon, *Por uma revolução africana*, p. 70.

9 F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, p. 166.

10 F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*.

11 F. Fanon, *Os condenados da terra*.

12 F. Fanon, *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*.

13 F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, p. 28.

políticas; não questionar tais fundamentos tem-se tornado, por vezes, um modo de reprodução da violência colonial.

Uma questão retorna ao longo do tempo e insiste em se presentificar: uma vez reconhecida a importância da escuta do sofrimento que o racismo e o colonialismo causam às pessoas, e uma vez que admitimos que o racismo promove sofrimento e que a escuta deve orientar modos e direções de tratamento para evitar violências coloniais, podemos perguntar, ao modo fanoniano: como responsabilizar clínica e eticamente a pessoa racista? Ou seja, como pensar a clínica que escuta pessoas racistas? Uma clínica que não seja conivente com qualquer modalidade de racismo precisa estar atravessada pelas armadilhas do bem-querer e da conivência, que não conseguem cravar: numa sociedade profundamente racista, praticantes de racismo frequentam análises e suas posições são escutadas. A psicanálise permite que uma pessoa racista siga sem se encontrar com seus infernos?

Talvez aí tenhamos mais um passo importante a dar.

Fanon nos aponta que essa lógica cindida será confrontada por atos de libertação intimamente ligados à luta política. Não se trata de uma simples aquisição de autoestima, mas de uma ruptura com a “coisificação” imposta pela estrutura e pelo olhar colonial. Lélia Gonzalez, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”¹⁴, avança nessa análise no contexto brasileiro. Ela desmonta o “mito da democracia racial”, mostrando como ele

opera por denegação: a cultura brasileira é profundamente negra, mas se esforça para recusar e apagar essa característica. O racismo à brasileira, portanto, é um sintoma que se manifesta nas “mancadas” da linguagem, nos lapsos que revelam desejos e gozos racistas encobertos pela fala da harmonia racial. Desalienar-se, neste contexto, é recusar essa máscara; é reconhecer-se como sujeito de uma história que foi sistematicamente negada e, ao mesmo tempo, desejada.

O trabalho é permanente. A desnaturalização da lógica colonialista encontrada em Fanon, sua posição, sua práxis, sua clínica atenta e sensível, não se limitou a diagnosticar os efeitos psíquicos do colonialismo: transformou espaços hospitalares e a sociedade. Implicar-se na transformação! Certamente essa é uma das maiores transmissões fanonianas: não se furtar aos impasses sociopolíticos e assumir que escutar o sofrimento colonial é um ato ético, portanto político, e pode ser também revolucionário.

Referências bibliográficas

- Faustino D. (2021). A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 33, n. 59. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/1980-5934-33.059.DSO7>>.
- Fanon F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- _____. (2020). *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu.
- _____. (2021). *Por uma revolução africana: textos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2022). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez L. (2020 [1980]). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

14 L. Gonzalez *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*.

“Pedacinhos de comida” na obesidade

Fani Hisgail

Comentado por
Lisette Weissman e Maria Elisa Pessoa Labaki

Fani Hisgail é psicanalista e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, 2003. Membro da Associação Livre (São Paulo). Professora do curso “Cultura material: perspectivas Semiótica, Psicanálise e antropologia” pela ECA-USP. Autora de *Pedofilia: um estudo psicanalítico* (Iluminuras, 2007). Organizadora dos livros: *14 Conferências sobre Jacques Lacan* (Escuta, 1989), *Biografia: sintoma da cultura* (Hacker, 1997), *A ciência dos sonhos* (Unimarco, 2000); organizadora, com Lucia Santaella, de *Semiótica psicanalítica: clínica da cultura* (Iluminuras, 2013).

Lisette Weissman tem pós-doutoramento em Psicologia. Psicanalista de casal, família e individual. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Autora de: *Famílias monoparentais* (Casa do Psicólogo, 2009), *Atendimento psicanalítico de família* (Zagodoni, 2014), *Parejas y familias migrantes* (Blucher, 2024).

Maria Elisa Pessoa Labaki é psicóloga e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é professora do Curso de Psicanálise. Autora de *Morte* (Casa do Psicólogo, 2001). Coorganizadora de *Psicanálise e Psicossomática: casos clínicos, construções* (Escuta, 2015) e *Psicossoma V: integração, desintegração e limites* (Casa do Psicólogo, 2014).

DOI: 10.70048/percurso.75.143-154

Introdução

O que apresento aqui é a história de um caso de histeria com obesidade acentuada, onde as manifestações somáticas como dor no peito e suspiros de angústia surgem acompanhadas de fantasias trágicas envolvendo filhos, familiares e a própria paciente. Esse desespero precede uma impulsão incontrolável para comer, revelando a angústia como um mecanismo de formação reativa frente ao sofrimento psíquico.

O caso é de Sula, uma mulher de 55 anos, cuja relação com o peso remonta à infância. Aos três anos já apresentava sobrepeso, enquanto sua irmã, nascida apenas onze meses depois dela, era “magra e desnurtida”. Diz que a irmã nasceu com a metade do peso com o qual ela mesma nasceu e que sempre precisou de cuidados da mãe na infância.

Sula costumava ficar todos os dias na casa da avó materna, que a alimentava e sempre a deixava repetir o prato. O laço amoroso entre ambas é “de se sentir importante”, ser amada, e se mantém até hoje. Aos cinco anos de idade, Sula começou a manifestar sintomas de anorexia, provocando vômitos deliberadamente e precisando retornar para casa com sua mãe. Nessa época, a mãe a vigiava em relação à alimentação e a recriminava com frequência. Como resultado, seu comportamento tornou-se agressivo com a irmã e as amigas. Logo após os episódios de agressividade, se desorganizava psiquicamente, e a saída era sempre ir atrás de “pedacinhos de comida”, para se acalmar. Esse contraste entre as duas meninas dentro da mesma estrutura familiar deu-se, inicialmente, como uma rivalidade branda, mas o que ela mais assinalava era a diferenciação corporal.

Para obter o reconhecimento das colegas de classe durante o período escolar, entre os sete e oito anos, se propunha a fazer a lição delas. Nos momentos em que se sentia excluída do grupo social, também se isolava na biblioteca da escola. A coexistência de dois desejos antagônicos, como “formação reativa”, não foi suficiente para evitar o sintoma da obesidade com suas variantes históricas.

Da puberdade em diante e na vida adulta o que prevaleceu em seu ser foi a simpatia e a bondade para com os necessitados, praticando serviços assistenciais com moradores de albergues, com problemas psíquicos e sexuais, sem emprego e moradia. Hoje a irmã trabalha como *influenciadora digital* nas redes sociais, onde mostra fotos de corpo inteiro, “que é magro, coisa que eu nunca poderei fazer”, diz ela. Demonstra ressentimento diante de um destino fatídico, mas não contra a irmã. Gosta dela e mostra fotos com alegria e afeto amoroso.

A relação com a obesidade se desdobra em múltiplas facetas, como a submissão em relação às amigas de infância que podiam vestir roupas e cores desejadas, o que lhe provocava uma frustração que não conseguia disfarçar. Esse desejo inatingível exprime um traço melancólico, quando a massa de gordura do corpo esconde e a impede de se desgrudar dessa amarração ligada à oralidade e à voracidade.

Apesar de seguir rigorosamente uma dieta durante o dia, à noite, transgredia as próprias regras para buscar “pedacinhos de comida” na geladeira ou aproveitar as sobras deixadas no prato de outras pessoas. Esse comportamento traduz a dificuldade de acessar a suficiência do ato de comer enquanto a saciedade plena remete a um padrão presente em muitos obesos que só interrompem a ingestão quando não há mais comida disponível.

A experiência traumática

Um episódio marcante ocorreu quando, brincando no pátio da escola, ela e um amigo lançavam saquinhos de areia. Um dos saquinhos ultrapassou o muro e atingiu um bebê no carrinho que passava



ambas as mães envolvidas na situação tinham o mesmo nome, e a professora que a defendeu possuía um nome semelhante ao da analista que conduzia sua análise.

na rua com a mãe. A comoção gerada por esse acidente e a reação furiosa da mãe da criança provocaram em Sula um sentimento intenso de desamparo, coincidindo com o período que diariamente ficava com a avó materna. Enfatiza ter sido a primeira vez que teve esse sentimento, aos três anos de idade, que veio a se repetir na vida adulta, quando não conseguia “dizer não” para algumas situações em que fica refém do desejo do Outro¹.

Desse relato um detalhe significativo emergiu: ambas as mães envolvidas na situação tinham o mesmo nome, e a professora que a defendeu possuía um nome semelhante ao da analista que conduzia sua análise.

O significante do mesmo nome da analista reforça a importância da transferência em análise, evidenciando como a paciente projeta uma demanda de amor e proteção à figura da analista como função materna. Mas o que ela diz hoje é que a mãe quer o que ela tem de coisas materiais e comidas sofisticadas encontradas em lojas de alimentos especiais e mais caros. Muitas vezes a mãe pede para passar na loja e comprar apenas um item, mas acaba voltando com a sacola cheia de comida que a paciente paga, pois a sustenta financeiramente. Pelo visto e depois de achar que a rival fosse a irmã, noto que se trata da mãe quem trapaceia a filha para obter pequenos prazeres e satisfações próprias. Por vezes, Sula fica com raiva. Em outras, para ela representa o quanto é importante para a mãe.

Por volta dos quarenta anos de idade fez um tratamento de emagrecimento e conseguiu perder 60 kg. Nesse período, mantinha consigo uma fotografia de criança, de seus três anos, que



com o marido, as relações sexuais eram conflituosas, e não conseguia conter impulsos agressivos em relação a uma amiga dele, de faculdade, que ela odiava.

constantemente observava como sua imagem. Essa informação é significativa, já que remete à convivência com a avó materna, mas, também, com a superação, mesmo que temporária, de se desamarrear de um núcleo melancólico com a mãe na fase oral do seu desenvolvimento.

Por alguns anos manteve o peso até reencontrar um amigo de juventude que a assediava sexualmente, dizendo que a desejava e que gostaria de manter relações sexuais com ela. A partir daí, a compulsão alimentar retorna aos poucos e ela vai adquirindo peso, principalmente quando entra o conflito psíquico de estar fazendo algo proibido, mas não conseguia deixar de ir ao encontro, nos cafés e bares, com este sujeito. Além disso, ele abusava de sua bondade, com demandas de dinheiro para comprar remédios, dos quais precisava para manter sua frágil saúde física e psíquica.

No início do processo analítico, seus encontros eram diários, sempre no mesmo local, e ela ficava fascinada com o que ele dizia. Com o esmiuçar da situação analítica, foi percebendo que estava sendo abusada e aos poucos foi diminuindo a frequência dos encontros, com desejo de conseguir parar de vê-lo. Com a pandemia, os encontros cessaram, mas ele ligava com insistência a ponto de ela se desorientar e sair da dieta. Hoje, os encontros são raros, mas diz que, quando depara com o olhar dele, um olhar de alguém que a impede de dizer “não” para aquilo que ainda não

sabe nomear, fica obediente, “perdida de mim e sem crítica”.

O desejo frustrado da perda de peso é o contraponto quando faz referência às mulheres que são magras, e nesta medida introjeta uma raiva de si por nunca alcançar seu propósito. Neste sentido, a reversão do amor em raiva remonta à primeira infância e, desde então, isso se repete de modos distintos, consolidando num corpo blindado de massa bruta.

Um evento particularmente impactante foi a notícia do suicídio de um conhecido, que a mobilizou emocionalmente de tal forma que seu impulso à comida diminuiu drasticamente e ela começou a perder peso. A sensação de possuir partes do seu corpo como “mortificado”, atuando como um escudo diante da impossibilidade de se mostrar ao mundo, foi suficiente para manter-se assim.

Além disso, questionava-se sobre a relação entre essa “mortificação do corpo” e uma figura interiorizada – alguém que estava “numa cadeira de rodas... com um corpo blindado, escondido e que não pode aparecer”. Aqui, a metáfora da invisibilidade e da impossibilidade de exposição social adquire contornos entre o que enxerga de si mesma e o que vê através do olhar do Outro. Quem está numa cadeira de rodas é ela própria impedida de enunciar uma palavra que funda um lugar simbólico de existência.

Os sintomas somáticos retornaram tempos depois, acompanhados de queixas como dor estomacal e coceira pelo corpo, associadas a fantasias sexuais provocadas pelos elogios recebidos do amigo de juventude. Esses elogios eram da mesma natureza dos “restos e beliscos de comida escondidos” que desejava abandonar.

Com o marido, as relações sexuais eram conflituosas, e não conseguia conter impulsos agressivos em relação a uma amiga dele, de faculdade, que ela odiava. Esse quadro remete à análise freudiana do “sonho da açougueira”², em que o ciúme e a insatisfação histérica de um desejo recalçado podem representar a privação do objeto sexual. Na interpretação de Freud, a expressão do desejo no

1 Possui mais dois irmãos homens.

2 S. Freud. “Sonho da bela açougueira”, in *Interpretação dos sonhos* [1893-1895]. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.



sonho da açougueira é desejo de insatisfação na medida em que ela tem salmão defumado e não caviar, para o jantar que ela ia oferecer ao casal. No caso de Sula o desejo de insatisfação, próprio das histéricas, é estar impedida de satisfazer o próprio desejo sexual.

A hipótese de base, a meu ver, é que estamos tratando de uma neurose histérica em que, ao sinal da angústia, surgem sintomas somáticos e de ansiedade. O que retorna do recalcado é a fantasia de não ser desejada pelo marido, especialmente por ela ter descoberto que o marido mantinha relações com prostitutas. E na vertente da demanda de amor, na fase pré-edípica trata-se de não ser amada pela mãe e de estar só, apenas com a avó que teve papel fundamental no suporte afetivo. A criança precisa saber que ela é importante quando está na presença da mãe, isto é, que ela traz prazer para a mãe. Embora apoiada na pulsão oral – “onde é o que se não é, onde se é para a mãe tudo o que a mãe quer”³ – como defesa do Eu, vai comer e pegar na geladeira tudo o que pode para aliviar a angústia devastadora do ser.

O inconsciente insiste e não desiste, e além dos sintomas e de outras formações, dois sonhos recorrentes da paciente ilustravam esse ponto: ela via “uma criança em perigo, que precisava salvar”, mas despertava no momento em que iria alcançá-la. Outro sonho é estar em um lugar e não saber o caminho, são sempre muitos e não sabe qual pegar, aí desperta. Sonhos de desamparo, de abandono...?

Análise do caso

A redação de um caso clínico levanta questões cruciais para o analista, especialmente no que diz respeito à escuta da transferência e à responsabilidade de ser o porta-voz da investigação que o afeta. A construção do caso clínico sempre foi objeto de análise na psicanálise, sendo amplamente discutida por Freud em diversos artigos, nos quais ressalta a ética e os possíveis caminhos para sustentar os achados teóricos e práticos da clínica.

a redação de um caso clínico levanta questões cruciais para o analista, especialmente no que diz respeito à escuta da transferência e à responsabilidade de ser o porta-voz da investigação que o afeta

A análise dos sonhos, a transferência e as teorias sexuais infantis levaram Freud a consolidar uma técnica e uma teoria fundamentada pelos conceitos de inconsciente, tal qual Lacan define como o inconsciente estruturado como uma linguagem. Nos *Estudos sobre a histeria* (1897)⁴, expõe as histórias de pacientes com a preocupação de manter o anonimato das histéricas, destacando sintomas recorrentes entre elas. Também trouxe à tona narrativas sobre a sedução generalizada entre um adulto e uma criança, embasando sua teoria da pulsão. A teoria da “sedução perversa polimorfa” levou Freud a reformular as vicissitudes pulsionais, consolidando-as como pulsão do eu e pulsão do objeto, sustentando os conceitos de narcisismo primário e secundário⁵.

Sobre a clínica, a associação livre e a escuta flutuante são aspectos fundamentais para o manejo da transferência, pois, ao eleger certos aspectos do caso, o analista também evidencia suas próprias resistências na condução do tratamento. Essa concepção está baseada no trabalho de pesquisa em Psicopatologia Fundamental da PUC-SP, do qual participei por dez anos sob a coordenação de Manoel Tosta Berlinck.

Diz ele: “É preciso formular uma questão enigmática a partir do que surpreendeu o pesquisador e traçar um caminho de ligações. Isso possibilita pensar que o caso é do clínico e não do paciente. É do clínico que se trata quando se trata do caso, do clínico e do seu desejo de transformar sua vivência em experiência socialmente compartilhada por meio de um tema de investigação”⁶.

A experiência clínica, por meio do método da associação livre – falar tudo o que vier à mente –,



*a dialética entre amor
e ódio na relação sujeito-Outro
(mãe) não a impediu de ter
uma ligação amorosa
com o pai, também obeso*

propicia momentos fecundos de abertura do inconsciente para que o analista eleja uma questão subjetiva de pesquisa sobre o caso. Sob essa perspectiva, relato minha vivência e compreensão do manejo técnico e da subjetividade exposta por aquele que fala.

No caso clínico abordado, a libido do objeto investida no corpo constrói uma identidade corporal obesa que, como ela diz, parece estar separada da parte superior – do pescoço à cabeça. A paciente menciona sentir-se sufocada pela angústia de algo pior que poderia acontecer. Seria o conflito fraterno inicial na infância, as reminiscências pré-edípicas de um corpo misturado ao da mãe fálica, de uma criança que não se defende ou não sabe tal qual a do sonho que precisa ser salva por Sula? A reflexão pessoal sobre si mesma permite à paciente a nomeação dos seus conflitos, de um desejo inalcançável e frustrado, com um corpo adoecido e mortificado.

Lacan irá destrinchar o Complexo de Castração no Seminário 4, *A relação de objeto*⁷, destacando as três dimensões da falta do objeto na estruturação do complexo de Édipo, a saber: a frustração, a privação e a castração. No caso acima, o objeto de amor é também o que a frustra, ejetando-a numa dimensão em que se vê privada de algo que viveu

junto com a mãe, de quem não se separava. É impossível “ter” e “ser” o falo, quando da descoberta da mãe fálica, do *pênis-neid*. Se transforma em vítima da significação do desejo do Outro e busca na comida um objeto impossível de satisfazê-la.

Na fase oral, a crise da frustração ocorre desde o início do narcisismo primário, e a oralidade canibalística⁸ tem seu lugar como ameaça de ser devorada pela mãe fálica. O jeito de ela se defender foi encontrar nos “pedacinhos de comida” o alívio de tensão de um corpo “mortificado”. A mãe fálica ocupa um lugar central na tríade edípica, como agente da frustração, a função é simbólica desde que ela esteja inscrita como faltante para o Outro, apesar de não controlar os efeitos resultantes para cada filho. Durante o desmame, o “real” se impôs com o nascimento do outro bebê, que assume seu lugar, deixando-lhe apenas “pedacinhos de comida” – restos do corpo materno.

O sintoma da obesidade pode ser determinado por uma certa impossibilidade de acessar a castração edípica e de se identificar com uma imagem corporal marcada pelo significante da criança preenchida de comida/ser amada. Por outro lado, a formação reativa é um dos mecanismos de defesa do eu, em que amor e ódio se tornam afetos predominantes no enfrentamento do outro rival e de si mesma.

A dialética entre amor e ódio na relação sujeito-Outro (mãe) não a impediu de ter uma ligação amorosa com o pai, também obeso, mas que na verdade funcionou como um pai imaginário, do dia a dia, carinhoso e companheiro nas tarefas escolares e sociais. Porém, a castração merece ser isolada na história de cada sujeito, e na minha paciente não há nada que a faça deter o impulso de comer. Com o aumento de peso a saúde física piorou, e com diagnóstico de pré-diabética e colesterol alto, se assustou e mais uma vez disse que iria mudar os hábitos.

Nem preciso dizer que isso não funcionou, apesar de todo o esforço real de ser obediente ao tratamento médico e ao analítico. A cada sessão, traz elementos importantes em direção a saber sobre si, colaborando com o analista na intenção de desvendar a resistência em relação à cura.

3 J. Lacan, 1994, p. 232.

4 S. Freud. “Estudos sobre a histeria” [1898]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*.

5 S. Freud. “Introdução ao narcisismo” [1914]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*.

6 M.T. Berlinck; A.C. Magaz. “O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. xv.

7 J. Lacan. *Seminário 4: A relação de objeto*.

8 F.P. Obaid, “Las pulsaciones canibalísticas de la oralidad”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. xvi.



a obesidade exige atenção à noção de fantasia, conflito psíquico entre as pulsões do eu e do objeto, especialmente no contexto da sexualidade infantil e suas vicissitudes

do objeto, especialmente no contexto da sexualidade infantil e suas vicissitudes. Os transtornos alimentares refletem a primazia da oralidade ou da pulsão oral, na qual a necessidade orgânica e a satisfação psíquica se entrelaçam. As fantasias de autopunição e o boicote a si mesma costumam ser a tópica do insucesso do desejo de curar-se.

Referências bibliográficas

- Berlinck M.T.; Magaz A.C. (2012). O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. xv, Rio de Janeiro.
- Cosenza D. (2024). *A Psicanálise e a relação conturbada com a comida*. YouTube [vídeo].
- Freud S. (1914/1977). Introdução ao narcisismo. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Imago.
- _____. (1898/1977). Estudos sobre a histeria. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. São Paulo, Imago.
- _____. (1893-1895/1977). Sonho da bela açougueira. In *Interpretação dos sonhos*. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Imago.
- Obaid F.P. (2013). Las pulsaciones canibalísticas de la oralidad. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. xvi, S.P.
- Pollo V.; Cunha Pessoa, E.M. (2015). O alimento e a palavra: obesidade, uma leitura psicanalítica. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/17956/13308>>.
- Lacan J. (1992). *Seminário 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1996). *Seminário 4: A relação de Objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Isso não impediu a paciente de renunciar ao objeto de satisfação pulsional: a comida, que aqui não ocupa um papel de alimento que nutre, mas de um substituto imaginário dos desejos edípicos. Dinâmica essa reveladora de uma mediação entre as pulsões de vida e de morte.

O sujeito se percebe tanto pelo que “*eu sou e sei sobre mim*”, quanto pelo modo como os outros o veem. O olhar e o ser visto convocam a pulsão escópica diante da imagem projetada e introjetada no eu. Para a paciente, a condição atual de se ver no espelho é uma experiência dolorosa, marcada por angústia. Lacan, no Seminário 8, *A transferência*⁹, diz que “na imagem, ou no fantasma narcísico que vem preencher na fantasia, a função de \$ encaixa no desejo. E podemos conceber que talvez seja justamente a isso, a seu apelo, que responde a produção do sinal de angústia”¹⁰.

É no eu que aparece a angústia, e é aqui que Sula renuncia a ultrapassar o recalque e a função de desconhecimento inerente ao estágio do espelho e a imagem do corpo do qual ela introjeta. O que é insuportável é ter o desejo de desejo insatisfeito, e no sinal de angústia a imagem especular instiga a agressividade na falta de não encontrar o caminho de volta.

Portanto o sentimento de estranhamento entre o interno e o externo – aquilo que é familiar e, ao mesmo tempo, estranho (*Unheimlich*) – a ameaça, pois confronta o cálculo neurótico diante do gozo do Outro e do falo simbólico convocado pela castração do *Nome-do-Pai*. Assim, a obesidade adquire uma dimensão obscena no contexto social.

A obesidade exige atenção à noção de fantasia, conflito psíquico entre as pulsões do eu e

Comentário de Lisette Weissmann

Repensando o caso Sula – “Pedacinhos de comida” na obesidade

Gostaria de começar explicitando como penso o material clínico para depois fazer uma leitura pessoal clínica e teórica. Cada recorte clínico nos aproxima de um olhar específico atravessado pela

transferência e contratransferência entre paciente e analista. Entendo o caso clínico como uma apresentação ficcional, desde que parte das lembranças do analista e aponta ao que foi trabalhado



tentarei me referir ao caso a partir do olhar analítico que pensa em um “sonhar a dois”, analista e material clínico apresentado, o que acho que enriquece a forma de abordá-lo

em análise no vínculo analítico. Trata-se, pois, de aproximar a memória ao que foi escutado na clínica, já que “a realidade é uma aposta impossível e só pensamos em lampejos do real, orientados pelas lembranças do árduo trabalho de escuta entre as paredes de nossos consultórios”¹¹.

Alguns autores referem ao trabalho clínico como um sonho a dois, representado por analista e paciente. Roosevelt Cassorla fala da sala de análise como um espaço de envolvimento emocional, no qual os participantes se encontram e desencontram, trazendo contribuições pessoais que se misturam e se descobrem no campo analítico que criam. Descreve assim um espaço no qual se manifestam as experiências emocionais que serão transformadas em representações. Cassorla nos diz que “em áreas de simbolização possível, paciente e analista ‘sonham’, cada qual a seu modo e também em conjunto, o que ocorre no campo analítico”¹². Vemos como o autor tenta transmitir uma forma muito vivencial de trabalho com as emoções e a tradução delas em pensamento. Este seria um trabalho intenso de coparticipação na cena analítica, na qual os participantes se encontram vinculados intersubjetivamente.

Assim, tentarei me referir ao caso a partir do olhar analítico que pensa em um “sonhar a dois”, analista e material clínico apresentado, o que acho que enriquece a forma de abordá-lo. Proponho pensar Sula através da psicanálise dos vínculos,

que entende sua subjetividade construída sempre nas relações com outros ao longo de sua vida.

Sula nasce em uma família cujas mulheres se apresentam no material clínico – aparecem a irmã, a mãe e Sula mesma. Vemos que no relato clínico os homens ficam de fora. Fui-me perguntando fortemente pela figura paterna que parece não aportar subjetividade ao caso. Somente sabemos no final que era uma pessoa presente, mas sem muito valor efetivo para regimentar as gerações e as posições dentro do espaço familiar e legislar o complexo de Édipo aqui desenhado. Também sabemos que Sula tem dois irmãos homens que somente são citados em uma nota de rodapé. Pensamos, junto com a Psicanálise das Configurações Vinculares, que a família teria que ser pensada como um todo, assinalando tanto os membros com maior carga libidinal para a paciente, quanto aqueles que ficam relegados e/ou excluídos de sua vida fantasmática. Dessa forma conseguiríamos ter um olhar abrangente para todos os vínculos dos quais Sula participa, as posições nas quais foi colocada pela família, e aquelas que ela escolheu se colocar e/ou tentar modificar, alterando os lugares estabelecidos na dinâmica familiar.

Que lugar ocupa Sula na estrutura familiar? Pensamos que toda família é sustentada por uma estrutura familiar inconsciente, na qual os sujeitos se posicionam em diversos lugares e operam com suas funções familiares. Sula é a irmã mais velha que, onze meses depois de seu nascimento, foi deslocada pela irmã mais nova. Não sabemos que lugar ocupam essas duas irmãs do sexo feminino em relação aos dois irmãos homens mencionados sem mais dados em nota de rodapé.

Os vínculos mencionados são os da mãe, irmã e Sula. Parece se estabelecer aqui um triângulo frente ao qual Sula se posiciona para se defender como “a obesa”, e a sua irmã como “a magra e desnutrida”, necessitada de intensos cuidados maternos. Para a mãe conseguir providenciar esses cuidados com a irmã recém-nascida, Sula é enviada para a casa da avó, que passa a cuidar dela e a nutre com comida e carinho. Sula precisou nessa família ser a excluída para que toda a atenção materna se

9 J. Lacan. *Seminário 8: A transferência*.

10 J. Lacan. *Seminário 8*, p. 350.

11 L. Weissmann. *Anuário de Psicanálise*, v. VI. São Paulo, Zagodoni, 2025, p. 86.

12 R. Cassorla. *O psicanalista, o teatro dos sonhos e a clínica do enactment*. São Paulo, Blucher/Karnac, 2019, p. 20.

remettesse estritamente para sua irmã. Fica a pergunta: por que o pai não se faz presente como figura de possível cuidador para Sula frente a falta materna? Algo da ordem da triangulação não parece ter influído nesses vínculos, não aparece um terceiro que possa interceder ou ajustar o “fiel da balança” no cuidado das filhas mulheres.

O vínculo de Sula e sua irmã parece prevalecer ao longo dos anos através da obesidade e da compulsão pela comida na paciente. Pensemos esse relacionamento dentro da família com suas vicissitudes. Vamos apelar ao pensamento de René Kaës que discorre sobre o vínculo fraterno atrelado ao complexo de Édipo para dar compreensão ao caso clínico. Kaës¹³ diz:

Ainda que Freud não dê um conteúdo explícito ao complexo familiar, podemos pensar que ele é composto do complexo de Édipo espontâneo da criança, dos efeitos dos pais sobre sua atração sexual em relação a seus filhos, e do complexo fraterno tal como ele se forma “espontaneamente” nos irmãos e irmãs, mas também sob o efeito do complexo fraterno dos pais.

Vemos como Kaës norteia seu pensamento do vínculo fraterno dentro do triângulo edípico familiar. No caso de Sula, não aparece uma figura paterna que interceda entre a mãe e as filhas, pelo que a mãe faz uma escolha arbitrária de acordo com seu desejo, excluindo uma das filhas do convívio familiar e providenciando colo e extremados cuidados à outra. Sula ficou desse modo com uma grande carência oral só compensada pela comida que sua avó providenciava de forma muito abundante. Assim se constitui o complexo fraterno como estrutura na qual se organizam diversas posições em que os sujeitos irão se dispor dentro dele. Pensemos como definir o conceito de complexo.

Do ponto de vista psicanalítico, o complexo é classicamente definido como um conjunto organizado de representações e de investimentos inconscientes, constituído a partir dos fantasmas das relações intersubjetivas nas quais a pessoa toma seu lugar de sujeito desejante em relação a outros sujeitos desejantes.¹⁴



*no caso de Sula,
não aparece uma figura
paterna que interceda entre a mãe
e as filhas, pelo que a mãe
faz uma escolha arbitrária
de acordo com seu desejo*

O autor planteia como necessário ver a imbricação que o complexo fraterno tem em relação ao complexo de Édipo. Seria impossível pensar um complexo sem visualizar como se atrela ao outro. Assim, “o complexo fraterno designa uma organização intrapsíquica triangular dos desejos amorosos, narcísicos e objetais do ódio e da agressividade em relação a este ‘outro’ no qual o sujeito se reconhece como irmão ou como irmã”¹⁵.

Sula expressava sua agressividade em relação a sua irmã e depois sentia-se confusa e desorientada, em função do que apelava à comida como forma de aplacar sua angústia. Vemos como ela faz um manejo de seu ódio e agressividade contra sua irmã, voltando esses afetos contra si mesma. Assim desenvolve obesidade e bulimia desde uma idade precoce. O sintoma da obesidade foi ao mesmo tempo um alento, comendo “pedacinhos de comida” como forma de recuperar aquilo que tinha perdido – o amor materno – assim como uma forma de encontrar um lugar na família. Dessa maneira, ficam as duas irmãs em lugares bem delimitados e opostos: Sula como a obesa que não consegue se vestir como as jovens de sua idade e cuida dos necessitados e relegados da sociedade; sua irmã como a magra, exitosa nas redes sociais e amada por ela. A escolha de Sula, que a deixa fixada no ponto de frustração oral, a coloca numa posição desvantajosa frente à irmã, sem conseguir sair do lugar de excluída, da não desejada e não bonita.

Essa descrição do complexo fraterno posiciona Sula no lugar da doente que, apesar de todos seus esforços, reincide na obesidade como forma de resguardo que a protege da percepção de que



*o episódio traumático/acidente
vivido na escola parece selar
a fogo seu desejo reprimido
de ferir a bebê “escolhida”
que passeava com a mãe*

ocupa um lugar secundário na vida de sua mãe, fortalecendo a rivalidade fraterna que nunca assumiu e transformou em ódio contra si mesma. Um pai ausente que não intercede e não a salva, irmãos homens enigmáticos, com pouco protagonismo na sua vida. A obesidade a coloca como a excluída que come “restos de comida” como única possibilidade de obtenção de apoio e aconchego, só engolindo aquilo que os outros deixam em seus pratos, tal como foi relegada a receber somente as sobras que outros não queriam aceitar – a comida oferecida por sua avó.

O episódio traumático/acidente vivido na escola – quando lança com um amigo sacos de areia sobre um bebê que passeia com a mãe – parece selar a fogo seu desejo reprimido de ferir a bebê “escolhida” que passeava com a mãe, expressando nesse ato (fortuito) toda sua agressividade e desejos de ataque a sua própria irmã. A culpa pela expressão do ódio vivido no acontecimento traumático da infância parece perdurar durante a vida adulta, desde que Sula se submete a vínculos abusivos com um companheiro da escola sem poder se defender. Também essa culpa se estende ao vínculo adulto com sua mãe, que a obriga a

cumprir com todos os desejos dela, forçando Sula a comprar-lhe comida e pagar seus mantimentos.

O lugar outorgado no núcleo familiar de mulher doente, obesa, escolhida secundariamente se manteve pela vida toda de Sula. Talvez julgasse ser esse o único lugar que lhe cabia na família e teria de aceitá-lo para não ser totalmente excluída. Colocar-se em outro lugar equivaleria em sua fantasia a exilar-se da família, perdendo o lugar de pertencimento no vínculo primário? Teria sido por isso que nunca conseguiu reverter a história de frustração e desejo inalcançável atribuída a ela no núcleo familiar?

Sula na vida adulta se casa com seu marido, mas nesse vínculo também não consegue ter prazer. Talvez o aporte narcísico recebido pela sua avó não tenha sido suficiente para despertar nela seu próprio desejo; ao não ser autorizada por seus pais e não libidinizada, fica estagnada no lugar de um não desejo ou numa proibição de gozar e cumprir seu desejo sexual.

De acordo com o relato clínico, Sula parece somente repetir aquilo vivenciado nos vínculos primários na família, dominada pela compulsão à comida e a pulsão de morte que a coloca sempre no lugar de submissão, ocupando um papel secundário frente ao outro. Talvez seja necessário mais tempo de análise para ver se no vínculo analítico conseguiriam reverter a repetição e assim oferecer oportunidades para Sula se posicionar em um lugar de maior valia, que lhe providencie o apoio narcísico para achar seu desejo e se sentir merecedora de um lugar de sujeito desejado numa cadeia geracional humana. Árdua tarefa fica pela frente para a paciente e analista.

Comentário de Maria Elisa Pessoa Labaki

Comentar um caso clínico a partir da leitura de sua redação exige do comentador uma dose ainda

maior de imaginação, se comparada à usualmente empregada para uma discussão ao vivo junto ao analista que o apresenta. Na interação presencial da dupla, é o encontro maleável entre analista-narrador e analista-interlocutor, ambos

13 R. Kaës. *O complexo fraterno*. São Paulo, Ideias e Letras, 2008, p. 27-28.

14 R. Kaës, *op. cit.*, p. 15-16.

15 R. Kaës, *op. cit.*, p. 42-43.

pensando alto, que conduz o ritmo das trocas, figurabiliza o caso e permite esclarecer na hora pontos e lacunas do material clínico, proporcionando a ele novos sentidos. Diferente disso, a tarefa de elaborar um comentário clínico a partir da leitura de um texto convida o comentador a uma tarefa solitária e dialógica consigo próprio. Não haverá associação alguma do analista do caso em resposta às curiosidades, dúvidas ou elucubrações que se delineiem e se perfaçam no leitor-comentador. Assim como as emoções deste ao ler o caso clínico ficarão restritas a uma abrangência exclusivamente interna e autoerótica. Por essas características, o texto a seguir pode ser considerado a tradução para a linguagem escrita de uma elaboração secundária àquilo que no processo onírico corresponderia ao trabalho do sonho. Aqui, personagens e ações de um caso clínico foram processadas a figuras e conceitos do campo psicanalítico. Agradeço a *Percurso* pela oportunidade e ao/à analista autor/a do caso pela generosidade ao partilhar sua clínica.

Sula é uma mulher que se tornou compulsiva e sempre às voltas com sua oralidade. A luta contra as oscilações de seu peso, o agigantamento de suas proporções e amorfias de seu corpo remetem à bebê desmamada aos onze meses, quando do nascimento da irmã. Mas não só. Aos três anos, Sula passou a viver seus dias em companhia da avó, acolhida na casa desta, junto a quem se alimentava em abundância, repetindo pratos e refeições. Provavelmente a mãe de Sula precisou que a própria mãe a ajudasse com a filha mais velha para poder dedicar-se integralmente à caçula, que nasceu com baixo peso. Nada demais, coisas que se passam em muitas famílias, mas que, não sendo necessariamente inócuas em suas consequências imprevisíveis, podem produzir marcas e consequências nas demais crianças da família. Penso que Sula foi atingida pela separação da mãe e que o governo de *bocas cheias*¹⁶, instalado quiçá pela avó, calou seu grito de dor da falta e da raiva pelos ciúmes da irmã, transformando o silêncio que daí redundou em ato compulsivo. Penso que estava em marcha uma prática excessiva de investimento



*mas aos cinco anos, parece
que o regime mudou
de lógica e passou
da abundância à ausência,
da passividade à atividade*

na alimentação em prejuízo das relações objetivas¹⁷ ou a tentativa de acalmar uma criança indócil ao invés de procurar descobrir o que ela deseja, jogando a escanteio a experiência de falta¹⁸. Imaginem uma casa de avó cheia de gostosuras – como comer é bom! Um lugar paradisíaco em que o sustento ofertado como simulacro da mãe anularia a violência que significou para Sula ter de forçosamente renunciar à presença dela e de seus deleites. Pôr para dentro comidas deliciosas e incorporar¹⁹ a mãe outrora perdida *toda para si* poderia ser visto como uma espécie de recusa a introjetar uma separação? Hipótese possível. Sendo um Eu principiante, antes dos três anos de idade, como tomar pé e ciência plenamente das separações sem ficar desentendida ou sentir-se a causa da perda? *Empanturramento compensatório da oralidade em pleno exercício de abundância* é o título que eu daria a essa primeira fase.

Mas aos cinco anos, Sula já maiorzinha, começou a recusar encher a barriga de comida tendo desenvolvido uma anorexia acompanhada de vômitos. Parece que o regime mudou de lógica e passou da abundância à ausência, da passividade à atividade. Chamo essa segunda fase de *empanturramento sob protesto na forma de boca vazia*. De fato, a essa altura, sendo um Eu mais formado, mudam também seus mecanismos de processamento, elaboração e defesa das experiências de dor e prazer. Sabendo diferenciar dentro e fora, eu e outro, desejo e impedimento, Sula não mais toma a mãe pela comida, como antes fazia numa espécie de submissão passiva aos intuitos da avó que buscava compensá-la. Agora, é a anorexia que encena a lucidez dos traumatizados, como escreve



*as perguntas e impressões
proliferam à medida
que vamos destecendo
os fios e analisando o caso
de trás para frente*

Minerbo²⁰. Uma força que se caracteriza por purgar o alimento como forma de resistência à alimentação forçada. Ora, se a mãe falta, o oco do estômago se encarrega de pôr à mostra essa privação que, noes fora, exigirá a volta da presença mais próxima e constante dela como guardiã da boa alimentação de Sula.

A música de Cazuza *Maior abandonado* (“migas dormidas do seu pão, raspas e restos me interessam, pequenas porções de ilusão, mentiras sinceras me interessam...”), de 1984, poderia ser a canção-tema de Sula, depois que passou a interessar-se por pedacinhos ou restos de comida para acalmar as emoções que não conseguia acolher em si, entre elas a raiva. Muito do pouquinho em ritmo fracionado, este sintoma do impulso em ingerir comidinhas ou sobrinhas parece afinal condensar os dois modos anteriores de funcionamento de sua oralidade. Será que come os restos da irmã? Será Sula uma menina sem-teto? Ou serão os pedacinhos um equivalente aos golinhos perdidos do leite de um bezerro desmamado? Quanta polissemia para um único sintoma!

Sula se permite pouco, se dá muito pouco, mas aos outros... quanta obediência, simpatia e

quanta fartura! O que deseja Sula ao buscar satisfazer os outros, dando a eles o que pedem ao distribuir seus *presentes-cocôs* em abundância? Que repetição se impõe aqui? De fato, sabemos que Sula dá à mãe mais do que esta pede, assim como sente receber dela menos do que precisou quando criança e do que precisa na vida adulta. Em relação ao *affair* da juventude, o amigo que reapareceu, algo semelhante parece ter se dado, já que não resistia em atender às demandas dele por dinheiro, justificando sua aquiescência em razão do fascínio exercido sobre ela quando conversavam. Seria sua generosidade uma forma de dar ao mundo aquilo que deseja obter? Ou uma via de sedução para ser amada, prometendo coisas boas a retribuir? Sentir-se-ia indigna do amor por odiar quem também ama? Obra de um supereu cruel que a acusa de ter sido má com o novo bebê que a destronou? Seria Sula afinal libertada da indigência?

As perguntas e impressões proliferam à medida que vamos destecendo os fios e analisando o caso de trás para frente. Nesse sentido, insinua-se um ruído masoquista tanto em relação à mãe, quanto em relação ao amigo, que queria estar sexualmente com ela sem que ela desejasse corresponder. Sula sofreu, sentiu-se abusada e explorada pelos dois, mas não conseguiu desenredar-se da trama dentro da qual havia procurado incessantemente descobrir se teria ou não afinal um lugar de relevância junto ao outro. Dúvida que a persegue também em relação ao estado atual de seu casamento. Seriam outras as mulheres que rondam o espaço íntimo do casal e a tiram do páreo? Ou seria porque seu corpo estaria escondido sob o manto de gordura? Achar-se insuficiente a seu marido parece dilacerar sua autoimagem e autoestima, atingindo em cheio seu erotismo adulto, que regride da genitalidade para a triangulação, desta para a oralidade e da oralidade à somatização. Daí, trocar um encontro íntimo a dois por uma visita à geladeira para engolir pedacinhos ou restinhos de comida é um pulinho que opera o circuito vicioso da obesidade de Sula e que a impede de viver plenamente sua sexualidade. Produzindo inclusive os efeitos somáticos e

16 Imagem inspirada nos desenvolvimentos de N. Abraham e M. Torok acerca do conceito de introjeção proposto por Ferenczi. *A casca e o núcleo*. São Paulo, Escuta, 1987.

17 A. Camargo, “O encontro dos corpos na clínica: o oco do corpo obeso e o corpo do analista”, in P. Gipsztein; CEPPAN (orgs.), *Psicanálise de transtornos alimentares III*. São Paulo, Primavera, 2022.

18 A. Camargo, “A função do ambiente, as relações de troca e as angústias postas na mesa”, in S.L. Alonso; D.M. Breyton; H.M.F.M. Albuquerque; L. Cartocci (orgs.), *Corpos, sexualidade, diversidade*. São Paulo, Escuta/SEDES, 2016.

19 Cf. conceito desenvolvido por N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

20 M. Minerbo. *Transferência e contratransferência*. São Paulo, Blucher, 2021.

de angústia descritos, como o despontar de dores viscerais, pruridos na pele e pensamentos catatônicos relacionados aos filhos e a toda família.

Por último, mas não menos importante, externo minha curiosidade em relação a alguns aspectos específicos deste enquadre analítico, que não foram abordados no relato, mas que funcionam como bússolas para a navegação em águas transferenciais e contratransferenciais. Há quanto tempo o processo analítico em questão vem sendo sustentado e qual a frequência? Faz uso de divã ou acontece face a face? E o ritmo, constante ou interrompido? Pagamentos pontuais ou atrasados? Da perspectiva que considera a sessão analítica um encontro de dois inconscientes com suas resistências mútuas, o que pode ser percebido em relação à qualidade da interação e da comunicação verbal e não verbal da dupla? Afetos presentes, elididos, inibidos, reprimidos, projetados?

Do ponto de vista que concebe a repetição como lembrança colocada em ato, termino minha participação lançando uma hipótese relacionada à figura da obediência em Sula, seu padrão mais anal de viver algumas mazelas no campo relacional. Transcrevo: "[...] obediência no tratamento médico e no analítico. A cada sessão, traz elementos importantes em direção a saber sobre si, colaborando com o analista na intenção de desvendar a resistência em relação à cura". Parece claro que se trata aqui de transferência positiva incluída ao enquadre e à figura do/a analista, sem a qual ficaria mais difícil entregar-se ao jogo da associação de ideias e ao trabalho qualitativo e quantitativo de perlaboração. No entanto, vale ressaltar, não seria a tal presença colaborativa e obediente de Sula insígnia de uma velha neurose, forma de repetição no presente passível de abordagem e elaboração?

Quando o silêncio reverbera: literatura, escuta e elaboração psíquica em *Por escrito*

Adriane Moura Centeno

Resenha de Elvira Vigna, *Por escrito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, 312 p.

1. Introdução – Ressonâncias do indizível: escrita, transmissão psíquica e escuta dos restos

Há livros que não contam exatamente uma história – antes, eles a contornam. Como um sussurro à beira do ouvido, fazem emergir uma escuta que não se dirige apenas ao enredo, mas ao que escapa dele: o silêncio, o hesitante, o que ficou por dizer. *Por escrito*¹, de Elvira Vigna, é um desses livros. Publicado originalmente em 2014, o romance não apresenta uma trama linear ou personagens facilmente identificáveis. Em vez disso, constrói-se por fragmentos de lembrança, por cartas não enviadas, por passagens interrompidas e gestos repetidos. A narradora, ao tentar relatar um relacionamento passado, não recompõe o passado: ela o fragmenta ainda mais, expondo os buracos

da experiência, o vazio entre os fatos, a dor que não se representa.

A escrita rarefeita de Vigna, marcada por cortes, repetições e suspensões, parece funcionar como uma tentativa de dar forma a experiências que nunca chegaram a ser plenamente pensadas. Neste sentido, esta resenha propõe uma leitura psicanalítica que não busca interpretar personagens como sintomas, mas escutar a narrativa como um gesto de *rêverie*: um movimento de simbolização tardia diante de afetos brutos e não nomeados. Inspirada em autores como Thomas Ogden, Nicolas Abraham & Maria Torok e Julieta Jerusalinsky, a leitura aqui proposta parte do pressuposto de que há experiências emocionais que não se inscrevem na linguagem, mas que ainda assim demandam escuta.

Thomas Ogden², ao falar das “experiências emocionais não sonhadas”, propõe que certos afetos permanecem fora do campo representacional, não porque foram recalçados, mas porque nunca chegaram a ser pensados. São vivências que colapsaram a função alfa³, permanecendo como sensações cruas, atos, retraimentos, silêncios. A narradora de *Por escrito*, ao voltar à relação com o ex-parceiro e tentar narrá-la, parece realizar um trabalho de sonhar retroativo: não conta uma história de amor, mas sustenta a impossibilidade de contá-la. Como se escrevesse não para lembrar, mas para escutar, não o outro, mas os restos dele em si mesma.

Essa escuta, no entanto, ultrapassa o amor e se dirige a uma herança mais profunda: uma forma de transmissão psíquica que não se dá pela palavra, mas pelo que nela falha. Nicolas Abraham e Maria Torok⁴, ao formularem o conceito de fantasma, nos falam de histórias que não foram ditas, nem mesmo vividas por quem as carrega, mas que habitam secretamente os descendentes. Em *Por escrito*, há a sugestão de que algo da história da narradora (e talvez das mulheres de sua linhagem) se repete no modo como ela se relaciona, silencia, hesita, desinveste. É como se escrevesse sob o efeito de uma dor herdada, cujo conteúdo permanece desconhecido, mas cuja forma afeta radicalmente sua experiência de amar e narrar.

1 E. Vigna, *Por escrito*.

2 T.H. Ogden, *Reverie and interpretation: Sensing something human*.

3 W.R. Bion, *Learning from experience*.

4 N. Abraham; M. Torok, *The shell and the kernel: Renewals of psychoanalysis*, v. 1.

Adriane Moura Centeno é psicóloga clínica especialista em Teoria psicanalítica e as psicoterapias na fase adulta pelo Contemporâneo Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade (CIPT).

Julietta Jerusalinsky⁵, ao refletir sobre a constituição psíquica nos primeiros tempos de vida, propõe que certos traumas não se inscrevem como memória, mas como falha de inscrição, uma ausência de narrativa. A escrita de Vigna, ao se construir na suspensão, na repetição e no corte, parece ilustrar esse tipo de falha: não há elaboração direta, mas tentativas vacilantes de contorno. A protagonista não fala de si de maneira coesa, ela se escreve por lapsos. E é nesse gesto que reside a potência clínica da literatura; ao abrir espaço para o que não pode ser dito, ela cria condições de escrita para aquilo que insiste sem forma.

A proposta desta resenha é, portanto, escutar *Por escrito* como se escuta um paciente em estado de retraimento: não procurando sentidos ocultos, mas sustentando a atmosfera emocional que o texto convoca. A escrita de Elvira Vigna, nesse sentido, aproxima-se da função da *rêverie*: acolher o indizível, conter a angústia não pensada, sonhar por outro aquilo que ele ainda não pôde sonhar. E a leitura crítica, aqui, se propõe como extensão desse gesto – não para interpretar o que a narradora viveu, mas para escutar o que ela tenta escrever como forma de sobreviver ao que não soube viver.

2. O corpo como lugar da memória: marcas do trauma e da ausência de *rêverie*

Embora a narradora de *Por escrito* não tematize explicitamente seu corpo, ele comparece como um substrato silencioso da narrativa, como um espaço de inscrição do trauma e do não dito. A desorganização sintática, a fragmentação do tempo narrativo e a ausência de linearidade evocam uma linguagem corporal: há uma escrita que tropeça, hesita, repete, como se carregasse no estilo os efeitos psíquicos de um colapso representacional. O corpo, aqui, aparece menos como objeto do discurso e mais como aquilo que estrutura sua forma.

Essa leitura encontra respaldo na concepção de organizações antirrepresentacionais formulada

por Joyce McDougall⁶, segundo a qual determinados sujeitos, expostos a experiências traumáticas precoces não metabolizadas, desenvolvem modos de funcionamento psíquico em que a simbolização é substituída por atuações corporais, retraimentos ou estados de esvaziamento emocional. O estilo narrativo da protagonista, rarefeito, inconstante, por vezes alheado, pode ser compreendido como expressão desse tipo de funcionamento, em que o afeto não encontra representação e a dor não se articula em discurso.

É nesse ponto que a noção de funcionamento operatório, elaborada por Pierre Marty⁷, adquire relevância: trata-se de um modo de estar no mundo em que o sujeito se adapta mecanicamente à realidade externa, mas sem investir afetivamente em seus vínculos ou narrativas. A narradora de Vigna parece funcionar, ao longo do texto, neste regime: descreve os fatos com distanciamento, sem comoção aparente, e evita investir a própria memória com densidade emocional. O que emerge é uma linguagem esvaziada, como se a narradora estivesse menos interessada em dizer algo do que em tentar sustentar o que não se pôde dizer.

Essa contenção emocional, no entanto, não equivale à ausência de sofrimento. Ao contrário, como observam Junia de Vilhena e Joana de Vilhena⁸, certos traumas, sobretudo quando relacionados a experiências femininas silenciadas, não se articulam como eventos conscientes, mas como afetos herdados, transmitidos pela via do corpo, da ausência de investimento simbólico. O corpo da narradora, ainda que pouco tematizado, é o território onde esse legado se inscreve, como se a dor de outras mulheres, de outros apagamentos, reverberasse nela sem mediação.

A escrita de Vigna, nesse sentido, aproxima-se da noção de semissilencioso, desenvolvida por Julia Kristeva⁹, para descrever aquilo que está entre o grito e a palavra, entre o corpo e o símbolo. A protagonista escreve nesse entremeio; seu texto não é totalmente silencioso, tampouco plenamente discursivo. Ele pulsa numa zona de fronteira em que a linguagem tenta se constituir

como continente psíquico, ainda que precariamente, para aquilo que se apresenta como colapso, falência ou retração.

3. A escrita como escuta: o gesto narrativo como elaboração emocional tardia

O que a protagonista realiza em *Por escrito* não é simplesmente um relato, mas um modo de escutar-se. Sua escrita se aproxima da função que Thomas Ogden¹⁰ atribui ao analista: sonhar com o paciente, isto é, oferecer um espaço simbólico para experiências emocionais que não puderam ser pensadas. Ao escrever, a narradora tenta sonhar retroativamente sua própria vivência; não para lembrar, mas para transformar o impensável em algo que possa ser sustentado.

Essa operação narrativa carrega o gesto da *rêverie*: um trabalho simbólico diante do informe. Como propõe Bion¹¹, trata-se da capacidade de metabolizar estados sensoriais brutos em representações, função que, na ausência de um outro suficientemente bom, a protagonista assume sozinha. Sua escrita torna-se, então, um exercício de sobrevivência psíquica: conter a própria angústia, converter em contorno aquilo que, à época, colapsou.

O romance configura-se, assim, como um espaço transicional, no sentido winnicottiano, entre o mundo interno e o externo, onde se torna possível uma simbolização tardia. Ao narrar, a protagonista reinscreve-se como sujeito: ela se escuta enquanto se escreve como resto, como ruído, como vestígio.

Mais do que dar sentido ao vivido, seu gesto sustenta sua opacidade. Ela não busca reconciliação,

tampouco explicação. Escreve como quem acolhe, com atraso e cuidado, aquilo que não pôde ser contido no tempo do acontecimento. Nesse gesto ético que recusa o imperativo de sentido, reside a potência clínica do texto. A literatura, aqui, opera como escuta: um modo de acompanhar o sofrimento quando este ainda não se deixou organizar em palavras.

Esta resenha, por sua vez, se propõe também como gesto de *rêverie*: leitura que não decifra, mas sustenta. Escuta do texto como sintoma, como corpo, como resto de uma transmissão psíquica que se oferece, sem forma, à presença de um outro que possa permanecer.

4. Conclusão

Por escrito, de Elvira Vigna, não conduz o leitor por uma narrativa coesa nem oferece explicações para a dor que atravessa sua narradora. Em vez disso, sustenta uma atmosfera fragmentária, hesitante, que exige do leitor algo próximo da escuta clínica: não compreender, mas acompanhar. Não nomear, mas conter. Não organizar, mas estar com o que se desfaz.

A linguagem rarefeita, a pontuação quebrada, a composição descontínua do romance convocam um tipo de presença que se assemelha à *rêverie* analítica, não no sentido de uma técnica, mas como gesto ético: aquele que se propõe a escutar o que ainda não encontrou forma. Ao escrever, a protagonista não rememora um amor perdido; ela escava a experiência de ter sido atravessada por algo que não se deixou simbolizar. E o faz não para redimir o vivido, mas para dar borda ao que insiste como sobra.

O corpo, pouco tematizado, mas profundamente presente, emerge como vestígio mudo de uma transmissão psíquica que ultrapassa o eu. A escrita, assim, torna-se uma espécie de pele simbólica, onde o que não pôde ser sonhado à época tenta agora encontrar contorno. Há nisso uma força clínica da literatura: não por sua capacidade de curar, mas por sua disposição em sustentar a opacidade do sofrimento.

5 J. Jerusalinsky, *A função do trauma na constituição psíquica: clínica do bebê e a escrita do corpo*.

6 J. McDougall, *Teatros do corpo: psicossoma e psicose*.

7 P. Marty, *La pensée opératoire*.

8 J. Vilhena; J. Vilhena, *Corpo e cultura: imagem corporal, mídia e transtornos alimentares*.

9 J. Kristeva, *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*.

10 T.H. Ogden, *op. cit.*

11 W.R. Bion, *op. cit.*

Elvira Vigna não escreve sobre o trauma, mas com ele. Seu romance reverbera a falha, a ausência, o ruído – e é justamente aí que reside sua potência. Ao recusar a explicação, o livro acolhe o enigma. E ao escutar esse enigma sem violá-lo, a literatura se aproxima da clínica: como quem oferece abrigo para o que ainda não tem nome. Como quem sustenta, mesmo em silêncio, a dor do outro.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1978). *The shell and the kernel: Renewals of psychoanalysis* (v. 1). University of Chicago Press.
- Bion W.R. (1962). *Learning from experience*. Heinemann.
- Fiut R.; Chatelard F.; Maesso M. (2022). *A clínica do corpo: dimensões sociais, culturais e psíquicas*. São Paulo: Zagodoni.
- Jerusalinsky J. (2021). *A função do trauma na constituição psíquica: clínica do bebê e a escrita do corpo*. São Paulo: Zagodoni.
- Kristeva J. (1980). *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*. Paris: Seuil. [Trad. bras.: *Poderes do horror: Ensaio sobre a abjeção*. Rocco, 1989.]
- Marty P. (1990). *La pensée opératoire*. Paris: PUF.
- McDougall J. (1989). *Teatros do corpo: Psicossoma e psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ogden T.H. (1997). *Reverie and interpretation: Sensing something human*. Aronson.
- Vigna E. (2014). *Por escrito*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vilhena J.; Vilhena J.C. (2020). *Corpo e cultura: imagem corporal, mídia e transtornos alimentares*. São Paulo: Zagodoni.

A ciência e suas histórias

Lucas Valiati

Resenha de Henri F. Ellenberger,
A descoberta do inconsciente: história e evolução da psiquiatria dinâmica, São Paulo, Perspectiva, 2023, 912 p.

A ciência e suas histórias

Publicada em 1970 e, desde 2023, ao alcance do leitor brasileiro pela Perspectiva, a obra de Henri F. Ellenberger – *A descoberta do inconsciente: história e evolução da psiquiatria dinâmica* – configura-se como um estudo histórico e conceitual que cartografa as correntes que confluíram para a emergência do conceito de inconsciente na tradição intelectual ocidental. Distanciando-se da simples reconstituição de datas e personagens, o autor compõe um quadro em que conceitos, práticas e manifestações culturais surgem em mútua articulação. O tom estilisticamente límpido e franco, a que a língua inglesa parece afeita, ganha correspondência precisa na tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. ao português, que preserva a naturalidade sem incorrer em artificialismos.

- 1 Exemplos historicamente conhecidos são as obras de Zillboorg & Henry (1941) e Alexander & Selesnick (1966).
- 2 E.H. Ackerknecht, *A short history of psychiatry*.
- 3 W. Leibbrand; A. Wettley, *Der Wahnsinn: Geschichte der abendlandischen Psychopathologie*.
- 4 No mesmo ano de publicação da obra de Ellenberger, Mora ("The psychiatrist's approach to the history of psychiatry", in G. Mora; J.L. Brand (eds.), *Psychiatry and its history: Methodological problems in*

Lucas Valiati é mestrando em Filosofia da Psicanálise na UFSCar.

DOI: 10.70048/percurso.75.159-164

O resultado é uma obra que conduz o leitor por mais de cento e cinquenta anos de experiências, debates e reformulações, produzindo uma síntese de escopo enciclopédico apta a atender tanto ao leigo como ao especialista.

O livro se orienta por um norte inequívoco: o inconsciente não irrompe como relâmpago de um gênio solitário, mas como construção histórica, urdida em múltiplos regimes de saber que, de alguma maneira, se interseccionam – das mais variadas formas e feições de uma dita cura “primitiva” e os rituais xamânicos, às escolas médicas europeias e às psicoterapias. Trata-se de um itinerário genealógico que principia em Gassner e Mesmer, no que se denomina a “emergência da psiquiatria dinâmica”; atravessa a experimentação do marquês de Puységur; reconhece no hipnotismo francês *fin de siècle*, sob as órbitas de Nancy e da Salpêtrière, um eixo de formalização racional; e deságua, entre os séculos XIX e XX, nas figuras de Pierre Janet, Sigmund Freud, Alfred Adler e Carl Gustav Jung. O que se oferece ao leitor não é uma simples cronologia, mas uma história intelectual na qual práticas e teorias se encadeiam, revelando a teimosia das perguntas e a metamorfose das respostas. Sem cravar qualquer definição de “psiquiatria dinâmica”, o autor a faz emergir por linhas de força múltiplas, deixando entrever sua formação interdisciplinar: literatura, mitologia, arte médica, antropologia, psicologia e a filosofia.

Quando tantos regimes de saber se entrelaçam, a primeira pergunta recai sobre a metodologia a ser trilhada. No tempo em que *A descoberta do inconsciente* veio a público, a historiografia psiquiátrica respirava outro ar. Prevaleciam, então, no ramo das *histórias da psiquiatria*, construções narrativas de timbre hagiográfico e teleológico que, apesar da amplitude e do mérito, deixavam transparecer uma inequívoca assinatura ideológica¹. Excluída a literatura *Whig*, predominavam sínteses concisas da disciplina² ou ainda obras em língua alemã³, fatores que estreitavam o horizonte de alcance⁴. Como coloca o próprio autor, é notório como “descrições da história da psiquiatria dinâmica contêm mais erros, lacunas e lendas do

que a história de qualquer outra ciência”⁵. Nesse cenário, a publicação de Ellenberger adquire feição francamente revolucionária.

A obra se ergue, antes de tudo, contra simplificações. Onde outros traçavam uma linha reta – histórias da psiquiatria coladas aos grandes textos –, Ellenberger preserva a razão histórico-intelectual e, ao mesmo tempo, busca dar-lhe espessura incorporando o *Zeitgeist*, biografias, instituições e a clínica que toca a carne dos casos. Desse arranjo emana um retrato polifônico, à semelhança de um corpo visto por vários ângulos. O autor privilegia o acesso direto às fontes primárias, manifesto por um aparato crítico multilíngue e heterogêneo, seja nas referências ou notas de rodapé. Essa propriedade arquivística produz um trabalho capaz de tornar visíveis documentos e testemunhos anteriormente inalcançáveis ao público. Para ilustrar, sua pesquisa contempla consulta a uma biografia de Charcot em russo, realizada quando a literatura sobre o neurologista francês era ainda incipiente, ou então conversas pessoais com o próprio Jung. Nisso, os princípios que guiam o método são enumerados: “1. Nunca tomar nada como certo; 2. Verificar tudo; 3. Restituir tudo ao seu contexto; 4. Traçar uma nítida linha distintiva entre os fatos e as suas interpretações”⁶. Dessa matriz decorrem, em termos analíticos, uma atitude de ceticismo disciplinado – uma dúvida cartesiana historiográfica (se a irmã de Rorschach lhe disser que ele tem olhos azuis, cumpre verificar se isso bate com a descrição do passaporte⁷) –, a reafirmação da primazia epistêmica da fonte primária, a ênfase na centralidade do “contexto” como operador de sentido e a instituição de um crivo retórico atento aos abusos da escrita. Mais do que uma postura de hipervigilância, Ellenberger revela o timbre de quem domina as sutilezas do ofício mesmo sendo um amador.

Sem dúvida, esse domínio trouxe frutos antes exóticos ao campo. Um deles é a centralidade do caso clínico na urdidura histórica das teorias. Se, nas descrições clássicas, as correntes teóricas erguiam-se como sistemas fechados, Ellenberger avista no relato de caso uma nascente primária,

e procura instalá-la no coração de sua leitura, como guia de fluxo e sentido. Dessa perspectiva, a história da psiquiatria dinâmica configura-se como um mosaico formado por relatos de casos paradigmáticos provenientes de distintos investigadores da alma⁸. Como hoje se reconhece, essa ênfase conduziu a novas descobertas em diversos casos, notadamente o de Anna O.⁹ e o de Emmy von N.¹⁰, contribuições, inclusive, que tiveram efeitos significativos na historiografia psicanalítica. Afinal, o cruzamento entre descobertas clínicas e o reexame de *topoi* recorrentes – como a comunicação freudiana sobre a histeria masculina –, cuja exegese permaneceu por longo período subordinada à biografia redigida por Ernest Jones, ensejou um revisionismo crítico da história da psicanálise. De mãos dadas com aqueles que escolheram a história em vez do culto, esse movimento fez a psicanálise descer do mármore e a recolocou, como outrora, no chão dos mortais.

Outro traço distintivo do empreendimento de Ellenberger é a atenção sistemática a figuras menores ou esotéricas. Personagens pouco citados são investigados com rigor¹¹ e antigos coadjuvantes vêm à tona para dar forma à sua narrativa. Nesse quadro, o tratamento do que gravita em torno do mesmerismo é paradigmático: longe de reduzi-lo a excentricidade, o autor o interpreta como ponto de inflexão. Segundo sua análise, as contribuições dos magnetizadores articularam um sistema psicológico passível de ser denominado como a primeira psiquiatria dinâmica. Assim, aquilo que, à primeira vista, poderia ser tomado como mero capítulo do excêntrico surge, sob sua leitura, como uma tradição com consistência teórica e pertinência clínica. Aliás, é precisamente nessas práticas que Ellenberger reconhece um precedente daquilo que, em psicanálise, se denomina transferência e legitima o lugar de direito – teórico e histórico – do embate entre a Escola de Nancy e a Salpêtrière, outrora relegado a segundo plano em razão de seu aparente esoterismo frente ao paradigma científico do século xx.

Uma das estratégias do autor consiste em conferir unidade à narrativa por meio do cotejo:

ideias e práticas são postas em diálogo, articuladas a cruzamentos biográficos que fazem emergir uma rede de fatos e correntes. Nesse quadro, os quatro alicerces do século xx, apresentados como os principais teóricos da psiquiatria dinâmica moderna, são examinados em estudos de fôlego, de perfil monográfico e em pé de igualdade. Assim, cada capítulo dedicado a Janet, Freud, Adler e Jung opera como uma pequena biografia (cerca de 100 páginas cada), combinando elementos pessoais à arquitetura conceitual de suas respectivas teorias, reconstruindo-se a influência científica e cultural de cada um. A propósito, em perspectiva histórica, a contribuição sobre Pierre Janet é pioneira e, quiçá, tenha sido uma das primeiras luzes do “redescobrimento” do francês nos últimos anos¹². *Mutatis mutandis*, o mesmo se verifica com Charcot, em torno de quem vem se consolidando, desde a década de 1990, um corpo significativo de trabalhos¹³.

research) realiza uma avaliação similar sobre o campo da história da psiquiatria.

- 5 H.F. Ellenberger, *A descoberta do inconsciente: história e evolução da psiquiatria dinâmica*, p. 9.
- 6 H.F. Ellenberger, *op. cit.*, p. 9.
- 7 O trecho é um relato de Ellenberger sobre as fundações de seu método (H.F. Ellenberger, “Methodology in writing the history of dynamic psychiatry”, in G. Mora; J.L. Brand (Eds.), *Psychiatry and its history: Methodological problems in research*, p. 29.
- 8 Esse programa influenciou várias pesquisas notáveis; na psicanálise, como os trabalhos de Hirschmüller (Freud’s „Mathilde’: Ein weiterer Tagesrest zum Irma Traum“. *Jahrbuch der Psychoanalyse*, 24), Mahony (*Freud and the Rat Man*) e Swales (“Freud, Katharina, and the first ‘wild analysis’”). In P.E. Stepansky (Ed.), *Freud: Appraisals and reappraisals*.
- 9 H.F. Ellenberger, The story of ‘Anna O.’: A critical review with new data. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 8, n. 3.
- 10 H.F. Ellenberger, L’histoire d’Emmy von N.: Étude critique avec documents nouveaux. *L’Évolution Psychiatrique*, v. 42, n. 3.
- 11 No quarto capítulo, por exemplo, “O pano de fundo da psiquiatria dinâmica”, ao tratar da Filosofia da Natureza e da Filosofia Romântica, são examinadas figuras como Von Schubert, Troxler e C.G. Carus. Em seguida, incluem-se também personagens da medicina romântica, um capítulo da história igualmente relegado a segundo plano.
- 12 Hacking (*Rewriting the soul: Multiple personality and the sciences of memory*, p. 44-46) descreve como o estudo de Ellenberger, ao recuperar a centralidade de Janet, evidenciou igualmente de que modo os relatos de casos de sua história da psiquiatria serviram para legitimar a múltipla personalidade no contexto moderno.
- 13 Cf. Gasser (*Aux origines du cerveau moderne: localisations, langage et mémoire dans l’œuvre de Charcot*); Gauchet & Swain (*Le vrai Charcot: Les chemins imprévus de l’inconscient*).
- 14 Cf. Micale (*Approaching hysteria: Disease and its interpretations*, p. 221-284).

É pela erudição que a trama encontra a vida cultural: ponto a ponto, costura-se o modo como o inconsciente fala em cada tempo. Com essa travessia de campos, Ellenberger não desbota a ideia, mas faz-lhe ganhar corpo e presença, ao sustentar que ciência, arte e filosofia, por trilhas distintas, perseguem a mesma pergunta sobre o que escapa à consciência. Assim, justapõem-se personagens de Zola e de Schnitzler a pacientes de Freud e de Janet. Com isso, põe-se em evidência descrições psicológicas epistemologicamente distintas que, quando analisadas, revelam compartilhar uma dobra do tempo, uma perspectiva historicamente determinada, cuja inteligibilidade se efetiva por meio do enquadramento analítico centrado na cultura.

Diz-se que haveria, na história, tantas figurações da histeria quantos fossem os pacientes e os clínicos. O aforismo sublinha algo da inefabilidade do fenômeno e, também, a inscrição histórica dos intentos de inquiri-lo. Por essa lente, vale mencionar as inflexões metodológicas recentes nos estudos da histeria que, hoje, se investiga por um arco disciplinar e metodológico que envolve literatura, antropologia, medicina, psicanálise, marxismo e *cultural studies*¹⁴; o que, num escopo mais abrangente, também se estende ao campo da historiografia psiquiátrica.

Nessa direção, torna-se legítimo problematizar tanto o objeto quanto o método de Ellenberger. A começar pelo primeiro: embora atento a armadilhas recorrentes (teleologia e hagiografia), o trabalho não se adequa a um exercício rigoroso de história intelectual ou história das ideias. Com efeito, ainda que justaponha expressões culturais análogas e identifique antecipações e indagações que, diacronicamente, sugerem semelhanças e continuidades, a obra frequentemente não logra demonstrar relações efetivas de influência, precedência ou derivação entre teorias, conceitos ou ideias. A “demonstração” costuma ser construída por meio de uma composição erudita, com referências primárias, ou mediante o alinhamento de um quadro cultural amplo que, não raro, extrapola o argumento e se oferece, ao leitor incauto, como mera obviedade conjuntural. É plausível ler nessa

irregularidade um efeito da magnitude da aventura, que modula e condiciona o curso argumentativo; afinal de contas, em exames mais detidos, Ellenberger¹⁵ costuma traçar argumentos mais resolutos. Seja como for, convém assinalar a tensão, uma vez que, no decurso do livro, alternam-se incursões conceituais bem assentadas com passagens que permanecem como curiosidades que reclamam investigações adicionais.

Em tempo, vale lembrar: Ellenberger não é Foucault. Embora evidente, sua formulação é pertinente em um ambiente acadêmico no qual a influência do pensador francês é sem paralelo. Do ponto de vista metodológico, as distinções são claras: não se identificam, na obra do autor suíço, as rupturas epistemológicas que estruturam a arqueologia foucaultiana – a qual desconstrói a loucura como constructo de poder e exclusão social, enfatizando descontinuidades e materialidades discursivas em oposição a narrativas progressivas de ideias. Nada mais estrangeiro ao itinerário de Ellenberger do que a arqueologia foucaultiana. Aquele compõe a história do inconsciente por meio de continuidades entre personagens decisivos, expressões culturais e intelectuais; este suspende a teleologia acumulativa do saber e desnuda a função da psiquiatria em estratégias de dominação. Daí o primado das descontinuidades em Foucault: as condições de possibilidade do “olhar clínico”, em *Naissance de la clinique*¹⁶, e da “loucura” como objeto, em *Histoire de la folie à l'âge classique*¹⁷. Se em Ellenberger prevalece a reconstrução de inventores, contextos, expressões e nexos de continuidade, afinal, segundo o autor: “sistemas de pensamentos devem ser apresentados em seu desenvolvimento cronológico”¹⁸; em Foucault sobressai a atenção aos dispositivos, aos enunciados e às formações que constituem sujeitos e regimes de saber. Daí decorrem historiografias epistemicamente distintas e, em última análise, inconciliáveis¹⁹.

No que tange ao objeto, podem distinguir-se dois focos. No plano “institucional”, indaga-se a antecedência, o surgimento e a expressão daquilo que se considera a psiquiatria dinâmica. Em escala

mais restrita, toma-se o inconsciente como objeto específico de investigação. Tais escolhas não são isentas de ressalvas: uma vez eleitos como objetos, opera-se um recorte que, ao longo da obra, às vezes se apresenta de forma velada. Daí duas consequências facilmente identificáveis: (i) uma gravitação em torno da figura de Freud e (ii) a exclusão de práticas e teorias que não envolvem o inconsciente.

Ainda que as principais figuras da psiquiatria dinâmica sejam apresentadas em pé de igualdade e sem hierarquias explícitas, essa pretensão de equanimidade por vezes se desfaz ao longo do livro: a recorrente evocação de Freud faz com que a obra, não raro, e a despeito das críticas revisionistas à psicanálise, acabe se configurando como uma contextualização das origens e da emergência da psicanálise. Nisso vislumbra-se um quê ideológico tanto quanto uma interpretação do autor, por mais que este declare distinguir o registro factual do interpretativo. Tarefa deveras impossível, onde talvez convenha seguir a indicação deleuziana e admitir os “filhos monstruosos” do que intentar uma hermeticidade fictícia²⁰. Além do mais, por mais neutro que Ellenberger se considere, sua letra tem lastro. O mais notável talvez seja a ênfase nos casos clínicos paradigmáticos, cruciais à teoria das psiquiatrias dinâmicas. Assim, não obstante o grande avanço possibilitado por tal metodologia frente a um iatrocenismo, a história da psiquiatria dinâmica de *A Descoberta do Inconsciente* fora, ao fim e ao cabo, escrita por um psiquiatra dinâmico. Ao fim, não se pode esquecer que escrever a história da psiquiatria também é fazê-la.

Se é impróprio censurar um autor pelo escopo que deliberadamente não assumiu, parece igualmente razoável afirmar que as ciências “psi” – mesmo quando não negam em teoria, mas neutralizam na prática – contribuem ao horizonte cultural e intelectual do inconsciente. Em termos dialéticos, a negação opera, ela mesma, como modalidade de expressão. E, curiosamente, como muitos investigadores da alma depararam, às vezes, o que mais fala é o que falta. Na tessitura proposta por Ellenberger, a psiquiatria de cunho orgânico e a psicologia de matriz watsoniana

situam-se à margem do horizonte analítico, o que implica um campo de referências mais alheio ao conflito do que o desejável. Reconhecida a riqueza da obra para fins de formação e pesquisa – seja na graduação ou na pós-graduação –, subsiste a interrogação: de que modo equilibrar esse *corpus* quando ele exclui uma tradição que hoje se afirma com vigor e que, já à época de Janet e Jung, constituíam correntes autônomas e significativas?

Não obstante algumas ressalvas, o saldo é de potência ímpar. *A descoberta do inconsciente* se oferece como história cultural e, *pari passu*, como meditação sobre a história da ciência. Afinal, segundo Ellenberger²¹, o livro é, em última instância, pertencente à filosofia das ciências e regido pela questão: “por que a história da psiquiatria dinâmica difere de modo tão notável da história das demais ciências?”²². O problema, em registro epistemológico, consiste em reconstituir a formação do conhecimento sobre o inconsciente e em determinar o seu lugar no conjunto geral da ciência através da expressão de um *Zeitgeist*.

Entre a primeira edição e esta tradução decorrem mais de cinquenta anos. Nesse ínterim, mudou-se o campo e o horizonte: a pesquisa documental, diferencial em algum momento do século passado, tornou-se competência mais disseminada, assim como foi facilitada pelos avanços

tecnológicos; e as histórias montadas sob a hegemonia do modelo médico converteram-se em alvo frequente de objeções contundentes com diversas respostas metodológicas. Resta, portanto, a pergunta: que contribuição específica a obra ainda pode oferecer hoje? Se perdura algo na obra que a leve ainda mais adiante, talvez seja a tenacidade de defender uma modalidade interdisciplinar e de negar seu interdito reafirmando-a na filosofia das ciências. No muito em que foi pioneiro, ecoa um convite a leitores e especialistas: dar vazão a vetores que atravessem fronteiras, cruzem bordas, ainda que a epistemologia vigente tente hermetizá-los. Afinal, como bem coloca Borch-Jacobsen²³, “mesmo os transtornos mentais acerca dos quais nos asseguram que são de natureza biológica não escapam, ao que parece, às variações da história”²⁴.

Numa obra complexa, alicerce e ornamento por vezes se confundem. Talvez por isso Ellenberger²⁵ termine uma obra de uma vida de pesquisa evidenciando o que a atravessa e sustenta: “há duas concepções de realidade que se confrontam”, e a vida psíquica se deixa tocar por ambas: “ou com a acurada técnica de mensuração, quantificação e experimentação do especialista em pesquisa, ou com a abordagem imediata e não quantificável do psicoterapeuta dinâmico”; ademais, “o psicoterapeuta dinâmico lida, assim, com aquilo que Jung chama de ‘existências psíquicas’ ou ‘realidades psíquicas’. Mas o que exatamente são realidades psíquicas?”²⁶. Para o autor, seria desejável que a filosofia alongasse o olhar até esses fenômenos, a fim de ampliar a compreensão e o debate daquilo que se considera realidade psíquica.

Então poderíamos esperar atingir uma síntese mais elevada e elaborar uma estrutura conceitual que fizesse justiça às rigorosas exigências da psicologia experimental, assim como às realidades psíquicas experienciadas pelos exploradores do inconsciente.²⁷

Lá no fundo, quem sabe pulse uma natureza rebelde e anárquica no encontro das ciências, ou no mundo em si, que insistimos em dissecar negando-a artificialmente em nossas criações.

15 H.F. Ellenberger, Fechner and Freud. *Bulletin of the Menninger Clinic*, v. 20, n. 4.

16 M. Foucault, *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical*.

17 M. Foucault, *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique*.

18 Ellenberger (“Methodology in writing the history of dynamic psychiatry”, p. 26.

19 Nesse sentido, recorde-se que, à época em que Ellenberger publicou *A descoberta do inconsciente*, estava em voga o movimento antipsiquiátrico, do qual resultaram numerosas publicações na historiografia psiquiátrica (Doerner, *Bürger und Irre: Zur Sozialgeschichte und Wissenschaftssoziologie der Psychiatrie*; Castel, *L'ordre psychiatrique: L'âge de l'asile*; Rothman, *The discovery of the asylum: Social order and disorder in the new republic*) centradas no confinamento, segregação e criação do asilo. O objeto e o recorte de Ellenberger, contudo, orientam-se em outra direção.

20 G. Deleuze, *Conversações*, p. 14.

21 H.F. Ellenberger, Lettre à la rédaction de “Dialogue”. *Dialogue*, v. 10, n. 3.

22 H.F. Ellenberger, *op. cit.*, p. 561.

23 M. Borch-Jacobsen, *Folies à plusieurs: De l'hystérie à la dépression*.

24 M. Borch-Jacobsen, *op. cit.*, p. 17.

25 H.F. Ellenberger, *A descoberta do inconsciente*.

26 H.F. Ellenberger, *op. cit.*, p. 884.

27 H.F. Ellenberger, *op. cit.*, p. 884.

Referências bibliográficas

- Alexander F.G.; Selesnick S.T. (1966). *The history of psychiatry: An evaluation of psychiatric thought and practice from prehistoric times to the present*. Harper & Row.
- Ackerknecht E.H. (1968). *A short history of psychiatry*. 2nd ed. Hafner.
- Borch-Jacobsen M. (2002). *Folies à plusieurs: De l'hystérie à la dépression*. Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Castel R. (1976). *L'ordre psychiatrique: L'âge de l'asile*. Éditions de Minuit.
- Deleuze G. (1990/1992). *Conversations*. Trad. L. Orlandi; P.P. Pelbart. Editora 34.
- Doerner K. (1969). *Bürger und Irre: Zur Sozialgeschichte und Wissenschaftssoziologie der Psychiatrie*. Europäische Verlagsanstalt.
- Ellenberger H.F. (1956). Fechner and Freud. *Bulletin of the Menninger Clinic*, v. 20, n. 4, p. 201-214.
- _____. (1970). Methodology in writing the history of dynamic psychiatry. In Mora G.; Brand J.L. (eds.), *Psychiatry and its history: Methodological problems in research* (p. 26-40). Charles C. Thomas.
- _____. (1971). Lettre à la rédaction de "Dialogue". *Dialogue*, v. 10, n. 3, p. 561-564.
- _____. (1972). The story of "Anna O.": A critical review with new data. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 8, n. 3, p. 267-279.
- _____. (1977). L'histoire d'Emmy von N.: Étude critique avec documents nouveaux. *L'Évolution Psychiatrique*, v. 42, n. 3, p. 519-540.
- _____. (1970/2023). *A descoberta do inconsciente: História e evolução da psiquiatria dinâmica*. Trad. P.S. de Souza Jr. Perspectiva.
- Foucault M. (1961). *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Plon.
- _____. (1963). *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gasser J. (1995). *Aux origines du cerveau moderne: localisations, langage et mémoire dans l'œuvre de Charcot*. Fayard.
- Gauchet M.; Swain G. (1997). *Le vrai Charcot: Les chemins imprévus de l'inconscient*. Calmann-Lévy.
- Hacking I. (1995). *Rewriting the soul: Multiple personality and the sciences of memory*. Princeton University Press.
- Hirschmüller A. (1989). Freuds „Mathilde“: Ein weiterer Tagesrest zum Irma Traum. *Jahrbuch der Psychoanalyse*, 24, p. 128-159.
- Leibbrand W.; Wettley A. (1961). *Der Wahnsinn: Geschichte der abendlandischen Psychopathologie*. Karl Alber.
- Mahony P.J. (1986). *Freud and the Rat Man*. Yale University Press.
- Micale M.S. (1995). *Approaching hysteria: Disease and its interpretations*. Princeton University Press.
- Mora G. (1970). The psychiatrist's approach to the history of psychiatry. In G. Mora G.; Brand J.L. (Eds.), *Psychiatry and its history: Methodological problems in research* (p. 3-25). Charles C. Thomas.
- Rothman D.J. (1971). *The discovery of the asylum: Social order and disorder in the new republic*. Little, Brown.
- Swales P.J. (1988). Freud, Katharina, and the first "wild analysis". In Stepanky, P.E. (ed.), *Freud: Appraisals and reappraisals* (v. 3, p. 80-164). The Analytic Press.
- Zilboorg G.; Henry G.W. (1941). *A history of medical psychology*. W.W. Norton.

Uma viagem pelas trilhas do objeto específico da psicanálise

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa

Resenha de Flávio Ferraz, *Desafios epistemológicos para a psicanálise. Ensaios psicanalíticos III*, São Paulo, Blucher, 2025, 200 p.

Na orelha escrita para este livro, Teresa Pinheiro anuncia um dos efeitos provocados pela sua leitura: “temos a impressão de sermos levados pela mão, e o caminho que poderia ser tão difícil se torna prazeroso e instigante”. Foi essa a experiência que reverberou em mim; encontrei-me com um autor que me conduzia por trilhas conhecidas, mas que inesperadamente apontava para detalhes que demandavam paragem e cuidado para examinar uma outra forma de compreensão e precisão. Delicadeza própria de quem está às voltas com o trabalho de pesquisa e transmissão.

Tenho com Flávio, além da parceria no trabalho da formação de analistas, o interesse pela culinária (arte que ele também desenvolveu, presenteando-nos com a escrita de vários livros com as comidas especiais de cada região deste país) e, também, o encanto com certas viagens por regiões

que nos convidam à aventura de descobertas geográficas e arqueológicas, como foram, por exemplo, as trocas que fizemos a respeito da Serra da Capivara e das pesquisas ousadas de Niède Guidon. Foi, de um jeito um pouco transgressivo e surpreendente para mim, que essas trocas me fizeram companhia na leitura destes desafios epistemológicos enunciados por ele na teoria, na clínica e na transmissão da Psicanálise.

Se a arqueologia revela uma paixão pela descoberta de vestígios da origem, vestígios que nos contem uma história de nossa ancestralidade, há também um desconhecimento em suspenso. Um desconhecimento que deixa o campo aberto para novas construções. Niède afirmou, ao descrever uma região que estava sendo explorada, que uma parte desse território não seria escavada, pois ela acreditava que a arqueologia futura poderia ter novos instrumentos e novos olhares que permitissem outras investigações. Ela acreditava, portanto, que seria necessário um longo tempo para analisar o que fora escavado e um outro período para novas descobertas.

Essa mesma atitude pode ser pensada para o que é próprio do movimento psicanalítico desde sua origem: a preocupação de Freud em nomear e apontar para um novo campo de saber, considerando e ao mesmo tempo rompendo com o que era conhecido na sua época. Um campo de saber capaz de delimitar um novo objeto, um objeto psíquico, que não pode ser reduzido a nenhuma materialidade, como Flávio enuncia e enfatiza ao longo de vários destes capítulos, e, portanto, com uma epistemologia que é própria da Psicanálise e precisa ser reconhecida. Um campo de saber que não é fechado, deixando espaço para a irrupção do desconhecido, para novas abordagens e descobertas¹.

Dizer que o objeto da psicanálise é *objeto psíquico*, objeto da pulsão, objeto da objetividade e não da objetividade, objeto da sexualidade e não da conservação, é demarcar, como apontou Renato Mezan, que não se trata de um objeto material – como o das ciências duras, de um objeto ideal como o das matemáticas, ou de um objeto cultural como propõem as ciências sociais. Definir um objeto próprio demanda uma epistemologia própria e é sobre

¹ No capítulo 4, “Psicanálise e pragmática da linguagem”, Flávio discute a diferença entre a Arqueologia e a Psicanálise; o que me interessa aqui é marcar uma certa atitude ética presente nos dois campos.

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa é psicanalista e escritora. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e do Núcleo Semente – Saúde Mental e Direitos Humanos Relacionados ao Trabalho.

isso que Flávio insiste nos diferentes olhares que faz sobre o campo da psicanálise.

O objeto psíquico, novidade introduzida pela psicanálise, não coincide com o objeto da psicologia, uma vez que *é apenas na experiência da transferência* que se manifesta, o que torna sua ocorrência um evento particular da *situação analítica* (p. 12).

Como se pode deduzir, não se trata de um objeto encontrável nas escavações arqueológicas, ou nas escavações do inconsciente, mas um objeto criado no *setting* específico da situação analítica; encontrável na situação vivida da transferência. Por decorrência, podemos afirmar que a epistemologia da psicanálise – a construção de seus conceitos, teorias e hipóteses – não é, de forma alguma, dissociável da experiência da análise.

Piera Aulagnier afirmou certa vez que todo analista escreve e teoriza por algo que lhe diz respeito, que lhe faz sentido. Essa lembrança me ocorreu ao ler o que Flávio demarcou no início de sua introdução, anunciando assim um texto autoral, encarnado:

Não pretendo enumerar sistematicamente todos os desafios enfrentados pela psicanálise ao longo da história. As considerações que farei decorrem, de modo desprezioso, das inquietações que encontro na constituição de meu próprio entendimento da disciplina, bem como das dificuldades que enfrento no ofício da clínica e na labuta com a transmissão. Baseiam-se, confessadamente, em minhas predileções teóricas e estéticas e em minhas crenças éticas (p. 15).

Fica explícita a construção de um saber próprio que, como Laplanche propõe, faz “Freud trabalhar”. Um trabalho que se faz no ato da clínica, da teoria e da transmissão. E que se detém para precisar os desafios que essa prática nos propõe. Os autores a que recorre – e são muitos – comparam no texto para afirmar certas descobertas freudianas ou para avançar, fazer trabalhar o texto, para encontrar novas respostas a certos impasses propostos pela teoria e pela clínica.

Gosto do termo proposto por Flávio: desafios – porque aponta para o imprevisível, para os impasses, para as adversidades; para o que nos convoca pensamento, revisão do já conhecido, temporalidade. Mas, paradoxalmente, para aquilo que também pode nos convocar a respostas e atos impensados e dos quais só podemos falar *a posteriori*. São acontecimentos próprios do campo da transferência e da contratransferência. Mais estritamente, podemos dizer que a situação clínica é sempre um desafio: “ela não se estabelece de maneira definitiva, mas precisa ser mantida ou reinstaurada, continuamente pelo trabalho psíquico do analista”². E se sustentamos o ideal de que cada analista se construa em sua singularidade, portador de um estilo próprio e único, isso não o isenta de observar os pontos inegociáveis da psicanálise, como já afirmado por Ana Sigal, ou os aspectos universais do funcionamento psíquico, como destacou Renato Mezan.

Retomemos a ideia de *trabalho* para anunciar alguns dos desafios levantados por Flávio. Imaginem-se descobrindo paisagens, como fazemos na visita a lugares não tão conhecidos.

Se recorre a Laplanche para descrever a construção necessária daquilo que marca a constituição fundante do sujeito – sua situação antropológica fundamental – que o deixa entregue aos significantes enigmáticos inconscientes lançados por um outro, essa construção também o guia para a solução do impasse da transmissão transgeracional. Impasse decorrente da afirmação de Freud de que haveria experiências incorporadas pelo id que se tornam patrimônio biológico transmissível de uma geração a outra. A ideia dos significantes enigmáticos, portando o desejo do outro e produzindo as marcas constitutivas do sujeito pulsional, nos conduz para outros caminhos, desviados da biologia, sem, no entanto, retirar dela seu lugar, preservado como base instintual, tal como afirmava Laplanche.

A problemática da passagem da ideia de objeto da pulsão para objeto fonte da pulsão, e todas as questões acerca da escolha do objeto sexual e da identidade sexual, que se dá de maneira solidária à escolha do objeto, nos convocam mais atenção.

Uma pergunta fundamental se instaura: seria possível falar de escolha de objeto, ou seria mais pertinente pensar numa implantação do objeto?

Escolha pressuporia outro engano conceitual, geralmente veiculado pelo emprego da expressão *identificar-se com*. Já o termo *implantação* conecta-se harmoniosamente com a expressão *ser identificado por...* Há outra conclusão importante que diz respeito ao aspecto inconsciente da mensagem dirigida pelo adulto à criança. Reitero: o significante é enigmático tanto para o receptor quanto para o emissor. Disso desdobram-se consequências fundamentais. Uma delas é que não se pode determinar conscientemente o rumo a ser tomado pela identificação sexual e, outrossim, pelo desejo (p. 70).

Há aqui um desenvolvimento minucioso, acompanhado da leitura de Laplanche, Ribeiro e Stoller, mostrando a legitimidade da fonte original da pulsão, que não estaria no somático, mas antes no próprio objeto; logo, o objeto seria fonte da pulsão. Texto generoso que nos permite acompanhar os passos da subversão inaugural de Freud, seus impasses e as novas construções possibilitadas por psicanalistas pós-freudianos.

Nos desafios epistemológicos na clínica, lugar de destaque é dado à história da transferência e da contratransferência. Os princípios éticos estão presentes na discussão da abstinência, da neutralidade do analista e nos critérios de analisabilidade. Critérios que levantam interrogações específicas quando a clínica se abre para novas configurações do sofrimento psíquico e onde a transferência e a contratransferência adquirem outras modalidades como, por exemplo, no caso das somatizações ou dos restos não discursáveis da experiência, próprios do universo pré-verbal

ou não verbal dos sujeitos³. Aqui, a conduta clínica pauta-se pela busca por vestígios de linguagem ou de afetos que possibilitem caminhos de simbolizações e pela sensibilidade da escuta do que Bollas entende como *o vivido não pensado* e que se apreende na contratransferência.

A mesma busca se apresenta na discussão do lugar teórico e clínico da pulsão de morte na perversão (capítulo 2). Em suas manifestações, põe-se de relevo a violência dos ataques ao mundo externo, ao corpo ou à própria tópica num circuito de animação em que os ataques impedem a representação, e a falta desta aumenta as possibilidades reiteradas dos ataques. Num exemplo clínico, apresentado ao final desse capítulo, Flávio questiona o critério de “consentimento” do objeto para certas práticas sexuais como demarcador do que seria ou não do campo da perversão. Nesses casos, diz ele, apesar do consentimento, evidencia-se a descarga violenta da pulsão e a coisificação do objeto. É esse grau de objetividade na perversão que a situa a meio caminho entre a neurose e a psicose, estabelecendo-se, na situação clínica, uma modalidade específica de transferência. Tema já amplamente discutido por ele em outras produções, e que o conduz à afirmação de que a perversão é uma defesa contra a psicose; uma defesa contra a desestabilização da tópica⁴.

Caminheemos, então, para outro desafio: o da forclusão e a radicalidade da experiência psicótica (capítulo 3), em que o autor se pergunta, frente a um convite para escrever sobre as *Figuras do extremo* (publicado pela Blucher), o que haveria em sua clínica capaz de incitá-lo a escrever sobre isso. A escolha recaiu sobre o que define como o extremo da experiência psíquica: a psicose. Extremo tanto para o analista quanto para o sujeito que a experiencia. Segue-se um desenvolvimento mostrando os vestígios arcaicos da forclusão, tornando claro que essa defesa não é estranha aos primórdios da vida psíquica e aparece, também, nas experiências neuróticas e na psicopatologia da vida cotidiana. Esse apontamento anuncia a possibilidade de escuta para o sofrimento radical da psicose: assim como é

2 L.C. Menezes, “Prefácio”, in P. Fédida, *Clínica psicanalítica*. São Paulo, Escuta, 1988, p. 16-17.

3 No capítulo 5, “Limites da discursividade e contratransferência”, Flávio trabalha poeticamente com o debate sobre as relações entre a experiência psíquica e a linguagem, apoiando-se no trabalho filosófico de Susanne Langer e de autores pós-freudianos, discutindo amplamente a complexidade do valor da contratransferência nessas situações clínicas.

4 O desenvolvimento dessa temática encontra-se em F. Ferraz, *Tempo e ato na perversão. Ensaios psicanalíticos I*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Blucher, 2023.

possível pensar nos vestígios da forclusão inicial, também se pode pensar, a favor da clínica, nos vestígios das relações objetais.

O capítulo sobre a Psicanálise e a Pragmática da Linguagem traça uma conversa especial com Jurandir Freire Costa, um autor que marca sua história pessoal e que faz parte significativa da história da psicanálise⁵. Texto complexo que parte da proposta de apontar a pragmática da linguagem como fundamento possível tanto para a teoria do sujeito quanto para o método psicanalítico, podendo, segundo Jurandir, conviver teoricamente com a psicanálise com expressivos ganhos éticos. Na avaliação de Flávio essa proposta se acha mais afinada com as exigências que a psicanálise enfrenta na atualidade, especialmente no que tem sido definido como afirmações identitárias. Isso se evidencia, por exemplo, em certas formas de auto-descrição alienantes que se alinham ao que, em psicanálise, se denomina *compulsão à repetição*, tendo, portanto, efeitos traumáticos. Vislumbra-se aqui um trabalho sensível que possibilite outras formas de autodescrição, apoiadas necessariamente pelas transformações do discurso cultural. Temos nessa proposta um nó a ser trabalhado na clínica: como criar novas autodescrições naquilo que, por ser traumático, é indizível?

Ao discutir as particularidades da formação do analista (capítulo 6), Flávio resgata sua fala num encontro inusitado entre representantes de três instituições de formação: Marina Massi representando a Sociedade Brasileira de Psicanálise, Antonio Quinet representando o pensamento laciano e Flávio representando o grupo de professores do Departamento de Psicanálise do Sedes. Em suas palavras: “um projeto institucional de formação tem de se alicerçar em fundamentos epistemológicos que envolvam o *objeto* da psicanálise, o fazer analítico, a formação do analista e as condições institucionais que permitam seu funcionamento” (p. 167). Retoma, portanto, o tripé clássico: estudo teórico, supervisão

e análise pessoal, acrescido de um quarto fator: a vida institucional, alertando para o lugar analítico e ético dessas posições, considerando que o analista corre sempre o risco de se ver enredado em demandas narcísicas e em engodos dos jogos de poder; situações em que o lugar do terceiro se vê abolido em favor da dualidade idílica.

Nessa discussão, assim como no capítulo final, transmissão via inconsciente, um lugar de destaque é dado ao que se enuncia ao longo destes capítulos: a especificidade do objeto da psicanálise, o *objeto psíquico*, que demanda uma epistemologia própria e cuja transmissão é um dos desafios mais complexos na formação do analista.

Ao término da leitura prazerosa e instigante destes *Ensaio*s, no encontro com a diversidade de referências tão cuidadosamente apontadas por Flávio Ferraz, com o desenvolvimento de seus assinalamentos, e com o reconhecimento de seus escritos, seu trabalho de editor, seu papel na formação e transmissão, lembrei-me da pergunta feita por Décio Gurfinkel em seu livro *Relações de objeto*: a partir de qual ponto novas ideias transformam os fundamentos da disciplina a ponto de descaracterizá-la?

Penso que o livro de Flávio responde precisamente a essa questão e esse é um de seus valores. A tentativa de identificar o núcleo próprio da metapsicologia com suas invariantes, do cuidado em sustentar o que fundamenta sua epistemologia e seu objeto específico, revela ainda a aposta, feita por ele, de que a Psicanálise terá como fazer frente às novas modalidades de sofrimento psíquico reveladas pelas transformações socio-culturais: as questões do racismo, as questões de gênero, as novas organizações familiares, o mal-estar decorrente da precarização da vida e do fascismo que se expande no mundo contemporâneo.

Desejo que esta breve apresentação, que deixou em suspenso outras vias a serem exploradas, seja entendida como um convite ao prazer da leitura destes *Desafios epistemológicos para a psicanálise. Ensaio*s psicanalíticos III e à experiência de ter em Flávio um bom guia de viagem pelas trilhas da psicanálise.

5 Os encontros de Flávio com Jurandir e sua obra estão apresentados na coletânea organizada em homenagem a Jurandir: *Pensar o sujeito, agir no mundo*. São Paulo, Blucher, 2024.

Pontalis e esse tempo que não passa

Luís Carlos Menezes

Resenha de J.-B. Pontalis, *Esse tempo que não passa*, São Paulo, Quina, 2024, 208 p.

Como falar do que pode estar em jogo na clínica psicanalítica? Pontalis, coautor, na juventude, de um *Vocabulário da Psicanálise* – obra mencionada em *passant*, apenas para dizer que o propósito ali não era fixar o sentido das palavras –, avesso aos conceitos antigos e novos, não se deixa aprisionar por eles, como podemos ver nesse livro agora disponível em português, entregando-se a uma prosa leve, que não perde em momento nenhum o frescor e a acuidade de uma fala sempre próxima dos desafios da clínica, da sua clínica. De tal maneira que configurações as mais difíceis vão se delineando, transitando com naturalidade por elementos de casos clínicos evocados numa continuidade esclarecedora de formulações que se adensam ao abrirem perspectivas para o pensamento. Mesmo quando não há menção a casos clínicos do autor, as situações evocadas remetem vivamente o leitor a tal ou qual situação de sua própria clínica, com um valioso efeito *supervisivo*.

O fio condutor, presente no título da obra, é posto de saída e de forma contundente com a

afirmação de que há uma descoberta básica na experiência analítica, qual seja, a de que “o tempo não passa” (p. 13).

Afirmção que remete, para começar, ao fechamento imobilizador em que se encontra pego o sujeito no sintoma neurótico, condenado a uma vida em impasse, estéril, fechamento que se atualiza com tenacidade na vivência transferencial de uma fala em análise na qual “o tempo está congelado” (p. 16). Como no caso da paciente que diz: “quando penso que aos quarenta anos ainda estou aqui” (p. 15).

Aqui que para o analista é um espaço inexoravelmente fechado, em que ela se encontra “lutando com o gozo ignorado de uma mãe” (p. 15) e com “a enorme sedução exercida sobre ela por esse pai intocável” (p. 15), observando o autor que um pai que nunca se deixa seduzir pela filha “é mais mortificante no seu desprezo do que um pai sedutor” (p. 15). Qualquer efeito *a posteriori* parece inoperante nessa análise.

Do caráter imobilizador do sintoma neurótico, somos convidados a visitar o tempo no trabalho do sonho, paradigmático da escuta, tempos que ignoram a irreversibilidade, na verdade “tempos que se misturam” (p. 16), indo em todas as direções, e no qual as imagens são vividas todas no tempo presente. Essas temporalidades operando num verdadeiro “fora do tempo” (p. 17) estarão em tensão com o tempo cronométrico da sessão, ou o da duração da análise. Há, no trabalho analítico, uma tensão entre esses dois tempos.

Esse tempo que passa, o cronométrico, do calendário, do *How many analytic hours* – alfineta Pontalis, evocando os que chama de *defensores da contabilidade*. Vai além afirmando que, “para muitos, esta seria a pergunta que serviria de único critério para decidir o que é análise e o que não é!” (p. 17). No caso, é difícil não lembrar que foi sob a sua presidência da APF (Association Psychanalytique de France), no início dos anos 1970, pouco depois da saída de Lacan, que a prática das análises chamadas de didáticas foi abolida nessa associação. Conciliação, de fato difícil, entre esse “tempo outro, esse fora do tempo” (p.

17) da matéria com que trabalhamos e o tempo mensurável dos gestores das instituições. Questão ainda mais delicada quando o autor encontra na transferência a melhor referência para situar o “tempo outro” do sonho (p. 18).

Transferência que, “como sabemos, ultrapassa a pessoa do analista” (não sei se hoje haveria esse consenso), e que vai além de “qualquer figura real ou imaginária do passado” (p. 18). A transferência é reafirmada, numa tradição de pensamento que me é familiar, como sendo “fora de figura, fora do tempo e fora da linguagem”, como “paixão ativa, exigente, intensamente atual, mas sem idade” (p. 18).

É uma escolha minha manter-me, nesta resenha, tão próximo do autor e do seu livro, limitando-me a oferecer indicações sobre o modo de pensamento desenvolvido no livro, e não buscar, o que seria mais habitual no encontro com um livro novo, problemáticas que pudessem abrir para novas questões.

Na verdade, é um escrito, digamos, desse ponto de vista, bastante clássico, pois de tempos em tempos o autor sinaliza em que terreno das orientações freudianas, relativas àquilo que o tratamento produz, nos encontramos: até aqui, está se movimentando nas duas formas de *passado presente* na obra de Freud, a rememoração e a repetição. Rememoração que na psicanálise subverte o que entendemos por memória ou por história, pois tanto no sonho como na transferência saímos do tempo mensurável. E, na repetição, na qual o que é visado não é o cenário repetido, mas a fantasia que lhe é subjacente. Busca, pois, do “que nunca pôde ser dito em si mesmo, estando no limite da linguagem” (p. 32).

Antes de entrar na *travessia*, imagem para uma análise em andamento, parece, como costuma fazer nesses pequenos livros, recolher-se por momentos em si mesmo – embora se refira a artistas precisos – ao afirmar, com delicadeza, que “a aquarela expressa a graça do instante e a tristeza do tempo que passa”... o tempo, “nosso ser fugitivo por excelência”, num momento de evocação de imagens em aquarela ou em fotografias, das praias da Normandia, onde, creio, passava as férias na infância, com a família (p. 41 e 42).

Continua compartilhando a sua experiência de analista, em que distingue o tempo inicial, das entrevistas, que segundo ele levam o analista – baseado na história que o paciente relata sobre a sua vida, seus “problemas” – a ter compreensões simplificadas da trama em que este se encontra enredado. São percepções redutoras que se mostrarão bem mais complexas no decorrer do processo analítico – ele não gosta da palavra processo nesse contexto, preferindo chamá-los de movimentações. O autor não menciona, a esse propósito, a experiência das supervisões, em que relatos de análises em andamento chegam pela primeira vez ao supervisor, nem a flutuação de pedaços de inteligibilidade que vão sendo ali produzidos, nos sucessivos encontros, com o desenrolar dos relatos.

A *confiança* nessa travessia parece ser mais uma implicação, um compromisso íntimo do analista e do analisando em persistir nessa viagem/aventura, “por mais longa, por mais difícil, por mais perigosa que seja...” (p. 53).

Em outra passagem o autor põe em relevo o que entende ser a invenção de Freud, por um lado, de um método: associação livre, trabalho de desfiar, e, de um dispositivo: a fala associativa do paciente, que Pontalis chama de *parole allongée*, em que a postura deitada deve obviamente ir além da fala no divã ou não, remetendo a uma modalidade de fala (*allongée*) mais próxima do sono, do sonho, das fantasias e devaneios do que da ação, com suas funções explicativas e comunicacionais, próprias das realidades práticas e das racionalidade que as permeiam.

A confiança nessa travessia supõe seguramente a aposta no método interiorizado e esse dispositivo, mas também o que o autor chama, em uma nota de rodapé, de desejo terapêutico e de desejo de analisar, sugerindo uma figura cênica originária para cada um deles (p. 28, nota 18).

Sabemos da importância atribuída ao que Lacan chama de desejo do analista (desejo de análise, seguramente) nessa implicação sustentada, mas aqui o autor não parece à vontade para tocar nessa referência. Nem sempre é fácil se referir a

um ex-analista que era e pretendia ser um Mestre, sem se sentir limitado à condição restritiva de seguidor. Não é por nada que menciona, nessa passagem, Ferenczi e suas preocupações terapêuticas! Numa ocasião eu o ouvi dizer para si mesmo, pensativo, durante uma supervisão, “perto dele eu não conseguia pensar”. Adivinhei, claro, quem era ele, embora não me lembre que falássemos de Lacan; aguardei com um silêncio respeitoso que ele voltasse para o que fazíamos.

Em *O amor dos começos*¹, Pontalis fala longamente de seus mestres, de Sartre e de Lacan, exprimindo ali a sua gratidão pelos proveitos pessoais (terapêuticos?) em seus dez anos de análise com Lacan e pelo que aprendeu com o ensino de Lacan, dando também vazão a suas críticas em relação a cada um deles, insistindo na necessidade de não perder a própria linguagem – o modo próprio de pensar as coisas – quando capturado pela linguagem do mestre.

Essa pequena digressão veio a calhar, pois ao descrever a “travessia”, os “movimentos” (não processo, que conotaria um percurso muito previsível e ordenado), ao longo de uma análise, afirma, em forma de interrogações, um modo de ver que o leva a questionar uma formulação... de Lacan. Vejamos: “Atravessar para ir em direção a que... o percurso incerto sendo decidido gradativamente? Se o desconhecido estivesse menos atrás de nós... do que a nossa frente? Aquilo que ainda não sabemos, por não ter experimentado, por não ter encontrado.” (p. 54). Para, logo depois, perguntar: “Será que podemos falar de ‘direção do tratamento’ (Lacan) quando não sabemos o que o conduz?” (p. 54).

Questões que, é verdade, permeavam as práticas e as preocupações dos jovens analistas já na época, em Paris – nos anos 1970 – e que, tomadas ao pé da letra, parecem contrastar com a necessária suspensão do saber prévio, na escuta. Seguramente um colega mais centrado, em sua prática, na referência à obra de Lacan, nuançaria

essa formulação, situando-a num contexto mais preciso, como o faz o próprio Lacan, no longo artigo em que usa essa expressão². Pessoalmente, vejo essa segurança em relação a um rumo, uma rota definida, em relação ao transcorrer nas sessões, mais na fase, hoje distante, de um período em que a técnica kleiniana se impôs com toda a sua importância, mas que foi desestabilizada por Winnicott, por um lado, e por Bion, de outro, e pelos desenvolvimentos dos próprios kleinianos no sentido de restabelecer um não saber do analista na escuta e um necessário tempo para que o inesperado surja.

No contexto em que estou me detendo, Pontalis é categórico com relação à pergunta: “O que está acontecendo?”, afirmando que ela “escapa aos sujeitos” (p. 55). Essa pergunta, eu a vejo como bastante central entre os colegas bionianos, como um ponto mais de interrogação necessária do que da certeza de uma resposta. E, em geral, a vejo formulada na ênfase do contexto do encontro, de cada encontro, cada sessão, o que parece retomado aqui por Pontalis no que diz sobre “seu estranho encontro, o de dois estranhos abertos ao seu próprio desconhecido...” (p. 55). De toda maneira, ao afirmar que isso “escapa aos sujeitos”, reafirma a radicalidade de um inconsciente em ato, apenas apreensível na escuta clínica e nas produções transferenciais, eixo seguramente de seu trabalho clínico.

Ponto de entrecruzamento, onde Pontalis é levado a contrapor o que chama de “inconsciente inteligente” à “estupidez do inconsciente”: se o primeiro é potencialmente pelo menos, inteligível, é uma língua portanto decifrável de uma forma ou de outra, no segundo domina o informe, o excesso, quando ele deixa de poder ser entendido como sistema e não tem nome, ficando apenas como “isso” (p. 101). E “como reconhecemos que estamos lidando com isso?”, pergunta ele. Quando vemos que “a análise não funciona mais” (p. 110). O que se impõe no tratamento é a “afirmação intensa e sem sentido do negativo, nesse apego à nossa dor”. Deparamos com uma “imobilidade desejada, reivindicada ferozmente... uma recusa

1 J.-B. Pontalis, *O amor dos começos*, p. 43-56 e p.115-125.

2 J. Lacan, “La direction de la cure et les principes de son pouvoir”, *Écrits*, p. 585-645.

obstinada à mudança” (p. 111). O paciente, por mais que tenha trabalhado finamente suas questões em análise, “não está naquilo que deveria representar-lo...”, “ousemos utilizar a palavra: seu ser”. E do analista “espera que não seja apenas um intérprete ou objeto da transferência, que não pague apenas com a moeda das palavras, mas pague com sua pessoa” (p. 113).

Sobre um caso clínico, ele diz que a paciente “me pede para ver o que ela vê, para sentir o que ela sente...”. Acrescentando, logo adiante, que “são momentos de extrema desordem” (p. 113 e p. 114). Quando a paciente lhe pergunta “será que você consegue perceber?”, “o que ela quer de mim, mesmo sabendo que é impossível é que eu ‘alucine’ junto com ela, como ela” (p. 114 e p. 115). O que é visado não é “a posse do objeto, que é sempre contingente e aleatório, mas da coisa em si. Ainda mais que possui-la: tornar-se um só com ela...” (p. 114 e p. 115). O que pode estar sendo buscado é “um consentimento para viver com a perda e não mais sobreviver na perda” (p. 58).

Estamos no terreno da compulsão à repetição, dominado por movimentos *negativantes* em

relação a qualquer esforço de transformação e de ligação simbólica pela perda e pelo recuo que as palavras têm o poder de produzir, como instrumento por excelência do trabalho analítico. A dificuldade nessas situações críticas da clínica está em que as palavras supõem esse recuo e essa perda, essa justa distância, intoleráveis na presentificação compacta e imediata do sintoma, na urgência inegociável, inamovível, do atual. Desafio da clínica até que seja possível ultrapassá-lo, para reencontrar condições de relançamento da vida psíquica, em que possa reencontrar “na incompletude o sopro de vida e a nossa licença para viver, e o prazer de estar em movimento, de respirar, de mudar de ar, de mudar de melodia...” (p. 128).

Esse livro pode ser um bom encontro na cabine de trem, no caso, encontro com um analista que sentiremos próximo de si mesmo e, creio, também do leitor, se esse se ver mobilizado e reavivado em seu pensamento clínico.

Referências bibliográficas

Lacan, J. (1966). *Écrits*. Paris: Seuil.

Pontalis, J.-B. (1988). *O amor dos começos*. Rio de Janeiro: Globo.

_____. (1986). *L’amour des commencements*. Paris: Gallimard.

Autores deste número

Adriana Elisabeth Dias

Rua Purpurina, 131 cj. 43
05435-030 São Paulo SP
Fone: (11) 996.065.710
adrianaelisabethdias@gmail.com

Adriane Moura Centeno

Rua Mostardeiro, 157/1105
90430-001 Porto Alegre RS
Fone: (51) 992.510.051
adrianecenteno@gmail.com

Ana Claudia Patitucci

Rua Sergipe, 447
01243-001 São Paulo SP
Fone: (11) 998.276.838
ana.patitucci.ap@gmail.com

Ana Maria Sigal

Rua Tatuí, 89 ap. 201
01409-010 São Paulo SP
Fone: (11) 996.597.771
sigalanamaria@gmail.com

Ana Raquel Ribeiro

Rua João Moura, 661 cj. 27
05412-001 São Paulo SP
Fone: (11) 983.889.965
anaraquel.bribeiro@gmail.com.br

Camila Junqueira

Rua Ministro de Godoy, 478 cj 81
05015-000 São Paulo SP
camilajunqueira@gmail.com

Fani Hisgail

Rua Piracuama, 280 cj. 44
05017-040 São Paulo SP
Fone: (11) 992.195.108
hisgail@uol.com.br

Isildinha Baptista Nogueira

Rua Dr. Homem de Melo, 843 ap. 115
05007-002 São Paulo SP
isildinha_nogueira@hotmail.com

Lisette Weissman

Rua Araguari, 817 cj 91
04514-041 São Paulo SP
Fone: (11) 994.316.233
lisettewbr@gmail.com

Lucas Valiati

Rua Carlos Hepp, 189
82315-040 Curitiba PR
Fone: (41) 996.831.887
lvaliati@hotmail.com

Luís Carlos Menezes

Rua Dep. Lacerda Franco, 300 cj. 134
05418-000 São Paulo SP
Fone: (11) 4883.2991
luismzes@hotmail.com

Marcio Farias

Rua João Belletato, 33 ap 102
09040-230 Santo André SP
mfarias@pucsp.br

Maria Aparecida Miranda

Rua Itambé, 154 ap. 53
01239-000 São Paulo SP
Fone: (11) 994.180.851
mcidamiranda@uol.com.br

Maria Elisa Pessoa Labaki
Rua Professor João Arruda, 54
05012-000 São Paulo SP
Fone: (11) 991.41.820
mpessoa@uol.com.br

Maria Helena Fernandes
Rua Borges Lagoa, 913 cj. 34
04038-032 São Paulo SP
Fone: (11) 994.058.091
fernandes.mh@icloud.com

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa
Rua dos Otonis, 120
04025-000 São Paulo SP
Fone: (11) 995.825.707
mlaurindars@gmail.com

Noemi Moritz Kon
Rua da Consolação 3367 cj. 51
01416-001 São Paulo SP
Fone: (11) 992.215.490
noemi.m.kon@gmail.com

Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho
Rua dos Aliados, 793
05082-001 São Paulo SP
Fone: (11) 991.533.011
p.jeronymopc@gmail.com

Priscilla Santos de Souza
Rua Santa Cruz das Palmeiras, 76
03152-030 São Paulo SP
scilla.santos@gmail.com

Renata Udler Cromberg
Rua Inhambu, 873 ap. 203
04520-013 São Paulo SP
Fone: (11) 992.790.487
renatauc@uol.com.br

Silvia Leonor Alonso
Rua Maranhão 584, cj. 73
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 992.653.915
silviaalonso@uol.com.br

Solange Maria Santos Oliveira
Rua Maranhão, 620 cj. 63
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 994.265.995
langemar@uol.com.br

Equipe da revista

Conselho Editorial

Carolina Kimie Moriyama

Rua Inácio Pereira da Rocha, 142 sl. 307
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 981.472.863
ckmoriyama@gmail.com

Claudia Monti Schonberger

Rua Haddock Lobo, 846 cj. 604A
01414-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 997.088.038
claudiajustimonti@gmail.com

Cleusa Pavan

Rua Padre Machado, 246 casa 01
04127-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.976.700
cleusapavan@gmail.com

Eugênio Canesin Dal Molin

Rua Oscar Freire, 1513 cj. 92
05409-010 São Paulo SP
Tel.: (43) 999.941.227
eugeniodcm@gmail.com

Marcia Regina Bozon de Campos

Rua Joaquim Antunes, 727 cj 122
05415-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 991.575.069
marciarbozon@gmail.com

Maria Aparecida Kfourri Aidar

Rua Jericó, 255 cj. 86
05435 040 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.590.380
mkfourriaidar@gmail.com

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Avenida Paulista, 509 cj. 05
01311-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.712.485
lourdescosta@uol.com.br

Maria do Carmo Vidigal Meyer
Dittmar (Lila)

Rua Jericó, 255 cj. 93
Tel.: (11) 999.704.699
05435-040 São Paulo SP
lilavmd@gmail.com

Marina Bialer

Rua João Ramalho, 257 cj. 24
05008-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 982.797.951
mbialer@hotmail.com

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci

Rua Professor João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
anapatitucci@hotmail.com

Antonio de Almeida Neves Neto

Rua Joaquim Antunes, 490 cj 22
05415-001 São Paulo
Tel.: (11) 999.900.584
anevesnt@gmail.com

Cristina Parada Franch

Rua João Moura, 647 cj. 103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Professor João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso

Rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
005432-010 São Paulo
Tel.: (11) 3032.1385
deborah@santacruz.g12.br

Silvio Hotimsky

Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.7743
silviohotimsky@hotmail.com

Grupo de Debates

Bruno Esposito

Rua Sergipe, 401 cj. 304
01243-906 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.639.376
brunoespo@gmail.com

Gisela Haddad (coordenadora)

Rua Honduras, 587
01428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 4329.7304
giselahad@gmail.com

Ivy Semiguem

Av. dos Autonomistas, 896
Torre 02 cj. 2701
06020-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 94820-8635
ivy.souza@gmail.com

Lucas Sessa

Rua Apiacás, 756 cj. 31
05017-020 São Paulo SP
(11) 982.250.656
lucas.sessa@gmail.com

Tania Corghi Veríssimo

Rua Manuel da Nóbrega, 76 cj. 903
04001-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 994.081.518
tan.verissimo@gmail.com

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa

Rua Amália de Noronha, 114
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.725.970
biatmendes@uol.com.br

Paula Peron

prperon@uol.com.br

Sérgio Telles (coordenador)

Rua Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253.5767
setelles@uol.com.br

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves

Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46
cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739-4464
camila_salles@uol.com.br

Elisabeth Antonelli

Rua Monte Alegre, 428 cj. 53
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.1703
bethantonelli@uol.com.br

Janaina Namba (coordenadora)

jnambapimenta@gmail.com

Lia Novaes Serra

Rua Jericó, 193 cj. 26
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 994.401.475
lianovaesserra@gmail.com

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253.5767
setelles@uol.com.br

Susan Markuszwover

Rua Luis Anhaia, 59
05433-020 São Paulo SP
Tel.: 3062.5224
susanmark@uol.com.br
Instituto Sedes Sapientiae

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos deverão ser encaminhados ao Conselho Editorial através do e-mail do Departamento de Psicanálise: <depto@psicanalise@sedes.org.br>.

1.1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

♦ **PÁGINA 2:**

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

1.3. Artigos enviados fora das normas da revista serão devolvidos sem serem avaliados, podendo ser reencaminhados mediante adequação às mesmas.

2. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sérgio Telles – setelles@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com
Elisabeth Antonelli – bethantonelli@uol.com.br

2.1. As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

♦ **PÁGINA 1:**

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo:

Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- ♦ **DESTAQUES:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ **INTERTÍTULOS:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- ♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- ♦ **CITAÇÕES:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleich-

mar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: discussão e comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.

♦ ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. 11, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Neder, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Neder, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: **Levisky D.** (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; **Mezan R.** (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número.

7. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no *site* da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em dezembro de 2025,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae